

OS EMPRESÁRIOS E OS PARTIDOS POLÍTICOS

As eleições de 1986 em Santa Catarina

ERIBERTO JOSÉ MEURER

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do grau de mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Ary Cesar Minella.

Florianópolis, 1994

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

OS EMPRESÁRIOS E OS PARTIDOS POLÍTICOS

As eleições de 1986 em Santa Catarina

Eriberto José Meurer

**Esta dissertação foi julgada e
aprovada em sua forma final pelo
Orientador e membros da Banca
Examinadora, composta pelos
professores:**

**Prof. Dr. Ary Cesar Minella
Orientador**

Prof. Dr. Edemar Buzzanello

Prof. Dr. Nilson Borges

Florianópolis, 5 de dezembro de 1994

Resumo:

O presente estudo pretende analisar a eleição estadual de 15/11/86 em Santa Catarina e a vinculação do empresariado catarinense com os partidos políticos durante o ano em curso. Consideramos este pleito como momento importante do processo de consolidação da Nova República, etapa fundamental da transição democrática. São dois os objetivos: primeiro constatar a configuração assumida pelo sistema partidário regional comparando-a com situações anteriores; a seguir, constatadas as transformações ocorrida procuramos detectar a presença de empresários, especialmente de grandes grupos econômicos, nos partidos políticos.

Com a utilização dos resultados eleitorais fornecidos pelo TRE, foi analisada a distribuição dos votos entre os partidos participantes do pleito nos diversos municípios, classificados conforme critérios de: população do município; micro-região e arrecadação de impostos. Foi após mapeada a vinculação do empresariado nos partidos políticos segundo os setores de atividades, grupos econômicos e região. Constatou-se estar, o empresariado, internamente dividido no ano analisado, não somente nas eleições para a FIESC (Federação das Indústrias de Santa Catarina) como também, no processo eleitoral regional. A partir daí foi possível compor um quadro que nos permitisse concluir a respeito da contribuição decisiva das vinculações empresariais para uma maior fragmentação do sistema partidário em Santa Catarina.

Consideramos que para uma visão mais dinâmica e acompanhamento das tendências dos processo político-partidário e uma melhor compreensão deste movimento seria necessário efetuar uma análise dos processos eleitorais posteriores a 1986, bem como da participação das classes dominantes e subalternas.

ABSTRACT

The present study aims at analyzing Santa Catarina elections on November 15th 1986 and the existing links between entrepreneurs and political parties in Santa Catarina that year. We regard it as an important point in the consolidation process of the New Republic, a fundamental step to democratic transition. There are two goals: First, description of the configuration taken over by the regional party system by comparing it with former situations; after having detected all the occurred transformations, we seek to check the presence of entrepreneurs, especially big economic groups, inside the political parties.

By using electoral results from the TRE (Regional Electoral Court) we could analyze the distribution of votes among the participating parties in several districts, classified by criteria such as district population, microregion and tax contribution. Afterwards, the link could be described between entrepreneurship and political parties according to activity branches, economic groups and region. It has been found out that the 1986 entrepreneurship wasn't only innerly divided during FIESC (Federation of Industries in Santa Catarina) elections but also during regional elections. From then on, we could create conditions leading us to conclusions with regard to the decisive contribution of entrepreneurial links to a major splitting of Santa Catarina's party system.

We would finally like to state that - for a more dynamic view and observation of process tendencies in political parties and a better comprehension of this movement - it would be necessary to make an analysis of electoral processes after 1986 as well as of the participation of ruling and subordinate classes.

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Dr. Ary Cesar Minella, colega e orientador pelo estímulo e paciência ao longo de sua orientação competente.

Aos colegas do Departamento de Ciências Sociais pelo incentivo e pela oportunidade para que este trabalho fosse concluído.

Aos professores e colegas do Curso de Pós-graduação em Sociologia Política da UFSC pelas contribuições teóricas e pela oportunidade de debate que foram importantes para formalização deste trabalho de pesquisa.

Aos funcionários do TRE/SC e dos partidos políticos pelo acesso às informações necessárias.

Ao Gilberto Santos pela dedicação à tarefa de revisão lingüística.

À Cleusa, companheira, pelo carinho e respeito em momentos difíceis do trabalho.

À Laura pelas execuções ao piano, possibilitando que as horas de trabalho ficassem mais agradáveis.

Ao André pela lembrança, nesta ausência temporária, que serviu de estímulo ao desenvolvimento do trabalho.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIB	Associação Comercial e Industrial de Blumenau
ACIBr	Associação Comercial e Industrial de Brusque
ACIJ	Associação Comercial e Industrial de Joinville
ACISB	Associação Comercial e Industrial de São Bento do Sul
ACISJ	Associação Comercial e Industrial de São José
ACF	Associação Comercial de Florianópolis
AD	Aliança Democrática
AIB	Ação Integralista Brasileira
ALN	Aliança Libertadora Nacional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AST	Aliança Social Trabalhista
BADESC	Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina
B.I.	Batalhão de Infantaria
CBCA	Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CRAVIL	Cooperativa Regional do Alto Vale do Itajaí
DM	Diretório Municipal
DR	Diretório Regional
FACISC	Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina
FAESC	Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina
FAMPESC	Federação das Associações das Micro e Pequena Empresas de Santa Catarina
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FUNDESC	Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
MDB	Movimento Democrático Brasileira
OCESC	Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
PCB	Partido Comunista Brasileira
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PH	Partido Humanista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRC	Partido Republicano Catarinense
PROCAPE	Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas
PRP	Partido de Representação Popular
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

SICCOOC	Sindicato da Indústria de Cerâmica para Construção e de Olaria de Criciúma
SICDSC	Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado de Santa Catarina
SICMI	Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Ibirama
SICMJS	Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jaraguá do Sul
SICMRS	Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Rio do Sul
SIFTB	Sindicato das Indústrias da Fiação e Tecelagem de Blumenau
SIFTBI	Sindicato das Indústrias da Fiação e Tecelagem de Brusque e Itajai
SIFTJ	Sindicato das Indústrias da Fiação e Tecelagem de Joinville
SIGC	Sindicato das Indústrias Gráficas de Criciúma
SIMMEJ	Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Joinville
SIMMME	Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Jaraguá do Sul
SIMMRS	Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Rio do Sul
SIMPSC	Sindicato da Indústria do Material Plástico no Estado de SC
SIMRS	Sindicato da Indústria da Mandioca e do Açúcar de Rio do Sul
SISCTL	Sindicato da Indústria de Serraria, Carpintaria e Tanoaria de Lages
SIVC	Sindicato das Indústrias do Vestuário de Criciúma
SIVCPB	Sindicato das Indústrias de Vidro, Cristais e Espelhos, Cerâmica de Louças e Porcelana de Blumenau
SNIRB	Sindicato Nacional da Indústria de Rações Balanceadas
UDN	União Democrática Nacional

ÍNDICE

Resumo	I
Agradecimentos	III
Lista de Abreviaturas	IV
Índice	VI
Lista de Tabelas e Mapas	VIII
INTRODUÇÃO	XII
CAPÍTULO 1	1
1. Introdução	1
2. O Estado	2
3. Classes Sociais	8
4. Sistemas partidários	11
5. Os partidos no Brasil	16
CAPÍTULO 2	21
1. Introdução	21
2. Evolução partidária	22
2.1. República Velha	22
2.2. Período populista	29
2.3. Um falso bi-partidarismo	39
3. Reformulação partidária e os novos partidos (1979)	46
4. Os novos partidos e as eleições de 1982 e 1985	49
CAPÍTULO 3	59
1. Introdução	59
2. Reflexões sobre a Burguesia Brasileira	60
3. O processo de transição democrática	65
4. A fase final do regime militar	68
5. A implantação da Nova República	72
6. O Plano Cruzado	74
7. O empresariado brasileiro e a democratização	77
7.1. Um aspecto regional: o empresariado catarinense	81
CAPÍTULO 4	90
1. Introdução	90
2. Lançamento das Candidaturas e as Convenções Partidárias	91
3. A Campanha	103
4. Os resultados	113
5. Formato partidário	137
6. Conclusão	145

CAPÍTULO 5	148
1. Participação política do empresariado	148
2. A participação dos empresários nos partidos políticos	155
2.1. Diretórios partidários	161
2.1.1. Diretórios Regionais	161
2.1.2. Os partidos nos municípios	166
2.2. Os principais grupos econômicos	178
2.3. As eleições para a FIESC	187
3. As expectativas de reforma do estado	192
4. Conclusão	206
CONCLUSÃO	211
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	217
ANEXOS	

LISTA DE TABELAS, QUADROS E MAPAS.

1. Tabelas:

Número	Título	Pg
1.1	Número de Deputados Estaduais eleitos em SC (1947/1962)	35
1.2	Número de Deputados Federais eleitos em SC (1945/1962)	36
1.3	Formato da competição eleitoral para a Câmara Federal e Assembléia Legislativa em Santa Catarina (1945/1962)	37
1.4	Número de Deputados Estaduais e Federais eleitos em SC (1966/1978)	41
1.5	Percentuais de votos obtidos pelos partidos para a Assembléia Legislativa e Câmara dos Deputados (1966/1978)	41
1.6	Formato da competição eleitoral para a Câmara Federal e Assembléia Legislativa em Santa Catarina (1966/1978)	44
1.7	Parlamentares vinculados aos partidos políticos ao início de cada ano legislativo em SC (1979/1982)	48
1.8	Votos para governador em 1982 (SC)	50
1.9	Resultado das eleições municipais de 1985 - Votos para Prefeito	55
1.10	Resultado (percentuais) das eleições municipais de 1985 - Votos para Prefeito	56
1.11	Formato da competição eleitoral para Prefeito (1985)	57
2.1	Votos para governador (SC/1986)	115
2.2	Votos para Deputado Federal (SC/1986)	116
2.3	Votos para Deputado Estadual (SC/1986)	117
2.4	Votantes distribuídos por categoria de municipio (SC/1986)	120

Número	Título	Pg
2.5	Votos (percentuais) para governador - Municípios agregados em faixas populacionais (SC/1986)	120
2.6	Votos para Deputado Federal (percentuais) - Municípios agregados em faixas populacionais (SC/1986)	122
2.7	Votos para Deputado Estadual (percentuais) - Municípios agregados em faixas populacionais (SC/1986)	123
2.8	Votos para governador por micro-região (Percentuais baseados no número de votos válidos - SC/1986)	126
2.9	Votos para Deputado Federal por micro-região (Percentuais baseados no número de votos válidos - SC/1986)	129
2.10	Votos para Deputado Estadual por micro-região (Percentuais baseados no número de votos válidos - SC/1986)	131
2.11	Votos para governador - Municípios agrupados segundo a arrecadação de ICM-SC/1986	134
2.12	Votos para governador (percentuais)- Municípios agrupados segundo a arrecadação de ICM-SC/1986	135
2.13	Votos para Deputado Federal - Municípios agrupados segundo a arrecadação de ICM-SC/1986	135
2.14	Votos para Deputado Federal (percentuais) - Municípios agrupados segundo a arrecadação de ICM-SC/1986	136
2.15	Votos para Deputado Estadual - Municípios agrupados segundo a arrecadação de ICM-SC/1986	136
2.16	Votos para Deputado Estadual (percentuais) - Municípios agrupados segundo a arrecadação de ICM-SC/1986	137
2.17	Índices gerais de fracionamento partidário (SC/1986)	137

Número	Título	Pg
2.18	Índices de fracionamento partidário para as eleições de 1986 - (Micro-regiões - SC)	139
2.19	Índices de fracionamento partidário nos maiores municípios do Estado (SC/1986)	142
2.20	Índices de fracionamento partidário nos menores municípios do Estado (SC/1986)	144
3.1	Empresários vinculados ao Diretório Regional do PMDB - SC/1986	162
3.2	Empresários vinculados ao Diretório Regional do PDS - SC/1986	163
3.3	Empresários vinculados ao Diretório Regional do PFL - SC/1986	165
3.4	Empresários vinculados a Partidos Políticos em Joinville - SC/1986	167
3.5	Empresários vinculados a Partidos Políticos em Blumenau - SC/1986	168
3.6	Empresários vinculados a Partidos Políticos em Jaraguá do Sul - SC/1986	169
3.7	Empresários vinculados a Partidos Políticos em Criciúma - SC/1986	170
3.8	Empresários vinculados a Partidos Políticos em Itajaí - SC/1986	171
3.9	Empresários vinculados a Partidos Políticos em Florianópolis e São José - SC/1986	172
3.10	Empresários vinculados a Partidos Políticos em Chapecó - SC/1986	173

Número	Título	pg
3.11	Empresários vinculados a Partidos Políticos em Brusque - SC/1986	174
3.12	Empresários vinculados a Partidos Políticos em Lages - SC/1986	175
3.13	Empresários vinculados a Partidos Políticos em Tubarão - SC/1986	175
3.14	Empresários vinculados a Partidos Políticos em São Bento do Sul - SC/1986	176
3.15	Empresários vinculados a Partidos Políticos em Concórdia - SC/1986	176
3.16	Empresários vinculados a Partidos Políticos em Videira - SC/1986	177
3.17	Empresários vinculados a Partidos Políticos em Rio do Sul - SC/1986	178
3.18	Membros da Chapa Renovação à direção da FIESC, vinculados a Partidos Políticos (SC/1986)	189
3.19	Membros da Chapa Integração à direção da FIESC, vinculados a Partidos Políticos (SC/1986)	190
Quadros	Título	pg
I	Relação dos 15 Municípios com maior arrecadação de ICM (em Cruzados - SC/1986)	133
II	Distribuição das regiões (SC) segundo o fracionamento partidário (eleição de 1986)	141
Mapas	Título	pg
1	Estado de Santa Catarina com a divisão por micro-regiões	124

Introdução

⌘ Quem acompanha a vida política de Santa Catarina costuma fazer algumas constatações ao estabelecer paralelos com a média brasileira e, especialmente, com os demais estados da região sul. Uma das constatações mais corriqueiras é a que diz respeito ao conservadorismo da vida política regional.

As referências a este costumam ser feitas por jornalistas políticos, pelos próprios políticos e, também, em algumas análises acadêmicas. Este conservadorismo é observado tanto nas elites políticas e/ou econômicas como entre os próprios eleitores com tendência a rejeitar, por ocasião das eleições, os candidatos e partidos mais progressista ou mudancistas.

⌘ Verificamos que, durante o período populista, não se constituiu, no Estado, um partido que pudesse ser considerado de esquerda. O PCB, na sua primeira e única participação eleitoral, em 1945, teve uma votação insignificante, restrita à Capital. O PSB foi fundado às vésperas do golpe militar de 1964. E o próprio PTB esteve controlado, durante a maior parte de sua existência, por setores conservadores que em pouco diferiam daqueles que controlavam PSD e UDN.

No transcorrer do regime militar o domínio do partido governista (ARENA) foi quase absoluto, conquistando o apoio tanto das elites quanto da maioria dos eleitores. Tanto que as vitórias emedebistas (MDB) para o Senado em 1974 e 1978 foram vistas com surpresa. Por ocasião do pleito para governador do Estado em, 1982, uma vez mais, os tradicionais grupos dominantes impõem uma vitória. ⤴

Sempre houve, desta forma, uma curiosidade de nossa parte em relação às forças que faziam prevalecer este domínio conservador bem como sobre o motivo da ausência de forças progressista capazes de produzir uma resistência mais consistente.

Conseqüentemente, este trabalho está voltado para tal enfoque pretendendo oferecer algum subsídio à compreensão da realidade política catarinense como

parte integrante do contexto nacional. Definimos, para tanto, o período eleitoral de 1986 e, entre os diversos agentes sociais que vieram a intervir no processo, privilegiamos o empresariado local.

Alguns trabalhos acadêmicos¹ já tinham frisado, anteriormente, o quanto o empresariado local estava unido sob o "guarda-chuva" do regime autoritário e do partido situacionista. O ano de 1986, entretanto, parece apresentar algumas surpresas quando o empresariado rompe a "unidade" e apresenta-se dividido nas eleições para a direção da Federação das Indústrias (FIESC). Percebe-se, paralelamente, um movimento onde diversos empresários abandonam o PDS - partido herdeiro da ARENA - formando uma nova organização, o PFL, um dos pontos de apoio da Nova República.

A eleição de 1986, além disso, constitui-se na primeira a ser realizada após o fim do regime militar e o estabelecimento de um novo governo civil. Representa a consolidação de um movimento que tem sua origem em um regime autoritário alcançando uma situação democrática, primeiro momento de um processo de democratização. Parte integrante, portanto, de um longo caminho em direção à transição democrática que se arrasta vagarosamente, no país, desde o início do governo Geisel. E por este motivo, o momento ideal para se observar o posicionamento deste agente privilegiado.

Para a realização do trabalho foram utilizados, basicamente, documentos elaborados durante aquele ano. Examinamos, primeiramente, os principais jornais do Estado² para um acompanhamento dos principais fatos registrados durante a preparação do pleito. Selecionamos, na ocasião, artigos de empresários e políticos

¹ Ver CARREIRÃO (1990), FONTANA (1983), e AGUIAR (1991).

² Jornal "O Estado" de Florianópolis, "Jornal de Santa Catarina" de Blumenau, jornal "A Notícia" de Joinville e o recém-inaugurado "Diário Catarinense" de Florianópolis.

publicados por estes jornais, assim como entrevistas e mesas-redondas realizadas a respeito de assuntos que mereceram debates.

Trabalhamos, a seguir, com os dados obtidos junto ao TRE/SC. Estes dados foram, principalmente, os resultados das eleições para Governador, Deputado Federal e Deputado Estadual a nível dos municípios. Obtivemos, também, os resultados globais do Estado para as eleições precedentes. Trabalhamos, além disso, com a lista de nomes que constituíram à época, os diretórios regionais e os diretórios municipais partidários dos quinze municípios economicamente mais importantes.

Procuramos, após consultar os principais documentos, especialmente programas de governo, elaborados pelos partidos políticos, para as eleições. Utilizamos, também, relatórios de algumas entidades representativas que faziam referência à questões eleitorais.

E, finalmente, foi de grande importância a leitura de diversos trabalhos acadêmicos realizados por alunos do Curso de Mestrado em Ciência Política e professores do Departamento de Ciências Sociais da UFSC, empenhados em conhecer diversos aspectos políticos da realidade catarinense.

Divide-se este trabalho em 5 (cinco) capítulos. No primeiro são apresentadas algumas questões teóricas pertinentes a temas que consideramos importantes para o entendimento da questão em estudo. Há breves explanações sobre a relação estado/sociedade, classes sociais e referentes à noção de empresariado por nós utilizada. Estando o assunto centrado no tema "partidos políticos" procuramos, também, abordar teoricamente esta questão.

O segundo capítulo trata do processo partidário em Santa Catarina, dos diversos partidos constituídos e seus integrantes. Relata-se, nesta parte, o desenvolvimento dos partidos formados a partir da Proclamação da República até às vésperas das eleições de 1986.

Trata o terceiro capítulo do contexto político em que se realiza o pleito do ano enfocado, com as diversas medidas institucionais instauradas pela Nova República. Na ocasião procuramos apresentar algumas considerações feitas a respeito do empresariado brasileiro e catarinense.

O resultado das eleições é analisado no quarto capítulo. Procura-se, nesta oportunidade, considerar estes resultados não somente de forma global ao serem agrupados os dados finais com a utilização de critérios regionais, de faixas populacionais e em função da importância econômica do município. buscou-se, com base nestes dados estabelecer a configuração assumida pelo sistema partidário em Santa Catarina, comparando-a com outros momentos da histórica política local.

Ao ser constatada mudança no formato do sub-sistema partidário regional, procuramos no quinto capítulo detectar a presença do empresariado nos partidos políticos e sua participação, alimentando as transformações partidárias. Consideramos, a importância da vinculação deste segmento, do grande empresário, em especial, no sentido de fortalecer o processo de consolidação da transição democrática conservadora. E, finalizando este capítulo, com base em artigos e opiniões expressas por figuras representativas da classe dominante em Santa Catarina, buscou-se organizar um quadro a respeito das concepções sobre a reforma do estado e a democracia.

Capítulo 1 - CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.

1. Introdução

Procuramos, neste capítulo, examinar algumas questões teóricas que consideramos relevantes para a compreensão do tema proposto.

No item 2 apresentaremos a concepção de Estado desenvolvida por Claus Offe. Esta perspectiva pretende dar conta da autonomia do Estado em relação á sociedade mas estabelecendo possibilidades de ação para os diversos atores formados no interior da sociedade. Esta noção aspira ser uma alternativa às tradicionais concepções instrumentalistas e estruturalistas.

Considerando que diversos grupos de interesses tem seu fundamento nas classes sociais, são tecidas no item seguinte (3) breves considerações a respeito da noção de Classes Sociais, definindo-se como será entendido o empresariado no desenvolvimento deste trabalho.

Tendo em vista que os partidos políticos se constituem em importantes meios de organização de diversos grupos de interesse e, também, como instrumento para o estabelecimento de canais de expressão e pressão sobre o Estado, são abordados os sistemas partidários nos item 4 e 5. A classificação de sistema partidário de Sartori é descrita no item 4. No item 5 estão apresentadas as principais concepções desenvolvida a respeito do sistema partidário brasileiro predominante no período 45/65 tendo por base o esforço classificatório elaborado por Antônio Lavareda.

2. O Estado

Objetivamos, neste capítulo, examinar a relação entre Estado e Classe Dominante com especial enfoque sobre a questão da Democracia. Para analisar este tema lembramos que:

Duas perspectivas têm sido utilizadas, de forma predominante, no tratamento da relação entre as classes sociais e o Estado. A primeira delas podemos designar de instrumentalista e a segunda de Estruturalista. Ambas têm contribuído de forma significativa para a compreensão deste tema ao mesmo tempo que têm provocado determinados problemas interpretativos os quais procuraremos evitar.

A perspectiva instrumentalista tem oferecido, sem dúvida, uma grande contribuição pela ênfase que dá ao assunto. Para alguns autores, entre os quais, um dos mais representativos foi Ralph Miliband¹, o Estado Capitalista tem contribuído no sentido de manter a ordem econômica capitalista por estar tomado, em seus diversos aparatos, por agentes oriundos da classe dominante ou, então, de classes sociais afins que demonstrem ter fortes afinidades com as dominantes. Tais afinidades devem ser confirmadas por uma prática constante de adesão aos interesses dos capitalistas. Trata-se de atores individuais que passariam por um processo de "aburguesamento"².

Miliband parte de uma crítica à perspectiva liberal que, segundo ele, insistiria na existência de uma competição em termos mais ou menos igualitários entre os grandes interesses organizados do capital e do trabalho³. Considera, por outro lado, inexistir igualdade de condições, gozando o capital de grande vantagem dentro do sistema estatal.

¹ MILIBAND, 1972.

² Miliband, 1972, p. 85.

³ Nem todos os autores liberais concordam com esta perspectiva criticada por Miliband. É importante lembrar que alguns, como Charles Lindblon, admitem que: "... o processo decisório político é controlado de forma especial pelas empresas: os funcionários governamentais precisam levar em conta suas reivindicações e descobrir o que é necessário para o florescimento dos negócios, mesmo quando os homens de negócios silenciam ...". LINDBLON, 1981, p 67.

O controle do aparato estatal por parte de membros da classe dominante é, conforme Miliband, empiricamente constatável através de diversas pesquisas desenvolvidas em estados europeus.

*“O que os fatos sugerem de maneira conclusiva é que, em termos de origem social, educação e situação de classe, os homens que equiparam todos os postos de comando dentro do sistema estatal provêm, em grande medida e em muitos casos em sua maioria esmagadora, do mundo de negócios e da propriedade, ou das classes médias profissionais”.*⁴

E, desta forma, os interesses econômicos da classe dominante têm podido contar “com o apoio e a boa vontade ativa daqueles que detêm em suas mãos o poder estatal”.⁵

Pesquisas de cunho instrumentalista tiveram grande utilidade na demonstração da inexistência da neutralidade estatal e do quanto determinadas políticas públicas, e mesmo algumas políticas sociais, tendiam a privilegiar determinados interesses capitalistas.

Um dos mais sérios problemas da perspectiva instrumentalista é, porém, entender que o Estado defende os interesses da classe dominante pelo simples fato de que indivíduos que ocupam os mais importantes postos no poder público são originários desta mesma classe dominante ou por ela influenciados. Esta concepção estabelece, ao menos implicitamente, existir um interesse comum da classe dominante e que a elite estatal tem condições de perceber estes interesses e promover ações que visem o atendimento destes interesses.

Contra as incorreções da teoria instrumentalistas pronunciaram-se alguns autores chamados de “estruturalistas”. Um dos mais representativos autores desta tendência foi Nicos Poulantzas.

⁴ MILIBAND, 1972, p. 87.

⁵ Idem, p. 178.

O ponto de vista estruturalista foi importante para mencionar erros da perspectiva anterior, ressaltando os seus limites ao frisar que o estatuto de classe do Estado não depende da classe que o controla. Marx já mencionara esta perspectiva em seus trabalhos. Nicos Poulantzas expressa este ponto de vista rebatendo diversas afirmações de Ralph Miliband.⁶

Conforme Laclau, a crítica de Poulantzas é radical. Para este último Miliband reduz "o papel do Estado à conduta e ao comportamento dos membros e aparelho de Estado". Interpretação possivelmente exagerada inclusive do ponto de vista de Laclau.⁷

O estruturalismo caminhou, entretanto, para uma posição oposta mas, nem por isto, isenta de enganos. Converte-se para um determinismo estrutural onde os agentes sociais nada são. Refere-se aos agentes sociais, tanto classes sociais quanto indivíduos, como meros portadores das estruturas sociais. Tal como o ponto de vista expresso por Althusser: "Os indivíduos, que são simples suportes das estruturas, são transformados pela ideologia em sujeitos, ou seja, vivem a relação com as suas condições reais de existência como se eles próprios constituíssem o princípio autônomo de determinação daquela relação."⁸

O Cientista Político alemão Claus Offe, procura evitar estes dois pontos de vista ao desenvolver uma perspectiva nova para explicar o motivo pelo qual o Estado, na Sociedade capitalista, é um Estado Capitalista. Para Offe, estas duas perspectivas, embora divergentes, cometem o mesmo erro ao tentar explicar o Estado a partir de elementos externos que o determinam. Para uns são as classes dominantes que o invadem, para outros são as estruturas sociais.

Para Offe é necessário procurar entender os mecanismos internos ao próprio estado que fazem dele um estado capitalista.

⁶ POULANTZAS, 1971.

⁷ LACLAU, 1978, p. 68.

⁸ LACLAU, 1978, p. 106.

Segundo ele o Estado não é "neuro" em relação aos diversos interesses da sociedade. Conforme Offe e Ronge o Estado se comporta de maneira tal que "... protege e sanciona instituições e relações sociais que por sua vez, constituem o requisito institucional para a dominação de classes do capital."⁹

Segue-se que, para ambos, existe "... uma e somente uma estratégia geral de ação do Estado ..." que "... consiste em criar condições segundo as quais cada cidadão é incluído nas relações de troca"¹⁰. Se estas condições acontecem por imposição do mercado (tal como desejam os autores liberais) não haveria razão para a intervenção do Estado.

A dinâmica do desenvolvimento capitalista apresenta, no entanto, uma tendência à "... interrupção das relações de troca". E, apesar da crença dos economistas liberais nos mecanismos de correção automática do mercado (ou na "mão invisível" do mercado), estes não tem sido eficazes. A intervenção do Estado torna-se, portanto, cada vez mais necessária.

De qualquer forma consideram que o Estado tem à disposição três diferentes estratégias alternativas para superar a paralisação do processo de troca.

A primeira destas alternativas, a mais "ultrapassada", corresponde à "contemplação passiva". Consiste em esperar que os mecanismos autocorretivos entrem em ação e reconduzam as unidades de valor aos seus respectivos lugares no mercado, fato que não costuma acontecer tendo o Estado que adotar outras estratégias.

A segunda alternativa consiste em oferecer "certas condições de segurança às unidades de valor que não conseguem se manter nas relações de troca." Esta atitude "assistencialista", porém, tende a se desgastar por onerar excessivamente os organismos estatais.

⁹ OFFE & RONGE, 1984, p. 123.

¹⁰ Idem, p. 125.

A terceira estratégia tende, desta forma, a ser usada crescentemente. Esta pode ser "descrita como a criação política das condições nas quais se torna possível uma relação de troca eficaz entre sujeitos jurídicos e econômicos". Esta estratégia pretende que:

1. a capacidade de troca da força de trabalho seja ampliada;
2. a capacidade de troca dos bens de capital e outros bens seja elevada mediante a integração supra-nacional de mercados de capital e de bens, as políticas de pesquisa e desenvolvimentos, etc.
3. aqueles setores que não consigam manter-se na relação de troca sejam "saneados passivamente" de forma planejada, isto é, sejam simultaneamente expostos à pressão de adaptação do mercado e à pressão modernizadora criada e reforçada politicamente. Isto deve levá-los a se transformarem no sentido da aquisição de maior "competência de mercado".

Poder-se-ia indagar a partir destas perspectivas: se a manutenção das relações de produção capitalistas independem da intervenção da Burguesia no Estado; se o Estado garante a sobrevivência do capitalismo mesmo sem ser um mero instrumento de classe; se o Estado preserva o sistema capitalista de uma maneira mais eficaz quando age com autonomia, sem a pressão da classe dominante, por que os empresários tendem a exercer constante pressão através das mais diversas formas sobre os centros de decisão política?

Creio que a resposta a esta questão pode ser encontrada no próprio Offe, quando afirma que as mudanças de estratégias do Estado são extremamente prejudiciais a determinados setores produtivos e a algumas empresas individuais, que a sobrevivência empresarial não depende apenas da competência, do esforço, da capacidade administrativa, mas da possibilidade de obter o apoio decisivo do aparelho estatal.

O estabelecimento destas estratégias estatais, no entanto, "... conduzem a uma série de contradições estruturais em sociedade de capitalismo de Estado, que podem se transformar num foco de conflitos sociais e lutas políticas."¹¹

Este é justamente, a nosso ver, o aspecto mais interessante, pois, se o Estado não é um "instrumento" de classe mas visa estabelecer condições para que cada cidadão seja incluído nas relações de troca, as estratégias políticas para realizar estas tarefas levam a conflitos sociais e lutas políticas.

A necessidade de intervir nas políticas públicas é fundamental para as diversas unidades de valor visto que:

"... o valor de troca factual que cada unidade de valor (força de trabalho ou capital) alcança no mercado aparece como duplamente determinado, ou seja, de um lado, por medidas políticas e de outro, por estratégias individuais e pelas contingências dos processos 'naturais' do mercado."¹²

Assim "...para os proprietários de capital, o seu sucesso depende menos de sua 'coragem de assumir riscos', de sua capacidade de inovação e de sua competência empresarial que dos resultados da política estatal ..."

Em vista destes processo políticos e econômicos, o desenvolvimento e a sobrevivência, não do capitalismo, mas de determinadas empresas ou ramos empresariais dependerá, em muito, das pressões que possam exercer sobre o poder público.

Em um momento em que a mundialização intensifica-se, paralela a uma crise de estratégias estatais "paternalistas" e do estabelecimento de estratégias "modernas" que significarão o "saneamento passivo" de diversas unidades de valor, ou a valorização de outras, entendemos que, para o empresariado, estas pressões tornam-se muito importantes para a respectiva sobrevivência individual.

¹¹ Idem, p. 132.

¹² Idem, p. 137.

3. Classes Sociais

A partir das considerações anteriores, analisaremos as relações entre o estado e o empresariado.

O estudo da classe social tem merecido uma atenção redobrada dentro da teoria marxista. Alguns críticos insistem, inclusive, em que o conceito de classe social seria totalmente anacrônico, na atualidade, como ferramenta de conhecimento. Consideramos, entretanto, que a noção de classe social continua tendo importância decisiva para a compreensão dos mecanismos sociais embora passível de uma rediscussão.

Encontramos, em Marx, a mesma dificuldade já mencionada a respeito da noção de Estado. Não há um texto que trate diretamente do tema classes sociais. Apenas o último capítulo do terceiro e inacabado volume de "O Capital" teria sido dedicado a este assunto. Existem apenas algumas linhas escritas com o título: "As Classes". Marx faleceu quando o escrevia. Afirma ele:

"Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários da terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista. (...)"

Algumas questões referentes as classes sociais merecem ser redefinidas. Apresento, abaixo, alguns tópicos nesta direção:

1. Havia a tendência a reduzir todas as formas de dominação à dominação de classes. Explicava-se, desta maneira, o racismo ou a dominação de gênero como um dos resultados da dominação de classe e que desapareceriam, necessariamente, com o estabelecimento de uma sociedade sem classes. Frise-se, em primeiro lugar, que a sociedade está dividida em outros segmentos além das classes sociais e que não podem ser reduzidos a ela, tais como gênero, raça,

região, geração, etc. Estes segmentos e as contradições a que dão origem devem ser considerados no entendimento de processos como os movimentos negros, de mulheres, ecológicos, de luta por moradias, separatistas e outros. Estes movimentos são importantes nos processos de decisão política pois representam interesses, levantam reivindicações de segmentos sociais e entram em confronto com determinados aparelhos do Estado.

2. A posição de classe no marxismo clássico é definida pelo lugar na produção, se o indivíduo é proprietário ou não proprietário dos meios de produção. Concordamos com Antônio S. Guimarães quando afirma que:

"Primeiro, a idéia de que a formação das classes é determinada tanto por elementos estruturais objetivos, os quais não se resumem a fatores econômicos, quanto por elementos subjetivos, os quais não são determináveis 'a priori' mas são histórico-contingentes. Segundo, a idéia de formação de classe enquanto processo contínuo de reorganização, no qual nenhuma classe está constituída de modo definitivo, senão que resulta de conflitos sociais cujo desenvolvimento e largamente indefinido."¹³

3. As classes se exprimem através de diversas organizações (sindicatos, associações, movimentos sociais, etc) e lideranças (intelectuais orgânicos em Gramsci). Mas estas organizações classistas são atravessadas por conflitos de gênero, raciais e outros. Como, também, as contradições de classe moldam os movimentos sociais.

4. Cabe retomar a importante noção das classes como sujeitos da história, veementemente contestada pelo marxismo-estruturalista dos anos 60 e 70. Conforme Perry Anderson:

"Levi-Strauss havia se empenhado categoricamente em cortar o nó górdio da relação entre estrutura e sujeito, retirando este último de qualquer campo de

¹³ GUIMARÃES, 1991, p. 52.

conhecimento científico. Ao invés de resistir a essa mudança, Althusser radicalizou-a, com uma versão de marxismo onde os sujeitos foram inteiramente abolidos, exceto como efeitos ilusórios de estruturas ideológicas".¹⁴

Não se trata de retornar a pressupostos "instrumentalistas" ou "voluntaristas", mas de considerar a importância, como objeto de análise, dos diversos agentes sociais constituídos ao longo dos conflitos sociais tendo como origem as classes sociais ou movimentos sociais. Ou seja, ainda que reconhecendo a força dos elementos estruturais na configuração dos diversos agentes e dos conflitos sociais há necessidade de admitir a possibilidade da ação dos agentes em provocar elementos emergentes.

5. Embora, na atualidade e especialmente em Santa Catarina, o empresário seja visto no sentido "schumpeteriano"¹⁵, como personagem dedicado ao trabalho, competente, competitivo, não será esta a aceção que utilizaremos. Empresário será entendido, aqui, como todo o agente individual que ocupa posição hierárquica superior no interior de empresa privada, seja ou não proprietário dos meios de produção. Ou seja, aquele que exerce poderes para decidir em nome do capital.

Considera-los-emos, conforme Poulantzas, "os agentes dirigentes que exercem diretamente esses poderes e que preenchem as 'funções do capital' ocupam o lugar do capital, e possuem, assim, um pertencimento de classe burguês, mesmo que não detenham a propriedade jurídica formal."

"O papel dirigente dos empresários ... está ligado a sua situação na autoridade hierárquica da organização despótica do trabalho na fábrica, a sua situação, igualmente, em relação ao 'segredo do saber' e ao 'segredo burocrático' na divisão entre trabalho

¹⁴ ANDERSON, 1984, 44.

¹⁵ "Vimos que a função dos empresários é reformar ou revolucionar o padrão de produção explorando uma invenção ou, mais geralmente, uma possibilidade ainda não tentada de produzir nova mercadoria, de produzir uma já existente de maneira nova, de abrir uma nova frente de oferta de materiais, uma nova colocação para produtos existentes, de reorganizar uma indústria e assim por diante." (SCHUMPETER, 1984, p. 173.)

*intelectual e trabalho manual, ficando essas situações, pelas formas precisas que assumem em seu caso, como determinações de classe burguesas.*¹⁶

4. Sistemas partidários

As pressões que as formas de organização do capital e da força de trabalho exercem sobre o estado podem ser de diversos tipos. Elas acontecem sobre os Partidos Políticos, sobre candidatos, sobre governos eleitos e funcionários públicos especialmente os mais graduados e até mesmo sobre a opinião pública¹⁷.

Ainda que as pressões exercidas diretamente sobre os governos e órgãos públicos sejam das mais importantes não podemos desconsiderar aquelas que são exercidas através dos Partidos Políticos e nos processos eleitorais. É a partir da eleição de políticos de confiança que os grupos de interesse terão à disposição canais de participação no interior dos governos como, também, algum poder decisório.

Por este motivo as eleições não podem ser vistas, como querem alguns teóricos Pluralistas, apenas como processos de escolha dos melhores, dos mais competentes para exercer o governo. Ou como simples instrumentos capazes de promover rotatividade nas elites governantes, evitando assim o fortalecimento das burocracias estatais.

Em primeiro lugar os processos eleitorais constituem um instrumento utilizado para conferir legitimidade a uma instituição e a suas autoridades e obter lealdade dos demais membros. Diversas organizações utilizam as regras do voto e o respeito a maioria, sejam estados, empresas, sindicatos, escolas, etc, para garantir obediência a decisões e direções.

¹⁶ POULANTZAS, 1975, 195.

¹⁷ FINNER, 1983.

Em segundo lugar, através das eleições diversos grupos organizados da sociedade procuram conquistar para candidatos que apoiam a posição de autoridade e desta forma legitimar a defesa de seus interesses privados, conferindo-lhes a aparência de interesses públicos.

Como a legislação nacional exige que a participação nas eleições seja feita através de Partidos Políticos, estes tornam-se alvo de diversos interesses e campos de luta política.

Com vistas a um dos nossos objetivos que é o de constatar as alterações no sistema partidário provocada pelas eleições de 1986 e a intervenção do empresariado neste processo utilizaremos o modelo desenvolvido por Giovanni Sartori.

As proposições tradicionais que estabeleceram uma tipologia para os sistemas partidários tinham como critério o número de partidos¹⁸ participando das disputas eleitorais. Em função deste critério foi considerada a existência de três tipos diferentes de sistemas partidários: a) o sistema de partido único; b) o dualismo partidário ou bipartidarismo e c) multipartidarismo formado por mais de dois partidos políticos.

Sartori¹⁹ empreende uma crítica a este sistema classificatório²⁰, apresentando uma proposta diversa. Embora tomando como ponto de partida o critério numérico, procura ir além deste de forma a captar melhor a complexidade dos sistemas partidários implantados em diversos países. Nesta outra perspectiva passa a ser fundamental considerar a dispersão ou concentração do poder no interior do sistema partidário.

Desta forma, o autor nos apresenta duas classes de sistemas partidários. Os sistemas competitivos e os sistemas não-competitivos.

¹⁸ DUVERGER, 1970, p. 242 e segs.

¹⁹ SARTORI, 1982, p. 141 e segs

²⁰ O autor rejeita, inclusive, a idéia de estar construindo uma tipologia (p 149).

No primeiro podemos visualizar algumas sub-classes que são os sistemas de: a) partido predominante; b) bipartidário; c) pluralismo limitado e moderado; d) pluralismo extremado e polarizado e e) atomizado.

No segundo encontramos os sistemas de: a) partido único ou unipartidarismo e b) partido hegemônico.

Não nos deteremos nesta classe de sistema não competitivo. Entretanto vale mencionar que partido único significa "literalmente isto: apenas um partido existe e tem permissão de existir"²¹. O Sistema de partido único pode ser subdividido em três outras classes: 1) unipartidarismo totalitário; 2) unipartidarismo autoritário e 3) unipartidarismo pragmático.²²

O sistema de partido hegemônico compreenderia um sistema "... no qual um partido tolera e distribui de maneira discricionária, uma fração de seu poder a grupos políticos subordinados"²³. Pode ser dividido em dois subtipos: 1) partido ideológico-hegemônico (exemplificado pela Polônia pré-glasnost) e 2) partido pragmático-hegemônico (exemplificado pelo PRI no México)

Quanto aos sistemas competitivos que nos interessam mais diretamente visto que, a partir das eleições de 1982, o sistema partidário brasileiro ingressou nesta classe - o autor considera a existência de cinco (5) classes diferentes²⁴:

1. O *sistema atomizado* é definido a partir da semelhança com a competição econômica extremada onde um partido político não tem influência perceptível sobre outro;

2. O *Pluralismo extremado e polarizado*, analisado exaustivamente pelo autor, compreenderia um conjunto em torno de cinco a seis partidos relevantes. Este sistema é fortemente ideologizado;

²¹ SARTORI, 1982, p. 249.

²² Ver, especialmente, pg. 254/6.

²³ SARTORI, 1982, p. 259.

²⁴ Idem, p. 156.

3. O *Pluralismo moderado* estaria situado entre o Pluralismo extremado e o bipartidarismo, englobando "de três a cinco partidos relevantes";

4. O *bipartidarismo*, como o próprio termo está explicitando, seria formado por dois partidos relevantes, que mantivessem uma alternância no poder.

5. O *sistema de partido dominante* seria aquele constituído por mais de uma sigla mas que apenas um partido ocuparia o poder, isto é, não haveria alternância no poder. Diferente do sistema de partido único não existiriam impedimentos institucionais à vitória das oposições.

Quando temos um sistema de classes de sistemas partidários nós nos vemos obrigados a considerar a dificuldade de identificar os diversos casos concretos que se nos apresentam, especialmente no que se refere às distinções entre os sistemas competitivos.

Além do mais, conforme frisa Sartori, o tamanho e o número de partidos políticos estão relacionados entre si. "É intuitivamente óbvio que o número de partidos se relaciona com seu tamanho, além disso, que o tamanho condiciona a influência dos números"²⁵. Para conferir de forma mais objetiva o sistema partidário em Santa Catarina utilizaremos dois índices mencionados por Sartori e, também, por Lavareda que são o Índice de fracionamento de Rae²⁶ e o Índice de "Número efetivo de legendas" de Laakso e Taagepera²⁷.

Como os índices matemáticos possuem limites insuperáveis, conforme demonstra Sartori²⁸, concordamos com o autor sobre a necessidade de unir os critérios qualitativos com os quantitativos de forma a melhor compreender os processos partidários. Utilizaremos, assim, os índices citados ao lado do sistema classificatório mencionado por Sartori.

²⁵ SARTORI, 1991, p. 334.

²⁶ SARTORI, 1982, p. 334/345.

²⁷ LAVAREDA, 1991, p. 52.

²⁸ SARTORI, 1982, p. 334/45.

O primeiro índice procura identificar o grau de "dispersão eleitoral", estabelecendo uma relação entre o número de legendas concorrentes a um processo eleitoral e o número de legendas com "real expressão eleitoral". Sua fórmula matemática é a seguinte:

$$Fe = 1 - \sum_{i=1}^n P_i^2$$

Onde "Fe" é igual a 1 (um) menos o somatório das proporções, elevadas ao quadrado, obtidas por cada partido político ou candidato que participa de um pleito. As proporções podem ser construídas a partir do número de votos ou, no caso de eleições para os legislativos, do número de representantes eleitos.

*"A interpretação dos resultados da aplicação do índice utilizado é facilitado pelo fato de a variação do mesmo estar compreendida entre zero (0,00) e um (1,00). Assim 'Fracionamento'(Fe) igual a zero indica uma situação de completo "não-Fracionamento", isto é, de ausência absoluta de competição, típica de uma eleição hipotética na qual um único partido obtém todos os votos. Em oposição, um resultado extremamente próximo a um (1,00) é indicativo de completo 'Fracionamento' do tipo de eleição, obviamente absurdo, em que há várias dezenas de legendas, entre as quais se distribuem igualmente as preferências dos votantes."*²⁹

O segundo índice, construído a partir do índice de RAE, está relacionado com a identificação do número de forças eleitorais "reais". Este número não coincide, geralmente, com o número de legendas que entraram em competição.

Sua fórmula matemática é a seguinte:

$$Ne = \frac{1}{\sum_{i=1}^n P_i^2}$$

²⁹ LAVAREDA, 1991, p. 42.

Na fórmula acima o valor de Ne corresponde ao inverso do somatório das proporções, elevadas ao quadrado, obtidas por cada partido político ou candidato que participa do pleito em análise.

"Quando todas as legendas detêm igual expressão eleitoral, há coincidência entre o seu número e o 'Ne'. Assim, caso disputem duas legendas, mas uma delas concentre a quase totalidade dos votos, o 'Ne' se situará bem pouco acima de 1,0."³⁰

Obtém-se com a utilização destes dois índices alguns números que nos permitirão identificar o sistema partidário com maior objetividade.

5. Os partidos no Brasil

As análises a respeito dos partidos políticos brasileiros costumam fazer referência à fragilidade do sistema partidário quando comparado ao europeu e mesmo a vizinhos latino-americanos. Procurando explicar este fato, Maria Tereza Sadek apresenta um interessante conjunto de fatores que teriam criado obstáculos ao fortalecimento de nosso sistema partidário. Fatores estes que procuraremos reproduzir abaixo:³¹

1. Uma elevada concentração da renda, isto é, uma desigual distribuição da riqueza tende a prejudicar o desenvolvimento dos partidos;
2. Populações muito dispersas e baixa concentração urbana também são fatores inibidores. O Brasil e Santa Catarina, em especial, até recentemente mantiveram alto índice de ruralidade;
3. Constrangimentos jurídico-formais como a exigência de organização de âmbito nacional que cria dificuldades num país com grande extensão territorial;

³⁰ LAVAREDA, 1991, p. 52.

³¹ SADEK, 1985, p. 91/110.

4. Disseminação de uma ideologia anti-partido que tem sua origem na República Velha, intensifica-se durante o Estado Novo, acompanha o período populista e se manifesta com ímpeto redobrado durante o Regime Militar;

5. Curta vida dos sistemas partidários brasileiro. No século XX nenhum sistema partidário sobreviveu a período superior a 30 anos;

6. Reduzida função política dos partidos e escassos recursos de poder.

Entendemos que estas organizações continuam a ser peças importantes nos processos sociais ainda que envolvidas nas mesmas crises encontradas nas modernas democracias liberais (o que não se refere apenas ao caso brasileiro). Estão reduzidas ao desprestígio e ao desprezo da opinião pública que as encaram como fontes de corrupção. Apesar das suas fragilidades, entretanto, os partidos políticos tem se constituído em instrumento importante da luta política e canal de expressão dos mais diversos grupos e movimentos sociais.

Cientes das dificuldades de análise do sistema partidário brasileiro, lançamo-nos a tarefa de fazer algumas considerações a respeito do subsistema partidário em Santa Catarina no ano eleitoral de 1986. Utilizamos o sistema classificatório de Sartori já mencionado anteriormente. Mas ao mesmo tempo tendo consciência das dificuldades visto que este autor, como a maioria daqueles que analisam este tema, tome, como modelo, os países onde os partidos políticos estão razoavelmente institucionalizados.

No que se refere aos partidos políticos foi mais estudado o período populista (1945 a 1965). E, apesar do tempo, algumas conclusões emitidas a respeito do sistema estabelecido naquela ocasião podem ser de grande utilidade para a compreensão do momento atual. Entendemos, também, como de grande utilidade a classificação elaborada por Antônio Lavareda concernente aos estudos sobre o sistema partidário brasileiro durante este período. O autor classifica estes estudos em três diferentes tipos como veremos a seguir:

Temos, em primeiro lugar um conjunto de análises que definindo a tendência partidária como de desestruturação:

"No primeiro grupo estão reunidas teses cujo ponto básico comum assevera que o sistema partidário-eleitoral daquela fase caracterizava-se, essencialmente, por atravessar um processo de desinstitucionalização progressiva".

Há, a seguir, análises apontando para um determinado formato que o sistema partidário estaria assumindo: bipolarização, polarização ou concentração. Segundo alguns autores a tendência seria para o estabelecimento de um partido dominante. Outros como Jaguaribe apostavam no desenvolvimento de um bipartidarismo com uma tendência "nacional-progressista" e uma outra "conservadora-liberal". Um terceiro grupo de autores, ainda, apontavam para o desenvolvimento de polarizações oposicionistas.

E, em terceiro lugar, são apontadas as teses mencionando um processo de realinhamento sem, no entanto, determinar qual o formato que o sistema estaria assumindo. Para alguns autores (como Campello de Souza³²) teria ocorrido uma decadência dos partidos conservadores e a ascensão de partidos reformistas. Para outros, como Lima Jr.³³, o declínio atingiria tanto os partidos conservadores como os "populistas-reformistas", e os beneficiários desta queda foram os "pequenos partidos" em processo de crescimento.

Os realinhamentos podem ser: a) críticos e b) seculares. Os primeiros acontecem em pleitos que alteram a divisão tradicional do voto partidário. Os alinhamentos seculares decorrem de "... um processo bem mais discreto de acúmulo de modificações de longo prazo, onde uma extensa sequência de pleitos

³² SOUZA, 1976.

³³ LIMA JR., 1983.

gradativamente corporifica o deslocamento de lealdades, fortalecendo um partido ou grupos de partidos em detrimento de outro(s)".³⁴

Do capítulo dois ao quatro, Lavareda refuta a validade destas três vertentes de análises, acrescentando uma quarta que ele denomina de "Consolidação". Entende que o sistema partidário brasileiro

*"... estaria em processo de implantação e consolidação, isto é, cumprindo de modo cada vez mais efetivo o primeiro papel básico de qualquer sistema partidário democrático, que é o de imprimir organização e regularidade a parcelas significativas das escolhas eleitorais. Em outras palavras, estruturar e canalizar a maior parte da participação político-eleitoral."*³⁵

Em seguida o autor classifica as causas apresentadas pelos diversos pesquisadores dos partidos políticos brasileiros no período citado, dividindo-as em duas: a) perspectiva "externalista"; b) enfoque "internalista". Admite ainda que:

(...) "essa classificação se refere, por definição, ao 'acento' encontrado nas análises, não excluindo a possibilidade de alguns trabalhos listados em uma categoria reconhecerem a importância acessória de fatores que assumem centralidade na abordagem oposta."

Na primeira classe (externalista) estão incluídos os trabalhos que conferem processos de urbanização e industrialização sofridos pelo país no período a capacidade de modificar o sistema partidário

No segundo conjunto incluem-se os estudos que acentuam os elementos institucionais nas análises sobre os partidos políticos. Colocados neste grupo, estão os trabalhos que ressaltam a importância das coalizões eleitorais e a debilidade dos partidos políticos entre outros.

³⁴ LAVAREDA, 1991, p. 62/3.

³⁵ LAVAREDA, 1991, p. 97.

Enfim, gostaríamos de ressaltar que por estarmos limitados à análise de um único pleito não será possível estimar as tendências do sistema partidário em Santa Catarina na atualidade.

E, conforme já mencionamos anteriormente, esta abordagem tem uma ênfase "externalista", conforme a classificação de Lavareda. Não se pretende desprezar os elementos institucionais. O objetivo, no entanto, é o de verificar a importância de um ator específico (no caso o empresariado) nas mudanças ocorridas no quadro partidário catarinense quando das eleições de 1986.

Capítulo 2 - OS PARTIDOS POLÍTICOS EM SANTA CATARINA.

1. Introdução

A hegemonia das organizações tradicionais e conservadoras é um dos aspectos apresentados em um levantamento introdutório a respeito da evolução político-partidária de Santa Catarina. Este domínio se manifesta ao ser comparado com a média nacional e, mais ainda, se comparado com os vizinhos estados do sul do Brasil.

Não se pretende responder, neste capítulo, a questões relacionadas a tal assunto quer seja para confirmar ou não este conservadorismo. Procurar-se-á, entretanto, esboçar a formação dos partidos políticos e suas elites em Santa Catarina. Procuraremos ressaltar a presença dos chamados homens de negócio (comerciantes, industriais, etc.) na constituição dos partidos políticos, elementos importantes na análise do tema deste trabalho.

Enfoca-se, primeiramente, os partidos durante a República Velha e a continuidade que esta representava para os senhores que comandavam a política no Estado durante o Império (sub-item 2.1.). Registra-se, a tendência predominante no Estado para o partido único e o desenvolvimento de alguns conflitos inter-elites no interior do partido político.

Os principais partidos formados em Santa Catarina durante o período populista, sua continuidade em relação ao período anterior bem como o surgimento de novas forças, sustentáculo ou oposição ao regime militar abordadas no sub-item 2.2..

O desenvolvimento destas novas forças partidária serão objeto de consideração no item 2.3 onde registraremos o domínio inicial da situação e o gradativo mas constante crescimento do partido oposicionista.

A formação dos partidos políticos atuantes nas eleições de 1986, especialmente no aspecto parlamentar, será estudada no item 2.

Há, finalmente, no item 3, um relato de diversos elementos das eleições de 1982 e 1985 onde participam os novos partidos políticos brasileiros (exceto o PFL, inexistente em 1982).

2. Evolução partidária

2.1. República Velha

O movimento republicano durante o período imperial sempre foi inexpressivo em Santa Catarina. A Proclamação da República não provocou maiores traumas nas elites dirigentes. Não foi constituído um Partido Republicano, local, durante o Império e, somente no final da década de 80 foram fundados clubes republicanos em poucos municípios e meia dúzia de órgãos de imprensa comprometidos com a idéia.

Apesar disso não há grande resistência à instalação da República e tal resistência não se originou nos grupos dominantes. O mais importante movimento de oposição aconteceu no dia 18 de novembro, na capital da Província. Tratou-se de um motim de 42 praças do 25° B.I. liderado por um cabo, evocando slogans de apoio ao Império. Foram dominados após curta resistência que teve o saldo de um morto e alguns feridos ¹.

Por outro lado as adesões à república foram rápidas e as lideranças políticas do tempo do Império mantiveram o controle do poder municipal. Pelo menos nos primeiros anos, a República pouco mudou o panorama em Santa Catarina e na velha Desterro, "... a não ser os nomes de algumas ruas".²

¹ CABRAL; 1970, p. 249/50.

² LENZI; 1983, p. 52.

A situação de Lages é exemplar. A família Ramos controlava a política local desde 1850 . Após a proclamação, o coronel Vidal José de O. Ramos assumiu o cargo de Superintendente (Prefeito) do Município, permanecendo até 1902 (ao ser eleito vice-governador do Estado). Nesta ocasião transferiu o cargo para seu irmão, Belisário José de O. Ramos, que ali permanecerá até 1922. Neste período de vinte anos, Belisário Ramos foi substituído, em duas ocasiões: primeiro por seu genro Octacílio Costa (1911 a 1914) e, depois, por seu filho Aristiliano Ramos (1919 a 1922).³

Os tradicionais partidos locais do período imperial, Conservador e Liberal foram dissolvidos e seus adeptos aderiram de imediato ao golpe Republicano de Deodoro. Para governar Santa Catarina o presidente da República nomeou um catarinense de origem germânica, o tenente do Exército Lauro Severiano Muller, que assumiu o governo em 2 de dezembro de 1889. Suas primeiras medidas políticas de impacto foram a convocação de eleição de uma Assembléia Constituinte Estadual para 15 de setembro de 1890 e a dissolução das Câmaras Municipais e sua substituição por Intendências nomeadas pelo governador. Estas nomeações descontentaram algumas lideranças municipais causando as primeiras fraturas na então recente "unidade republicana".

Dois partidos políticos (se assim for permitido chamá-los) concorreram às eleições para a Constituinte Estadual. De um lado o Partido Republicano Catarinense liderado por Lauro Muller e, na oposição, os descontentes com a política do governador, especialmente com as nomeações para intendentes. Estes organizaram o Partido Republicano Federalista ou União Federalista. O resultado foi uma vitória total da situação (Partido Republicano Catarinense) que preencheu todas as 22 vagas.

³ Para maiores esclarecimento a respeito da formação política de Lages, ver a Dissertação de Mestrado da Professora Elizabeth Farias da Silva, 1985.

No dia seguinte (16 de setembro) realizaram-se eleições para os representantes de Santa Catarina na Assembléia Constituinte Federal. Nova vitória total da situação que elegeu o próprio governador (tenente Lauro S. Muller), o capitão Carlos Augusto de Campos (secretário do governador) o, também, capitão Felipe Schmidt (primo do governador) e Dr. Lacerda Coutinho (indicado pelo senador e importante líder do Partido Republicano Catarinense, Esteves Jr.).

Com a renúncia de Deodoro os Republicanos caíram em desgraça e Lauro Muller viu-se obrigado a deixar o governo em dezembro de 1890. O interventor nomeado pelo presidente Floriano, o Tenente Machado aproximou-se dos Federalistas casando-se, inclusive, com a filha de um líder deste Partido. Foi convocada uma nova Assembléia Constituinte, cujos membros foram eleitos em 24 de abril de 1892. Desta vez, a vitória será do Partido Federalista que elegeu todos os 22 deputados.

Passaram-se de forma semelhante outros pleitos travados durante a Primeira República. A situação massacrava a eventual oposição, graças a um sistema eleitoral controlado pelo governador e que favorecia todos o tipo de fraude.

Restou aos republicanos acusar as eleições de "farsa" migrando para a oposição. Oposição que em alguns momentos será armada ao envolver-se na Revolução Federalista. Neste período, um político entre os republicanos, Hercílio Luz, ganhou projeção pela organização de forças de combate na região do Vale do Itajaí. Blumenau foi transformada em capital provisória do Estado e Hercílio Luz, o governador.

Após 1894, com o restabelecimento da ordem federal, o Partido Federalista retornou à oposição. Deixou de existir em 1901 e alguns de seus principais líderes aderiram à nova ordem política estadual. Conseqüentemente, o Partido Republicano Catarinense (PRC) voltou a reinar soberano.

Os partidos políticos criados em Santa Catarina durante a República Velha, constituíram-se no que chamaremos de partido de quadros. Assim como seus "irmãos" de outros Estados dos quais estava divorciado institucionalmente, tratava-se de uma organização funcionando apenas nos períodos eleitorais, sem democracia interna, sob controle dos seus dirigentes que exerciam o poder em âmbito estadual. Para Edgar Carone, este "predomínio e diversificação estadual conduzem à estagnação ideológica dos P. Rs., manifestada na pobreza de seus programas ou reivindicações eleitorais, baseados todos na reafirmação dos princípios do Manifesto Republicano de 1870 (Federalismo e Presidencialismo)"⁴.

Um momento singular da organização do PRC ocorreu em 31 de julho de 1894, ao ser realizada uma convenção do partido. Aprovou-se, na ocasião, a lei Orgânica da Convenção que definia os critérios de organização partidária e de lançamento de candidaturas. Ficou estabelecido que "o Partido Republicano do Estado de Santa Catarina é parte integrante do Partido Republicano Federal". A direção do partido ficou a cargo de uma Comissão Diretora escolhida por representante de todos os municípios. O Partido Republicano Federal, entretanto, foi uma ficção: os governadores, em várias ocasiões, sobrepuseram-se às direções partidárias regionais.

Destacam-se dois momentos diversos. Em 1887, o governador Hercílio Luz não logrou apontar o seu candidato ao governo do Estado a partir do ano seguinte. O indicado foi Felipe Schmidt. Em dezembro de 1900, por discordar da condução do processo eleitoral, o governador Felipe Schmidt destituiu toda a Comissão Diretora do PRC (presidida por Hercílio Luz) e definiu, autocraticamente, as regras e os resultados das eleições que se realizaram naquele final de ano.⁵

⁴ CARONE, 1972, p. 312.

⁵ LENZI, 1983, p. 73/77.

Um segundo esforço de organização partidária aconteceu em 1926, pela liderança de Adolfo Konder que se preparava para ser governador do Estado. Em janeiro daquele ano realizou a convenção que estabeleceu que o partido passaria a contar com um "Programa Político", uma "Lei Orgânica" e o "Regulamento Interno da Comissão Diretora"⁶.

Ainda que, quase sempre, controlado pelos governadores, o PRC foi uma organização política importante, assediada pelas elites estaduais durante toda a Primeira República. É no seu interior que são escolhidos os candidatos aos cargos eletivos. E, como não existiam partidos de oposição, seus candidatos a cargos majoritários podiam se considerar eleitos não havendo, sequer, necessidade de campanhas eleitorais.

Isto não implicava na inexistência de lutas políticas que aconteciam dentro do Partido Republicano. Estas lutas travaram-se entre facções constituídas em torno de personalidades e não de programas ou idéias.

Após a Revolução Federalista, os primeiros grandes conflitos no Partido aconteceram entre o primo e herdeiro preferido de Lauro Muller, Felipe Schmidt, e o líder da resistência republicana no Vale do Itajaí durante a Revolução Federalista, Hercílio Luz. Quando, posteriormente, Felipe Schmidt saiu de cena, a luta passou a ser travada entre Hercílio Luz juntamente com seu herdeiro político Adolfo Konder (ambos originários do Vale do Itajaí), contra a família do coronel Vidal Ramos da região de Lages.

As eleições para Presidente da República constituíram-se no momento adequado para que facções divergentes demonstrassem sua insatisfação. Em 1897, Hercílio Luz atacou a candidatura de Campos Sales, defendida pelo candidato a governador Felipe Schmidt. Em 1910, o mesmo Hercílio Luz, organizou, no Estado, a "Junta Civilista" em apoio à candidatura de Rui Barbosa,

⁶ Ibidem., p. 104/107.

opondo-se ao governador Gustavo Richard (do grupo de Felipe Schmidt) que apoiava a candidatura oficial de Hermes da Fonseca. Em 1922, através da campanha da "Reação Republicana" em apoio à candidatura de Nilo Peçanha, a família Ramos demonstrou o seu descontentamento para com o governador do Estado, Hercílio Luz.

A última grande cisão no partido republicano deu origem à organização da Aliança Liberal em 1929/30 por obra de Vidal Ramos e seu filho Nereu Ramos. A Aliança Liberal instalou-se em Santa Catarina em 4 de outubro de 1929 para apoiar a candidatura de Getúlio Vargas. Foi, posteriormente, o ponto de apoio, no Estado, do Movimento revolucionário de 1930.

Após a Revolução de 30, constituiu-se o Partido Liberal Catarinense substituindo a Aliança Liberal. Foi o partido dos revolucionários vitoriosos comandados por Vidal Ramos.

Para enfrentá-lo nas eleições de outubro de 1934 os ex-republicanos, liderados por Adolfo Konder, formaram a Coligação por Santa Catarina, também conhecida como Reação Republicana. Ambas as organizações tiveram vida breve devido ao golpe getulista do "Estado Novo". Após 1945, deram, no entanto, origem a importantes partidos políticos do Estado como o PSD e a UDN.

Vale a pena lembrar que, neste curto período, tivemos, também, a formação da AIB (Ação Integralista Brasileira) que acabou por se constituir na terceira força política no Estado. Esta organização foi implantada a partir de abril de 1934 por iniciativa de Othon Gama D'Eça, Antônio Portini e Carlos Seabra que constituíram o núcleo de Florianópolis. Mas, as principais bases foram no Vale do Itajaí e na Região Nordeste do Estado. A AIB foi, nestas regiões, o canal de expressão de setores políticos (na verdade, setores ainda pouco conhecidos), que faziam oposição aos Konder embora não pretendessem aderir ao Partido Liberal da família Ramos.

Além desta mas com menor expressão no Estado, organizou-se a ALN (Aliança Libertadora Nacional). O coronel da Força Pública do Estado Renato Tavares da C. Melo fundou, em Florianópolis, o Diretório Regional da ALN. Os mais importantes centros da ALN em Santa Catarina, estavam localizados nas cidades portuárias de São Francisco do Sul e de Itajaí⁷.

Pouco antes do golpe que implantou o "Estado Novo", realizaram-se as eleições para prefeitos municipais. A vitória esmagadora coube ao partido dos interventores (Partido Liberal Catarinense) que elegeu os prefeitos de 40 municípios, representando 90% do Estado. Os integralista, no entanto, surpreenderam com a conquista do executivo de 8 municípios, dominando quase todo o Vale do Itajaí e a região nordeste do Estado, áreas de colonização germânica. À Coligação por Santa Catarina restou uma vitória no município de Itajaí. Apenas nesta localidade a família Konder obteve êxito.

O golpe de novembro de 1937, fechou o Congresso Nacional extinguindo os partidos políticos. Para governar o Estado, Getúlio Vargas nomeia Nereu Ramos como interventor. Este, demonstrando a sua preocupação com a força do integralismo na região de colonização alemã, instalou em Blumenau a Campanha de Nacionalização. Em discurso de 30 de maio de 1938, justificou o autoritarismo estadonovista afirmando que:

"O Estado Novo, pondo termo aos excessos de liberdade que eram crimes contra o futuro do Brasil, encarou o problema da nacionalização do ensino com olhos de ver e com cautelas e providências assecuratórias de definitiva solução. Assim é que o Governo da República, pelo decreto-lei n° 406, de 4 de maio, vedou nas escolas o ensino de língua estrangeira a menores de 14 anos. Providência de alta sabedoria política, porque subtrai à infância as influências que

⁷ LENZI, 1983, p. 122/8.

*não consultam, antes contrariam as exigências nacionais ...*⁸

2.2. Período Populista

Durante todo o período estadonovista os partidos políticos deixaram de se manifestar, excetuando-se o Partido Comunista do Brasil e a Aliança Integralista Brasileira que mantiveram suas atividades na clandestinidade. Entretanto as divergências entre setores das tradicionais elites políticas do Estado continuaram a existir ainda que sufocadas pelas políticas de censura da ditadura.

Devido a fortes pressões originadas no exterior e no interior do país, a partir dos primeiros anos da década de 40, ficou evidente que o Ditador não conseguiria manter o regime autoritário. Utilizando-se, então, de prerrogativas que lhe concedia a Constituição de modelo fascista de 1937, para governar por Decreto-lei, Getúlio Vargas emitiu a Lei Constitucional nº 9, em 28 de fevereiro de 1945, que além de modificar vários artigos da Constituição, estabeleceu que dentro de 90 dias seria definida a data para eleições gerais.

Novo decreto-lei foi emitido em 28 de maio de 1945. As eleições para Presidente da República e para o Congresso Constituinte foram marcadas para o dia 2 de dezembro de 1945 e as eleições estaduais para 6 de maio de 1946. Decretou Getúlio Vargas, na mesma ocasião, o novo Código Eleitoral que estabelecia regras para a formação de partidos políticos, e que funcionava como instrumento precioso para a continuidade dos grupos políticos dirigentes.⁹

Em Santa Catarina, como nos demais estados brasileiros, o interventor antecipou-se na organização do Partido Social Democrático, que não tinha qualquer relação com a Social-democracia européia. Apenas exprimiria o continuismo dos grupos que orbitavam em torno da Ditadura do Estado Novo.

⁸ LENZI, 1983, p 131.

⁹ SOUZA; 1976, p. 105/136.

O interventor Nereu Ramos convocou, através do jornal "A Gazeta" do dia 28 de abril de 1945, um mês antes da emissão do decreto lei que criava os partidos, uma Convenção que "... deliberará a respeito da forma e do método dessa organização, definindo, desde logo, a diretriz que o novo Partido adotará em face da política nacional". Esta convenção foi realizada na Capital, no cine Ritz, no dia 12 de maio daquele ano.

O PSD, assim como em outros estados brasileiros, nasceu em Santa Catarina pela ação do seu Interventor contando com o respaldo dos prefeitos por ele nomeados durante o seu mandato. A liderança incontestada de Nereu Ramos comandava o partido com "mão forte"¹⁰ embora respeitasse algumas lideranças locais. Foi o presidente do partido desde a sua fundação até a sua morte em 1958 (em acidente de aviação). Seu substituto até a extinção do partido pelo AI-2 (1965) foi o seu irmão, Celso Ramos.

O PSD foi formado por grandes proprietários rurais da região do Planalto Serrano (incluindo a família Ramos), prefeitos interventores, funcionários públicos, dissidentes do antigo Partido Republicano Catarinense, algumas lideranças da extinta AIB e vários comerciantes e industriais que se projetaram economicamente durante o "Estado Novo". Entre os nomes que formaram o PSD no ano de 1945 encontramos: Walmor Ribeiro Branco (dissidente dos Republicanos), Alberto Stein (ex-prefeito de Blumenau e ex-integralista), Pedro Bittencourt (oligarca de Imarul), Atilio Fontana (dirigente da Empresa SADIA criada em 1944), Ademar Garcia (industrial de Joinville), Aderbal Ramos da Silva (sobrinho de Nereu Ramos e dirigente das organizações Hoepcke em Florianópolis), Lauro Carneiro Loyola (Comerciante e Industrial do Mate em Joinville), Serafim Bertaso (madeireiro do Oeste), Valério Gomes (fundador, em 1944, da USATI - Usina de Açúcar Tijucas S.A. - que dará origem ao grupo Portobello).

¹⁰ LENZI, 1983, p. 147/8.

O primeiro governador eleito, em Santa Catarina, foi do PSD (Aderbal Ramos da Silva). O PSD elegeu também o governador em 1960 (Celso Ramos, irmão de Nereu Ramos) em aliança com o PTB e em 1965 (Ivo Silveira, ex-prefeito de Palhoça).

Entre as eleições proporcionais de âmbito estadual, obteve o maior número de votos para todos os pleitos para a Câmara Federal e não conseguiu maioria à Assembléia Legislativa apenas nas eleições de 1954 e 1958, períodos em que a UDN ocupava o executivo estadual.

Em termos regionais, predominou nas áreas de colonização italiana (região oeste e sul) e açoreana (litoral, especialmente próximo à Capital e Laguna) e nas áreas onde predominava a grande propriedade rural (Planalto Norte e região serrana de Lages). Na região de Lages, sem exceção, ganhou todas as eleições, proporcionais e majoritárias, de âmbito estadual.

Se a formação do PSD foi de relativa facilidade, o mesmo não se pode dizer daquela que constituiu em seu principal adversário em Santa Catarina, a União Democrática Nacional (UDN).

Esta organização, formada pelos adversários políticos do Interventor durante a ditadura, englobou a maioria dos antigos membros do Partido Republicano Catarinense liderados por Adolfo Konder e até dissidentes da Aliança Liberal como Aristiliano Ramos, primo de Nereu Ramos. Diferente da sua estrutura na esfera nacional, a UDN catarinense, não contou na sua fundação com os setores liberais nem com a chamada esquerda democrática.

Diferente do PSD em que Nereu Ramos exerceu firme controle, a família Konder não conseguiu estabelecer, na UDN, um domínio completo, dividindo o comando com outras liderança independentes como Aristiliano Ramos e Henrique Rupp Jr.

Cabem, aqui, algumas considerações. A história política de Santa Catarina do século XX tem sido apresentada como a história da divisão do Estado entre duas oligarquias, representadas por duas famílias, cujos patriarcas exerciam um poder incontestado nas suas organizações partidárias, controlando sem dificuldades a maioria dos votos nas respectivas regiões. De um lado a oligarquia do Planalto de Lages - a família Ramos - e de outro a oligarquia do Vale do Itajaí - os Konder/Bornhausen. Não se pretende analisar o mérito deste conceito. Entretanto, entendemos que esta perspectiva simplifica demais o processo político catarinense desconsiderando as diferenças cruciais entre estas duas lideranças e os conflitos no interior dos dois principais partidos políticos.

No que se refere a resultados eleitorais diga-se que, de um lado, a família Ramos manteve um controle incontestado na região de Lages onde as eleições, eram vencidas sempre com diferença expressiva de votos. Frise-se que a principal oposição ao grupo, na região serrana, surgiu no interior da própria família, liderada por Aristiliano Ramos, sobrinho de Vidal Ramos e primo de Nereu e Celso Ramos.

A influência da família Konder no interior do Vale do Itajaí encontrou resistência tenaz e os resultados eleitorais costumavam ser divididos. Na última eleição da Velha República, para Presidente da República, o governador Adolfo Konder, apoiou a candidatura de Júlio Prestes. O resultado, em Blumenau, foi uma vitória com reduzida vantagem do candidato do governador sobre Getúlio Vargas. Nas eleições municipais de 1936, a UDB (União Democrática Blumenauense) apoiada pela família Konder foi derrotada pelos integralistas que elegeram o prefeito e nove (9) dos quinze (15) vereadores. O irmão do ex-governador e ex-ministro dos Transportes (governo Washington Luis), Victor Konder, foi indicado como candidato a vereador e não conseguiu se eleger. A família considerou o fato como suprema afronta. Percebe-se que, durante o Estado Novo, Nereu Ramos, na

ânsia de combater as manifestações culturais germânicas, acaba por transferir este eleitorado para a família Konder-Bornhausen.

A respeito das vinculações com setores econômicos, a família Ramos apareceu no cenário político como grande proprietária de terras, vinculada aos coronéis da região do Planalto catarinense. Já a família Konder exerceu influência política em uma região onde predominava a pequena propriedade da terra e que registrava um certo desenvolvimento industrial e comercial. Marcos Konder em sua autobiografia menciona que "... seu esforço político sempre se caracterizou pela luta por impostos baixos sobre o capital e impostos mais altos sobre a terra"¹¹.

É fora de dúvida que a partir da década de 30, especialmente com a interventoria de Nereu Ramos, a família Ramos estabeleceu fortes vínculos com setores empresariais do Estado. O próprio Celso Ramos foi fundador e primeiro Presidente da FIESC (Federação das Indústrias de Santa Catarina). Mas isto não deslocou os Konder/Bornhausen de uma relação privilegiada com as chamadas "classes produtoras" das regiões de colonização germânica como, também, de outras áreas como o sul do estado.

Um importante instrumento utilizado por setores ligados a família Konder-Bornhausen foi o Banco INCO (Banco de Indústria e Comércio S.A.), fundado em 1935. "O banco parece, portanto, ter sido importante não só para a tomada do poder pela UDN em 1950, como também para o controle do partido por Irineu Bornhausen, a partir de uma rede de liderança importantes ligadas ao banco."¹²

Em termos eleitorais a UDN saiu vitoriosa para o executivo estadual nas eleições de 1950, elegendo Irineu Bornhausen e de 1955 com Jorge Lacerda (ex-PRP).

¹¹ GERTZ, 1987, p. 59.

¹² CARREIRÃO, 1990, p. 43.

A grande força regional, da UDN, ocorreu nas regiões de colonização germânica (Vale do Itajaí e nordeste do estado) e na região do Meio-Oeste (ou Vale do rio do Peixe), colonizada por gaúchos de origem italiana.

A terceira força política em Santa Catarina foi o PTB. Seu fundador foi, curiosamente, o médico Saulo Ramos, primo de Nereu Ramos e de Aristiliano Ramos fundadores, respectivamente, do PSD e da UDN. Segundo Lenzi, Saulo Ramos mantivera quando estudante de medicina no Rio de Janeiro, importantes contatos no palácio do Catete e, quando em Florianópolis, atuando como médico, fora indicado por Getúlio Vargas para organizar o seu partido alternativo.¹³

O PTB, foi uma espécie de "fiel da balança", aliando-se ora ao PSD, ora à UDN. Graças a esta tática conseguiu eleger senador e um vice-governador.

Seu crescimento dependeu, em muito, do controle exercido sobre determinados setores da administração pública como os Ministério ligados à área trabalhista e social. Seu maior contingente eleitoral encontrava-se nas áreas mais urbanizadas do Estado

No final da década de 50, Saulo Ramos perdeu a liderança no PTB, substituído por Doutel de Andrade, jornalista carioca muito ligado a João Goulart e Leonel Brizola que, apesar de quase desconhecido no Estado, elegeu-se Deputado Federal em 1958. No ano seguinte, Doutel foi eleito presidente regional do PTB, derrotando o candidato de Saulo Ramos, Acácio Santiago. A partir desta mudança na cúpula, o partido passou a assumir um perfil mais de esquerda e bem mais próximo do PSD.

Saulo Ramos abandonou, a seguir, o PTB para fundar o PST. Este partido, no entanto, não conseguiu eleger nenhum representante na primeira e única eleição de nível regional de que participará.

¹³ LENZI, 1983, p. 167.

Por ocasião da última eleição antes do golpe militar de 1964, PSD e PTB formaram mais uma vez a "Aliança Social Trabalhista", lançando para o Senado os candidatos Atilio Fontana (PSD) e Doutel de Andrade (PTB), pois eram duas as vagas. Entretanto, durante a campanha havia uma espécie de marginalização de Doutel de Andrade e os dois eleitos foram Atilio Fontana e Antônio Carlos Konder Reis da UDN. A articulação das forças conservadoras aconteceu apesar das divisões partidárias, aproximando os setores conservadores que a seguir iriam apoiar o golpe de 1964.

Tabela 1.1. - Deputados Estaduais eleitos em SC (1947/1962)

ANO	PSD	UDN	PTB	PRP	PDC	PSP	TOTAL
1947	17	13	2	1	-	-	33
1950	18	13	5	2	-	1	39
1954	15	15	5	1	1	2	39
1958	15	16	6	1	1	2	41
1962	20	14	6	2	2	1	45
TOTAL	90	71	24	7	4	6	197

Fonte: TRE (1975)

No que se refere à Câmara Federal, Santa Catarina apresentou uma estrutura semelhante à maioria dos demais estados brasileiros. De acordo com Olavo Brasil,

*"... um sistema com dois ou três partidos predominou na grande maioria dos estados brasileiros. No primeiro caso, entre sete e dez estados se fizeram representar por dois partidos, enquanto no segundo caso três partidos caracterizaram a vida partidária a nível federal de seis a onze estados, dependendo da eleição. Pouco foram os casos em que as bancadas estaduais incluíam mais de três partidos."*¹⁴

¹⁴ LIMA JR., 1983.

Tabela 1.2. - Deputados Federais eleitos em SC (1945/1962)

ANO	PSD	UDN	PTB	TOTAL
1945	7	2	-	9
1950	4	4	1	9
1954	5	5	-	10
1958	5	4	1	10
1962	6	6	2	14
TOTAL	27	21	4	53

Fonte: TRE (1975)

Por outro lado, constata-se pelas tabelas 1.1. e 1.2. o domínio eleitoral exercido pelos dois maiores partidos, PSD e UDN, durante todo este período. Estes dois partidos elegeram, durante estes vinte anos, 81,73% dos deputados para a Assembléia Legislativa e 90,57% dos deputados para a Câmara Federal. Na última eleição estes dois partidos controlaram 3/4 da Assembléia Legislativa.

Aplicando as fórmulas matemáticas para obtenção do "índice de Rae" (Fe) e do "índice do número efetivo de legendas" (Ne) obtemos os seguintes dados apresentados no quadro a seguir:

Tabela 1.3. - Formato da competição eleitoral para a Câmara Federal (CF) e Assembléia Legislativa (AL) em Santa Catarina (1945-1962)¹⁵

ANO	Câmara Federal		Assembléia Legislativa	
	Fe	Ne	Fe	Ne
1945 ¹⁶	0,59	2,42	0,60	2,55
1950	0,61	2,56	0,68	3,13
1954	0,61	2,53	0,70	3,33
1958	0,60	2,47	0,71	3,44
1962	0,61	2,56	0,73	3,70

As eleições para a Câmara Federal apresentaram, pelo que se depreende dos dados acima, valores para "Fe" variando de 0,59 a 0,61. Estes número sugerem a existência de uma bipolarização imperfeita¹⁷. Acrescente-se a este o índice "Ne" que variou de 2,42 a 2,56. Por estes dados percebe-se que apesar de concorrerem em todas as eleições, um número que variou de 3 a 5 legendas o número "real" de legendas esteve situado em torno de 2,50. Este registro confirma o anterior especificando que duas legendas concorriam neste nível percebendo-se a presença de uma terceira que, no entanto, era muito fraca. De qualquer forma temos uma situação sem variações durante todo o período.

Para a Assembléia Legislativa, entretanto, verifica-se que há certo dinamismo no sistema que não era captado na de Câmara Federal e no Executivo. Os valores do índice Fe apresentam maior variação indo de 0,60 em 1945 até 0,73,

¹⁵ Os índices de Fracionamento diferem um pouco em algumas eleições daqueles apresentados por Lavareda visto que este autor elaborou os seus cálculos tomando por base o número de deputados eleitos. Por outro lado, os nossos índices foram elaborados a partir do número de votos obtidos por cada partido político.

¹⁶ As eleições para a Assembléia Legislativa foram realizadas em 1947.

¹⁷ O índice Fe em 0,50 indicaria uma bipolarização perfeita, com dois partidos políticos dividindo de forma, quase igual os votos válidos.

aumentando sempre. Este tipo de variação demonstra haver uma tendência constante, do sistema partidário, a caminhar na direção de um pluripartidarismo.

Esta tendência é confirmada pelo outro índice - Ne - que registra o número de partidos. Os valores de "Ne" variam de 2,55, aumentando em todas as eleições, até atingir 3,70 na última eleição do período. Por estes dados podemos inferir que, partindo de um quadro em que se apresentam dois partidos políticos fortes e um terceiro inexpressivo, há uma evolução para o estabelecimento de um sistema partidário que comporta quase quatro legendas efetivas.

Como pode ser classificado o sistema partidário de Santa Catarina de acordo com a proposta de Sartori? Tomando como ponto de partida os resultados das eleições para cargos majoritários poderíamos admitir que, em Santa Catarina, predominou, durante este período, um sistema bipartidário.

Mas os dados apresentados para os cargos proporcionais nos conduzem a outra conclusão. Para a Câmara Federal temos a indicação da existência de um terceiro partido, ainda que fraco. Para a Assembléia Legislativa existem no mínimo três (chegando quase a quatro legendas) participando do processo eletivo. Os dados para o legislativo estadual sugerem que se caminhava, efetivamente, nesta direção, não havendo retorno.

Não poderíamos classificar como bipartidário o sistema deste período se usarmos a tipologia de Sartori. Um sistema bipartidário, segundo o autor, exige que: 1) haja alternância no poder e; 2) que as coalizões sejam desnecessária para governar, ou seja, o partido vencedor pode governar sozinho.¹⁸

O primeiro critério é plenamente satisfeito pois a alternância aconteceu em Santa Catarina. Quanto ao segundo critério esclareça-se ter havido a necessidade de alianças para vencer as eleições e de acordos com terceiros partidos para governar. A excessão ocorreu no primeiro governo pós-Estado Novo em que

¹⁸ SARTORI, 1982, p. 213/221.

apenas o PSD dominou. Desta forma os demais partidos passaram a ter uma importância relativa, especialmente o PTB, além do PDC, PRP e PSP.

Este dados nos levam a concluir que durante este período de vinte anos o sistema partidário de Santa Catarina poderia ser classificado como um Pluripartidarismo Limitado.

2.3. Um falso bi-partidarismo

O novo governo implantado com o golpe militar de 1964 manteve, em seus primeiros momentos, a existência dos partidos políticos. Procurou moldar o sistema partidário através das cassações de determinadas lideranças atingindo, especialmente, os partidos mais à esquerda como o PTB

As eleições de 1965 para governador dos Estados apresentaram-se como uma derrota e uma afronta para o governo militar graças a vitória, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, de candidatos eleitos por uma coligação de centro-esquerda e de políticos ligados ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, considerados como oposição ao movimento militar de 64. Após este fato, a decisão de extinguir os 13 (treze) partidos políticos então existentes, foi tomada.

No dia 27/10/65 foi assinado o Ato Institucional (AI) nº 2 que, a par de uma série de medidas que fortaleciam o poder executivo federal, declarava em seu artigo nº 18: "Ficam extintos os atuais partidos políticos e cancelados os respectivos registros." Posteriormente, o AI nº 6 prorrogava até, o dia 7 de março de 1966 o prazo para a criação e registro dos novos partidos políticos.

Duas novas organizações partidária foram criadas com base nesta nova legislação: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

David Fleischer menciona que a tendência para o bipartidarismo, no Brasil, já era um fato constatável dentro do Legislativo Federal desde 1959. Os deputados

federais estavam divididos em dois grandes blocos extra-partidários que se intitulavam Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e Ação Democrática Parlamentar (ADP). "A FPN foi organizada como uma coligação em apoio às reformas de base, e outros projetos de lei de cunho progressista/reformista. A ADP reuniu os parlamentares de posições mais conservadoras (...) Depois da Revolução de 1964, organizou-se dois blocos paralelos aos anteriores de 'apoio' e de 'oposição' ao Governo de Castelo Branco."¹⁹

O Ato Complementar nº 4 (20/11/65) determinava que as novas entidades partidárias deveriam contar com, pelo menos, 120 deputados federais e 20 senadores. Para o partido situacionista o processo de formação foi relativamente fácil, por predominarem políticos desejosos de aderir ao regime imposto. O MDB que pretendia se estabelecer como uma agremiação oposicionista, as facilidades foram bem menores devido às cassações de mandatos que vinham acontecendo desde março de 1964. Superadas as dificuldades iniciais, ARENA e MDB deram entrada, por volta de março de 1966, em Santa Catarina, no pedido de registro junto ao TRE/SC.

A primeira eleição parlamentar após o golpe militar, ocorreu em novembro de 1966. Contando com apoio do governador, quando da realização do pleito, a ARENA já tinha constituído diretórios partidários na totalidade dos municípios (194 à época) alcançando uma esmagadora vitória sobre os adversários que tinham se organizado em apenas 82 municípios. A ARENA elegeu um senador (Celso Ramos), 11 deputados federais e 34 estaduais.

Foi em Santa Catarina que a ARENA obteve um dos seus melhores resultados para a Câmara de Deputados impondo ao MDB uma de suas maiores derrotas. Em termos comparativos verificamos que, no âmbito nacional, o partido

¹⁹ FLEISCHER; 1981, p. 185.

governista elegeu 67,7% dos deputados federais, na região sul²⁰ obteve 66,2%, e em Santa Catarina conquistou 78,6% das vagas.

Tabela 1.4 - Deputados Estaduais e Federais eleitos em SC (1966/1978)

PARTIDO	Assem. Legis.				Câmara Federal			
	1966	1970	1974	1978	1966	1970	1974	1978
ARENA	34	26	22	23	11	9	9	9
MDB	11	11	18	17	3	4	7	7
Total	45	37	40	40	14	13	16	16

Tabela 1.5 - Percentuais de Votos para a Assembléia Legislativa e Câmara dos Deputados (1966/1978)

PARTIDO	Assem. Legis.				Câmara Federal			
	1966	1970	1974	1978	1966	1970	1974	1978
ARENA	75,3	71,0	54,8	57,0	75,4	70,9	53,9	56,6
MDB	24,7	29,0	45,2	43,0	24,6	29,1	46,1	43,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Para as eleições de 1970, foram introduzidas mudanças na legislação eleitoral: redução do número de deputados federais e estaduais; a representação de cada estado seria baseada no número de eleitores e não mais na população. O número de deputados federais de Santa Catarina, conseqüentemente, teve uma redução de 14 para 13 e de deputados estaduais de 45 para 37.

Esta eleição registrou mais uma vitória contundente da ARENA. Conquistou as duas vagas para o Senado e a maioria para a Câmara Federal (9) e Assembleia Legislativa (26), mas sofreu uma queda tanto no percentual de votos (ver tabelas

²⁰ Região sul formada pelos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

1.4 e 1.5) quanto no número de deputados eleitos. Surpreendendo inclusive a imprensa conservadora do Estado o MDB mantém os seus 11 deputados estaduais e aumentou para 4 o número de federais eleitos em Santa Catarina.

O ano de 1974 produziu, em termos eleitorais, uma inflexão nos rumos partidários. Houve uma recuperação do MDB nacional ao ganhar o voto de protesto da população contra a ditadura militar em todo o país. Nas eleições majoritárias para o senado o partido de oposição ganha em 16 Estados e aumenta, sensivelmente, o número de deputados na Câmara Federal.

Embora não tenha sofrido uma contundente derrota semelhante a que acontece a nível de região sul, a ARENA catarinense recuou, elegendo 56,3% dos deputados federais, que é um percentual idêntico ao nacional. No cômputo geral da região sul os governistas perderam pela primeira vez as eleições ao conquistarem apenas 47,4% das vagas.

Em 1978, o MDB retrocedeu em percentuais de votos, mas conseguiu manter o mesmo número de deputados federais, diminuindo apenas o de estaduais.

A respeito das eleições municipais, registre-se que em 1976, a ARENA elegeu 154 prefeitos contra 32 do MDB. Quanto à distribuição de votos o MDB concentrou sua votação nos maiores centros urbanos²¹. Importantes prefeituras do interior do Estado como Joinville, Blumenau e Lages tornaram-se redutos oposicionistas. Não é possível, entretanto, dizer que havia domínio emedebistas nestas localidades, apenas um equilíbrio de forças entre os dois partidos. Na maioria dos municípios menores, porém, o domínio arenista era absoluto.

Quanto a nomes que compuseram os partidos durante o período militar, verificamos que a ARENA foi formada em sua maioria por políticos oriundos dos extintos PSD e UDN. Um número expressivo de membros dos partidos menores

²¹ CARREIRÃO, 1991, o. 103/5.

também aderiu. Quanto ao PTB apenas a sua ala minoritária, liderada por Saulo Ramos, integrou-se ao partido situacionista.

O MDB catarinense foi formado com grande dificuldade. Fez uso da estrutura do antigo PTB cujos principais nomes, sob a liderança de Doutel de Andrade foram os seus fundadores. Contou com a adesão de uma pequena ala da ex-UDN que fazia oposição à Irineu Bornhausen cujos principais nomes foram o deputado federal Laerte Ramos Vieira, o deputado estadual e líder da bancada udenista Walter Zigelli e o suplente de senador e presidente regional da UDN Basílio Celestino de Oliveira. Do antigo PSD contará com o deputado estadual Henrique de Arruda Ramos.

Em trabalho sobre as eleições de 1974 em Santa Catarina, Acácio S. Thiago menciona que pertenciam aos quadros da ex-UDN 17 (dezessete) dos 31 (trinta e um) deputados (federais e estaduais) eleitos pela ARENA. Parece ter sido cumprida em Santa Catarina, a profecia de Tancredo Neves que, em 1966, chegou a "caracterizar a revolução como a 'ditadura da UDN'". Surpreendente o fato de ex-udenistas constituírem o maior grupo dentro do MDB. Foram 7 (sete) deputados, enquanto os ex-petebistas, ex-pessedistas e aqueles que tinham o MDB como seu primeiro partido estavam em segundo lugar com 5 (cinco) deputados cada²².

Conforme Acácio S. Thiago, 8 deputados da ARENA e 10 do MDB eram empresários. Não nos foi possível confirmar a veracidade destas informações. Mas constatamos que o MDB não contava com apoio do grande empresariado. A grande exceção foi Realdo Guglielmi, jovem empresário do setor carbonífero. Não obstante, vários pequenos e médios empresários fizeram parte de seus quadros como Evelásio Vieira (proprietário de emissoras de rádio no Vale do Itajaí).

Por ocasião da fundação da ARENA encontramos nomes importantes do empresariado catarinense, dos mais diversos ramos e de todas as regiões: Senador

²² THIAGO, 1978, p. 282.

Atilio Fontana (SADIA), Plínio Arlindo De Nez (região oeste, do Frigorífico Chapecó), Álvaro Catão, Diomício Freitas, Sebastião Neto Campos (empresários do sul, do ramo do carvão), Ingo Wolfgang Hering (HERING), Nilson Bender (Prefeito de Joinville e Diretor do grupo TUPY), Genésio S. Lins (de Itajaí e um dos fundadores do Banco INCO) e vários nomes ligados às comunicações como o deputado Federal Aroldo Carneiro de Carvalho (rádio Santa Catarina).

Com referência ao setor de comunicação, não se pode esquecer as famílias Ramos e Konder-Bornhausen que, até 1965, eram proprietárias de 28 das 55 emissoras de rádio existentes no estado ²³.

Abordaremos aqui, a forma como estava constituído o sistema partidários vigente durante o regime militar o qual tem sido denominado de bipartidário. Por exemplo, Lavareda chama-o de "bipartidarismo autorizado" e em um segundo momento de "bipartidarismo plebiscitário".

O tema será desenvolvido à luz da tipologia de Sartori, questionando-se a existência de um sistema bipartidário no período. Examinemos, primeiramente, os índices Fe e Ne para a Câmara Federal e Assembléia Legislativa como feito anteriormente no período eleitoral compreendido entre 1945 e 1965.

Tabela 1.6. - Formato da competição eleitoral para a Câmara Federal e Assembléia Legislativa em Santa Catarina (1966-1978)²⁴

ANO	Câmara	Federal	Assembléia	Legislativa
	Fe	Ne	Fe	Ne
1966	0,37	1,59	0,37	1,59
1970	0,41	1,70	0,41	1,70
1974	0,50	1,99	0,50	1,98
1978	0,49	1,97	0,49	1,96

²³ DE MARCO; 1991.

²⁴ Os valores de Fe e Ne foram obtidos a partir do resultado eleitoral e não do número de cadeira conquistadas.

O primeiro fato que nos impressiona é a coincidência entre os índices referentes à Câmara Federal e à Assembléia Legislativa. Divergindo daquilo que foi verificado no período anterior.

Os resultados eleitorais evidenciavam nos anos de 1966 e 1970, o amplo domínio de um partido. O final do período evolui para uma competição eleitoral entre os dois partidos políticos conforme expresso pelos valores de "Fe" (0,50 e 0,49) e de "Ne" (1,99 e 1,97)

Estes dados poderiam fazer supor que um bipartidarismo estaria sendo implantado definitivamente no cenário político estadual. Mas os números não são suficientes para definir um sistema partidário. É necessário levar em consideração a existência do regime autoritário, já mencionado anteriormente. O autoritarismo vigente impossibilitava alternância de partidos no poder ou transformava-a em uma caricatura. E a alternância é uma característica fundamental do bipartidarismo.

O sistema, também, não se classifica de Partido predominante. Para Sartori este sistema, que pode ter origem no bipartidarismo ou no multipartidarismo, caracteriza-se pela não ocorrência de alternância no poder. Entretanto, no sistema de partido predominante "... a alternância não foi proibida, e o sistema político oferece amplas oportunidades para a discordância aberta e efetiva, isto é, para a oposição à predominância do partido no governo."²⁵

Não era esta a realidade brasileira, onde o sistema político não oferecia oportunidades para a discordância aberta e efetiva. Esquemas de censura à imprensa, controle ideológico dos candidatos aos cargos eletivos, eleições indiretas para cargos majoritários e diversas outras fórmulas de engenharia política-eleitoral criavam obstáculos intransponíveis às oposições.

²⁵ SARTORI: P 229.

O sistema partidário "não competitivo" enquadrava o caso brasileiro e, também, catarinense em sistema de partido hegemônico. "O partido hegemônico não permite uma competição formal ou de fato pelo poder."²⁶

Neste caso temos um partido oficial - a ARENA - e um outro apresentado como oposição - MDB - mas ao qual era vedada a possibilidade de ser vitorioso eleitoralmente e poder aspirar a conquista do governo.

3. Reformulação partidária e os novos partidos (1979)

O Congresso Nacional aprova em 21 de novembro de 1979 a Reforma Partidária. A nova legislação extingue a ARENA e o MDB, e estabelece um prazo de 180 dias para a reorganização de novos partidos políticos. A expectativa do governo federal era a de abrir oportunidade para uma divisão das forças oposicionistas.

Durante o ano de 1979, correspondente à primeira fase da reformulação partidária, não aconteceu, em Santa Catarina, assim como no restante do país, o realinhamento previsto. As oposições insistiram em manter a unidade apesar do fato de dois deputados eleitos pelo MDB terem aderido ao PTB (Murilo Canto de Criciúma e Aderbal Tavares Lopes de Joinville).

Os novos partidos foram sendo formados no início do ano seguinte. O novo partido governista, Partido Democrático Social (PDS) aprova o seu programa em janeiro. O Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Popular (PP) lançam seus manifesto de criação em fevereiro. A deputado Ivete Vargas consegue, no TSE, o direito de usar a sigla PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) em maio obrigando, conseqüentemente, a Leonel Brizola a organização de seu partido sob uma nova sigla, PDT (Partido Democrático Trabalhista).

²⁶ Idem, p 229.

Quando do início das sessões legislativas do ano de 1980, os parlamentares estavam alinhados, na Assembléia Legislativa, em três blocos partidários, PDS, PMDB e PTB. Isto porque não havia nenhum partido político devidamente registrado no TSE.

Neste primeiro momento, o bloco situacionista acabou levando vantagem. Perdeu um único deputado dos 23 eleitos pela ARENA (Martinho Guizzo, de Araranguá) e conseguiu a adesão de quatro do ex-MDB até março de 1980.

As oposições começaram a se desintegrar no começo do ano de 1980. O ponto de partida foi a renúncia do deputado Delfim Peixoto que ganhou um cargo de Procurador da Assembléia. O fato permitiu a ascensão do suplente Nilson Zomkowski (ex-prefeito de Joaçaba) que já havia aderido ao PDS. Em seguida outras defecções aconteceram como a de César Moritz (Brusque), Genésio Tureck (São Bento do Sul) e Geovah Amarante (de Joinville, ligado ao grupo de Pedro Ivo). Estas mudanças deixaram o bloco parlamentar do PMDB reduzido a 12 deputados.

O terceiro bloco de parlamentares estava constituído por 2 deputados, Murilo Canto (Criciúma) e Aderbal Tavares Lopes (Joinville). Doutel de Andrade, ex-deputado federal cassado, exercia forte liderança entre os principais trabalhistas de Santa Catarina. Realizava uma espécie de queda de braços com o PMDB conseguindo atrair alguns políticos de renome do antigo PTB como Genir Destri e Paulo Macarini.

Em maio, com a decisão do TSE de conceder o nome de Partido Trabalhista Brasileiro ao grupo de Ivete Vargas os dois deputados estaduais acompanham Brizola, mas durante o ano corrente Aderbal T. Lopes desligou-se do Bloco ficando numa posição independente. Mas as tradicionais liderança trabalhistas continuam ao lado de Doutel de Andrade e do PTB.

Ao PP aderiu um Senador (Evelásio Vieira) e um deputado federal (Francisco Mendes de Melo) eleitos pelo ex-MDB e 2 deputados federais eleitos pela ex-

ARENA (João Linhares e Arnaldo Schmitt Jr.). O PP trabalhava na constituição de bases nos Municípios. Não logrou expandir-se em Santa Catarina mas obteve adesões importantes como a do ex-presidente da ARENA de Joinville Orlando Rosskamp. As principais lideranças no Estado foram o senador Evelásio Vieira ao lado de João Linhares.

O PT contou com apenas um deputado Federal (Luiz Cechinel - eleito pelo ex-MDB). O trabalho de constituição nos municípios esteve a cargo de algumas lideranças sindicais e participantes de grupos de pastoral. Poucos vereadores contribuíram para sua formação. Uma das exceções foi o vereador e advogado trabalhista de Criciúma, Milton Mendes de Oliveira que foi o primeiro presidente do Partido no Estado.

Tabela 1.7. - Parlamentares vinculados aos partidos políticos ao início de cada ano legislativo em SC (1979/1982):

PARTIDO	Assem. Legis.				Congr. Nacio.			
	mar/79	mar/80	mar/81	mar/82	mar/79	mar/80	mar/81	mar/82
PDS	23	26	23	23	10	7	7	7
PMDB	17	12	14	15	9	7	7	11
PP	-	-	1	-	-	4	4	-
PTB	-	2	1	1	-	-	-	-
PDT	-	-	1	1	-	-	-	-
PT	-	-	-	-	-	1	1	1
Total	40	40	40	40	19	19	19	19

Os principais partidos preparavam-se para as eleições de 82, no movimento de lançamento de candidatos a candidatos a governador. O PDS dispunha de nomes do porte de Antônio C. Konder Reis, o vice-governador Henrique Córdova, o Secretário dos Transportes Esperidião Amin e, também, Victor Fontana, Milton Sander e Ivan Bonato. No interior do PMDB apresentavam-se o senador Jaison Barreto e os deputados federais Pedro Ivo Campos e Juarez Furtado. O PP apontava o senador Evelásio Vieira, João Linhares e Osmar Cunha.

4. Os novos partidos e as eleições de 82 e 85

Os partidos políticos constituídos lançaram seus candidatos para todos os níveis, mas a disputa se deu entre os dois mais bem estruturados que eram o PDS e o PMDB. Os três outros partidos não tinham a menor perspectiva de vitória. PT e PDT pretendiam marcar posição. Durante e após a campanha foram acusados pelos peemedebistas de estarem tentando dividir as oposições, facilitando a vitória do PDS.

PT e PDT sofreram um esvaziamento eleitoral às véspera de 15 de novembro, pois prevaleceu o voto útil. Nenhum deles conseguiu ultrapassar 1% (um por cento) dos votos.

O PDT perderá alguns de seus nomes mais importantes que retiraram suas candidaturas para apoiar o PMDB. Foi o caso do único deputado estadual do PDT Murilo Canto, do candidato a prefeito de Chapecó Genir Destri e do candidato a vice-governador Silvio Rangel. Com essas dissidências o PDT perde os seus principais vínculos com o trabalhismo de Santa Catarina.

O PDS posicionava-se à frente com o lançamento da candidatura de Esperidião Amin ao governo, conseguindo certa unidade apesar de alguma resistência por parte de Antônio Carlos Konder Reis. Amin, político originário da ex-UDN e de figurino populista, elegera-se Deputado Federal em 1978 e era, na

ocasião, Secretário de Estado de Obras e estava sendo preparado para uma eventual candidatura ao governo do Estado.

O candidato do PMDB foi indicado em uma pré-convenção realizada em 28 de fevereiro de 1982, onde saiu vencedor o candidato da ala "progressista" do partido, o senador Jaison Barreto. Pedro Ivo, representante do setor "conservador", derrotado na pré-convenção, aceitou a candidatura ao Senado. O PP, já incorporado ao PMDB, escolheu, em convenção à parte, o nome do candidato a vice-governador. O indicado foi João Linhares.

O resultado desta primeira eleição para o governo do Estado, após 17 anos em que os governantes eram "biônicos", foi a vitória, por pequena margem de votos do candidato pedessista Esperidião Amin (ver tabela 1.8) e, para o Senado, do ex-governador Jorge Bornhausen. Vitórias que, diga-se de passagem, foram contestadas pelos adversários, sob a acusação de fraudes e do uso abusivo da máquina do governo estadual e federal.²⁷

Tabela 1.8. - Votos para governador em 1982 - SC

PARTIDO	CANDIDATO	VOTOS	PERCENTUAL
PDS	Esperidião Amin	838.150	49,97
PMDB	Jaison Tupy Barreto	825.500	49,21
PT	Eurides L. Mescolotto	6.803	0,41
PDT	Lígia Doutel de Andrade	4.572	0,27
PTB	Osmar Cunha	2.281	0,14
	TOTAL	1.677.306	100,00

Fonte: TRE/SC

²⁷ Para uma análise mais detalhada das eleições de 1982 e o posicionamento das elites econômicas do Estado, ver a dissertação de mestrado de Itamar Aguiar (1991)

Para os cargos executivos municipais, ainda que elegendo um número menor de prefeitos (62), o MDB controlava um conjunto de municípios de grande porte responsáveis, à época, pela geração de 70% do ICMS estadual.

Quanto aos cargos proporcionais apenas PDS e PMDB conseguiram eleger deputados. Para a Câmara Federal houve um empate pois cada legenda conquistou oito vagas. Para a Assembléia Legislativa, o PDS teve uma pequena vitória, obtendo 21 cadeiras contra 19 do PMDB.

Sobre a contribuição do empresariado na formação dos novos partidos políticos e nas eleições de 1982, Itamar Aguiar afirma: "Os grandes grupos econômicos irão fazer parte da formação do PDS catarinense, em dois níveis, regional e municipal. (...) As lideranças empresariais mais expressivas destes grupos, principalmente no contexto da economia nacional, irão ocupar posição de destaque no Diretório Regional do PDS catarinense"²⁸.

Havia uma quase unanimidade do empresariado catarinense a favor do candidato a governador Esperidião Amin e do PDS. A unidade forjada durante o regime militar foi mantida praticamente intacta.

O PMDB conseguiu certo apoio junto a alguns setores ligados a pequenos e médios empresários. Mas o apoio do grande capital foi muito reduzido. As exceções ficaram por conta de Realdo Guglielmi e Arlindo P. de Nez. Realdo Guglielmi, empresário do sul do Estado (Criciúma) ligado, à época, ao ramo da extração do carvão, muito contribuiu com a fundação do antigo MDB em Criciúma. Por outro lado De Nez era presidente do grupo Chapecó, do setor agro-industrial, que abandonou o PDS para fundar o PP e que, com a fusão, ingressara no PMDB.

As eleições municipais que aconteceram em 1985 seriam indicadores de que mudanças políticas aconteceriam no estado. Estas eleições foram realizadas na

²⁸ AGUIAR, 1991, p 184/5.

Capital e em cinco municípios do Estado localizados na fronteira com a Argentina e, por isso, considerados como zona de Segurança Nacional.

O resultado destas eleições foi influenciado pelas articulações ocorridas no ano anterior (1984) em torno da campanha pelas Diretas para Presidente da República.

O PT nacional, alguns partidos de esquerda e os progressistas do PMDB iniciaram um movimento a favor de Diretas para presidente da república. Um começo tímido mas que foi obtendo adesões ao longo da campanha, como a de grandes empresários nacionais e políticos conservadores da ARENA como Antônio Carlos Magalhães, Aureliano Chaves e, em Santa Catarina, o senador Jorge Bornhausen.

Bornhausen consegue atrair, em prol das Diretas, alguns Deputados Federais catarinense, mas não tem êxito com o governador do Estado, Esperidião Amin. Este prefere manter-se em uma posição neutra sem se pronunciar evitando, também, favorecer a ala malufista liderada pelo vice-governador Victor Fontana.

Com a derrota, no Congresso Nacional, da proposta do deputado Dante de Oliveira de emenda à Constituição Federal aconteceu uma nova rearticulação das forças políticas. Havia um grupo político que insistia em manter a proposta de eleições diretas para presidente. Constituíam este grupo um setor minoritário do PMDB junto com o PT. Outro grupamento formado por setores majoritários do PMDB junto com os dissidentes da ARENA admitiam uma solução através do Colégio Eleitoral.

Em Santa Catarina os políticos ligados à Bornhausen e os peemedebistas vinculados à Pedro Ivo empenharam-se na campanha a favor de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. O governador Esperidião Amin colocou-se, tardiamente, favorável às diretas ao lado do peemedebista Jaison Barreto (seu ex-adversário nas eleições de 1982) e do PT.

Sobre as posições assumidas por Amin, Eduardo Viola (1986) diz o seguinte:

"O governador manteve-se em posições o mais neutras possíveis até, que se produziu a dissidência aberta dos frentistas com o PDS. A partir deste momento, diferenciando-se claramente do senador Bornhausen (articulador da A. D.) adotou a postura favorável às diretas que o tomou, uma vez mais, famoso entre os governadores. A assunção tardia da proposta das diretas permite interpretar que sua posição estava muito mais orientada por conveniências políticas conjunturais que por convicções políticas profundas."²⁹

Mas é preciso reconhecer que não apenas as atitudes de Amin foram orientadas por conveniências políticas conjunturais. As de vários outros líderes políticos catarinenses também o foram.

A partir do Colégio Eleitoral, em fins de janeiro de 85, Esperidião Amin e Jorge Bornhausen separaram-se e, conseqüentemente, provocaram mudanças no legislativo Estadual e de vários municípios. Em Florianópolis, na Câmara Municipal, diversos vereadores eleitos pelo PDS formaram o PFL unindo-se ao PMDB para eleger o Prefeito (Aloisio Piazza do PMDB).

Reagindo ao fato, Amin e Jaison Barreto articularam-se formando uma coalizão na Assembléia Legislativa composta de 17 deputados do PDS e 4 dissidentes do PMDB. A coalizão elegeu o Presidente do Legislativo ao derrotar o candidato apresentado pela aliança do PMDB com o PFL, restabelecendo a maioria situacionista. Dos quatro peemedebistas que acompanharam Jaison somente um deles poderia ser considerado como progressista. Os demais eram conservadores que aderiram à dissidência mais em troca de cargos e benesses políticas que por razões ideológicas.

Em 1985 realizaram-se eleições em municípios que, durante o regime militar, tinham seus prefeitos indicados indiretamente. Estes municípios eram sete (7):

²⁹ VIOLA, 1986, p. 7.

Florianópolis, e os municípios do extremo-oeste localizados na fronteira com a Argentina (Dionísio Cerqueira, São José do Cedro, Guaraciaba, São Miguel D'Oeste, Descanso e Itapiranga).

A partir do início de 1985 agilizaram-se as conversações entre Esperidião Amin e Jaison Barreto com vistas à eleição para a Prefeitura de Florianópolis. Barreto filiou-se ao PDT conseguindo alguma influência neste pequeno partido. Os diretórios municipais de ambos os partidos, PDS e PDT, aprovaram uma coligação denominada de AST (Aliança Social Trabalhista). A AST apresentou como candidato a Prefeito, o deputado estadual Francisco de Assis Filho (PDS) e a vice-prefeito o ex-deputado estadual Manoel Dias (PDT), que tivera o seu mandato cassado pelo regime militar.

No PMDB travava-se uma disputa entre duas correntes políticas bastante definida. De um lado o deputado federal Nelson Wedekin, peemedebista da corrente progressista, defendendo a manutenção da Aliança Democrática. De outro lado o deputado estadual Edson Andrino, tradicionalmente da ala conservadora do partido mas que, nesta ocasião, defendeu o rompimento com o PFL. Após uma prévia bastante disputada sai Andrino vitorioso.

Em consequência desta decisão do PMDB, o PFL encontrava-se na contingência de lançar um candidato próprio e concorrer sozinho. Para tanto escolheu o suplente de deputado federal Enio Branco.

Outros três partidos apresentaram seus candidatos à Prefeitura de Florianópolis: o PT com o professor da UFSC Jorge Lorenzetti, o PCB com o também professor da UFSC Wilson Rosalino da Silveira e o PTB apresentando o militar e ex-presidente de um time de futebol (Figueirense F. C.) José da C. Ortiga.

No extremo oeste o PDS coordenado pelo vice-governador Víctor Fontana recusou qualquer aliança com o grupo de Jaison Barreto ao estilo da AST de

Florianópolis, concorrendo sozinho às eleições. Mesmo sem vencer, obtém percentual de votos mais elevados que o PDS na capital.

O PMDB era coordenado pelo deputado Cassildo Maldaner que em 1986 foi apontado como candidato a vice-governador pelo partido.

Tabela 1.9. - Resultado das eleições municipais de 1985 - Votos para Prefeito

MUNICÍPIO	PMDB	PDS	PFL	PT	PDT	PCB	PTB
FLORIANÓPOLIS ³⁰	54.592	40.631	8.920	3.805		2.920	857
SÃO MIGUEL D'OESTE	10.982	6.090		1.187	1.231		
SÃO JOSÉ DO CEDRO ³¹	4.681	3.914					
DESCANSO ³²	4.026	2.631	389	492			
GUARACIABA	3.432	2.756		437			
DIONÍSIO CERQUEIRA	3.634	3.401	574				
ITAPIRANGA	5.453	5.282	679	1.111	140		
TOTAL	86.800	64.705	10.562	7.032	1.371	2.920	857

Como pode ser visto nas tabelas 1.9 e 1.10, o PMDB venceu as eleições na capital e nos demais municípios de Santa Catarina, considerados áreas de segurança nacional.

O PDS continuou sendo seu principal adversário. Estes dois partidos obtiveram juntos mais de 80% do total dos votos válidos dados aos candidatos a

³⁰ Em Florianópolis, o PDT e PDS constituem a Aliança Social Trabalhista. Os votos da AST estão registrados na coluna do PDS.

³¹ Em São José do Cedro, PMDB e PFL constituem uma aliança. Os votos desta aliança estão registrados na coluna do PMDB.

³² Em Descanso, PFL e PDT constituem aliança. Os votos desta aliança estão registrados na coluna do PFL.

prefeito nestes sete municípios³³. Os demais partidos não conseguiram ameaçar o domínio destas duas siglas políticas.

Tabela 1.10.- Resultado das eleições municipais de 1985 - Votos para Prefeito - percentuais.

MUNICÍPIO	PMDB	PDS	PFL	PT	PDT	PCB	PTB	TOTAL
FLORIANÓPOLIS	48,86	36,37	7,98	3,41		2,61	0,77	100,0
SÃO MIGUEL D'OESTE	56,35	31,25		6,09	6,31			100,0
SÃO JOSÉ DO CEDRO	54,46	45,54						100,0
DESCANSO	53,41	34,90	5,16	6,53				100,0
GUARACIABA	51,80	41,60		6,60				100,0
DIONÍSIO CERQUEIRA	47,76	44,70	7,54					100,0
ITAPIRANGA	43,02	41,67	5,36	8,84	1,11			100,0

O resultado obtido pelo PFL foi inexpressivo se considerarmos a importância de seu líder, Jorge Bornhausen no interior do PDS. Não havia nenhum indicador de que o PFL pudesse acelerar seu crescimento e conquistar uma parcela maior do eleitorado conservador.³⁴

³³ Nas eleições de 1985, PMDB e PDS obtiveram, em conjunto, 151.505 votos. Este total representa 86,93% dos votos válidos. Entretanto este dado não é correto pois o PDS constituiu, em Florianópolis, uma aliança com o PDT e o PMDB estabeleceu, em São José do Cedro, uma coligação com o PFL. Entretanto é possível considerar que PDT e PFL juntos não atingiram 6% dos votos (Viola [1985] admite 3% para o PDT em Florianópolis). Este fato nos leva a conclusão que PMDB e PDS obtiveram mais de 80% do total de votos válidos.

³⁴ Ver Viola, 1985.

Tabela 1.11.- Formato da competição eleitoral para Prefeito - eleição de 1985.

MUNICÍPIO	Fe	Ne
FLORIANÓPOLIS	0,62	2,64
SÃO MIGUEL D'OESTE	0,58	2,37
SÃO JOSÉ DO CEDRO	0,50	1,98
DESCANSO	0,59	2,42
GUARACIABA	0,55	2,24
DIONÍSIO CERQUEIRA	0,57	2,31
ITAPIRANGA	0,63	2,71

Com base nos dados apresentados na tabela 1.8. (votos para o governo nas eleições de 1982) obtivemos os valores de 0,51 para o índice de fragmentação partidária e 2,03 para o número efetivo de partidos na disputa. Com estas informações poderemos ter uma idéia melhor da evolução do quadro partidário em Santa Catarina.

A partir do resultado das eleições de 1985 constata-se que o quadro partidário em Santa Catarina, embora se afastando daquele oferecido pelas eleições de 1982, ainda estava fortemente bipolarizado. Os valores de Fe variam de 0,50 até 0,63 que são típicos de sistemas com dois partidos políticos fortes. Também os valores de Ne que variam de 1,98 até 2,71 demonstram que, na realidade, apenas duas legendas concorriam ao poder. Podemos considerar que em dois municípios os valores apontam para a existência de uma terceira legenda que começava a despontar. No caso de Florianópolis, esta terceira legenda era o PFL e, em Itapiranga, o PT.

Diferente, no entanto, da situação estabelecida pelas eleições de 1982, constata-se que os dois partidos maiores dependiam de alianças com outras forças

menores para conquistar vitórias eleitorais. Os dados permitem supor que Santa Catarina aproximava-se de um sistema partidário semelhante àquele constituído durante o período populista, muito embora ainda não o fosse. Ou seja, um pluralismo moderado formado por dois partidos fortes que dependiam, para governar e vencer as eleições, do estabelecimento de acordos com partidos menores. Estes partidos menores, por seu lado, não conseguiam ultrapassar o índice de 10% dos votos.

Como veremos pela análise das eleições de 1986, não foi esta a configuração assumida pelo sistema partidário no Estado.

Capítulo 3 - EMPRESARIADO BRASILEIRO E CATARINENSE E A ABERTURA DEMOCRÁTICA.

1. Introdução:

Objetivando tratar da relação da classe dominante com a democracia, far-se-á algumas considerações a respeito da burguesia brasileira com ênfase em questões essenciais, em nosso entendimento.

Embasados na reflexão desenvolvida por Eli Diniz e Renato Boschi esboçaremos, no item 2, um retrato da forma como as relações estado/empresariado tem sido analisadas no Brasil até a década de 70.

O item 3 busca pincelar momentos significativos do processo de transição democrática no Brasil utilizando, a seguir, a perspectiva de G. O'Donnell a respeito da transição conservadora.

Constatado o processo de transição conservadora, estarão registrados nos itens 4 e 5 alguns momentos decisivos dos anos derradeiros do regime militar e a implantação da Nova República. Há aí a reafirmação do controle da política nacional por parte de uma aliança formada por setores da elite autoritária com setores conservadores da oposição.

Diante da tendência da Nova República em tornar-se impopular e ante a realização de eleições para governos dos Estados e para a Assembléia Nacional Constituinte, foi montada uma estratégia de extrema importância para garantir a vitória da coligação conservadora: um plano de estabilização econômica. Denominado Plano Cruzado foi colocado em prática no ano eleitoral e manipulado até o dia posterior ao pleito. Há no item 6, uma exposição cronológica da implantação do Plano Cruzado.

O item 7 será dedicado à apresentação do posicionamento do empresariado brasileiro ao longo deste processo de transição conservadora. Há em sub-item

breves menções a respeito do empresariado de Santa Catarina e seu ponto de vista a respeito da democratização da sociedade.

2. Reflexões sobre a Burguesia Brasileira.

Já foi tratado, no primeiro capítulo, sobre a relação entre o Estado e a Classe Dominante, do ponto de vista de Claus Offe. Neste capítulo serão expostas algumas considerações a respeito da maneira como este tema tem sido discutido no Brasil.

Durante o período populista (45/65) algumas discussões teóricas já admitiam a existência de um Estado forte. Mas a Burguesia ainda era vista como uma força capaz de imprimir na política e na sociedade um projeto desenvolvimentista denominado, à época, de "Política Econômica de Substituição das Importações". Alguns autores, inclusive, ousaram apontar o processo de desenvolvimento implantado no país a partir da Revolução de 30 como a nossa "Revolução Burguesa".¹

No final deste período a burguesia brasileira era vista como dividida em duas posições. Uma delas formada pela chamada "Burguesia Nacional" que lutava pelo estabelecimento de um capitalismo nacional, independente dos interesses imperialistas; outra, formada pela burguesia interessada em manter as relações neo-coloniais e por isso aliada ao capital estrangeiro e ao latifundiário "atrasado".

O apoio quase total do empresariado brasileiro ao golpe militar de 64 aliando-se, a partir deste momento, ao capital internacional, desferiu um golpe mortal na tese da Burguesia Nacional.

Estudos feitos após o estabelecimento da ditadura militar², apontaram a existência de um estado poderoso, capaz de impor suas diretrizes sobre uma

¹ SODRÉ, 1974, especialmente ps. 61/87.

² Ou Ditadura Civil-Militar como querem alguns por entender que setores civis contribuíram decisivamente para o fortalecimento deste regime.

sociedade civil enfraquecida cooptando ou reprimindo as lideranças mais representativas. Mesmo o empresariado nacional era visto como demasiadamente submisso aos interesses dos tecnocratas de plantão. Tínhamos, assim, desde 1930, um sistema político impondo um modelo de desenvolvimento econômico, diante de uma sociedade civil desarticulada, incluída aí a classe dominante. No entender de alguns autores, nossa classe dominante não chegou a ser uma classe dirigente.

Eli Diniz e Renato R. Boschi analisaram em texto produzido para o BIB trabalhos elaborados no país sobre a relação Sociedade e Estado no Brasil.³ Considera-se, com base nestes autores, que predominavam as teses politicistas privilegiando o Estado, considerando-o como autônomo e com força suficiente para dirigir a sociedade. Ressalte-se que esta perspectiva foi mais enfatizada durante o regime militar. De acordo com este ponto de vista o Estado é o pólo ativo enquanto os diversos grupos originados na sociedade, se existem, tendem a ser cooptados pelo poder político. Reduzida importância tem sido conferida aos atores sociais como empresariado, trabalhadores urbanos e rurais e uma grande ênfase tem sido dirigida aos tecnocratas, militares e burocratas.

Trabalho representativo deste ponto de vista é o de Simon Schwartzmann⁴. Considera, a respeito dos partidos políticos no Brasil durante o período populista, que estes foram construídos sobre uma base de cooptação mantida durante vinte anos. Ao longo do período, entretanto, o sistema dava mostras de caminhar para a falência. O crescimento dos votos nulos e brancos eram provas da crise do sistema.

"O sistema eleitoral, baseado na cooptação de líderes políticos, no paternalismo e no isolamento político do centro econômico e núcleos urbanos, não resistiu ao crescimento da mobilização e à nacionalização da política, que fizeram do peso eleitoral de São Paulo o fator decisivo da vitória. (...) A alternativa adotada foi,

³ CERQUEIRA, E.D. & BOSCHI, R.R. - "Estado e Sociedade no Brasil: uma revisão crítica" in bib n.1

⁴ SCHWARTZMAN; 1988. Especialmente pgs 129 a 160.

finalmente, a da restrição forçada da participação política, concentrando o poder nas mãos do Executivo e retirando-o do processo eleitoral."⁵

Schwartzmann admite o surgimento e crescimento de formas autônomas de organização social na sociedade brasileira a partir da segunda metade da década de 70, especialmente, nas áreas mais urbanizadas e desenvolvidas. É, no entanto, pessimista quanto ao desenrolar deste processo de revigoramento social e sua capacidade de alterar a "tradição centralizadora e autoritária que tem sido a marca da história do país."⁶ Isto porque "as elites brasileiras não estão interessadas em se fazer representar junto ao 'centro político nacional' (...) ", mas lutam para ter acesso "a posições de poder e prestígio em um regime político centralizado".⁷

Enfim, pretendemos levar em consideração as palavras de Boschi e Diniz para quem: "Embora historicamente esta preponderância do Estado como núcleo vital do sistema seja inquestionável, questionável é, isto sim, o pequeno espaço que as análises conferiram à possibilidade de atuação autônoma de grupos sociais."⁸ A intenção aqui é de considerar a existência de movimentos nas duas direções. Por um lado, um estado intervencionista procurando imprimir determinada direção na sociedade. Por outro, classes sociais procurando ocupar espaços no interior deste estado num esforço para imprimir determinada direção. Pretender-se-á dar uma ênfase maior a este último.

Os limites das perspectivas politicistas vêm sendo paulatinamente demonstrados. Alguns estudos estão apontam para diversos atores sociais, não como meros reféns de uma burocracia toda poderosa, mas que exigem, incentivam e colaboram com determinadas práticas estatais. Assim é possível constatar uma ação do empresariado, em diversas fases da história brasileira, colaborando com o

⁵ Ibid., p. 147

⁶ Ibid., p. 149.

⁷ Ibid., p. 158.

⁸ CERQUEIRA e BOSCHI, 1986, p. 18

estabelecimento de certas estruturas autoritárias ou que venham a solicitar tais estruturas.

Renato Boschi⁹, citando trabalho de Eli Diniz, menciona a coincidência de pensamento entre a intelectualidade de perfil autoritário (Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos) e o empresariado industrial. Neste sentido a nascente burguesia brasileira apoiou, no começo do século XX, um Estado forte e intervencionista nas relações de mercado e ainda contribuíram para os arranjos institucionais corporativistas. "As elites industriais passaram de um modelo relativamente descentralizador no início da década de 30 para um modelo altamente centralizador a época do Estado Novo, que eles finalmente apoiaram, tendo em vista a necessidade de manutenção do capitalismo industrial."

A coincidência de pensamento não é total. Há, é claro, algumas resistências por parte do empresariado a determinadas políticas públicas. Especialmente, no que se refere à política social como as Lei de Férias, Código de Menores e outras. A respeito de leis sociais, diversas críticas foram apresentadas por entidades representativas do empresariado nascente.¹⁰

Durante o período populista (1945 a 1964) dois temas vão se tornar polêmicos entre o empresariado: o capital estrangeiro e a intervenção estatal na economia.

Quanto à segunda defendia-se as atividades estatais em setores básicos tais como petróleo e mineração. Entretanto, ao final da década de 50 insistia-se em que o Estado deveria se ater às atividades não lucrativa.

⁹ Boschi, 1979, p. 72.

¹⁰ "... o que fará um trabalhador braçal durante quinze dias do ano (...) tendo tomado férias compelido por uma Lei (...) procurará matar as suas longas horas de inanição na rua. (...) A rua provoca com frequência o desabrochar de vícios latentes (...) (Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem. Um Ensaio de socialismo de Estado no Brasil e as indústrias nacionais. São Paulo, 1927. Citado por M. Yamamoto e R. Carvalho, 1982, p. 138/9.

O capital estrangeiro, apesar da ideologia nacionalista, era considerado, bem vindo pelo empresariado brasileiro desde que associado ao capital nacional privado ou estatal. A defesa da associação com o capital estrangeiro intensifica-se a partir de meados da década de 50. "Como principal fonte de unificação durante o regime populista, o nacionalismo começou a perder seu vigor por volta do fim da década de 1950 e início da de 60, não mais exercendo apelo aos empresários industriais porque estimulava a mobilização das massas, inclusive a classe operária e o campesinato."¹¹

As conferências promovidas pelo "Fórum de Debate Roberto Simonsen" da FIESP constituíam-se em indicador desta mudança no pensamento dos setores mais representativos do empresariado industrial paulista. As primeiras conferências contavam com a presença de intelectuais do ISEB expondo as posições mais nacionalistas. Por volta do final dos anos 50 a predominância era de conferencistas conservadores que demonstravam preocupações com a ordem social.

Interessante mencionar alguns assuntos abordados pela elite empresarial no início dos anos 60. Considerava-se que os "custos de previdência social eram demasiado altos para as empresas, ao passo que os benefícios concretos para o trabalhador eram demasiado pequenos". Também, afirmava-se que as greve eram feitas "por demandas de categorias sociais específicas em detrimento da coletividade."¹²

A estrutura corporativa continuou sendo utilizada por grupos empresariais. Mas, após 1955 começaram a criar formas alternativas de expressão "... tais como encontros formalizados com intelectuais e a criação de associações paralelas, operando fora da estrutura corporativa."¹³ A estrutura corporativa, entretanto, não foi abandonada.

¹¹ Ibid., p. 99.

¹² Ibid, p. 91.

¹³ Boschi, 1979, p. 99

Quanto aos impulsos empresariais favoráveis a um golpe militar o Boschi entendia não ser possível deduzir pelo material empírico obtido. Era, entretanto, possível perceber que havia uma incompatibilidade entre as elites capitalistas e o governo Goulart. Além do mais, várias declarações de líderes econômicos exigiam firmeza contra a "subversão" e solicitavam auxílio aos militares¹⁴

Durante o período militar foram vários os esforços para detectar o posicionamento do empresariado. São fundamentais, para tanto, os estudos de René Dreifuss¹⁵ a respeito do apoio dado pela burguesia brasileira ao golpe militar que derrubou o governo constitucional de Jango Goulart. Contestam as teses que concebem uma classe dominante fraca, submissa às determinações da burocracia estatal.

Marginalizado o sistema de representação partidária, estabeleceram-se novas formas de privilegiada participação empresarial nas estruturas de poder. Diniz e Boschi consideram estas relações como responsáveis pelo estabelecimento de práticas de demandas particulares e de curto prazo, dificultando o estabelecimento de propostas de alcance geral.¹⁶

3. O processo de transição democrática.

Ao final de 1973 teve início, no Brasil, um processo político que pretendia restaurar o regime democrático. Cientistas sociais brasileiros e estrangeiros elaboraram ao longo destes vinte anos, diversas interpretações a respeito destas mudanças. Não reproduzirá aqui tais debates, mas evidenciam-se dois fatores que influenciaram a cúpula governamental nesta opção por uma abertura política assim como também levaram vários atores sociais a reivindicar a democracia. Havia, em primeiro lugar uma evidente erosão da legitimidade do regime autoritário,

¹⁴ Ibid., p. 92.

¹⁵ DREIFUS, 1981.

¹⁶ DINIZ & BOSCHI, 1992.

constatada na fragorosa derrota do partido do governo (ARENA) nas eleições de novembro de 1974 e, a seguir, pela queda no desempenho econômico do país depois de sete anos de grande expansão econômica.

A estratégia de democratização, definida na cúpula de governo, deveria ser a de uma descompressão política lenta e gradual. Com avanços e retrocessos, esta descompressão estendeu-se por dez longos anos até a entrega do governo a um civil em 15 de março de 1985. Tratava-se de um processo resultante de negociações entre diversas partes, sendo que várias delas foram solidárias ao regime autoritário. Este caminhar vagaroso, acompanhado de prolongadas negociações acrescentou alta dose de conservadorismo à democratização.

Torna-se interessante fazer referência a algumas considerações apresentadas por Guillermo O'Donnell a respeito do processo de transição brasileira que ele denomina de "Transição Transada".

Tomando por base o processo de democratização ocorrido em países europeus na década de 70 e na América Latina nos anos 80 é possível detectar, para O'Donnell, dois tipos de transição de regime autoritário para democrático

O primeiro tipo é a chamada *transição por colapso*: resultado de regimes autoritários que fracassaram na condução da economia e a repressão corroeu internamente sua própria sustentação. A transição que daí deriva é rápida e os políticos situacionistas que delas participam têm poucas condições de impor à oposição as regras do jogo. Bolívia, Argentina e Grécia constituem exemplos. Nestes países, o desprestígio causado pelo fracasso econômico sob o autoritarismo se alia a uma visível desmilitarização, proporcionando margens de espaços maiores ao novo governo civil.

O segundo tipo é o da *transição por meio de transações* ou negociações, do qual o Brasil, junto com a Espanha, constitui-se no exemplo mais significativo. Estas "transições transadas" têm sua origem em regimes autoritários relativamente

bem-sucedidos em termos de condução da economia. A despeito das crises (como a brasileira a partir de 1980) e do caráter fortemente concentrador do crescimento econômico, estes regimes apresentam crescimento significativo do parque industrial, dos índices de emprego, camadas médias etc. As classes médias e a burguesia são, pode-se dizer, quase filhas dos regimes autoritários. A transição resulta de negociações em partes, envolvendo diversos atores sociais alguns anteriormente solidárias ao regime, introduzindo doses (às vezes altas) de conservadorismo ao processo de democratização.

Se há semelhanças entre o processo de democratização brasileiro e espanhol, as diferenças também existem. Duas delas estão ligadas às condições de vida das classes subalternas já estabelecidas durante o período autoritário. Na Espanha, ao contrário do que aconteceu no Brasil, os salários dos trabalhadores tiveram ganhas reais de 30 a 40%. Em segundo lugar, também diferente do Brasil, as políticas sociais na Espanha expandiram-se e apresentaram um bom nível qualitativo.

O'Donnell chama cita outras transições que tiveram, à semelhança do caso brasileiro (e do espanhol), conotações bastante conservadoras: a Alemanha de Adenauer, a Itália de Gasperi, a França de De Gaulle, na Europa pós-fascista. Duas condições, para ele, contudo, marcam a diferença da transição no Brasil. Uma, a separação nítida entre a direita autoritária, nazi-fascista, e as lideranças conservadoras de centro-direita (conservadoras, de direitas, mas adeptas da normalidade democrática); outra, fundamental, está na forte presença dos sindicatos, dos partidos - em especial dos partidos de esquerda -, com tradição de luta operária e popular. Foram governos liderados por conservadores que, na Europa do pós-guerra, sustentaram a constituição do "Welfare State", "fruto dessa relação de forças na qual há sempre uma alternativa, a esquerda, eleitoralmente

viável, apoiada em organizações sociais bastante autônomas em relação ao Estado." (O'Donnell; 1987)

O processo brasileiro carece de uma diferenciação clara entre o pessoal político do regime autoritário e o da transição, sobretudo quando se trata já da "segunda transição", ou seja, da passagem de uma "situação democrática" - instalada com a derrota do autoritarismo - para um governo democrático consolidado.

Além disto não há como pensar a consolidação de um regime democrático sem que baseado em uma distinção radical entre aquilo que é pessoal e privado e aquilo que é público. Neste sentido o problema não estaria na condução do processo de democratização brasileiro por setores conservadores, mas no fato de que, no Brasil, o peso do conservadorismo atrasado, prebendeiro e patrimonialista é excessivo. Em vista da forma de efetivação do processo de transição, este conservadorismo continua a estabelecer limites ao estabelecimento das condições necessárias à democratização.

4. A fase final do Regime Militar.

Procuremos lembrar alguns momentos deste processo de *transição transada* a partir do início da crise do chamado "Milagre Brasileiro", por volta de 1974.

Note-se, primeiramente, que esta abertura política brasileira aconteceu dentro de um contexto de mudança internacional que tem sido chamado de "Mundialização da tecnologia e da economia". Esta mundialização "... incide sobretudo sobre os fluxos de troca de produtos, modos de produção, estruturas de organização, processos de decisão e controle, estratégias¹⁷". Diante destas transformações, as estruturas estatais tornaram-se desatualizadas e novas relações entre Estado e Empresas precisavam acontecer.

¹⁷ PETRELLA, 1991, p 391.

Para fazer frente as mudanças no Estado brasileiro marcado por estes processos de abertura política e mundialização da economia, diversos atores sociais procurem participar da vida política nacional para nela imprimir seus projetos políticos e econômicos. Um dos mais importantes atores, tema deste trabalho, é o empresariado brasileiro.

Em 1974 diversos empresários, através dos órgãos de comunicação, principiaram uma campanha pela "desestatização" e contra as "mordomias" nas empresas estatais. Esta campanha, embora não tenha tido objetivo anti-autoritário, serviu como ponto de partida para diversos questionamento ao regime político implantado no Brasil a partir de 1964.

Em artigo publicado na "Folha de São Paulo" (21/05/78) o economista e empresário Bresser Pereira afirmava que a burguesia brasileira estaria plenamente interessada no restabelecimento da democracia no país¹⁸. No mesmo período, teve expressiva repercussão um documento redigido por um grupo de empresários denominado "Grupo dos Oito" e publicado pelo Jornal do Brasil (27/06/78) onde afirmam seu compromisso com o processo de democratização. Este "Grupo dos Oito", liderado pelo empresário Luis Eulalio Bueno Vidigal, concorreu e ganhou as eleições para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em 04/09/80.

Eli Diniz, em trabalho publicado em 1988, concluiu que as pressões exercidas por parcelas mais dinâmicas do empresariado contribuíram para o isolamento do regime autoritário e para um reforço das propostas oposicionistas aumentando-lhes o poder de barganha.

Antecedendo a estas manifestações empresariais um movimento subterrâneo emergiu em toda a sociedade brasileira, entre setores das classes subalternas,

¹⁸ PEREIRA, 1978, p. 166. "A redemocratização é um projeto de toda a Sociedade Civil mas é, antes de mais nada, um projeto da burguesia"

tornando-se visível a partir dos anos de 1976 e que será denominado "novos movimentos sociais". Foi a expressão de rebeldia destes setores contra o desgastado regime militar. E o crescimento deste movimento reforçou, também, as oposições, em especial, a sua ala mais a esquerda. Porém, de certa forma, ameaçava o projeto de distensão "lenta e gradual" colocada em prática pelo setor mais liberal do governo.

A derrota na greve do ABC, em 1980, somada à repressão promovida pelo governo estadual de Paulo Maluf, em São Paulo (1979), à passeata liderada pelo "Movimento contra a Carestia" quebram o ritmo de ascensão dos movimentos populares provocando, nestes, certo refluxo que perdurou, mais ou menos, até 1984.

Em princípios de 1983, setores de oposição mais a esquerda (PT, PDT e progressistas do PMDB), partem para a ofensiva em defesa de eleições diretas para Presidente da República para o ano seguinte. Em abril do mesmo ano o Diretório Nacional do PMDB, aprovava, por unanimidade, a proposta de seus setores progressistas, de promover uma campanha nacional a favor das diretas.

Os comícios pelas eleições diretas para Presidente da República começaram em janeiro de 1984. O primeiro aconteceu em Curitiba (12/1/84), com a presença de trinta mil (30.000) pessoas. No mesmo mês, realizaram-se comícios em Camboriú (SC), Salvador, São Paulo e Olinda (PE). Tinha início o "Movimento pelas Diretas-já" contando, em princípio, com a presença dos setores mais mobilizados dos movimentos sociais e sindicais. Ganhou, a seguir, a adesão de diversos setores da população incluindo empresários e a ala mais liberal do regime militar que apoiariam o movimento participando de suas manifestações.

Para regulamentar esta proposta um deputado do PMDB de Mato Grosso, apresentou no Congresso Nacional, um projeto de emenda à Constituição Nacional que definiria que as eleições para Presidente da República seriam diretas. Apesar

do amplo apoio popular, no entanto, o projeto do deputado Dante de Oliveira não conseguiu os 2/3 de votos no Congresso Nacional necessários à sua aprovação.

Após a derrota no Congresso Nacional (abril/84), as lideranças do Movimento pelas Diretas dividiram-se em duas alas. Uma delas, formada por alguns progressistas do PMDB somados ao PDT e ao PT continuaram insistindo nas eleições diretas, em um esforço em prol da manutenção da campanha. A outra ala, majoritária, formada pelos liberais do PDS e pelos conservadores e alguns progressistas do PMDB tomou a decisão de participar do Colégio Eleitoral para tentar eleger, indiretamente, o próximo Presidente da República. A idéia era derrotar a ditadura em seu próprio campo.

Dando início a este projeto, reuniram-se em Brasília quatro políticos de expressão nacional: Ulysses Guimarães, presidente do Diretório Nacional do PMDB; Tancredo Neves (PMDB), governador de Minas Gerais; Aureliano Chaves (PDS), vice-presidente da República, e Marco Maciel (PDS), senador por Pernambuco. Estes quatro líderes aprovaram um documento intitulado "Compromisso com a Nação", base para a constituição da Aliança Democrática formada por políticos do PMDB e dissidentes do PDS.

Tomada a decisão de participar do Colégio Eleitoral, escolheram como candidato à Presidência da República o governador Tancredo Neves e, para vice-presidência, o Senador pelo Maranhão José Sarney.

Tancredo Neves era um político tradicional. Antes do Golpe Militar de 64 pertencera aos quadros do antigo PSD. Figura de projeção nos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e de João Goulart. Com a extinção dos partidos (1965), ajudou a fundar o MDB fazendo parte de sua ala conservadora. Com nova extinção dos partidos políticos, organizou o PP. Ingressou em 1982 no PMDB, com a incorporação do PP.

O candidato a vice, José Sarney, político conservador do Maranhão, apoiou o regime militar desde a origem e era, por ocasião da Campanha pelas Diretas, presidente do Diretório Nacional do PDS. Note-se ter sido ele, ainda em 1984, um dos mais importantes articuladores da derrota, no Congresso, da emenda constitucional que pretendia implantar as eleições diretas para Presidente da República. Entretanto, devido a divergências com Paulo Maluf, candidato escolhido pelo PDS ao cargo de Presidente da República, abandonou a direção do partido para apoiar o candidato da oposição.

5. A implantação da Nova República.

A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, a posse de Sarney na Presidência da República quando da impossibilidade do titular e a nomeação de um Ministério conservador encaixavam-se perfeitamente no processo de transição conservadora que o próprio regime militar vinha imprimindo desde 1974.

Os grupos mais comprometidos com a campanha das diretas foram isolados e não tiveram força ou capacidade para mostrar à população o conteúdo conservador da mudança que se implantava.

Duas questões chamavam a atenção do novo governo ou da "Nova República" e já haviam sido mencionados pelo documento de constituição da Aliança Democrática: uma de nível institucional e outra de nível econômico.

A questão econômica implicava no expurgo do processo inflacionário e na retomada do desenvolvimento econômico com a superação das profundas desigualdades sociais.

A questão institucional, importava na liquidação do chamado "entulho autoritário" e no estabelecimento de regras políticas de caráter democrático.

Neste último campo as mudanças foram reduzidas. Continuou prevalecendo, nos primeiros anos de Nova República, as regras autoritárias da Constituição de

1967 elaboradas por alguns notáveis, a mando do Presidente Castello Branco e remetida para o aval de um Congresso que sofrera a cassação de vários de seus membros e que legislava sob coação militar. Além do mais esta Constituição havia sido reformulada por diversos Atos Institucionais e por uma verdadeira Constituição que foi a Emenda Constitucional número 1, decretada por uma junta militar que assumiu arbitrariamente o poder em 17 de outubro de 1969.¹⁹

Durante o ano de 1985, apenas três emendas constitucionais foram aprovadas pelo Congresso, a Emenda n° 25 de 15 de maio, a n° 26 de 27 de Novembro e a n° 27 de 28 de novembro.

A emenda n° 25 restabeleceu as eleições diretas para Presidente e Vice-presidente da República, concedeu o direito de voto aos analfabetos, devolveu autonomia aos municípios capitais de Estado e às consideradas áreas de "Segurança Nacional".

A Emenda n° 26 estabelecia a convocação de uma Assembléia Constituinte que seria formada pelos congressistas eleitos em 1986 e pelos senadores eleitos em 1982. Por outro lado a Emenda n° 27 referia-se a algumas alterações no sistema tributário.

Conforme Dallari, o Congresso Nacional manteve praticamente intacto o entulho autoritário com a preservação, praticamente intocada, da Constituição de 1967 e suas emendas constitucionais, Atos Institucionais e legislações ordinárias.

"Essa inércia do Congresso Nacional e do chefe do Executivo serviu para demonstrar que não eram apenas os militares os responsáveis pela criação e manutenção do entulho autoritário. O que se viu também foi que líderes políticos eminentes, que durante vinte anos lutaram contra o autoritarismo, mudaram de atitude quando passaram a integrar o governo, omitindo-se quanto à eliminação da legislação autoritária e, mais do que isso, aliando-se aos

¹⁹ DALLARI, 1986, p. 153/167.

defensores tradicionais da ordem antidemocrática no momento fundamental de decidir sobre a Constituinte".²⁰

6. O Plano Cruzado

O outro grande problema a ser atacado pela Nova República foi de ordem econômica: a inflação, em especial. Frise-se que o tema envolvia aspectos políticos e econômicos país desde a década de 50. Criticando a inflação do governo Juscelino Kubitschek, a oposição (Jânio Quadros) venceu as eleições em 1960. Em nome da inflação "exorbitante" de 60% ao ano, os militares derrubaram o governo constitucional de Jango Goulart. Justificando-se com a inflação, governos militares impuseram recessões em 1964 e 1982.

Colocada na agenda como prioridade, a Nova República deveria atacar o processo inflacionário. De acordo com Sampaio Jr. e Rui Afonso, a política econômica do governo Sarney durante o ano de 1985 pode ser dividida em três períodos. O primeiro correspondente ao momento ortodoxo do Ministro da Fazenda Francisco Dorneles. O segundo, ao período de crise entre o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento de João Sayad. Finalmente o terceiro, a partir da nomeação de Dilson Funaro como Ministro da Fazenda

O primeiro período começou quando Tancredo Neves montava sua equipe de governo diante da vitória no Colégio Eleitoral. Correspondendo ao grande leque de alianças conservadoras realizadas neste momento da transição e ao grande movimento popular das "Diretas", o presidente civil apresentava um discurso reformista em que se comprometia a promover um processo de democratização e de reformas econômicas. Procurava, ao mesmo tempo, acalmar os setores conservadores anunciando medidas econômicas ortodoxas e definindo o sobrinho Francisco Dorneles como seu embaixador econômico para negociar a transição

²⁰ Ibid., p. 166/7.

com o Ministro Delfim Neto e as questões da dívida externa com os bancos internacionais.

Sarney, assumindo o governo, manteve o ministério escolhido por Tancredo o qual exprimia a ambiguidade do discurso da Nova República: ministros progressistas ao lado de conservadores.

A hegemonia conservadora, definida por Dorneles, estava clara já na primeira semana de governo a partir das medidas de austeridade que estabeleciam um arrocho fiscal. O ministro defendia ser o déficit público a causa principal da inflação. Tais medidas provocam uma reação da oposição, de diversos sindicatos e da burocracia estatal.

"A linha de 'austeridade' também ficou seriamente comprometida pela decisão de Dornelles de sanear os grupos Habitasul e Sulbrasileiro com dinheiro público. Esta decisão enfraqueceu moralmente o ministro da Fazenda, especialmente porque, nessa mesma época, ele havia se pronunciado contra a realização do 'Plano de Emergência' para atender a população carente sob o pretexto de que o governo não dispunha de recursos."

A partir de maio/85, as divergências entre o Ministro da Fazenda, Dornelles, e o Ministro do Planejamento, João Sayad, tornaram-se visíveis pelo confronto entre as idéias defendidas. Dornelles expressou-as em discurso na Câmara dos Deputados no dia oito (8) do mesmo mês. Sayad, pela divulgação do PND da Nova República. Este segundo período, que se caracterizou pela ausência de hegemonia no que se refere a política econômica manter-se até agosto. Desde o início do mês percebia-se claramente que havia uma tendência para o aumento dos preços. A taxa de inflação subiu dos 8,9% de junho para 14,5% em agosto (a maior taxa mensal registrada no país).

A terceira fase deste ano começou com a posse do empresário Dilson Funaro, no Ministério da Fazenda, no dia 27 de agosto. De acordo com Sampaio Jr. e

Afonso a equipe montada por Funaro seria composta por economistas da UNICAMP adeptos do "desenvolvimento social" e economistas da PUC do Rio de Janeiro defensores da heterodoxia neokeynesiana. Ainda segundo estes autores, a administração Funaro teve dois momentos: o primeiro consistiu em um esforço para enfrentar em curto prazo uma série de desequilíbrios tais como as elevadas taxas de juros, o déficit do setor público, a dívida externa e a própria inflação. As medidas tomadas tiveram êxito de curto prazo. No final do ano os índices que mediam a inflação voltaram a subir e o desgaste político do governo também aumentou. Fortalecia-se, no governo, a tese de que era necessário um "choque" antiinflacionário.

Com o agravamento da crise política e econômica, o governo Sarney implementou, no último dia de fevereiro, através de Decreto-lei, um programa de estabilização econômica.

Segundo os autores citados o programa de estabilização, ou Plano Cruzado como veio a ser conhecido, mobilizou três instrumentos:

1) reforma monetária: mudança no padrão monetário e a criação de uma tabela de conversão dos valores dos contratos pré-fixados em cruzeiros para cruzados;

2) desindexação que pretendia dismantelar a chamada "ciranda financeira" e incentivar os investimentos produtivos;

3) congelamento de preços e modificação na lei salarial.

A consequência imediata do plano foi uma elevação no índice de apoio ao presidente da República e à Nova República. Tal fato podia ser verificado em várias cidades brasileiras conseguindo até uma elevada mobilização da população no controle dos preços oferecidos pelo comércio.

7. O empresariado brasileiro e a democratização.

Qual passa a ser a postura do empresariado brasileiro a respeito do processo de mudanças desenvolvido no país a partir do fim do regime militar? É possível concordar, sem crítica, com o ponto de vista bastante otimista exposto por Bresser Pereira em 1978?²¹

Ora, entendemos que Democracia não pode ser compreendida como um simples conjunto de instituições eleitorais que permitem votar e ser votado. A democracia²² contemporânea exige a sua expansão da esfera política para incluir também a esfera social. Isto implica em que as relações na sociedade tais como as relações entre patrões e empregados, sejam democratizadas.

Por ser a partir deste ponto de vista que pretendemos pensar o processo de democratização nacional, entendemos que, num primeiro momento, três pesquisas recentes podem nos ajudar na tarefa de reflexão sobre o tema. Os três trabalhos fazem referência à posição do empresariado a respeito das relações capital/trabalho. Uma primeira pesquisa elaborada por Sebastião C.V. e Cruz²³ refere-se ao período 77 e 78, acompanhando o posicionamento do empresariado durante a greve dos metalúrgicos de 1978. A análise empreendida por Lais W. Abramo²⁴ está baseada em 15 entrevistas realizadas em 1983, com empresários²⁵ de cinco estados brasileiros e procura detectar modificações na postura empresarial em direção a posições mais democráticas. O terceiro é um trabalho elaborado por Eli Diniz e Ricardo Boschi²⁶, mais recente que os anteriores,

²¹ PEREIRA, 1978, p. 166.

²² Democracia entendida como "... instituição e exercício de procedimentos que permitem a participação dos interessados nas deliberações de um corpo coletivo". (BOBBIO, 1987, 155)

²³ CRUZ, 1986.

²⁴ ABRAMO, Lais Wendel. "Empresários e trabalhadores: Novas idéias e velhos fantasmas". Coleção Cadernos do CEDEC n 7, 1985.

²⁵ Segundo a autora, "... foram entrevistados empresários que tem sido importantes do ponto de vista da articulação política da classe e tem expressado posições definidas e muitas vezes conflitantes em alguns dos acontecimentos mais importantes do período recente". (p3)

²⁶ DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato R. "Lideranças Empresariais e Problemas de Estratégia Liberal no Brasil", 1992.

desenvolvido a partir de 30 entrevistas com líderes empresariais²⁷. Procurava "detectar a percepção dos empresários acerca das características do antigo modelo de desenvolvimento e do processo de redefinição na direção neoliberal ...".

Em que pesem as diferenças entre os autores destes trabalho, ressalte-se haver uma certa unanimidade ao lembrarem o grau de dificuldade que tem tido, no Brasil pós regime militar, as relações entre trabalho e capital e o quanto ainda será preciso avançar na busca de uma postura mais democrática por parte dos empresários em relação às reivindicações e organizações dos trabalhadores.

Embora não haja unanimidade no meio empresarial a este respeito, Sebastião Cruz aponta para o predomínio de uma vertente mais autoritária. Esta vertente firmo-se com o desenrolar das greves de 1978 e situava-se em torno da FIESP. Esta entidade demonstrava o endurecimento de sua posição através de nota divulgada pela imprensa (outubro de 1978) com uma série de recomendações ao patronato para resistir ao movimento grevista de forma a inviabilizá-lo. Raras vezes no meio empresarial discordaram desta manifestação.

Diniz e Boschi verificam que os empresários entrevistados são favoráveis, em princípio, a uma sociedade mais participativa, pluralista, democrática e menos desigual. Mas esta percepção não se traduz em propostas específicas para mudanças na questão das relações com os trabalhadores. Além do mais, "... os empresários estariam a favor de uma maior descentralização das relações capital/trabalho, (...) mas sem a correspondente eliminação do histórico papel de árbitro que o Estado exerceu, no Brasil, sobre o conflito distributivo."²⁸

Lais Abramo classifica a posição do empresariado, em três níveis com base em suas manifestações, nas entrevistas, a respeito das relações capital/trabalho. A primeira posição que para a autora seria a mais democrática é encontrada entre

²⁷ "... entrevistas com as lideranças mais expressivas da FIESP, IEDI e PNBE e representantes dos Institutos Liberais do Rio de Janeiro e São Paulo." (DINIZ & BOSCHI, p 8)

²⁸ *ibid.*, p 25.

empresários paulistas do setor metalúrgico. Este setor critica a ingerência do estado na vida sindical, defende o direito de greve e a organização de centrais sindicais. Reconhece a existência das desigualdades sociais e dos conflitos sociais. Afirma que as formas de organização de baixo para cima democratizam as instituições, especialmente os sindicatos. Por este motivo privilegia as "comissões de fábrica" e, conseqüentemente, as relações entre capital/trabalho baseada na fábrica.

A segunda posição tem, como referência básica, o mercado. Para esta o principal conflito é o que se estabelece entre Estado e sociedade no seu conjunto, não entre patrões e empregados. Defende mesmo a harmonia entre estes dois pares, pois o mercado os equaliza. A sociedade é capaz de se auto ordenar enquanto o Estado é o principal obstáculo a um bom entendimento entre as classes. Para a autora, entretanto, apesar de admitir os direitos à organização e à greve dos trabalhadores entende que estes direitos devem ser colocados dentro de determinados limites pois os "abusos", nesta área, podem ameaçar à sociedade.

A terceira posição é a que predomina no interior do universo da pesquisa. Esta parte do princípio do mercado mas não fica a ele limitado. Reclama a intervenção do Estado para regular e reprimir. Para este espectro do empresariado, a constituição do trabalhador enquanto sujeito coletivo ameaça o mercado e a ordem política e social.

Em vista destas considerações, é necessário ter cautela com as conclusões exageradamente otimistas a respeito da postura democrática do empresariado brasileiro (e, em particular, do catarinense). É certo que o empresariado demonstrava insatisfação com o regime militar mas suas concepções e práticas políticas parecem estar longe de uma defesa intransigente da Democracia. Posturas anti-política, práticas de desprezo aos partidos políticos e aos processos eleitorais, temor dos conflitos sociais e políticos servem como demonstrações de

que a burguesia brasileira ainda está distante do momento de ser apontada como uma classe dominante que entenda a democratização como um projeto fundamental.

o empresariado tem sido bastante pragmático a respeito deste tema permitindo determinadas conclusões como a de Fernando Motta²⁹ para quem " ... no que se refere ao Brasil, ela (a burguesia) tem sido democrática ou autoritária de acordo com seus interesses ...".

Algumas considerações apresentadas por Sebastião Cruz a respeito da maneira como o empresariado privilegia as suas organizações permite um melhor entendimento da postura empresarial.

"Historicamente, a organização de interesses patronais foi condicionada por dois feixes de problemas: 1) aqueles que decorriam da concorrência intercapitalista - evitar ou controlar a concorrência de preços, estabelecer barreiras protecionistas como defesa contra o competidor externo, opor-se coletivamente aos fornecedores de matérias primas e recursos similares; 2) aqueles que advinham da mobilização e organização dos trabalhadores, criando espaços crescentes de solidariedade, trata-se aqui de determinações universais, nada havendo nelas de específico ao caso brasileiro."³⁰

Alguns elementos, entretanto, precisam ser acrescentados para uma melhor compreensão da prática política do empresariado brasileiro e particularmente do catarinense durante a década de 80.

Esclareça-se, em primeiro lugar, que o empresariado brasileiro sempre teve dificuldade em lidar com o conflito social. Qualquer greve de trabalhadores, manifestação de operários ou reivindicações salariais tem sido tratadas como sendo ameaças à sobrevivência da propriedade privada no país. Desde a década de vinte, a burguesia tem incitado a intervenção policial-militar, exigido medidas e

²⁹ MOTTA, 1979, p. 33.

³⁰ CRUZ, 1986, p 33/4.

leis mais duras e a "mão de ferro" do Estado para acabar com a rebeldia dos subalternos.

Uma segunda característica tem sido o uso de entidade corporativas para através delas expressar os seus pontos de vista e relacionar-se com as entidades de trabalhadores. É claro que a partir da segunda metade da década de 50, os empresários passaram a criar entidades não-corporativas. As primeiras, no entanto, nunca foram abandonadas havendo a utilização dos dois modelos de entidades. Não há, também, nenhuma indicação de um tendência em abandoná-las no futuro.

E, em terceiro lugar, cabe ressaltar que, de uma maneira ou de outra, a classe dominante sempre solicitou e obteve a intervenção do estado no mercado. Não se trata aqui apenas da intervenção no mercado de trabalho com o objetivo de controlar a capacidade de organização dos trabalhadores. Mas de convocar o Estado a produzir infra-estruturas ou determinados bens fundamentais (energia elétrica, petróleo, etc.) quando o capital privado não tenha interesse em fazê-lo.

7.1. Um aspecto regional: o empresariado catarinense.

Se em âmbito nacional e, especialmente, no estado de São Paulo setores do empresariado, ao final da década de 70, abandonaram uma posição cômoda de aliança com o autoritarismo partindo para a pressão objetivando mudanças no aparato estatal, o mesmo não foi percebido com clareza em Santa Catarina. Neste estado, ainda que com exceções, o empresariado permanecem firme em seu conservadorismo evitando assumir posições que levassem a mudanças na política local.

O regime autoritário de 64, concluiu no campo partidário, um processo de unidade econômico/política que já vinha se realizando no Estado no início da década de 60. O partido oficial do regime, a ARENA, contava com a quase

totalidade do empresariado catarinense³¹. Durante o regime militar, que um empresário de Santa Catarina dizia "... que se pode chamar mais de 'paternalista' do que de 'ditatorial' "³², pode-se considerar que a relação entre o empresariado e o estado, especialmente a nível regional, foi boa para não dizer excelente.

A pesquisa de Barbara Giese (1991) explana algumas considerações a respeito dos empresários dos ramos têxteis e agro-industrial (de grande importância em Santa Catarina) que podem ser extensiva a outras áreas econômicas. O poder público de implementou melhorias infra-estruturais reivindicadas por grupos econômicos do estado (portos, malha rodoviária, energia elétrica, etc.), bem como apoio financeiro. Este veio sob a forma de financiamentos, subsídios oferecidos por órgãos como o FUNDESC e o seu sucessor o PROCAPE, diversos bancos como o BADESC, BRDE e BESC. Em determinados setores industriais como o agro-industrial, esta atividade de financiamento por parte dos diversos órgãos públicos propiciou uma concentração de empresas privadas.

Ocorreu, além disto, uma participação constante de empresários em órgãos públicos, como Secretarias de Estado e empresas estatais. É certo que empresários de alguns setores como o agro-industrial participaram mais intensamente, mas nenhum deles foi marginalizado.

Há que se mencionar também, ter sido, a FIESC, um importante interlocutor entre o poder público estadual e o empresariado. Através desta o empresariado levava suas reivindicações, especialmente de caráter infra-estrutural, aos membros do governo regional. Alguns ramos da indústria tiveram melhor representatividade que outros mas todos eles estiveram presentes nas diretorias da federação.

Em pleno "Milagre Econômico" (1972), Bernardo Wolfgang Werner, presidente da FIESC à época, afirmava que "a retomada do desenvolvimento

³¹ Ver AGUIAR (1991)

³² HERING, 1980, p.98.

brasileiro tem sido caracterizada pela crescente importância da união governo-empresa."³³

Embora sejam palavras de um único empresário representativo da classe, é possível ter uma idéia aproximada da forma como os empresários catarinenses ressaltavam o bom relacionamento entre estado e capital em Santa Catarina.

Quando o "Milagre" começava a esboçar os primeiros sinais de crise (1974) Werner³⁴ entendia que "o comportamento registrado na projeção industrial em geral, e em Santa Catarina em particular ... evidencia-se que o binômio Estado-empresa aqui não é apenas um imperativo urgente e inadiável, mas uma esplêndida realidade ..."35.

Mesmo em 1978 quando diversos empresários brasileiros demonstravam o seu descontentamento com o regime e reivindicavam uma menor intervenção do estado no mercado, o presidente da FIESC ressaltava que: "o governo é dado indispensável também nas equações econômicas ... Parto aqui do pressuposto de que governo e empresa tem objetivos que se confundem e não se antagonizam."³⁶

Entendemos ser importante a noção a respeito de como o empresariado catarinense acompanhava o processo de superação do regime militar e o caminhar para uma democracia. Democracia não apenas do ponto de vista político mas especialmente social (conforme mencionamos anteriormente).

Por terem sido reduzidos os pronunciamentos de empresários a respeito da democracia ou do processo de democratização brasileira durante o ano de 1986 torna-se difícil tal avaliação. Não temos, como L. Abramo³⁷, uma entrevista com os empresários realizada na primeira metade da década de 80. A elite empresarial preocupava-se mais com o plano de estabilização econômica, com os índices de

³³ WERNER, liv I, 1972, s.p. citado por GIESE, 1991, p. 119/20.

³⁴ É importante lembrar que Bernardo W. Werner foi reeleito presidente da FIESC em 1980 e 1983.

³⁵ Ibid., 1974, s.p. op. cit.

³⁶ Ibid., 1978a, s. p. op cit.

³⁷ ABRAMO, 1985.

inflação, desabastecimento, ágio e com propostas de reforma econômica e fiscal para os futuros constituintes. Conseqüentemente, é difícil com a quantidade reduzida de dados que temos em mãos fazer uma avaliação da concepção da classe dominante a respeito deste tema.

Alguns depoimentos que aqui usamos servirão trabalhos com maior aprofundamento. Entendo como importante esta tarefa pois se é possível dizer com O'Donnell que o moderno empresariado brasileiro é, de certa forma, filho da ditadura militar, um expressivo setor da burguesia pode ser considerado, no que se refere a Santa Catarina, como gestado e parido por uma ditadura (Estado Novo) e amamentado por outra (ditadura militar).

Para alguns empresários catarinenses houve uma passagem de um campo não democrático para outro democrático com o estabelecimento da Nova República. Essa democratização implantada a partir de 1984 foi vista de forma positiva, embora sem entusiasmos. Pareciam estar perfeitamente enquadrados no projeto democrático inaugurado com a Nova República, rejeitando o passado de apoio a um regime militar. Eram, no entanto, raras as críticas ao regime autoritário anterior a 84. Uma das exceções: o candidato a deputado federal Vilson de Souza³⁸ ao apresentar, em artigo as conseqüências negativas do autoritarismo estatal sobre as organizações sociais. "E assim, historicamente, a sociedade (brasileira) sempre esteve tutelada e subjugada ao aparelho de Estado. Ou seja, perante um Estado forte e centralizado submete-se uma sociedade fraca e desarticulada. (...) Disso resultam formas variáveis de dominação política da sociedade ..."39

³⁸ Entendo poder apresentar o então candidato a deputado federal Vilson de Souza como representante de setor do empresariado de Blumenau. O candidato era então Professor Universitário mas tinha ligações familiares com grupo Têxtil. Além do mais seu irmão era Presidente da Associação Comercial e Industrial de Blumenau e participou ativamente de sua campanha eleitoral.

³⁹ Vilson de Souza, "As greves, a política e a Nova República.". JSC, 17/01/86, p. 2.

Verifica-se, também, em função de algumas demonstrações, que setores do empresariado não cortaram totalmente o "cordão umbilical"

Assim, por exemplo a importante Associação Comercial e Industrial de Brusque, presidida pelo empresário Carlos Renaux patrocina (agosto de 1986) um ciclo de conferências sobre "Segurança e Desenvolvimento", coordenado pela ADESG, entidade que capitaneava uma elite intelectual ligada à ditadura militar⁴⁰.

Alguns empresários ou porta-vozes políticos de grupos empresariais continuavam a atacar seus adversários políticos no mesmo estilo adotado durante o regime militar. Foi o que fez o candidato a Senador pelo PDS, Vasco Furlan, tradicionalmente ligado ao grupo empresarial SADIA, ao afirmar que votar em seus adversários poderia ter como conseqüência a eleição de "comunistas". Assim o fez, também, o vereador César Augusto Vianna de Blumenau, ligado ao grupo empresarial ARTEX, contra o candidato do PMDB ao senado, Nelson Wedekin⁴¹.

Em terceiro lugar, além de afirmar o seu ponto de vista favorável à democracia, a liderança empresarial exigia o estabelecimento de práticas democráticas em diversas instituições de seu interesse, condenando o governo Sarney por certas práticas autoritárias. Exigia, em nome da democracia, o estabelecimento de mecanismos de participação da sociedade nas decisões políticas.

"... o governo mais uma vez quer o exemplo da sociedade e nega-se ele próprio a dar o seu. O recém-criado Fundo Nacional de Desenvolvimento é um fato concreto. Criado através de um imposto disfarçado de empréstimo compulsório ... não terá fiscalização dos segmentos contribuintes."⁴²

⁴⁰ Coluna da FACISC, JSC, 1/8/86, p. 6.

⁴¹ JSC, 2/11/86, p. 4.

⁴² Coluna da FACISC, JSC, 08/08/86, p. 7.

Da mesma forma o presidente da ACIC (Associação Comercial e Industrial de Chapecó), Aldi Batiston, ao afirmar que as medidas do "plano cruzado" são necessárias reclamava que "... o método é o da Velha República"⁴³.

Outro aspecto a considerar é que, percebendo a existência de novas condições de participação política e do exercício de pressão sobre o poder público, a liderança empresarial esforçava-se para conseguir se legitimar perante a comunidade em que estava inserida. Bem o demonstrava nota emitida pela diretoria da FACISC a seus associados onde afirmava que:

"É cada vez maior a participação das Associações Comerciais e Industriais nas campanhas comunitárias sem abandonar, de modo algum, a representação empresarial, a defesa dos interesses da classe e o seu fortalecimento diante dos vários segmentos da sociedade. A FACISC estimula esta participação, pois entende que o fortalecimento de uma representação só é possível se houver identidade, participação e interação com os desejos, objetivos e carências da comunidade onde atua"⁴⁴.

Admitiu-se com mais clareza a participação política direta defendida quando do apoio à candidatura do presidente da FACISC a deputado estadual conforme anteriormente relatado⁴⁵.

Deu-se, também, uma presença ativa na apresentação de propostas para a elaboração da Constituição. As diversas entidades empresariais apresentaram propostas para a nova Assembléia Constitucional. Um exemplo foi dado pela Associação Comercial e Industrial de Blumenau ao organizar uma Comissão de Estudos Constitucionais (8 de julho de 1986) formada por diversos empresários locais e coordenada por Paulo Gouveia da Costa. Tinha, este, ligações familiares com a família Zadrozny do grupo empresarial ARTEX de Blumenau, sendo um dos

⁴³ OE, 9/3/86, p. 5.

⁴⁴ Coluna da FACISC, JSC, 30/6/86, p. 6.

⁴⁵ JSC, 25/6/86, p7.

principais assessores do candidato Wilson Kleinubing do PFL ao governo do Estado.⁴⁶

Um outro fator diz respeito à dificuldade, por parte do empresariado de Santa Catarina, em aceitar as posições políticas divergentes. Este tipo de postura conservadora tende a dificultar o estabelecimento de negociações restringindo as possibilidades de pactos sociais entre interesses divergentes. Não verificamos nenhum depoimento que pudesse ser incluído na posição mencionada por L. Abramo que seria "... uma relação mais democrática a partir das fábricas"⁴⁷. Para que não se incorra em injustiça, faça-se referência, uma vez mais, a declaração de Wilson de Souza (candidato a deputado federal e ligado a setores vestuaristas de Blumenau) a respeito de uma greve de caminhoneiros e do movimento de fumicultores ao elogiar o surgimento de organizações representativas da sociedade civil e o espírito de luta de algumas categorias de trabalhadores.⁴⁸

Podemos encontrar, no entanto, algumas considerações que se aproximam da "segunda posição" mencionada por L. Abramo que é "a fala que vem do mercado"⁴⁹.

Classificaríamos, como tal, o ponto de vista defendido pelo empresário Ingo Hering quando analisa um projeto de lei (1986) do Deputado Federal Pimenta da Veiga a respeito da estabilidade do trabalhador na empresa. O presidente do grupo Hering condenava a lei, defendendo o mercado como regularizador do nível de emprego/desemprego no Brasil. Pois, "na realidade, há pouca necessidade efetiva da lei - a não ser para empregados relapsos - porque o nosso desenvolvimento, a longo prazo, sempre terá um ritmo bastante maior do que, por exemplo, o europeu, de modo que lugares, para quem realmente quer trabalhar, não faltarão"⁵⁰.

⁴⁶ 09/julho- JSC 9) e (13/nov-JSC 24)

⁴⁷ ABRAMO, 1985, p. 12/18.

⁴⁸ SOUZA, JSC, 17/1/86, p. 2.

⁴⁹ ABRAMO, 1985, p. 18/22.

⁵⁰ HERING, JSC, 29/6/86, p. 2.

Nesta posição encontramos, também, a defesa de um tipo de negociação entre patrões e empregados entendida a partir do ponto de vista de que os interesses são os mesmos. Neste sentido, Glauco J. Corte (grupo Portobello) lamentava a retomada de greve durante a vigência do congelamento dos preços. Reconhecia haver, com a retomada da economia, um fortalecimento da posição dos trabalhadores mas que o momento (de combate à inflação) não era propício a reivindicações fora de "níveis de razoabilidade". Entendia que o salário-mínimo não permitia viver com dignidade mas que essa situação podia ser resolvida através do "exercício da negociação exaustiva (...) sem que seja preciso recorrer-se ao recurso extremo da greve."⁵¹

Ao lado desta perspectiva de defesa do mercado para resolver as divergências entre patrões e empregados e da "negociação exaustiva", é possível entrever uma desconfiança com respeito à liderança mais combativa de sindicato de trabalhadores. É o que se verifica no pronunciamento de G. Corte a respeito das reivindicações não razoáveis dos trabalhadores. E, também, em concepções apresentadas por Hering ao lamentar que, na hora difícil em que o país se encontrava (luta pela estabilização) "... não se poderá contar com a compreensão da cúpula sindical". Especialmente, "a CUT que simplesmente insiste em 'reposição integral e imediata', '40 horas semanais', etc, o que, neste momento de combate à inflação, efetivamente, são exigências suicidas"⁵².

Tais assertivas vêem os trabalhadores e suas lideranças sindicais capazes apenas de fazerem reivindicações "não razoáveis", não serem "compreensivos" ou fazerem "exigências suicidas". Pontos de vista semelhantes eram reforçados quando avaliam outros movimentos no interior da sociedade que eram qualificados

⁵¹ CORTE, OE, 27/7/86, p. 4.

⁵² HERING, JSC, 12/01/86, p. 2.

de "utópicos/com os pés fora da realidade", ou mesmo de "partidos mais radicais que não tem nenhum compromisso com a realidade."⁵³

Em função de perspectivas semelhantes, podemos afirmar que estes empresários embora defendendo o mercado e a negociação, aproximam-se da terceira posição mencionada por Abramo. Nesta encontram-se setores empresariais que tendem a ver os trabalhadores "como inimigos em potencial, uma ameaça que deve ser controlada e contida"⁵⁴.

Poder-se-á concluir, então, que, neste período (1986) há, em Santa Catarina, alguns empresários ou representantes que viam com otimismo a retomada da organização de diversos segmentos da sociedade, especialmente dos mais dominados. Nenhum indicador, entretanto, leva-nos a crer ser este um posicionamento majoritário. Ao contrário, as teses que predominavam são justamente aquelas que demonstravam um temor para com o fortalecimento e as reivindicações dos diversos segmentos sociais mais oprimidos da sociedade.

Embora não tenhamos encontrado documentos ou textos elaborados por empresários definindo apologeticamente regimes autoritários ou combatendo claramente regimes democráticos, não é possível afirmar que um projeto democrático irreversível faça parte dos planos deste segmento regional da classe dominante. Inversamente, haviam ainda elementos no discurso empresarial que fariam temer pela estabilidade de um processo de democratização.

Conviria, portanto, juntar-se esforços para melhor conhecer a evolução das preocupações democráticas do empresariado local, nos último oito anos, como forma de contribuir para melhor se avaliar as possibilidades de consolidação democrática no país.

⁵³ HERING, JSC, 16/3/86, p. 2.

⁵⁴ ABRAMO, 1985, p. 25.

Capítulo 4 - O PROCESSO ELEITORAL E O RESULTADO DAS ELEIÇÕES DE 1986.

1. Introdução

Uma das características política do ano de 1986 em Santa Catarina é a definitiva aproximação entre setores majoritários da oposição ao regime militar e a situação liberal para garantir, a nível regional, o processo de transição conservadora.

Já nas páginas anteriores ressaltamos que os setores mais a esquerda da oposição, setores que resistiam à tese conciliadora foram marginalizados. Perderam força e cederam espaço para as alas mais conservadoras e até mesmo para alguns setores da própria esquerda que passaram a admitir a conciliação.

Um momento importante deste processo de enfraquecimento da chamada ala autêntica foi a derrota de Jaison Barreto nas eleições de 1982. Mas também algumas táticas assumidas por esta ala contribui para esta derrota. Como exemplo, pode ser citada a aliança com frações da direita que, por razões diferentes, colocavam obstáculos ao processo de transição. Esta aliança foi coordenada por Esperidião Amin e Jaison Barreto. Teve como resultados de maior envergadura a coligação entre PDS e PDT para a prefeitura de Florianópolis, a adesão de alguns deputados do PMDB ao governo Amin e a nomeação de políticos ligados a Jaison para Secretarias de Estado.

Como vimos anteriormente, todas as três medidas tiveram resultados negativos não garantindo a continuidade da aliança. Abalaram, em consequência, o prestígio do próprio Jaison Barreto, político tradicionalmente capaz de obter votação elevada e que não conseguiu se eleger Deputado Federal. Ficou reduzido a apenas 23.637 votos.

É claro que a esquerda que combatia o pacto conservador não se resumia àquela sob a liderança de Jaison Barreto. Um outro setor da esquerda, por exemplo, estava concentrada no PT que entretanto não conseguiu um bom desempenho nas eleições de 1986.

Faltava agora, definir os setores situacionistas com quem dialogar. Este setor foi se definindo com mais clareza a partir de 1984 quando da dissidência do senador Jorge Bornhausen que abandonou o PDS e aderiu à candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República pela AD. Em seguida tratou-se de construir um novo partido, o PFL, para articular a Aliança no Estado.

Apesar da liderança que Bornhausen exercia junto à lideranças políticas e empresariais de Santa Catarina esta tarefa não foi simples. O governador do Estado, Esperidião Amin, frustrou em parte esse objetivo ao se recusar a adesão ao PFL. Amin preferiu um posicionamento crítico ao novo governo federal. Conseguiu manter ao seu lado a maior parte dos políticos do PDS e boa parte do empresariado, seja porque dependiam do governo estadual, seja porque a Nova República lhes parecia uma aventura e não lhes oferecia segurança.

Este ano eleitoral fortaleceu o conjunto de forças que apoiavam a Nova República e isolou as oposições sejam as de esquerda representada por Jaison Barreto, PDT e PT, sejam as de direita liderada por Esperidião Amin.

Neste capítulo procuraremos trabalhar os principais momentos das eleições, desde o lançamento das candidaturas até a apresentação dos resultados. No final procuraremos fazer uma discussão a respeito do formato assumido pelos partidos políticos em Santa Catarina.

2. Lançamento das Candidaturas e as Convenções Partidárias

Ao iniciar o ano de 1986 e, ainda, longe de começar a campanha eleitoral, o PMDB era considerado o provável vencedor desta eleição que escolheria o novo governador do Estado. E, embora o PMDB não tivesse definido oficialmente o seu candidato, parecia evidente que este seria Pedro Ivo F. de Campos¹.

Era o PMDB, em consequência, o partido que mais havia avançado na definição do seu candidato ao governo do Estado. A direção partidária havia decidido em finais do ano anterior, pela realização de uma prévia, em abril de 1986, entre seus filiados para decidir o nome do candidato para o executivo estadual, tal como já fizera em 1982. Além de Pedro Ivo, apresentam-se como candidatos a candidatos os deputados federais Luiz Henrique da Silveira, da região de Joinville, e Dirceu Carneiro de Lages. Estes dois apresentavam-se como candidatos da ala progressista do partido. Entretanto, tal como acontecera por ocasião das prévias de 1982, é certo que as plataformas dos três candidatos não apresentavam divergências². A campanha destes três candidatos intensifica-se a partir do mês de janeiro, com visitas a diversos municípios, debates e presença constante na imprensa.

Os demais partidos encontravam-se em uma situação mais indefinida. Explicando que para evitar que seu partido ficasse marginalizado nos meios de comunicação, o presidente regional do PDS, Wilson Kleinubing, propõem que se realize, também, prévias para a escolha do candidato a governador, tal como já o fizera o PDS do Rio Grande do Sul em 1982. Entretanto, em entrevista ao jornal "O Estado", reconhece a existência de fortes resistência no interior do partido a esta prática³. Algumas lideranças, como o ex-governador Konder Reis, afirmavam não reconhecer legitimidade nas prévias.

¹ Pedro Ivo na ocasião era Presidente Regional do PMDB. Foi prefeito de Joinville (1972 a 1976) e candidato a candidato a governador pelo PMDB, derrotado nas prévias do partido em 1982 pelo, então, senador Jaison Barreto.

² Aguiar, 1991: p. 59.

³ Jornal "O Estado", 10/01/86, p 3.

O PFL como partido recém-formado, continuava a desenvolver um esforço de formação de diretórios, com vistas a realização de sua convenção estadual no dia 20 de janeiro. Para tanto procurava conquistar adeptos, especialmente, entre Prefeitos e vereadores do interior do Estado. No início de ano conseguiu a adesão dos prefeitos de São José, Germano Vieira, e de Imbituba, Jerônimo Lopes, ambos do PDS e do Presidente da Câmara de Vereadores de Chapecó, o peemedebista Jair Corá. Quanto às eleições para o executivo estadual, algumas das principais lideranças do PFL, como Jorge Bornhausen e o empresário Plínio David De Nez Filho, declararam preferir realizar uma coligação com o PMDB com vistas a fortalecer a Aliança Democrática no Estado⁴.

A seguir procurarei descrever o processo de definição de candidaturas no interior dos principais partidos políticos:

a) PMDB

Apesar da disputa interna, era visível que Pedro Ivo consolidava a sua candidatura dentro do PMDB. Tinha apoio da maioria dos conservadores do partido mas, também, de setores progressistas representados pelo Deputado Federal Nelson Wedekin e pelo deputado estadual Roberto Motta.

No dia 10 de janeiro o prefeito de Joinville, Wittich Freitag, adepto da candidatura de Pedro Ivo, foi eleito Presidente da Associação dos Prefeitos do PMDB. Isto confirmava a expectativa de que a maioria dos prefeitos peemedebistas também estava com Pedro Ivo e reforçava mais ainda sua candidatura. Este, para melhor dedicar-se à campanha, deixava a presidência do PMDB regional, no final de janeiro, e foi substituído pelo deputado estadual Newton de Conto, também defensor de sua candidatura.

Interessante lembrar que em dois momentos cruciais, neste mês de janeiro, que foram a eleição para presidente da Associação dos Prefeitos do PMDB/SC e

⁴ Ibid., 4/01/86, p 3 e 15/01/86, p 3.

para a Presidência do Diretório Regional do PMDB/SC, o grupo que apoiava a candidatura de Luiz Henrique da Silveira não apresentou nenhuma candidatura alternativa. Esta ausência demonstrava ou o reconhecimento da fraqueza de sua posição ou a falta de interesse em ganhar.

O certo é que corria um comentário no interior do partido de que as duas candidaturas alternativas não eram a sério. O candidato mais fraco, Dirceu Carneiro, que renunciou da sua candidatura em seguida, pretendia ocupar um espaço com vistas as eleições para o Senado. Luiz Henrique da Silveira pretendia consolidar seu nome como candidato a deputado federal (em 1982 fora o deputado federal mais bem votado em Santa Catarina, e pretendia reeditar esta façanha em 1986). Além do mais a direção regional do partido estava preocupada em oferecer uma alternativa aos setores de esquerda e de direita descontentes com Pedro Ivo, evitando assim uma crise no interior do Partido. Havia, ao mesmo tempo, uma vantagem em termos publicitários pois os debates entre os candidatos e os preparativos para as prévias mantinham o nome do PMDB, constantemente, na imprensa.

Algumas dificuldades, no entanto, aparecem no desenrolar da campanha de Pedro Ivo. Uma delas é o seu apoio irrestrito à Nova República visto que, no início do ano, o governo Sarney enfrentava uma queda em sua popularidade, devido ao constante aumento do custo de vida. Simultaneamente, entendendo-se marginalizados pelo governo federal, várias lideranças do partido exigiam uma maior participação inclusive com a nomeação de um catarinense, peemedebista, ao Ministério Federal ⁵.

Por outro lado, seu esforço pela manutenção da Aliança Democrática, o que implicava em um bom relacionamento com o tradicional adversário do MDB e depois PMDB, Jorge Bornhausen, criava-lhe frequentes embaraços. Aproveitando-

⁵ Jornal de Santa Catarina, 15/01/86; p 2.

se desta situação Realdo Guglielmi⁶, empresário de Criciúma visto como "progressista", propõe a criação de uma Frente Única para derrotar Pedro Ivo, por considerá-lo um "reacionário"⁷.

Quando o Presidente José Sarney comunicou a nomeação do senador Jorge Bornhausen, do PFL, como Ministro da Educação, reforçaram-se ainda mais no interior do PMDB catarinense o sentimento de marginalização. Elevaram-se, então, as vozes daqueles que defendiam o rompimento do partido com a Aliança Democrática.

Por esse motivo, o decreto do governo Federal de 28 de fevereiro, definindo o seu plano de estabilização econômica, que ficou conhecido como "Plano Cruzado", e que obteve um elevado índice de apoio da população, teve o significado de redenção da candidatura de Pedro Ivo.

As divergências a partir deste momento ficaram por conta do processo estipulado para a realização das prévias. Os apoiadores da candidatura de Luiz Henrique da Silveira passariam, quase que apenas, a questionar a maneira como se limitou a participação dos filiados na escolha do candidato que seria feita através de membros dos Diretórios Municipais e não com o direito ao voto de todos os filiados. Estes defendiam a ampliação do direito de voto. Em nota distribuída alguns dias antes da prévia, assinada apenas pelo "PMDB PROGRESSISTA" afirmavam que: "Embora sejamos maioria no PMDB, como de costume, está prevalecendo a manobra da cúpula do grupo "PEDRO IVO" que, burlando a democracia interna, pretende excluir 99% dos filiados da PRÉVIA PARA ESCOLHA DE CANDIDATOS A GOVERNADOR E VICE" ⁸.

⁶ Realdo Guglielmi, foi, nas eleições de 1982, um dos poucos empresários do estado a apoiar Jaison Barreto (PMDB) para governador. Em 1986 ainda mantinha boas relações com Jaison. (Aguiar, 1991: 185)

⁷ Jornal "O Estado"; 07/01/86; p 3.

⁸ Em Caixa Alta no original. "Jornal de Santa Catarina; 16/abril/1986; p 5.

O candidato a candidato, Pedro Ivo, contrário à ampliação do direito de voto expôs esta opinião em um artigo onde faz uma defesa da legitimidade do sistema de delegação do voto e concluía dizendo que as prévias poderiam ser transformadas em um "instrumento poderoso de manipulação" se estendida a todos os filiados, inclusive aos novos pois poderia provocar "... uma desenfreada corrida, a qualquer preço, por novas filiações" ⁹.

As prévias realizaram-se no dia 21 de abril, uma segunda feira, feriado, com um resultado já esperado. O candidato a governador pelo PMDB seria Pedro Ivo de F. Campos e para seu vice o deputado federal Cassildo Maldaner que representaria a esquerda peemedebista. Como candidatos a senador foram escolhidos o deputado federal Nelson Wedekin e Cid Pedroso, também representantes, respectivamente, da esquerda e da direita peemedebista. Os eleitores peemedebistas foram bastante "pessedistas" (do antigo PSD) procurando contentar as duas correntes do partido.

A vitória de Pedro Ivo foi significativa. Obteve mais de três quartos da totalidade dos votos. Foi derrotado apenas nos municípios onde os prefeitos peemedebistas apoiaram Luiz Henrique, como os de Blumenau, Brusque e Itajaí. A grande surpresa ficou por conta de Criciúma onde o prefeito era defensor de Luiz Henrique, mas o resultado foi um empate.

Uma questão secundária mas que provocou controvérsias no interior do partido foi a decisão a respeito da sublegenda para o senado. A utilização do instrumento da sublegenda sempre foi atacada pelos peemedebistas catarinenses que a imputavam como entulho da ditadura. Esta questão ficou para ser decidida na convenção embora a tendência majoritária, percebida na opinião de diversos líderes, era a de aprová-la.

⁹ Jornal de Santa Catarina de 8/abril/1986; p 2.

Quanto a nominata dos candidatos a deputado federal e estadual foram aprovados, sem maiores dificuldades, os nomes já listados pelo diversos diretórios municipais. A convenção partidária do dia 4 de julho iria homologar, sem ressalvas, as decisões tomadas nestas prévias do dia 21 de abril.

b) PDS

O processo de definição do candidato governista foi mais difícil. Era visível que o PDS tinha ficado para trás neste processo, e que precisava agir rapidamente para recuperar o terreno perdido. O presidente regional do partido, Vilson Kleinubing, apontado como provável candidato, defendia, desde o início do ano, a realização de prévias, a semelhança do PMDB, para escolher o candidato a governador¹⁰. Posição favorável a esta medida foi tomada pelo Diretório Regional do partido, por aclamação, no dia 10 de janeiro de 1986. Estavam presentes 60 dos 71 membros do Diretório.

As divergências internas do partido, entretanto, não o permitiram. O PDS sentia-se desorientado, perdendo-se em torno de sérias discussões a respeito de que posicionamento assumir em relação à Nova República. O governador do Estado, principal liderança do partido, havia tomado uma posição bem definida de oposição exercendo uma crítica constante ao governo Sarney. Do governador dependiam uma série de políticos, especialmente os prefeitos dos pequenos e médios município do estado. Por outro lado, alguns setores e especialmente o vice-governador Victor Fontana continuavam a manter um bom relacionamento com as lideranças do PFL. Fontana esteve presente a homenagens oferecidas por políticos e empresários a Jorge Bornhausen quando de sua indicação ao Ministério da Educação¹¹.

¹⁰Jornal "O Estado" de 10/1/86, p 4.

¹¹ Jornal "O Estado" de 15/02/86, p 1.

Ao mesmo tempo, os avanços do PFL no estado, davam-se às custas do próprio PDS. Vários membros importante deste partido¹², aderiram ao Senador Jorge Bornhausen. Isto levava algumas lideranças pedessistas a fazerem acusações aos pefelistas de uso de recursos ilícitos (econômicos e políticos). O próprio governador, em entrevista ao jornalista Bento Silvério, quando perguntado a respeito da saída de quatro vereadores do PDS para o PFL no município de Chapecó afirmou: "Isso é aquisição, é outra coisa, é malufismo"¹³. Naquela época, "malufismo" para o senhor Esperidião Amin era "palavrão".

Estas acusações aos pefelistas levou o presidente do PFL, Wilmar Dallanhol, a ameaçar Vilson Kleinubing, presidente do PDS, com um processo judicial por injúria¹⁴.

Uma convenção extraordinária foi convocada, apressadamente, para o dia 8 de março, para que nela o partido tomasse uma posição em relação ao Plano Cruzado. Pela manhã deste dia o plenário formado por, aproximadamente, 800 delegados cancela, por aplausos (segundo a imprensa), as prévias para a escolha do candidato a governador, marcadas para o dia 20 de abril. Posteriormente, em entrevista, Vilson Kleinubing afirma que no dia anterior a liderança do partido já havia tomado esta posição, faltando apenas ser aprovada na Convenção¹⁵.

No período da tarde, promove-se a escolha do candidato a governador. Contrariando certa expectativa que apontava o presidente regional do partido, Vilson Kleinubing, como o provável vencedor, o escolhido será o ex-vice governador do Estado, Henrique Córdova. Este obtém 312 votos contra 253 dados a Kleinubing.

¹² como Germano Vieira (prefeito de São José), Jerônimo Lopes (prefeito de Imbituba), Dilson Cecchin (presidente municipal do PDS de Chapecó)

¹³ Entrevista publicada pelo jornal "O Estado" no dia 23/fev/86, na página 3. Entrevistador Bento Silvério.

¹⁴ Jornal "O Estado", de 28/01/86; p 1.

¹⁵ Jornal "O Estado", de 21/03/86; p 3.

Na ocasião, muito se discutiu se este resultado teria sido uma vitória ou uma derrota do governador Esperidião Amin. Ainda que seja difícil chegar a uma conclusão definitiva a respeito, parece claro que esta decisão não desagradou ao governador que não havia se empenhado na defesa política daquele que parecia ser, pelo menos publicamente, o seu preferido.

Tanto isto é verdade que Kleinubing abandona o partido uma semana após a sua derrota na convenção. Em entrevista publicada no dia 21/3/86 pelo jornal "O Estado" ele comenta a falta de apoio por parte de Amin ao seu nome, durante e até antes da convenção.

Dois elementos, porém, parecem ter pesado para a vitória de Henrique Córdova. Em primeiro lugar o seu discurso agressivo dirigido contra a Nova República, que empolgou os convencionais pedessistas presentes na ocasião. Em segundo lugar, a sua amizade (pelo menos naquele período) com o senador Jorge Bornhausen e a defesa que fazia de uma coligação com o PFL para vencer as eleições. De certa forma, contraditório. Mas uma contradição que agradava às bases pedessistas que de um lado se sentiam ameaçadas pelo crescimento de seus tradicionais adversários (o PMDB) e, de outro, ainda mantinham boas relações com os seus ex-correligionários agora no PFL. Mas, sem nenhuma dúvida, era uma contradição que não interessava ao governador Amin.

Um outro fato marcante desta convenção foram os ataques verbais dirigidos contra o Vice-governador deixando-o numa posição desconfortável dentro do partido. O Jornal de Santa Catarina em sua primeira página, no dia seguinte à convenção, dizia:

" O vice-governador V. Fontana ... foi denunciado por Amin, Arteinir e Córdova de ter subordinado os interesses do seu partido e do governo aos interesses de suas empresas. Fontana não admite fazer frente ao

*governo federal por temer represálias sobre seu patrimônio particular.*¹⁶

Henrique Córdova, entretanto, não era o candidato dos sonhos de Esperidião Amin. E as declarações políticas deste demonstravam que não havia nenhum interesse em respaldar o candidato do seu partido.

A eleição de Antonio Carlos Konder Reis para a presidência do DR/PDS, na convenção partidária do dia 14/4/86, ocupando o cargo deixado vago por Kleinubing, foi a vitória de Amin e da ala do PDS anti-coligação com o PFL.

A partir deste momento, o PDS perdeu-se em indefinições que iriam comprometer ainda mais a sua posição. O candidato a governador, Córdova, em várias ocasiões ameaçou desistir da candidatura caso não sentisse apoio por parte do governador e de seus partidários. Várias discussões internas aconteceram em torno de possíveis alianças que envolviam o PDT, PFL e outros partidos menores, mas sem nenhuma chance de concretização.

Enfim, Córdova manteve sua candidatura ao governo do estado por apenas dois meses. Em meados de maio, renunciou à sua candidatura. Em rápida reunião, o diretório regional decidiu pela sua substituição por Amilcar Gazaniga¹⁷.

Gazaniga era, na ocasião, um deputado estadual do PDS eleito pela região de Itajaí. Muito pouco conhecido no estado, mas adepto fiel do governador Esperidião Amin. Os nomes dos candidatos foram oficializados quando da convenção regional realizada em Florianópolis no dia 3/8/86. Para candidato a governador e vice-governador foram definidos, respectivamente, os nomes de Amilcar Gazaniga e do Deputado Estadual Cairú Hack da região oeste de Santa Catarina.

Simultaneamente, Esperidião Amin anunciou a sua decisão de cumprir o seu mandato até o final para não entregar o governo ao vice-governador, Victor Fontana já filiado ao PFL.

¹⁶ JSC, 9/3/86, p. 1.

¹⁷ Jornal "Diário Catarinense" de 14/05/86; p 1.

c) PFL

O PFL, por sua vez não tomou a iniciativa de lançamento de candidatura ao governo. Enfrentava algumas dificuldades de organização partidária desde o ano anterior, quando o governador Esperidião Amin recusou acompanhar seu antigo companheiro de partido, Jorge Bornhausen.

As primeiras declarações dos líderes do partido foram na direção de reafirmar a AD (Aliança Democrática) e, conseqüentemente, demonstrar interesse em coligação com o PMDB. O Presidente regional do PFL chegou a sugerir um nome, o do empresário peemedebista, Realdo Guglielmi¹⁸.

É certo, que a proposta de coligação entre PMDB e PFL, encontrou apoios no interior do PMDB. O ex-Senador Evelásio Vieira trabalhou a favor deste projeto¹⁹ e até mesmo o provável candidato a governador, Pedro Ivo Campos, não a afastou completamente. A grande maioria dos peemedebistas, no entanto, rejeita qualquer aliança eleitoral com os seus tradicionais adversários. Acredito que o principal motivo desta rejeição era a previsão de uma vitória fácil do PMDB nas eleições não havendo, portanto, motivo para dividi-la com outros partidos. Além, é claro, do repúdio por parte dos membros das antigas correntes progressistas em se aliarem com aqueles que mais combateram no passado.

O maior êxito do PFL, neste início de ano, ocorre quando da reformulação do ministério Sarney, pela nomeação de Jorge Bornhausen para o Ministério da Educação. Santa Catarina, desde o ano de 1954 quando Nereu Ramos ocupou a Presidência da República concluindo o mandato de Getúlio Vargas, não tinha um político de projeção nacional que viesse a ocupar um cargo importante no governo federal ou na cúpula partidária nacional.

¹⁸ "Jornal de Santa Catarina" de 04/01/86, p 3.

¹⁹ Ver entrevista com Evelásio Vieira no jornal "O Estado" de 26/01/86; p 3).

Esta nomeação, ainda que de forma diferente, criou problemas para os dois outros grandes partidos do estado, o PDS e o PMDB. Problemas para os correligionários deste, porque consideravam-se o mais importantes apoiadores do governo Sarney e reivindicavam para Santa Catarina um Ministério, logicamente, um peemedebista. A nomeação de Bornhausen, soa como uma traição e fortalece, regionalmente, a tese de rompimento com o governo Sarney. Para o PDS, porque o fortalecimento do PFL aumentou o seu poder de atração para políticos que durante todo o regime militar estiveram próximos do governo federal.

O empresariado estadual com quem Bornhausen sempre teve um bom relacionamento, ficou empolgado com esta nomeação. Em vários municípios realizaram-se diversas homenagens a qual comparecem em massa, dos grandes aos pequenos empresários.

Estas homenagens, sempre qualificadas de apolíticas ou apartidárias pela imprensa local, aconteceram durante os meses de fevereiro a abril, e contavam também com a presença de tradicionais políticos ligados ao PDS. Vários iriam abandonar este partido e filiar-se ou demonstrar simpatias pelo PFL. Uma das mais importantes adesões foi a de Victor Fontana, vice-governador, que assinou sua filiação ao PFL em 20 de abril.

Após a conquista do Ministério e a eleição de diversos diretórios municipais e regional, o partido voltou sua atenção, de uma forma tardia, para as eleições de novembro.

A possibilidade de aliança com o PMDB foi completamente descartada por este. Após a prévia que escolheu Pedro Ivo, chega a correr um comentário entre peemedebistas que admitiam que a melhor maneira do PFL ajudar ao PMDB seria lançando candidato próprio para governador. Comentário que de certa forma correspondia as expectativas gerais, ainda que formulada de maneira incorreta pois

o PFL não desejava, prioritariamente, ajudar ao PMDB, mas acima de tudo, derrotar o governador Esperidião Amin.

Desde que Kleinubing, abandonou o PDS, algumas conversas começaram a acontecer entre este e as lideranças do PFL. No início de maio, após uma audiência do Presidente Sarney a Kleinubing e Bornhausen, este declarou à imprensa que Wilson Kleinubing seria o candidato do partido ao governo estadual²⁰.

No dia 9 de maio, Kleinubing assinou sua filiação ao PFL e na mesma ocasião a direção pefelista anunciou que ele era o candidato do partido ao governo estadual. Este anúncio foi confirmado posteriormente, na convenção estadual do partido. A convenção do partido, no dia 2/8/86 homologou esta decisão.

3. A Campanha

Para Pedro Ivo, o caminho no interior do partido estava relativamente aberto desde 1984, ano em que foi eleito presidente regional. Sua posição foi se consolidando, quando o seu principal adversário no interior do partido, Jaison Barreto, mantém-se irredutível em sua posição de não aceitar o Colégio Eleitoral contrariando as decisões partidárias que eram de eleger Tancredo Neves. Posteriormente, a aliança de Jaison com Esperidião Amin, fortaleceu ainda mais a posição de Pedro Ivo no PMDB.

Ainda que alguns prefeitos peemedebistas das maiores cidades, tais como os de Florianópolis, Blumenau e Criciúma, não fossem simpáticos a Pedro Ivo ele tinha o apoio decidido de W. Freitag de Joinville que foi eleito Presidente da Associação dos prefeitos peemedebistas em janeiro de 1986. Mais para perto das prévias, o Prefeito de Florianópolis, Edson Andrino, optou pela candidatura Pedro Ivo decepcionando setores que esperavam dele uma posição contrária, mais de

²⁰ Jornal "O Estado", 5/5/86, p 3.

acordo com as teses anti-Nova República que defendeu quando candidato a Prefeito.

Em princípio de março é possível constatar que Pedro Ivo contava com a adesão da maioria dos deputados estaduais e federais, inclusive na esquerda do partido.

Com o desenvolvimento da campanha, logo após as prévias, o candidato governista do PMDB foi conquistando adesões no interior do partido. O seu maior adversário nas prévias, o deputado Luiz Henrique logo após os resultados da mesma afirmou seu apoio ao candidato oficial do partido. O mesmo aconteceu com o outro ex-candidato a candidato, Dirceu Carneiro, que deu o seu depoimento favorável assim que foi acomodado em uma sublegenda para o senado. Pode-se citar, também, o caso do empresário Realdo Guglielmi, que no princípio do ano defendeu uma candidatura alternativa para derrotar Pedro Ivo mas que após a prévia reconciliou-se com o candidato.

As divergências internas aos peemedebistas aconteceram entre os candidatos a outros cargos, especialmente para o senado visto que, durante a prévia, foi aprovado o lançamento de sublegendas para apaziguar alas do partido. Pela esquerda do partido, saíram candidatos, Nelson Wedekin, deputado federal, advogado e ex-presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Florianópolis e Dirceu Carneiro que havia se projetado no cenário nacional como prefeito de Lages no período de 1976 a 1982, por ter renovado os processos administrativo, tendo estabelecido durante a sua gestão, uma administração participativa. Pela direita do partido, apresentaram-se Cid Pedroso, figura tradicional, de reduzida expressão eleitoral mas vinculado, sempre, ao setor mais conservador do partido e Evelásio Vieira, de maior projeção eleitoral, originário do PSD, fundador do MDB, ex-prefeito de Blumenau, proprietário de emissoras de rádio no Vale do Itajaí, ex-senador eleito em 1974 e, posteriormente, fundador do

PP em 1980. Retornou ao PMDB quando da incorporação daquele partido a este em 1982.

Durante a campanha, na disputa para o senado, os enfrentamentos entre a esquerda e a direita do partido foram constantes, chegando mesmo a acontecer agressões físicas. Durante comício partidário realizado em Joinville, no bairro Nova Brasília no dia 27 de setembro, o empresário Odorico Fortuna, suplente do candidato a senador Evelásio Vieira atingiu, com um soco, Jaime Duarte, coordenador da campanha de Nelson Wedekin no município. Anteriormente, o prefeito de Joinville (W. Freitag), que apoiava a candidatura de Evelásio Vieira, já havia demitido o mesmo Jaime Duarte e o presidente da Juventude do PMDB de Joinville, que eram funcionários da Prefeitura Municipal, criando um ambiente de tensão no interior do partido²¹.

Também, algumas disputas regionais entre os candidatos proporcionais elevaram a tensão. Como, por exemplo, as divergências entre o deputado federal Walmor de Lucca que acusou o médico de Criciúma, Moreira de Pinho, de "comprar" os integrantes do diretório municipal do PMDB de São Joaquim para lançar sua candidatura por este município²².

Nestas ocasiões, como em outras, o candidato a governador foi chamado para servir de árbitro entre as tendências conflitantes e respeitado, pelo menos momentaneamente, na sua posição²³.

Há determinadas situações complicadas para o candidato a governador, quando alguns majoritários atacaram frontalmente o governo Sarney, o plano cruzado e/ou a aliança nacional do PMDB com o PFL, como o fizeram os candidatos a deputado federal Francisco Küster e Vilson de Souza²⁴. Estes

²¹ Ibid., 24/5/86, p 3.

²² Ibid., 22/7/86, p2.

²³ Ibid., 1/10/86, p. 2)

²⁴ "O problema é que a Nova República é um condomínio entre o PMDB e a Frente Liberal. O PFL representa a antiga ARENA e parcela do PDS, que representavam os interesses desta tecno-burocracia, dos grupos

assumiram um discurso semelhante ao de Jaison Barreto mas propondo um rompimento, apenas para o futuro. Entretanto, é lícito considerar que o candidato Pedro Ivo Campos podia contar com o apoio integral da poderosa máquina partidária do PMDB e com os candidatos aos cargos majoritários, exceto, é claro, pelo grupo do Senador Jaison Barreto que já estava desvinculado do partido.

Essa situação de certa tranquilidade não foi encontrada no interior do PDS. Após o difícil processo de definição do candidato a governador a situação interna do partido não era de coesão.

Dois elementos influenciaram para esta desestruturação interna do partido. Um primeiro foi a força de atração exercida pela Nova República e o PFL, representados pelo Ministro da Educação Jorge Bornhausen. O segundo foi o sentimento de derrota que perpassava o partido desde o início até o fim da campanha.

No que se refere ao primeiro elemento, este estava acontecendo desde a instalação da própria Nova República. Esta força de atração foi considerável sobre políticos e empresários que estavam acostumados à proximidade do poder e, conseqüentemente, com recursos financeiros, facilidades políticas, resolução rápida de problemas de infra-estrutura e que já não podiam contar com estas vantagens. Conforme já relatamos anteriormente, desde o início do ano diversos políticos importantes do PDS abandonaram o partido para aderir ao PFL, sendo muitas vezes acusados por seus ex-companheiros de "mercenários".

A partir do lançamento da campanha, o tom do discurso pedessista (especialmente, o de seu candidato Amilcar Gazaniga) tornou-se duro e agressivo no ataque à Nova República criando uma situação política difícil para muitos grandes empresários do estado que iriam manter o seu apoio para seus candidatos

aos cargos proporcionais (deputados federais e estaduais) mas se diriam "neutros" ou adeptos de outras candidaturas para o governo do estado. É o exemplo do empresário de Criciúma, Dillor Freitas²⁵ ou de Ingo Hering de Blumenau²⁶.

O segundo elemento desintegrador da campanha de Gazaniga, apresentou-se com mais ênfase no final da campanha. De certa forma, era consenso, entre os mais diversos comentaristas políticos, o favoritismo do candidato do PMDB ao governo. Mas sempre havia entre os pedessistas um certo otimismo com a possibilidade de uma virada com o transcorrer da campanha, ou com a possibilidade de fracasso do Plano Cruzado. Situações como uma possível perda do poder aquisitivo dos salários, a pressão exercida pela SUNAB e órgãos policiais sobre os pequenos comerciantes, a falta de certos produtos no comércio e o estabelecimento do ágio, foram fartamente exploradas pelos candidatos pedessistas e pelo próprio governador Esperidião Amin, sem contudo obter uma grande repercussão.

Mas, com a proximidade das eleições, ficou cada vez mais disseminado o sentimento de derrota. Mesmo o jornal "O Estado", cuja direção sempre esteve vinculada ao PDS e ao governador Amin, em uma nota na coluna intitulada Informação Geral, afirmou que : "Negar o favoritismo do sr. Pedro Ivo no páreo ... é não reconhecer o óbvio"²⁷.

Num primeiro momento, deixou-se de brigar pelo primeiro lugar e, então, a preocupação passou a ser o de ficar em segundo lugar, na frente do candidato do PFL (era uma questão de honra). No último mês de campanha, o resultado das pesquisas de opinião apontavam, para o candidato Amilcar Gazaniga, um terceiro lugar fato que acelera a debandada no interior do partido²⁸. No oeste do estado,

²⁵ Ver "Jornal de Santa Catarina", 15/3/86, p. 1.

²⁶ Ibid., 14/5/86, p. 3.

²⁷ Jornal "O Estado", 24/8/86, p. 4.

²⁸ Pesquisa da Revista Veja, publicada no final de outubro: Pedro Ivo 27%, Kleinubing 10% e Gazaniga 8% das intenções de voto. (OE; 20/10/86: p 3).

vários candidatos proporcionais e presidentes de diretórios municipais defendiam a renúncia de Gazaniga e o apoio a Vilson Kleinubing. De acordo com notícia publicada pelo jornal "O Estado" em sua primeira página, um dos mais influentes políticos do Oeste do estado, Milton Sander, candidato a senador pelo PDS, tinha anunciado o seu apoio ao candidato do PFL Vilson Kleinubing²⁹. Até mesmo, o presidente do Diretório Municipal de Joinville, Kormann, anunciou ser favorável a uma aliança de todos os partidos em Joinville, em favor do candidato do PMDB, Pedro Ivo.

Este processo, levou o candidato Gazaniga a assumir um discurso agressivo contra a compra de lideranças do partido, que estaria sendo feita pelos pefelistas³⁰. Entretanto, esta atitude agressiva tende a gerar mais problemas para si pois acabou provocando um clima de insatisfação em vários diretórios municipais do PDS³¹.

Quanto ao PFL, a situação parecia um pouco mais tranquila. Tratava-se de um partido que estava formando os seus diretórios no interior do estado, participando de sua primeira campanha a nível regional e que parecia ter dois objetivos: 1. demonstrar que era um partido de importância reconhecida e 2. derrotar o candidato do governador Esperidião Amin ao governo do estado. Estes objetivos estavam sendo atingidos com o transcorrer da campanha.

O candidato majoritário teve um bom desempenho nos programas de horário definido pelo TRE, especialmente na TV. Pelo menos foi bastante elogiado na imprensa escrita. Também foi o primeiro e sob determinados aspectos, o único a apresentar um plano de governo.³²

Os candidatos proporcionais com nomes de apelo popular foram poucos e todos pareciam estar em consonância com o seu candidato majoritário procurando,

²⁹ Jornal "O Estado", 21/10/86, p. 1.

³⁰ Ibid., 2/10/86, p. 2.

³¹ Ibid., 4/10/86, p. 2.

³² Ibid., 8/6/86, p. 2/3.

especialmente, atingir o objetivo número 2, citado acima. Entretanto, nas alianças realizadas entre candidatos a deputados estaduais e deputados federais os antigos laços entre pedessistas e pefelistas prevaleceriam, conforme poderemos ver pelo exame dos resultados eleitorais.

Alguns problemas aconteceram após a convenção, mais a nível de coligação do que de partido. Houve uma revolta por parte de alguns membros do PTB com uma promessa não cumprida de lançar o presidente deste partido, o ex-prefeito de Florianópolis, Osmar Cunha, como candidato único ao senado. Houve ainda o esforço do empresário de Tubarão, Estener Soratto, que conseguiu evitar a candidatura de Oswaldo Delia Giustina a deputado federal, para ter a garantia de um espaço maior na região do Vale do Rio Tubarão.

Os programas partidários

Entre os três principais candidatos, Vilson Kleinubing foi o mais ágil na apresentação de seu programa político. É possível afirmar que foi o único que apresentou um programa de governo.

Seu programa tinha o título de *Plano 90* e foi lançado a público em agosto de 1986. Está dividido em: A) Diretrizes básicas, B) Fundamento Programático, C) O postulado da Liberdade, o D) Postulado da Municipalização e em seguida E) as 26 metas a serem atingidas pelo possível governo Kleinubing.

O caderno publicado pela coligação PFL-PTB-PDC tinha em suas primeiras páginas a afirmação de que é sua "premissa fundamental o estabelecimento ... de condições que assegurem OPORTUNIDADE E PROSPERIDADE PARA TODOS." Explicando, significa OPORTUNIDADE de: 1. acesso ao trabalho, com a criação de novos empregos e, 2. acesso à propriedade agrícola para novas famílias rurais. E, propondo trabalhar em sintonia com o "I PND do Presidente Sarney" propiciará

PROSPERIDADE PARA TODOS pela: 1. elevação do Bem Estar e, 2. "A camada mais pobre da nossa população vai ser privilegiada"³³.

Na página 15 do "Plano 90", afirmava-se que os candidatos da Frente Liberal adotavam "os princípios do liberalismo moderno ou do liberalismo social".

*"Isso significa, em primeiro lugar, um compromisso fundamental com as liberdades e direitos individuais dos cidadãos, incluindo-se aí tantos os chamados direitos clássicos, sendo o primeiro deles a liberdade de manifestação do pensamento, bem como os direitos modernos, gerados pelo próprio desenvolvimento da vida urbana industrial: o direito ao trabalho, ao repouso remunerado, à saúde, à educação, ao amparo na velhice, ao lazer, etc., indo até as conquistas mais recentes, tais como o direito à informação e o direito à privacidade"*³⁴.

A proposta apresentava dez (10) fundamentos básicos. Entre estes interessantes os de número cinco (5) e seis (6). O fundamento básico de número 5 dava conta do reconhecimento da importância da empresa privada "como agente principal da vida econômica do Estado de Santa Catarina". Por outro lado o fundamento número 6 referia-se a interferência do estado na vida econômica, admitindo-a desde que "... sempre nos limites da lei", e reconhecendo a sua importância no sentido de "... promover o desenvolvimento, regular as relações sociais, condicionar o uso da propriedade a seu papel social"³⁵.

Nos meses que se seguiam à convenção até as eleições, Kleinubing publica na imprensa do estado, alguns artigos que reafirmavam as teses expostas no plano de governo

O candidato do PMDB, por sua vez, apresentou a proposta de governo em vários seminários regionais realizado pelo partido durante a campanha. Estes seminários começaram à vésperas das eleições, por volta de meados do mês de

³³ Em caixa alta no original.

³⁴ Plano 90, 1986, p. 15.

³⁵ Ibid., p. 14.

outubro. O conjunto dos documentos produzidos durante a campanha foram intitulados de "Rumo à Nova Sociedade Catarinense. Este conjunto passou a ser entendido como compromissos do candidato peemedebista ao governo.

O documento postulava que esta era uma "ERA DE MUDANÇAS". (...) É hora de dar início à construção de uma NOVA SOCIEDADE CATARINENSE. (...) UMA NOVA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA E JUSTA, IGUALITÁRIA E TRANSFORMADORA, COM AMPLA PARTICIPAÇÃO POPULAR³⁶."

O documento descrevia uma série de problemas enfrentados pela sociedade catarinense entre eles citados: as crescentes desigualdades sociais e desequilíbrios regionais, insuficiências de infra-estrutura econômica e social, atividades de caráter predatório acarretando danos ao meio ambiente, problemas na administração pública estadual e modelo nacional centralizado e concentrador.

Com vistas a superar a problemática citada, a proposta de governo do PMDB admitia que tinha duas prioridades. A primeira destas prioridades, é o HOMEM. A palavra homem vinha apresentada desta forma, em caixa alta. Entendendo que este HOMEM era ao mesmo tempo "agente e resultado do processo produtivo". A segunda prioridade do governo peemedebista era o apoio às atividades produtivas, frisando que atenção especial seria dada à agricultura.

Este HOMEM não mais poderia ser visto como "destinatário passivo de medidas assistencialistas", mas haveria necessidade de lhe "abrir espaço e estimular a sua competência ..." Os instrumentos seriam uma série de medidas destinadas a estimular a criação de novos empregos e de trabalhadores aptos a ocupar essas atividades emergentes.

Em termos de posicionamento político havia uma preocupação em frisar que a posição do partido (PMDB) e do seu candidato era de "centro-esquerda" ou "social-

³⁶ Em caixa alta no original.

democrata". Mas lembrando que era uma social-democracia ao estilo europeu mas com jeito brasileiro.³⁷

Conforme frisamos acima, para realização de seus objetivos, um dos instrumentos mais importante do ponto de vista do PMDB era a participação. A participação da comunidade que aconteceria em dois níveis. Na determinação dos problemas e na forma de resolver estes problemas. "A PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS DECISÕES DA SOCIEDADE não é uma concessão do Governo, mas um eficaz mecanismo à disposição do Estado moderno e descentralizado capaz de gerar soluções aceitáveis para os problemas sociais". Ao estado caberia apenas agilizar as políticas necessárias à resolução dos problemas e atingir os objetivos definidos pelas comunidades³⁸. Frise-se que o tema da participação estava presente no discurso de todos os candidatos a governador, exceto Wilson Kleinubing do PFL.

A participação da comunidade era um tema constante do discurso peemedebista e do seu candidato ao governo do Estado. Tanto que mostrava-se um defensor das eleições diretas de Diretor de Escola Pública, apoiando a medida de Esperidião Amin que a estabeleceu nos colégios estaduais³⁹. Apenas criticava o método adotado pelo então governador".

Um outro tema constante da pauta era o da descentralização do estado, com uma ênfase na municipalização. O que de certa forma era um tema que será defendido também pelo candidato do PFL e do PDS.

Além disso, a campanha tanto do candidato do PMDB quanto do PFL estava centrada na defesa do Plano Cruzado. Ao mesmo tempo que acusavam os

³⁷ Pedro Ivo, JSC 11/2/86, p 2.

³⁸ Pedro Ivo. JSC, 14/1/86, p 2.

³⁹ "A lei que estabelece eleições diretas nas escolas, no nosso entendimento, é na verdade, uma conquista da sociedade. É uma forma democrática para se ter nas escolas pessoas que atentem para os interesses que visam a melhoria do ensino. Os eleitos ficam compromissados com os alunos, professores e principalmente com os pais para exercerem uma fiscalização muito mais rigorosa. A participação da família na atividade escolar é fundamental."

adversários de serem inimigos da estabilização dos preços e desejarem a inflação. "Quem daqui quer voltar aos meses de Janeiro e Fevereiro, quando a inflação e a correção monetária corroidam os salários e a dignidade dos catarinenses? (...) Eles querem a volta da inflação e da correção monetária, pois são amigos dos banqueiros⁴⁰."

Quanto ao PDS não conseguimos qualquer material de campanha na sede do partido. Disseram-nos que não tinham mais nada. Outra dificuldade foi o fato do candidato do partido não ter publicado nos jornais nenhum artigo a respeito de suas propostas políticas tais como fizeram os outros dois candidatos. O que não deve ter sido por resistência da imprensa pois dois dos principais jornais do Estado eram dirigidos por pessoas filiadas ao PDS.

4. Os resultados

Em 1986 foi realizada, em todo o território nacional, uma campanha de recadastramento eleitoral, regulamentado pela lei 7.444, de 20 de dezembro de 1985. Por uma resolução posterior, o prazo de recadastramento foi de 15 de abril a 20 de maio de 1986. A medida era necessária visto que o último recadastramento realizado tinha acontecido em 1958. Pretendia-se com isso, promover uma maior moralização no sistema, evitando duplicidade de títulos eleitorais, eleitores fantasmas e outras práticas de corrupção eleitoral. O êxito desta campanha foi duvidoso visto que o próprio processo de recadastramento sofreu críticas por estar crivado de falhas e ter sido tolerante com algumas fraudes. De qualquer forma a Justiça Eleitoral considerou o processo como vitorioso.⁴¹

Ao encerrar o recadastramento, Santa Catarina registrava 2.302.270 eleitores. Deste total votaram 2.222.495, o que nos permite verificar que a abstenção foi de

⁴⁰ OE. 13/10/86, p. 3.

⁴¹ MENEGUELLO, 1989, p. 105/8.

apenas 3,47%. O índice de abstenção costuma ter uma queda após cada recadastramento. Fato semelhante aconteceu quando da eleição de 1958 quando o índice de abstenção foi de 5,3%

No que se refere ao resultado das eleições, pode-se afirmar que o PMDB foi o grande vitorioso pois elegeu o Governador, os dois Senadores, o maior número de deputados federais (9 de 16) e de deputados estaduais (19 de 40).

Entre os demais partidos, pode-se dizer que o PDS saiu-se melhor, pois elegeu 4 deputados federais e 12 estaduais. O PFL, na sua primeira experiência eleitoral, em nível regional, conquistou 3 federais e 6 estaduais. Entre os partidos menores, apenas o PT, PDT e PDC (este em coligação com o PFL) elegeram um representante cada, para a Assembléia Legislativa.

a. Os resultados para o governo:

Para o governo do Estado, conforme a Tabela 1, quase vinte por cento (19,08%) dos eleitores votou em branco ou anulou o seu voto. Do total dos votos válidos, Pedro Ivo obteve, praticamente metade dos votos. Se em 1986 já existisse o dispositivo dos dois turnos, por uma pequena margem de votos (12.928 votos) esta eleição teria que ser decidida no segundo turno.

Os candidatos ao governo dos três maiores partidos (PMDB, PFL e PDS) somaram juntos 96,54% dos votos válidos. Embora signifique uma concentração de votos muito grande, pela primeira vez na história político-partidária de Santa Catarina, uma eleição para o governo do Estado é tripolarizada.

Mesmo no período da República Populista a tendência era a apresentação de apenas dois candidatos. Apenas em 1947, além de UDN e PSD, o Partido de Representação Popular (PRP) apresentou candidato ao governo do estado, o qual obteve somente 1,36% dos votos ⁴².

⁴² Tribunal Regional Eleitoral de SC. "30 anos de justiça eleitoral". 1975.

Tabela 2.1 - Votos para governador (SC/1986)

CANDIDATO	VOTOS	PERC. 1	PERC. 2
Pedro Ivo Campos (PMDB)	886.414	39,88%	49,28%
Vilson Kleinubing (PFL)	551.423	24,81%	30,65%
Amilcar Gazaniga (PDS)	298.702	13,44%	16,61%
Raul Güenther (PT)	50.139	2,25%	2,79%
Acácio Bernardes (PDT)	12.005	0,54%	0,67%
	1.798.683	80,92%	100,00%
Branco	348.076	15,67%	
Nulos	75.736	3,41%	
TOTAL	2.222.495	100,00%	

Fonte: TRE - Resultado das eleições de 1986.

Esta tendência à tripolarização não aconteceu apenas no nível dos majoritários mas, também, para a Câmara Federal e Assembléia Legislativa. O PMDB elegeu mais da metade dos deputados federais mas, em termos de votos, não obteve metade dos votos válidos, mas 48,51%⁴³. Um pouco abaixo do total de votos obtidos pelo seu candidato majoritário.

Chama atenção o fato de ocorrer uma inversão no segundo e terceiro lugar. O PDS passou a ocupar o segundo lugar deixando o terceiro para o PFL. Este fato já era possível prever pelo andamento da campanha, pois para o governo aconteceu um processo de "Cristianização" do candidato do PDS.

Ressalte-se, também, que os candidatos proporcionais do PT e, especialmente, do PDT tiveram um desempenho melhor que seus candidatos

⁴³ Estou denominando votos válidos ao conjunto dos votos dados aos partidos políticos. Consequentemente excluindo os votos brancos e nulos.

majoritários. Entretanto, a concentração de votos nos três maiores partidos continuou a acontecer que somaram juntos 91,29% dos votos válidos.

Os demais partidos que apresentaram candidatos à Câmara, sejam de direita ou de esquerda, ficaram abaixo da faixa de um por cento (1%).

Tabela 2.2. - Votos para Deputado Federal (SC/1986)

PARTIDO	VOTOS	PERC. 1	PERC. 2
PMDB	831.634	37,42%	48,51%
PDS	416.422	18,74%	24,29%
PFL	316.964	14,26%	18,49%
PT	73.399	3,30%	4,28%
PDT	38.254	1,72%	2,23%
PCdoB	15.732	0,71%	0,92%
PCB	13.657	0,61%	0,80%
PTB	4.256	0,19%	0,25%
PDC	4.015	0,18%	0,23%
SUB-TOTAL	1.714.333	77,13%	100,00%
BRANCOS	384.186	17,29%	
NULOS	123.976	5,58%	
TOTAL	2.222.495	100,00%	

Fonte: TRE - Resultado das eleições de 1986

Para a Assembléia Legislativa, seis (6) partidos conseguiram eleger deputados. Quebrava-se a bipolarização forçada estabelecida pelo Regime militar de 1964 e que se manteve nas eleições de 1982, e retornava-se a fragmentação que foi típica do período populista. Neste período, quatro partidos elegeram deputados em 1947, cinco em 1950 e seis em 1954, 1958 e 1962.

Mas apesar desta aparente fragmentação que ocorre em 1986, a concentração dos votos em três partidos continua a existir visto que os três maiores concentram 88,97% dos votos.

Chama atenção, o fato do PDS obter um percentual de votos menor no pleito para o Executivo estadual mas, melhorar a sua posição nos níveis proporcionais, especialmente na votação para deputado estadual. Ao contrário dos outros dois partidos que vão diminuindo a sua participação percentual nos pleitos proporcionais. Esta situação é mais nítida com relação ao PFL, pois os seus candidatos a Assembléia Legislativa obtiveram, em torno, de metade dos votos do seu candidato majoritário. Fato este que contribuiu para não permitir dizer que o PFL já estava consolidado como um partido forte em Santa Catarina.

No que se refere ao conjunto dos partidos menores, um dado que chama a atenção é o melhor desempenho do PDC na corrida para a Assembléia Legislativa do que para a Câmara Federal, obtendo dez vezes mais votos. Isto se deve a influência de um único candidato, Francisco Mastella que contou, como veremos depois, com a decisiva influência do grupo Hering. Mastella obterá 88,17% dos votos consignados para sua legenda.

Esta situação se repetiu, embora com menor intensidade, no PDT. O candidato pedetista da região do Alto Vale do Itajaí, Nodji E. Pellizetti, obteve 19,5% do total do seu partido.

Uma outra constatação é que o número de votos em branco e nulos é menor quando a eleição é majoritária, aumentando para os pleitos legislativos. Mais para o nível federal que estadual. Este é um dado que tem se repetido em todos os pleitos realizados em Santa Catarina. Poder-se-ia esperar é que neste ano de 1986, considerando que os candidatos a deputados federais eram, também, candidatos ao direito de elaborar uma nova Constituição Nacional, que a eleição dos futuros ocupantes do Congresso Nacional adquirisse uma repercussão maior, o que não

aconteceu. Este registro demonstra o quanto os eleitores estavam alheios à importância do ato de escolher aqueles que iriam elaborar e aprovar a nova Constituição.

Tabela 2.3 - Votos para a Deputado Estadual (SC/1986)

PARTIDO	VOTOS	PERC. 1	PERC. 2
PMDB	782.196	35,19%	45,01%
PDS	486.163	21,87%	27,96%
PFL	278.160	12,51%	16,00%
PT	68.592	3,09%	3,95%
PDT	61.461	2,77%	3,54%
PDC	41.353	1,86%	2,38%
PCB	14.213	0,64%	0,82%
PTB	3.573	0,16%	0,21%
PH	2.325	0,11%	0,13%
SUB-TOTAL	1.738.036	78,20%	100,00%
BRANCOS	359.967	16,20%	
NULOS	124.492	5,60%	
VOTANTES	2.222.495	100,00%	

Fonte: TRE - Resultado das eleições de 1986.

b. Resultado por municípios agrupados segundo o número de habitantes.

Consideramos que o resultado das eleições de 1986 não se apresentou da mesma maneira em todas as regiões do Estado. Faremos uma verificação destes

resultados distinguindo os municípios de três maneiras diferentes: 1. separando os de maior número de habitantes daqueles menos populosos; 2. segundo as diversas micro-regiões do estado e 3. distinguindo aqueles que possuem uma economia mais dinâmica daqueles economicamente menos desenvolvidos.

Referente ao primeiro item procuramos distribuir os municípios do estado em 6 faixas diferentes, conforme o número de habitantes:⁴⁴

a) Faixa 1 = municípios com mais de cem mil (100.000) habitantes compreendendo oito (8) municípios;

b) Faixa 2 = municípios com mais de cinquenta mil (50.000) e menos de cem mil (100.000) habitantes, compreendendo 5 municípios;

c) Faixa 3 = municípios com mais de vinte mil (20.000) e menos de cinquenta mil (50.000) habitantes, compreendendo 36 municípios;

d) Faixa 4 = municípios com mais de dez mil (10.000) e menos de vinte mil (20.000) habitantes, compreendendo 55 municípios;

e) Faixa 5 = municípios com mais de cinco mil (5.000) e menos de dez mil (10.000) habitantes, compreendendo 60 municípios;

f) Faixa 6 = municípios com menos de cinco mil (5.000) habitantes, compreendendo 35 municípios;

Conforme a tabela 2.4, podemos verificar que a faixa que possui maior número de votantes é aquela abrangendo os municípios com mais de cem mil (100.000) habitantes e a menos numerosa corresponde a dos municípios menores, ou seja, com menos de 5 mil habitantes. Em 1986 67,19% dos eleitores estavam concentrados em municípios com mais de vinte mil habitantes.

⁴⁴ Em anexo, apresentaremos os municípios pertencentes a cada faixa populacional.

Tabela 2.4. - Votantes distribuídos por categoria de município (SC/1986)

FAIXA	VOTANTES	PERCENTUAL
1	707.165	31,82%
2	176.934	7,96%
3	609.101	27,41%
4	415.896	18,71%
5	238.604	10,74%
6	74.795	3,37%
TOTAL	2.222.495	100,00%

Fonte: TRE - Resultado das eleições de 1986.

Verifica-se, de imediato, que o PMDB será vencedor em todas as faixas populacionais na votação referente ao governo do Estado. Entretanto, perderá para o PDS na última faixa, que corresponde à dos municípios com menos de 5 mil habitantes, tanto para Deputado Federal quanto para Deputado Estadual.

Tabela 2.5 - Votos para governador (Percentuais)-Municípios agregados em faixas populacionais (SC/1986)

FAIXA	PDS	PDT	PT	PMDB	PFL	TOTAL
1	12,49	0,81	3,37	48,86	34,48	100,00
2	12,43	0,40	1,87	51,42	33,87	100,00
3	14,17	0,73	2,96	50,44	31,69	100,00
4	21,22	0,57	2,62	50,36	25,23	100,00
5	24,00	0,55	2,16	46,88	26,41	100,00
6	32,88	0,41	1,18	41,41	24,12	100,00
TOTAL	16,61	0,67	2,79	49,28	30,66	100,00

Constata-se que o PMDB teve os seus mais fracos resultados nos municípios menores, especialmente aqueles com população abaixo de dez mil eleitores.

Os melhores resultados, com algumas variações, estão concentrados num conjunto de municípios intermediários. Em uma faixa que compreende aqueles com mais de 10.000 até 100.000 habitantes, ou seja, as faixas 2, 3 e 4. Para o governo do Estado, esta tendência é perfeitamente constatável. Para a Câmara Federal há uma pequena variação com um resultado melhor nos maiores municípios (faixa 1) e uma queda na faixa 2. Ao contrário, para a Assembléia Legislativa o melhor índice acontecerá na faixa 2.

Quanto ao PDS, o que se pode dizer é que nestas eleições tornou-se o partido dos pequenos municípios, tanto no nível majoritário quanto proporcional. No conjunto dos municípios com menos de 20.000 habitantes (faixas 4, 5 e 6), os índices sempre serão maiores que as médias estaduais. É possível verificar, ainda que com certas variações, que os índices de votos pedessistas estão em ordem crescente do conjunto dos municípios maiores até os menores. Em todas as votações os melhores resultados obtidos pelo PDS aconteceram na faixa 6 que compreende os municípios com menos de 5 mil habitantes.

Um resultado oposto apresenta o PFL que entra em queda ao passar do conjunto dos municípios maiores para os menores. Os mais fracos índices obtidos por este partido acontecerão justamente naquelas faixas onde o PDS terá os seus melhores resultados, ou seja, nas faixas 4, 5 e 6, nos municípios com menos de 20.000 habitantes. Os mais elevados percentuais estarão, em geral, na faixa 1 ou 2.

Tabela 2.6 - Votos para Deputado Federal (Percentuais)- Municípios agregados em faixas populacionais (SC/1986)

FAIXA	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PDC	PCB	PCdoB	PFL	TOTAL
1	21,69	3,23	4,40	0,28	49,45	0,26	1,71	1,13	17,84	100,0
2	17,22	1,36	2,20	0,17	46,38	0,23	0,66	0,77	31,01	100,0
3	22,79	2,46	4,86	0,24	50,42	0,23	0,40	0,84	17,76	100,0
4	26,73	1,34	4,45	0,28	48,92	0,22	0,29	0,77	17,00	100,0
5	31,66	1,29	4,29	0,21	44,65	0,24	0,29	0,94	16,43	100,0
6	39,89	0,91	2,51	0,15	39,63	0,16	0,15	0,60	16,01	100,0
TOTAL	24,29	2,23	4,28	0,25	48,51	0,23	0,80	0,92	18,49	100,0

Os pequenos partidos, de forma semelhante, obtiveram os melhores resultados nos maiores municípios do Estado. Isto é, aqueles com mais de cem mil habitantes. Algumas exceções podem ser mencionadas, como o caso do PDT e PDC para a Assembléia Legislativa e o PT para a Câmara Federal, que obtiveram os mais altos índices na faixa dos municípios entre vinte e cinquenta mil habitantes.

Tabela 2.7. - Votos para Deputado Estadual (Percentuais)-Municípios agregados em faixas populacionais (SC/1986)

FAIXA	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PDC	PH	PCB	PFL	TOTAL
1	23,86	4,16	4,32	0,23	45,60	2,50	0,15	1,86	17,30	100,0
2	28,33	1,06	3,76	0,18	49,62	0,92	0,10	0,57	15,46	100,0
3	25,53	5,31	4,21	0,21	44,69	2,97	0,13	0,39	16,57	100,0
4	30,53	1,97	3,48	0,20	46,06	2,55	0,12	0,23	14,85	100,0
5	36,29	1,95	3,81	0,19	41,81	1,76	0,15	0,21	13,83	100,0
6	44,69	2,61	1,72	0,11	35,89	0,92	0,07	0,21	13,78	100,0
TOTAL	27,97	3,54	3,95	0,21	45,00	2,38	0,13	0,82	16,00	100,0

c. Resultado por micro regiões:

Para considerar as eleições de 1986 em nível regional, utilizamos o critério das micro-regiões. O estado de Santa Catarina está dividido em 22 micro-regiões que são as seguintes:

As 22 micro-regiões do Estado⁴⁵.

- | | |
|---|--|
| 01. Grande Florianópolis - 13 municípios. | 12. Vale do Rio Tubarão - 11 municípios. |
| 02. Foz do Rio Itajaí - 10 municípios. | 13. Sul - 8 municípios. |
| 03. Médio Vale do Itajaí - 11 municípios. | 14. Alto Uruguai - 12 municípios. |
| 04. Alto Vale do Itajaí - 19 municípios. | 15. Extremo Sul - 10 municípios. |
| 05. Nordeste - 5 municípios. | 16. Vales do Tijucas - 8 municípios. |
| 06. Planalto Norte - 4 municípios. | 17. Alto Irani - 9 municípios. |
| 07. Alto Rio do Peixe - 11 municípios. | 18. Vale do Canoinhas - 5 municípios. |
| 08. Meio Oeste - 14 municípios. | 19. Vale do Itapocú - 6 municípios. |
| 09. Oeste - 19 municípios. | 20. Laguna - 6 municípios. |
| 10. Extremo Oeste - 13 municípios. | 21. Rio Itajaí do Sul - 7 municípios. |
| 11. Serrana - 13 municípios. | 22. Alto Rio Negro - 3 municípios. |

Mapa 1 - Estado de Santa Catarina com a divisão por micro-regiões:



⁴⁵ Apresentarei, em anexo, a listagem das micro-regiões com os respectivos municípios.

Para o governo do estado, verificamos que o candidato peemedebista vence em quase todas as regiões, exceto na região do Médio Vale do Itajaí que tem como pólo a importante cidade industrial de Blumenau (centro da indústria Têxtil) e na região do Rio Itajaí do Sul⁴⁶. Na primeira o mais votado foi o candidato do PFL. Na segunda o vencedor foi o candidato do PDS. Este último dado apenas confirma o que já havíamos mencionados anteriormente, que é o da vitória do PDS em municípios pequenos.

Vilson Kleinubing, ocupa todos os segundos lugares nas regiões onde o PMDB foi vitorioso com apenas duas exceções que foram a região Extremo Sul onde quem ocupa esta posição é o candidato do PDS e a região do Alto Irani onde ocorre um virtual empate entre PDS e PFL. Raul Güenther do PT será, em todas as regiões, o quarto mais votado deixando a quinta posição para Acácio Bernardes do PDT.

Para Deputado Federal a vitória do PMDB é quase completa, pois seus candidatos perdem apenas para os pedessistas na região do Rio Itajaí do Sul. Também para a Assembléia Legislativa, o PMDB obtém uma extensa vitória, embora em nível mais reduzido que as demais. Perde em três regiões para o PDS, a do Rio Itajaí do Sul, a de Laguna e a do Alto Uruguai Catarinense (cujá cidade pólo é Concórdia).

O PMDB obtém mais da metade dos votos válidos em 13 micro-regiões, sendo que na região Nordeste (cidade pólo: Joinville) ultrapassa o índice de 60%. Para a Câmara Federal serão em onze regiões que os peemedebistas farão mais de 50% dos votos. Já para a Assembléia Legislativa o resultado será mais fraco, mas os candidatos do PMDB conseguirão mais da metade dos votos em 6 regiões.

⁴⁶ A micro-região do Rio Itajaí do Sul é formada por pequenos municípios, sendo que o maior é o de Ituporanga com apenas 19.228 habitantes.

Tabela 2.8 - Votos para governador por micro-região (Percentuais baseados no número de votos válidos⁴⁷) - Santa Catarina; 1986.

REGIÃO	PDS	PDT	PT	PMDB	PFL
01	17,98	0,57	4,20	46,55	30,70
02	21,06	0,72	1,71	46,31	30,20
03	11,64	1,21	1,55	41,05	44,56
04	18,22	0,47	1,46	44,01	35,83
05	06,37	0,33	2,45	61,47	29,38
06	15,74	0,42	1,85	54,61	27,38
07	08,76	0,68	1,91	52,90	35,74
08	18,27	0,43	0,75	53,38	27,17
09	19,78	0,92	6,36	45,73	27,21
10	18,99	1,20	10,28	45,32	24,22
11	20,80	0,48	1,19	51,37	26,15
12	17,58	0,36	1,43	50,44	30,19
13	12,40	1,02	2,38	51,89	32,32
14	17,91	0,62	2,95	47,68	30,84
15	24,26	0,59	1,94	51,45	21,77
16	16,44	0,80	1,88	51,65	29,22
17	20,53	0,63	5,63	53,09	20,11
18	16,11	0,56	0,97	51,52	30,84
19	12,76	0,40	0,99	50,36	35,49
20	24,23	0,60	1,14	47,34	26,69
21	39,77	0,31	0,47	39,29	20,16
22	05,93	0,27	0,61	51,62	41,57
TOTAL	16,61	0,67	2,79	49,28	30,66

O melhores índices obtidos pelos candidatos proporcionais do PMDB foram nas regiões Nordeste, Rio do Peixe, Vales dos Rios Tijucas e Itajaí-Mirim, Vale do Rio Itapocú e Alto Rio Negro. Como se pode verificar são regiões de grande importância econômica para no Estado, incluindo pólos urbanos e econômicos como as cidades como Joinville, Brusque, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul e Videira. Por outro lado, os índices mais baixos (na faixa dos 36 a 39%) encontraremos nas regiões da Capital, do Alto Uruguai Catarinense e do Rio Itajaí do Sul. Ressalte-se que na região da Capital, o PMDB foi o mais votado tanto para nível federal quanto para estadual. Entretanto, como veremos adiante, a votação

⁴⁷ Estou considerando voto válido (ou voto nominal) como a soma dos votos dirigidos a todos os candidatos. Isto é o número de votantes menos o número de votos em branco e votos nulos.

nesta região e no município polo foi muito fragmentada e distribuída entre os diversos partidos, inclusive os pequenos.

Para o PDS os melhores resultados foram obtidos na região do Rio Itajaí do Sul e Região de Laguna. Os percentuais mais fracos aconteceram, em especial, na região Nordeste, mas também no Vale do Rio do Peixe e Extremo Oeste. Nesta região, o PDS já havia sofrido uma grande derrota, em 1985, nas eleições para Prefeito dos municípios de fronteira.

Uma situação diferente acontece na região denominada Alto Uruguai Catarinense, polarizada pela cidade de Concórdia. Nesta micro-região o PDS obtém para a Assembléia Legislativa um dos seus melhores resultados (o terceiro melhor). Entretanto, verificamos que será o seu pior resultado para Câmara Federal. Esta situação pode ser explicada pela influência de Victor Fontana, do grupo SADIA, que abandona o PDS para filiar-se ao PFL. De acordo com reportagem do jornal "O Estado", um representante do grupo SADIA, teria afirmado que o único candidato da empresa era Victor Fontana, e para os demais cargos pretendiam não exercer influência.

Não há uma correspondência direta entre as melhores votações do PFL para a Câmara Federal e Assembléia Legislativa. O número de votos obtidos por este partido foi bem melhor para o nível federal que o estadual. Para deputado federal os melhores resultados (entre 35 e 37%) aconteceram nas regiões do Vale do Rio Tubarão e do Alto Uruguai Catarinense. Considere-se aqui as expressivas votações, respectivamente em suas áreas de influência, dos empresários Estener Sorato de Tubarão e de Victor Fontana de Concórdia. Ainda com resultados expressivos (20 a 27% dos votos), podemos considerar as regiões do Rio do Peixe, Oeste, Laguna e Alto Rio Negro. Já para Deputado Estadual, os melhores resultados (entre 22 e 27%) foram nas regiões da Grande Florianópolis e do Planalto Norte.

Os mais fracos resultados obtidos pelo PFL, para a Câmara Federal aconteceram nas regiões do Médio Vale do Itajaí, Extremo Oeste, Vales do Tijucas/Itajaí Mirim e Rio Itajaí do Sul. Já para a Assembléia Legislativa os resultados serão mais uniformes, entretanto os índices mais baixos acontecem na região Sul, Alto Uruguai e Itajaí do Sul. Nestas duas últimas regiões citadas verifica-se que os baixos resultados obtidos pelo PDS estão relacionados com os índices mais elevados do PDS. Entretanto, esta correspondência não será verificada em outras regiões.

É de se ressaltar os fracos resultados obtidos pelos candidatos proporcionais do PFL no Médio Vale do Itajaí, que foi justamente a região em que seu candidato majoritário, Wilson Kleinubing foi vencedor. O que demonstra a dificuldade que o PFL encontrava para se afirmar como partido político.

Tabela 2.9 - Votos para Deputado Federal por micro-região (Percentuais baseados no número de votos válidos)

REGIÃO	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PDC	PCB	PCdoB	PFL
01	29,27	4,33	3,88	0,42	38,87	0,36	3,96	1,27	17,63
02	26,28	4,06	2,87	0,23	47,01	0,18	0,56	1,03	17,79
03	23,78	2,54	2,21	0,18	55,88	0,23	0,46	0,94	13,79
04	31,46	1,85	3,38	0,15	46,73	0,13	0,22	1,22	14,87
05	21,91	1,10	3,81	0,40	57,51	0,22	0,38	0,63	14,02
06	25,38	0,53	2,60	0,28	52,23	0,23	0,20	0,28	18,26
07	18,87	2,97	3,16	0,25	51,34	0,33	0,39	0,68	22,01
08	25,88	1,30	0,92	0,14	53,53	0,19	0,31	0,72	17,01
09	18,91	1,95	11,96	0,27	43,35	0,16	0,15	1,20	22,05
10	21,51	1,99	15,98	0,22	47,41	0,18	0,18	1,02	11,51
11	27,07	1,63	2,48	0,24	47,98	0,28	0,28	0,49	19,55
12	18,71	0,99	1,34	0,15	39,01	0,14	0,61	1,21	37,85
13	21,76	3,14	3,71	0,20	52,24	0,19	0,81	1,51	16,44
14	16,30	1,28	6,25	0,15	39,43	0,35	0,25	0,91	35,07
15	27,29	2,14	2,55	0,20	49,92	0,26	0,48	0,79	16,37
16	28,73	2,00	2,76	0,16	51,36	0,29	0,49	0,60	13,61
17	21,96	1,65	8,89	0,24	51,48	0,25	0,17	0,67	14,68
18	22,41	1,24	1,10	0,27	59,49	0,38	0,21	0,30	14,60
19	23,37	0,99	2,08	0,16	57,43	0,12	0,34	0,56	15,06
20	28,39	3,00	1,70	0,20	37,84	0,24	0,88	0,89	26,88
21	46,42	0,92	1,30	0,33	38,82	0,14	0,17	0,75	11,15
22	18,23	0,58	1,48	0,22	58,07	0,19	0,17	0,56	20,50
TOTAL	24,29	2,23	4,28	0,25	48,51	0,23	0,80	0,92	18,49

Quanto aos partidos menores, verificamos que o PT obteve o seu melhor resultado tanto para o governo do estado quanto para os cargos proporcionais na região do extremo-oeste. Outros resultados mais elevados aconteceram nas regiões Oeste, Alto Uruguai e Alto Irani. Todas regiões do Oeste catarinense, regiões com número elevado de pequenos agricultores e de atuação dos setores mais progressistas da Igreja Católica Romana. Por outro lado, seus resultados mais fracos situaram-se nas regiões serranas, especialmente no norte, em regiões como o Meio Oeste, Vale do Rio Canoinhas, Rio Itajaí do Sul e Alto Rio Negro.

O PDT, para a Câmara Federal, dependerá de seu candidato mais forte o Senador Jaison Barreto, e seus índices mais elevados (acima de 3%) aconteceram no litoral nas regiões da Grande Florianópolis, Foz do Rio Itajaí, Laguna e Sul do Estado. Já para a Assembléia Legislativa seu melhor desempenho acontecerá na

região do Alto Rio Itajaí, graças ao seu candidato de Rio do Sul. Obterá ainda votação acima de 7% na região Sul e do Alto Irani.

Os demais pequenos partidos não apresentaram candidatos ao governo do Estado mas, apenas, para os cargos proporcionais. No que se refere ao PCB verificamos que sua votação concentrou-se, quase que exclusivamente, na região da Grande Florianópolis. Em todas as outras regiões obteve índices de um por cento para menos. Quanto ao PCdoB, este obteve votação melhor distribuída mas não logrou índices superiores a 1,5%. Seu melhor índice foi obtido na região Sul do Estado.

Os partidos PTB, PH e PDC (este último no nível federal) não conseguiram em nenhuma região ultrapassar um por cento dos votos. A exceção fica por conta do PDC ao nível estadual, graças ao seu candidato apoiado pelo grupo HERING, que obterá votações mais expressivas (entre 3 a 11%) nas regiões do Médio Vale do Itajaí, Alto Uruguai, Oeste, Extremo Oeste e Alto Irani. Por sinal, estas são justamente as regiões em que o grupo HERING, através da empresa CEVAL, exerce alguma influência econômica.

Tabela 2.10 - Votos para Deputado Estadual por micro-região (Percentuais baseados no número de votos válidos)

REGIÃO	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PDC	PH	PCB	PFL
01	26.65	3.49	4.68	0.17	36.87	1.15	0.23	4.26	22.50
02	26.73	4.88	3.68	0.21	45.99	2.15	0.12	0.56	15.67
03	27.81	3.17	2.00	0.15	43.51	10.35	0.10	0.61	12.29
04	27.08	14.77	1.31	0.10	42.13	1.69	0.07	0.17	12.68
05	15.41	2.01	3.19	0.38	60.08	1.58	0.13	0.50	16.71
06	23.02	0.34	1.62	0.21	46.70	1.02	0.12	0.16	26.82
07	24.45	2.57	2.89	0.27	54.84	0.92	0.36	0.23	16.49
08	34.44	2.51	0.73	0.18	46.59	2.06	0.15	0.35	12.99
09	25.80	2.12	8.38	0.18	44.45	3.49	0.12	0.16	15.30
10	21.53	2.66	16.40	0.21	40.89	4.45	0.10	0.17	13.58
11	29.50	1.91	1.59	0.22	49.03	0.38	0.18	0.26	16.94
12	32.54	1.40	1.71	0.15	45.13	0.25	0.05	0.54	18.23
13	37.74	7.13	4.22	0.19	38.57	0.69	0.07	0.53	10.88
14	38.42	1.03	10.13	0.13	36.21	5.19	0.10	0.19	8.60
15	29.40	4.75	3.01	0.30	42.18	0.37	0.11	0.31	19.58
16	23.28	1.26	2.15	0.16	51.95	1.00	0.08	0.47	19.67
17	23.02	9.95	7.62	0.23	40.75	3.13	0.21	0.15	14.93
18	26.23	0.89	0.94	0.31	54.72	2.88	0.08	0.28	13.05
19	24.27	0.91	1.12	0.17	54.47	0.79	0.08	0.25	17.94
20	50.15	2.82	1.08	0.18	28.34	0.89	0.10	1.00	15.45
21	49.77	2.11	0.43	0.12	39.32	0.35	0.04	0.20	7.67
22	26.55	1.02	0.73	0.26	51.69	0.32	0.11	0.25	19.07
TOTAL	27.97	3.54	3.95	0.21	45.00	2.38	0.13	0.82	16.00

d. municípios com maior arrecadação de ICMS.

Finalmente o terceiro critério utilizado foi o de uma divisão dual baseada em arrecadação de impostos. Um primeiro grupo formado pelos municípios que mais arrecadam ICMS e um segundo grupo englobando os demais. Nos municípios que mais arrecadam ICMS, estão situadas as principais empresas tanto no setor secundário quanto no terciário. Estão localizadas a quase totalidade das matrizes

das mais importantes empresas de Santa Catarina. Nestas cidades estavam intervindo politicamente a maioria dos grandes empresários catarinense e onde a sua influência se dava de forma mais marcante.

Utilizarei os dados de arrecadação do ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias) como um indicador positivo, a princípio, para indicar os municípios de maior importância econômica, onde, presumo, estarão presente a maioria dos empresários com expressão política.

No ano de 1986, os quinze (15) municípios que mais arrecadaram ICM estão apresentados no Quadro I. Dos 199 municípios em que estava dividido administrativamente o estado de Santa Catarina em 1986, estes quinze contribuíram com dois terços (67,11%) da arrecadação deste imposto. Além do mais estes municípios mantiveram-se nos quinze primeiros lugares durante toda a década de 80.

Estes municípios citados no quadro abaixo, durante toda a década de 80, arrecadaram perto de 70% do ICM estadual.

Por outro lado, no que se refere a força empresarial, verifica-se que a sede, da maioria dos mais importantes grupos econômicos do estado, encontra-se em algum destes municípios, conforme podemos verificar na dissertação de mestrado de Silvio Cario (1991).

É claro que algumas exceções podem ser encontradas, como o caso do grupo Portobello que tem as suas principais empresas situadas no município de Tijucas. Entretanto, pode-se constatar que a empresa possui a sua sede administrativa e os seus principais dirigentes atuam e expressam os seus pontos de vista, políticos e econômicos, em Florianópolis.

Quadro I - Relação dos 15 Municípios com maior arrecadação de ICM (em Cruzados - SC/1986)

MUNICÍPIO	ARRECADAÇÃO DE ICMS	
	CRUZADOS	PERCENTUAIS
JOINVILLE	1.174.514.110,00	14,52%
BLUMENAU	1.104.054.166,00	13,64%
JARAGUÁ DO SUL	406.221.499,00	5,02%
SÃO JOSÉ	345.282.617,00	4,27%
CRICIÚMA	328.601.510,00	4,06%
ITAJAÍ	301.453.249,00	3,72%
FLORIANÓPOLIS	292.522.784,00	3,61%
CHAPECÓ	286.973.061,00	3,54%
BRUSQUE	212.778.282,00	2,63%
LAGES	189.369.208,00	2,34%
TUBARÃO	177.212.767,00	2,19%
SÃO BENTO DO SUL	165.041.171,00	2,04%
CONCÓRDIA	160.136.180,00	1,98%
RIO DO SUL	156.262.394,00	1,93%
VIDEIRA	130.880.793,00	1,62%
TOTAL	5.431.223.791,00	67,11%
SANTA CATARINA	8.094.112.072,00	100,00%

Fonte: SEPLAN/1988

Estes municípios atingem um total de 957.629 eleitores o que corresponde a 41,60% dos eleitores do Estado de Santa Catarina. Desta forma um candidato ou partido que tivesse os seus votos bem distribuídos entre os municípios que mais arrecadam ICMS e os que menos arrecadam deveriam obter no primeiro conjunto em torno de 41,60% dos seus votos e no segundo 58,40%. A partir daqui, denominaremos de "grupo (1)" o conjunto dos quinze municípios que mais arrecadam ICMS, e de "grupo (2)" aquele conjunto com menor arrecadação que compreende os demais 184 municípios de Santa Catarina.

Em termos de resultados eleitorais (ver tabela 2.11) as posições dos cinco candidatos a governador não se alteraram. Pedro Ivo foi vencedor tanto entre os

municípios mais ricos como entre os economicamente mais pobres. Obtém, também, entre todos os candidatos a votação que melhor se distribui entre os municípios do grupo 1 e do grupo 2. Para tanto, pode-se verificar que os percentuais de votos obtidos pelo candidato peemedebista (41,32% e 58,68) praticamente coincide com os percentuais de eleitores presentes nos dois conjuntos de municípios (41,60% e 58,40).

Tabela 2. 11 - Número de votos para governador - Municípios distribuídos segundo a arrecadação de ICM-SC/1986

GRUPO	PDS	PDT	PT	PMDB	PFL
1	87.953	5.474	22.456	366.309	259.952
2	210.749	6.531	27.683	520.105	291.471
TOTAL	298.702	12.005	50.139	886.414	551.423

Em termos percentuais o aspecto que mais chama a atenção é o fato do candidato do PDS, ao governo, obter a maior parte dos seus votos junto ao conjunto dos municípios que menos arrecadam impostos. Obteve em torno de 12% dos votos entre os votantes dos municípios com maior arrecadação e pulou para 20% entre aqueles que menos arrecadam impostos. Pela Tabela n. 2.12. podemos verificar que 70% dos votos do candidato pedessista vieram dos municípios mais pobres. Os demais candidatos, do PT, PDT e especialmente do PFL obtém uma maior participação entre os maiores arrecadadores de impostos, diminuindo a sua participação percentual entre os demais. Entretanto, são votações bem distribuídas sem concentrar muito em um determinado segmento.

Tabela 2.12 - Votos para governador (Percentuais)-Municípios distribuídos segundo a arrecadação de ICM-SC/1986

GRUPO	PDS	PDT	PT	PMDB	PFL
1	29,45	45,60	44,79	41,32	47,14
2	70,55	54,40	55,21	58,68	52,86
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Para a Câmara de Deputados não vamos encontrar, também, mudanças de posição a não ser entre PCB e PCdoB. O que é notável é o quase empate entre o número de votos obtidos pelo PFL e pelo PDS entre o conjunto de municípios que mais arrecadam ICMS. Entretanto, nos municípios mais pobres os candidatos do PDS conseguem obter uma grande diferença em relação aos seus ex-parceiros.

Tabela 2.13 - Número de Votos para Deputado Federal - Municípios distribuídos segundo a arrecadação de ICM-SC/1986

Grupo	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PDC	PCB	PCdoB	PFL
1	147.716	20.639	28.869	1.816	351.481	1.699	10.210	7.696	146.134
2	268.706	17.615	44.530	2.440	480.153	2.286	3.432	7.928	170.860
TOTAL	416.422	38.254	73.399	4.256	831.634	3.985	13.642	15.624	316.994

Conforme podemos verificar pelas tabelas 2.13. e 2.14., os candidatos pedessistas a Deputado Federal mantêm, também, uma dependência de votos dos municípios do grupo (2), embora não seja tão acentuada quanto a do seu candidato a governador.

Por outro lado, dois dos partidos menores vão buscar seus votos entre os municípios do grupo 1. Em primeiro lugar o PCB que, conforme já vimos anteriormente, tem a sua base na região da Capital e especialmente em Florianópolis. E o PDT ainda que com menor intensidade tem uma votação melhor neste conjunto de municípios.

Tabela 2.14 - Votos para Deputado Federal (Percentuais)-Municípios distribuídos segundo a arrecadação de ICM-SC/1986

GRUPO	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PDC	PCB	PCdoB	PFL
1	35,47	53,95	39,33	42,67	42,26	42,63	74,85	49,25	46,10
2	64,53	46,05	60,67	57,33	57,74	57,37	25,15	50,75	53,90
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Para a Assembléia Legislativa, as posições dos partidos dentro dos dois grupos são mantidas. Mais uma vez chama a atenção o quanto foram importantes os municípios do grupo 2 (de menor expressão econômica) para os candidatos do PDS.

Mas, o PDC também aproxima-se das condições do PDS nos votos para a Assembléia Legislativa. Uma parcela importante dos votos deste partido vieram dos municípios do grupo 2. Já tínhamos lembrado que os votos do PDC para Deputado Estadual estavam quase que totalmente concentrados em um único candidato, Francisco Mastella. Embora sendo Presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais de SC, é visível que a sua expressiva votação dependeu muito mais de seus vínculos com o grupo Hering do que como representante de uma entidade empresarial.

Tabela 2.15 - Número de votos para Deputado Estadual - Municípios distribuídos segundo a arrecadação de ICM-SC/1986

Grupo	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PDC	PH	PCB	PFL
1	173.782	34.262	29.804	1.578	333.352	15.417	995	11.121	125.915
2	312.381	27.199	38.788	1.995	448.844	25.936	1.330	3.092	152.245
TOTAL	486.163	61.461	68.592	3.573	782.196	41.353	2.325	14.213	278.160

Da mesma forma como se deu a votação para a Câmara Federal, para a Assembléia Legislativa dois partidos deram-se melhor junto aos municípios do grupo 1. Trata-se do PDT e, especialmente, do PCB. E mais uma vez o PDS tem o

seu melhor resultado no segmento 2. Desta forma é visível a sua dependência eleitoral em relação às regiões mais pobres do Estado.

No restante, é possível admitir que os demais partidos tiveram uma votação, razoavelmente, equilibrada nos dois grupos de municípios.

Tabela 2.16 - Votos para Deputado Estadual (Percentuais)-Municípios distribuídos segundo a arrecadação de ICM-SC/1986

Grupo	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PDC	PH	PCB	PFL
1	35,75	55,75	43,45	44,16	42,62	37,28	42,80	78,24	45,27
2	64,25	44,25	56,55	55,84	57,38	62,72	57,20	21,76	54,73
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

5. Formato partidário.

A partir deste item vamos verificar como ficou o fracionamento eleitoral nas eleições de 1986 para que possamos compará-lo com outros períodos da história partidária catarinense e tentar fazer alguma estimativa a respeito das tendências no estado.

Aplicamos o índice de RAE (Fe) e o índice de Fracionamento Efetivo (Ne) para as eleições para o governo, Deputado Federal e Deputado Estadual e obtivemos o resultado apresentado na Tabela 17.⁴⁸

Tabela 2.17. - Índices gerais de fracionamento partidário (SC/1986)

ELEIÇÃO	Fe	Ne
Governo	0,63	2,74
Câmara Federal	0,67	3,02
Assembléia Legislativa	0,69	3,23

⁴⁸ As fórmulas para o cálculo do índice de RAE e do índice de Fracionamento Efetivo estão apresentadas no capítulo I.

Pelos dados acima é possível verificar que o sistema partidário em Santa Catarina continua caminhando em direção a um maior fracionamento. Processo este que se mantém desde o fim do bipartidarismo imposto.

Vejamos. Durante todo o período eleitoral de 45 a 65 o índice "Fe" para o governo do Estado esteve em torno de 0,50⁴⁹. Para o período do regime militar não temos elementos para comparação. Porém, as eleições de 1982 reafirmam o valor de 0,50. Desta forma o resultado neste ano de 1986 (0,63) indica uma fragmentação nunca ocorrida na história partidária de Santa Catarina. Este valor reafirma e até supera aqueles verificados nas eleições municipais de 1985. É claro que não é próprio comparar o pleito de 1985 para prefeito em apenas 7 municípios com uma para governador englobando todo o Estado. Entretanto, como um indicativo podemos lembrar que os municípios onde ocorreu a maior fragmentação foram Florianópolis e Itapiranga onde os valores, respectivamente, para "Fe" foram de 0,62 e 0,63 e para "Ne" foram de 2,64 e 2,71.

Esta tendência à fragmentação também é constatável no pleito para a Câmara Federal. Anteriormente, os mais altos índices de fragmentação haviam se registrado nas eleições de 1962. Nesta ocasião, os valores para "Fe" e "Ne" foram, respectivamente de 0,61 e 2,56.

Esta superação dos índices anteriores não acontece ao nível de Assembléia Legislativa. Verificamos que no período populista, a partir do terceiro pleito proporcional (1954) os índices de fragmentação partidária superam aos registrados nas eleições de 1986.

Enfim, pelo dados da tabela confirma-se que o pleito estava tripolarizado tanto no nível majoritário como proporcional. Podemos até considerar que para a Assembléia Legislativa há uma tendência em se dirigir para o estabelecimento de uma quarta força eleitoral que nesta ocasião ainda é muito fraca.

⁴⁹ LAVAREDA, p. 46.

Para obter um mapa mais particularizado deste processo calculamos os índices de fragmentação para as 22 micro-regiões do Estado nos três níveis de pleito, com vistas a detectar as áreas onde este processo é mais intenso. Estes índices estão apresentados na Tabela 18 para os níveis de governo, Câmara Federal e Assembléia Legislativa.

Tabela 2.18. - Índices de Fracionamento partidário para as eleições de 1986.⁵⁰ (Micro-regiões - SC)

MICRO-REGIÃO	Ne			Fe		
	Governo	Câmara Federal	Assembléia Legislativa	Governo	Câmara Federal	Assembléia Legislativa
Grande Florianópolis	2,90	3,69	3,80	0,65	0,73	0,74
Foz do Rio Itajai	2,85	3,08	3,21	0,65	0,68	0,69
Médio Vale do Itajai	2,62	2,57	3,40	0,62	0,61	0,71
Alto Vale do Itajai	2,81	2,93	3,46	0,64	0,66	0,71
Nordeste	2,13	2,50	2,41	0,53	0,60	0,59
Planalto Norte	2,51	2,69	2,91	0,60	0,63	0,66
Alto Rio do Peixe	2,41	2,86	2,66	0,58	0,65	0,67
Meio Oeste	2,55	2,61	2,83	0,61	0,62	0,65
Oeste	3,06	3,48	3,38	0,67	0,71	0,70
Extremo Oeste	3,22	3,22	3,82	0,69	0,69	0,74
Serrana	2,66	2,92	2,80	0,62	0,66	0,64
Vale do Rio Tubarão	2,65	3,02	2,91	0,62	0,67	0,66
Sul	2,57	2,86	3,23	0,61	0,65	0,69
Alto Uruguai	2,81	3,24	3,34	0,64	0,69	0,70
Extremo Sul	2,69	2,84	3,27	0,63	0,65	0,69
Vales do Tijucas/Itajai	2,63	2,73	2,75	0,62	0,63	0,64
Alto Irani	2,72	2,92	3,87	0,63	0,66	0,74
Vale do Canoinhas	2,59	2,35	2,57	0,61	0,57	0,61
Vale do Itapocú	2,53	2,45	2,58	0,60	0,59	0,61
Laguna	2,82	3,36	2,80	0,65	0,70	0,64
Rio Itajai do Sul	2,83	2,64	2,45	0,65	0,62	0,59
Alto Rio Negro	2,26	2,42	2,67	0,56	0,59	0,63

⁵⁰ Para o cálculo destes índices estamos utilizando o número de votos obtidos por cada partido.

Com a intenção de facilitar a visualização dos dados da Tabela 2.18., elaboramos o quadro abaixo apresentando as diversas micro-região de acordo com a ordem de fragmentação partidária. A primeira coluna está dividida em dois formatos: Bipolar e Multipolar. Este por sua vez está subdividido em três partidos e quatro partidos. Um valor de Fe igual a 0,50 caracteriza um sistema bipolar quase perfeito em que as duas forças existentes obtém votação muito semelhante, isto é, a diferença de votos entre o vitorioso e o derrotado é muito pequena.

Para um Fe igual a 0,61 podemos considerar que já existe uma certa multipolaridade, tendo se constituído uma terceira força que pode não igualar aos outros dois partidos mais fortes mas já tem uma certa presença eleitoral.

A partir de um valor de 0,67 para Fe entende-se que já existem três forças políticas consideráveis. Acima de 0,74 considera-se já haver uma situação com quatro partidos efetivamente disputando eleições.

Nas colunas intituladas Governo, Câmara Federal e Assembléia Legislativa estão apresentadas as 22 regiões de Santa Catarina distribuídas de acordo com a maior concentração eleitoral (mais acima) até a maior fragmentação partidária (parte mais baixa do quadro).

Quadro II⁵¹ - Distribuição das regiões (SC) segundo a fragmentação partidária. (eleição de 1986)

FORMATO	Fe	Governo	Câmara Federal	Assembléia Legislativa
a.BIPOLAR	0,50	Joinville Alto Rio Negro Alto Rio do Peixe Planalto Norte/Itapocú	Canoinhas Itapocú/A.Rio Negro Joinville	Joinville/Itajaí do Sul
b.MULTIPOLAR	0,61	Meio-Oeste/Sul/ Canoinhas MédioVale/Serrana/ Tubarão/ Brusque SC -Extremo Sul/ Alto Irani Alto Vale/Alto Uruguai Foz do Itajaí/Itajaí do Sul/ Grande Fpolis/Laguna	Médio Vale Itajaí Meio Oeste/Itajaí do Sul Planalto Norte/Brusque Alto Rio do Peixe/Sul/ Extremo Sul Alto Vale/Serrana/Alto Irani Tubarão	Canoinhas/ Itapocú Alto Rio do Peixe Alto Rio Negro Serrana/Brusque/Laguna Meio Oeste Planalto Norte/Tubarão
3 PARTIDOS	0,67	Oeste Extremo Oeste	SC Foz do Itajaí Extremo Oeste/Alto Uruguai Laguna Oeste Grande Fpolis	SC/Foz do Itajaí/Extremo Sul/ Sul Oeste/Alto Uruguai Médio Vale/Alto Vale Gr. Fpolis/Extremo Oeste/Alto Irani
4 PARTIDOS	0,75			

Fonte: Tabela 2.18.

Analisando o quadro acima, podemos verificar que não há nenhuma região que apresente um sistema bipolar. Entretanto, a região Nordeste do Estado (Joinville), apresentou-se numa situação bastante similar no pleito para governador. Além do que nesta região os votos para cargos proporcionais foram bastante concentradas. Tínhamos visto, anteriormente, que foi nesta região que o PMDB obteve as suas maiores votações.

Numa posição inversa a de Joinville, ou seja, com um índice de dispersão maior com três forças partidárias já perfeitamente definidas e encaminhando-se

⁵¹ A região anotada neste quadro como Brusque corresponde à micro-região dos Vales do rio Tijucas e Itajaí.

para a constituição de quatro legendas disputando efetivamente as eleições tínhamos a Região da Grande Florianópolis no campo dos proporcionais. Além desta região outras se caracterizavam por uma elevada dispersão. É o que verificamos com a Região Oeste e a Extremo Oeste do Estado.

Para verificar uma possível compatibilidade entre número de habitantes e fragmentação eleitoral construímos os índices Fe e Ne para os dez municípios mais populosos e os dez menos populosos de Santa Catarina, chegando aos resultados apresentados nas tabelas 2.19. e 2.20.

Tabela 2.19 - Índices de fracionamento partidário nos maiores municípios do estado.(SC/1986)

MUNICÍPIO	REGIÃO	População ⁵²	GOVERNO		DEP FED		DEP EST	
			Fe	Ne	Fe	Ne	Fe	Ne
Joinville	Nordeste	290.706	0,53	2,12	0,60	2,48	0,56	2,30
Florianópolis	Grande Fpolis	221.911	0,66	2,96	0,75	4,08	0,76	4,13
Blumenau	Médio Vale Ita.	184.931	0,62	2,62	0,60	2,47	0,73	3,69
Lages	Serrana	143.285	0,62	2,63	0,66	2,96	0,65	2,89
Criciúma	Sul	135.360	0,62	2,61	0,65	2,86	0,71	3,48
Itajaí	Foz do Itajaí	103.192	0,66	2,94	0,66	2,96	0,67	3,06
São José	Grande Fpolis	112.904	0,63	2,69	0,71	3,45	0,72	3,55
Chapecó	Oeste	103.240	0,65	2,83	0,70	3,31	0,70	3,38
Tubarão	Vale Tubarão	85.472	0,61	2,55	0,63	2,67	0,64	2,81
Jaraguá	Vale do Itapocú	62.412	0,57	2,35	0,53	2,13	0,56	2,29

Pelo que se pode constatar é possível estabelecer uma certa relação contando que a dispersão eleitoral aumentou em municípios mais populosos. Mas isto tem de ser visto com certos cuidados.

⁵² População estimada para 1986. Fonte: IBGE.

Na eleição majoritária, somente três dos maiores municípios demonstraram um fracionamento partidário maior do que a média estadual, dois do litoral (Florianópolis e Itajaí) e um do Oeste (Chapecó). Para Deputado Federal, também, três municípios: Florianópolis e Chapecó e um terceiro São José. Este número de municípios aumentou no pleito para a Assembléia Legislativa com o total de cinco: mais uma vez Florianópolis, Chapecó e São José e acrescentando Blumenau e Criciúma. Ressalte-se que apenas um município, Florianópolis, registra um valor para Fe superior a quatro, nas votações proporcionais.

Por outro lado, alguns dos maiores municípios do Estado demonstram ter uma concentração partidária muito alta. Em todos os três níveis eleitorais, Joinville e Jaraguá do Sul alcançam índices de Ne e Fe próximos daqueles que são encontráveis em situações de bipartidarismo. Poderíamos objetar que o candidato favorito ao governo do Estado, o peemedebista Pedro Ivo Campos tinha sua base eleitoral na região de Joinville e contou, inclusive, com a simpatia de políticos de partidos adversários. Esta força eleitoral poderia ter elevado os votos do partido nos pleitos proporcionais. Quanto Jaraguá do Sul, estaria sofrendo a influência do município vizinho. Entretanto, só este aspecto não é suficiente para explicar esta reduzida dispersão partidária. Um outro dado, que do nosso ponto de vista foi importante, foi a limitada adesão de empresários ao PFL durante o período de 1986. Para confirmar esta suposição, no entanto, precisaríamos analisar os resultados de outras eleições, o que não foi possível dentro dos objetivos deste trabalho.

Tabela 2.20 - Índices de fragmentação partidária nos menores municípios do Estado.(SC/1986)

MUNICÍPIO	REGIÃO	População	GOVERNNO		DEP FED		DEP EST	
			Fe	Ne	Fe	Ne	Fe	Ne
Pres. Castelo	Alto Uruguai	1.754	0,62	2,65	0,65	2,85	0,53	2,11
Santa Rosa	Vale do Tubarão	1.806	0,57	2,44	0,57	2,33	0,52	2,11
Lacerdópolis	Meio Oeste	2.100	0,64	2,76	0,61	2,56	0,58	2,36
Pinheiro Preto	Meio Oeste	2.268	0,65	2,87	0,64	2,75	0,63	2,70
R. Queimado	Grande Fpolis	2.420	0,63	2,67	0,47	1,87	0,54	2,19
Vargeão	Alto Irani	2.803	0,59	2,44	0,62	2,66	0,60	2,51
Pres. Nereu	Alto Vale Itajaí	2.955	0,59	2,44	0,57	2,34	0,57	2,35
Peritiba	Alto Uruguai	2.976	0,66	2,93	0,62	2,64	0,62	2,63
Arroio Trinta	Alto Rio do Peixe	3.152	0,54	2,19	0,65	2,83	0,61	2,56
Nova Erechim	Oeste	3.175	0,65	2,83	0,76	4,09	0,68	3,13

Quanto aos menores municípios do Estado, nos votos dirigidos ao executivo verificamos que quatro deles registram índices de fragmentação superior aquele obtido para Santa Catarina como um todo: Lacerdópolis, Pinheiro Preto, Peritiba e Nova Erechim. Ressalte-se que todos fazem parte de uma Macro-região que poderíamos chamar de Região Oeste que englobaria as Micro-regiões do Meio Oeste, Alto Uruguai e Oeste.

Quanto aos pleitos proporcionais, para a Câmara de Deputados apenas um município, Nova Erechim, obtém valores de Ne e Fe superiores aos valores correspondentes ao Estado. Para a Assembléia Legislativa nenhum município registra esse feito.

Chama atenção o fato de que a fragmentação partidária nos pleitos proporcionais na maioria dos menores municípios é, em geral, inferior aquela ocorrida no pleito majoritário. Este é um processo inverso ao que aconteceu tanto nos municípios mais populosos como nas micro-regiões e na totalidade de Santa Catarina.

CONCLUSÃO:

1. Não é novidade a transformação do sistema partidário em Santa Catarina a partir das eleições de 1986. Este sistema teve a sua origem marcada por um Sistema não-competitivo que prevaleceu durante o regime militar. Superou o bipartidarismo imposto por uma engenharia institucional do final do governo Figueiredo e iniciou um processo de redefinição que começa a se articular no ano de 1985 a partir das reformas institucionais da Nova República⁵³.

2. Com as eleições de 1986 estavam estabelecidas três forças partidárias com reais condições de disputar o poder político local a nível de majoritário e proporcional. Estas três forças são o PMDB, PDS e PFL.

3. A fragmentação partidária não aconteceu de forma idêntica em todos os níveis eleitorais. Os votos eram mais concentrados em nível de governo e menos concentrados para a Assembléia Legislativa. Com a exceção dos pequenos municípios.

4. Também a nível regional a dispersão eleitoral é diferenciada. Em algumas regiões o voto foi mais concentrado na região Nordeste (região de Joinville). Por outro lado, o voto foi mais fragmentado ocorreu nas regiões Oeste, extremo-oeste e Grande Florianópolis.

5. Algumas regiões com voto mais fragmentado, apontavam para o estabelecimento de uma quarta força partidária. Na região Oeste e Extremo Oeste

⁵³ Capítulo III, item 3.1.4.

esta quarta força que despontava era o PT. Na região da Grande Florianópolis não havia um único partido que se evidenciasse, mas um conjunto de pequenos partidos com forças quase equivalente. Estes partidos eram o PT, PDT e PCB com votações em torno de 3 a 5%.

6. Não é possível detectar uma relação direta entre o nível de urbanização e fragmentação partidária. Uma das regiões mais urbanizadas do Estado, a região Nordeste teve uma alta concentração de votos. Por outro lado outras regiões relativamente mais urbanizadas como a região da Grande Florianópolis e do Médio Vale do Itajaí tiveram uma alta fragmentação. Também verifica-se que regiões pouco urbanizadas tiveram elevada concentração eleitoral tais como as regiões do Planalto Norte e do Vale do Rio Itajaí do Sul enquanto outras tiveram alta dispersão (Alto Irani, Extremo-Oeste).

7. Em função das considerações feitas acima, podemos classificar o sistema partidário em Santa Catarina, por ocasião das eleições de 1986 como "Pluralismo moderado".

8. Entretanto, não bastava a verificação das transformações no sistema partidário para detectar sinais de consolidação de uma sociedade democrática. É certo que o fracionamento eleitoral é provocado pela divisão dos eleitores entre um número maior de siglas partidárias. Porém, esta divisão dos eleitores depende da existência de opções colocadas pelas siglas partidárias. A constituição de siglas partidárias depende da ação de atores político-partidários que atuam na formação destas siglas. Assim como o estímulo para votar em determinadas siglas é dado por determinadas elites estabelecidas a nível da sociedade e que mantêm relações com os agentes partidários.

9. Necessário examinar, portanto, a postura dos diversos atores sociais para um diagnóstico mais preciso. No próximo capítulo vamos considerar o posicionamento de um destes atores, que no nosso caso é o empresariado. Para

um exame mais completo do quadro político precisaríamos levantar a disposição de outros atores sociais o que infelizmente não acontecerá nesta ocasião.

Capítulo 5 - O EMPRESARIADO E A ELEIÇÃO EM 1986.

1. Participação política do empresariado

Os empresários participam ou não participam da vida partidária em Santa Catarina? Devem ou não devem participar? Estas questões tendem a ser discutidas em determinados momentos e em outros passam despercebidas. O ano de 1986 foi um ano especial, em que este tema foi amplamente debatido.

As entidades representativas dos empresários, os próprios empresários e mesmo os meios de comunicação tendem a considerar que existe uma nítida separação entre o ser político e o ser empresário. A tarefa política deve ser desempenhada pelos políticos. Ao empresário caberiam outras atividades na esfera privada. Esta divisão de tarefas deveria ser mantida exceto em situações excepcionais, ocasião em que os empresários que seriam dotados de algumas virtudes,¹ deveriam prestar um "serviço ao bem público". Para alguns, o ano de 1986 deveria ser considerado como uma destas situações excepcionais.

Em meados de abril de 1986, um artigo publicado na página dos editoriais do Jornal de Santa Catarina é representativo deste ponto de vista. Em certo trecho diz o seguinte: "Devem os empresários ocupar espaços na política e nos partidos? A principio não. Esta seria uma tarefa reservada, prioritariamente, aos políticos e aos dirigentes partidários. Todavia, como explicar a súbita ascensão que no momento alguns líderes empresariais experimentam como virtuais candidatos ...".²

Desde o início do ano de 1986 em diversas declarações de líderes empresariais à imprensa chega-se a mencionar a proposta de apontar um nome de

¹ "Transferido para a área pública por força de eleição direta ou nomeação, o empresário distingue-se geralmente dos tecnoburocratas de carreira pela sua visão crítica e pragmática dos problemas, da vida, da administração pública, das metas e objetivos. Preocupa-se com o conteúdo e não com a forma, viabiliza meios e visualiza fins com a mesma desenvoltura com que comanda uma empresa privada em mercado altamente competitivo." Plínio David de Nez Filho. "Empresários e Política". OE25/7/86, p. 4.

² 1. Jornalista Herculano Domicio (JSC-11/04/86-p02): Título: "O descrédito faz as Mudanças"

consenso para ser apoiado por diversos partidos. As sugestões deram-se com mais intensidade a partir das reuniões e jantares em homenagem ao novo ministro da Educação Jorge Bornhausen. Entre os nomes citados, a maioria era de empresários. Por isso, durante os meses de março e abril, em diversos momentos, a imprensa escrita manifesta a sua surpresa a respeito da preocupação dos homens de negócios para com a atividade política numa intensidade nunca vista. Mesmo empresário procuram expressar esta surpresa.

Nos últimos anos vem surgindo a cena das atividades político-partidárias a figura do empresário bem-sucedido como candidato exponencial a cargos eletivos que, até então, era primazia dos chamados políticos profissionais. O fenômeno não suscitaria maiores exames não fosse uma tendência que se alastra em quase todas as agremiações, exceção feita aos partidos de extrema-esquerda.³

É possível, no entanto, afirmar que pelo menos historicamente esta noção de não intervenção de empresário na política não se justifica de maneira alguma. Os tradicionais líderes políticos catarinenses foram homens de negócios ou viveram em famílias em que ser comerciante, industrial ou grande proprietário de terras era a atividade principal.

Considerando apenas o mais alto cargo executivo estadual a partir do Estado Novo até o golpe militar de 64, poderíamos verificar esta intervenção. Aderbal Ramos da Silva, primeiro governador eleito após a queda do Estado Novo, era dirigente máximo das empresas do Grupo Hoepcke quando apresentado como candidato pelo PSD e, somente afastou-se das empresas, em 1947, quando assumiu o governo⁴. O segundo governador eleito foi Irineu Bornhausen foi um dos fundadores do Banco INCO, na década de 30, e um dos seus principais acionistas. Heriberto Hülse, que substituiu ao terceiro governador eleito, Jorge Lacerda,

³ DE NES.OE 25/7/86, p. 4.

⁴ Revista Expressão, ano 2, nº 24, 1992, p 21, Florianópolis, AZ Comunicação.

ocupava a diretoria de uma empresa de mineração de carvão (CBCA- de propriedade de Sebastião Neto Campos) de Criciúma. Celso Ramos eleito em 1960 e quarto governador foi, como já tínhamos afirmado anteriormente, fundador e presidente da FIESC (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina) desde a fundação, somente deixando o cargo para se candidatar ao governo.

Além dos governadores vários outros deputados federais e estaduais e senadores foram, também, empresários. O fundador e até recentemente, presidente do importante grupo SADIA, Atilio Fontana, começou sua vida política já na década de 40 fundando o PSD e exercendo vários cargos políticos como vereador e prefeito de Concórdia e posteriormente, deputado federal e senador e, também, vice-governador do Estado e Secretário da Agricultura. Plínio Arlindo De Nes, fundador do grupo Chapecó, foi vereador em Chapecó (1946), em 1969 foi nomeado secretário do Oeste ficando até 1975 e, em seguida, nomeado presidente do Bando de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC) até 1979.

Durante o governo Esperidião Amin vários empresários ocuparam cargos de destaque tais como Victor Fontana (Sadia) Vice-governador; Arno Batschauer (grupo Hansen) Secretário de Estado da Fazenda; Nelson Madalena (grupo Perdigão) também Secretário de Estado da Fazenda em substituição ao anterior; Paulo Gouveia da Costa (Grupo ARTEX) Secretário de Estado da Administração; e Antônio Carlos Konder Reis (Grupo WEG) Secretário de Estado da Reconstrução.

É necessário examinar, conseqüentemente, quem foram estes empresários citados como nomes alternativos aos políticos para ser o candidato suprapartidário ao governo do Estado em 1986. Todos os nome empresariais sugeridos, sempre tiveram algum tipo de atividade política, seja como participantes de diretórios de partidos políticos, até exercendo cargos eletivos ou cargos de confiança de governadores e prefeitos. Os principais nomes sugeridos foram: Realdo Guglielmi

(PMDB), César Bastos Gomes (PDS), Ingo Zadrozny (PDS), Plínio De Nes (PFL) e Walter Koerich (PDS)⁵.

Por que então esta insistência em frisar uma pseudo novidade? Não é nosso objetivo responder a esta questão neste trabalho. Entretanto, há alguns elementos a considerar que poderiam ajudar a explicar este fato. Em primeiro lugar, esta concepção é parte integrante de uma ideologia que reforça a separação dos papéis. E, por ocasião daquele período inicial da Nova República, diante do desprestígio do político, procura considerar o empresário como um personagem livre dos vícios da política. Podemos verificar que esta é a opinião de um executivo de um importante grupo deste Estado, já citado anteriormente:

*"Na sociedade capitalista moderna, "empresário bem-sucedido" é sinônimo de competência, capacidade de superar obstáculos, criatividade, força de trabalho, vontade de vencer. O empresário constrói seu futuro sobre seus próprios recursos, enquanto, via de regra, o político profissional constrói seu patrimônio político geralmente com a máquina do Estado, o trabalho do operário público e o prestígio do Poder."*⁶

Ou seja, o autor anuncia que o empresariado não está vinculado aos desmandos dos agentes políticos e que, a partir daquela ocasião, está em condições de oferecer a sua "competência", a sua "vontade de vencer" e a sua prática de construir utilizando apenas "seus próprios recursos" com vistas à beneficiar a sociedade.

Um segundo elemento que podemos levar em conta é que o encerramento do regime militar e o estabelecimento de um governo civil deixou o empresariado de Santa Catarina, politicamente conservador, sentindo-se "órfão", abandonado, e perante o fato de ter de enfrentar os movimentos de trabalhadores sem mais contar

⁵ OE, 01/5/86, p. 3.

⁶ DE NEZ, OE, 25/7/86, p. 4.

com uma instituição poderosa, como o aparato repressor, que constrangia o trabalhador e oferecia todo o apoio, quando necessário, à empresa.

Veja-se a declaração do candidato oposicionista à FIESC, o deputado Otair Becker, mencionando as greves do sul do estado, onde os empresários teriam sido abandonado à própria sorte enfrentando sozinhos o movimento trabalhista⁷.

De certa forma, esta candidatura oposicionista àquela entidade empresarial não deixa de expressar, uma parcela do empresariado catarinense, que temia uma ausência de firmeza por parte dos seus líderes na defesa dos interesses corporativos, nas relações com o Estado e com os trabalhadores.

Um terceiro elemento a considerar é que o favoritismo do PMDB ao governo do estado, mesmo através de uma candidatura conservadora, como no caso Pedro Ivo Campos, tinha um certo sentido ameaçador. Representava o desconhecido. Pedro Ivo, é claro, havia conseguido manter um bom relacionamento com o empresariado joinvillense quando de sua gestão como prefeito do município. Havia, também, defendido a candidatura de um empresário conservador através do PMDB joinvillense (W. Freitag) para a Prefeitura de Joinville e obteve êxito. Além disso, vinha alcançando elevado grau de simpatia junto ao empresariado de outras regiões. E, de certa forma, o entusiasmo do empresário Dillor Freitas de Criciúma com o candidato ao governo pelo PMDB, expressa essa simpatia, misturada com surpresa, da classe empresarial catarinense, quando afirma, após um entrevista que "... Pedro Ivo pensa como nós⁸."

Mas uma dúvida passava pelo empresariado estadual: teria Pedro Ivo controle sobre a máquina partidária estadual do PMDB? Esta organização com a qual o

⁷ Otair Becker. JSC, 01/06/86, p. 17. "Onde estava a FIESC quando eclodiram as greves do Sul do Estado? (...) Basta ver os jornais, para constatar a omissão da atual diretoria em relação aos movimentos grevistas, quando os sindicatos patronais, filiados à entidade, ficaram a mercê dos ativistas da CUT. ...".

⁸ "Tenho grande simpatia por Pedro Ivo, acho que ele é um candidato muito bom, com condições de ser um bom governador, é honesto, honrado, competente e comunica com os mesmos princípios que nós ...". JSC, 19/6/86, p. 3.

grande empresariado catarinense havia tido problemas em várias ocasiões e que em 1982 (há apenas quatro anos) havia indicado Jaison Barreto (naquela ocasião, o mais esquerdista candidato a governador pelo partido dentre todos os demais estados da federação) ao governo do Estado. Estaria esta estrutura sob controle do candidato a governador?

O empresário de Chapecó, Plínio De Nes Filho, que anteriormente fora filiado ao PMDB confirma essa dificuldade de relacionamento, ao comentar a seu respeito e dos peemedebistas do seu município que aderiram ao PFL, afirmando que estes "... escolhem o PFL porque estão descontentes com a dominação (no PMDB) dos 'progressistas' com tendências comunizantes"⁹.

Aliás, será neste tema que baterá o Deputado Federal e candidato a senador pelo PDS, Vasco Furlan, conclamando os empresários catarinense a não apoiarem os candidatos do PMDB para evitar que "comunistas" sejam eleitos.

Podemos acrescentar a estas considerações mais um elemento. O êxito inicial da candidatura do empresário paulista Antônio Ermírio de Moraes para o governo de São Paulo dava alento à expectativa de um candidato do empresariado que fosse mais confiável.

Desta forma o que podemos ver de diferente é o reconhecimento por parte de algumas entidades representativas do empresariado que, dispensando subterfúgios, tomam a decisão de apresentar candidatos a cargos eletivos. Mas, trata-se do posicionamento das lideranças das entidades não corporativas como a FACISC (Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina) ou FAMPESC (Federação das Associações de Micro e Pequenos Empresários de Santa Catarina).

As entidades corporativas se esforçavam em manter uma aparência de neutralidade perante a luta político-partidária. Neste mesmo ano de 1986, o

⁹ Entrevista publicada pelo jornal "O Estado", de Florianópolis, no dia 23/02/86 na página 5.

empresário de São Bento, Otair Becker, quando lançou sua candidatura à presidência da FIESC, desligou-se do PDS, partido ao qual estava filiado e pelo qual se elegera deputado estadual¹⁰. Mas as entidades não-corporativas como a dos Micro-empresários ou a FACISC definem-se politicamente, apontando os seus candidatos para as eleições de constituintes e para a Assembléia Legislativa. O presidente da FACISC era filiado ao PDC

A FACISC em reunião da diretoria, tem o nome do seu presidente lançado como candidato a deputado estadual, recebendo todo o apoio dos seus pares.

"Na reunião de São Francisco do Sul, os representantes das associações Comerciais e Industriais concordaram que o empresário ou o representante da classe possa pleitear e ter ação política, da mesma forma como agem outros segmentos da sociedade. 'É uma forma de participar do processo de decisão', afirmou o presidente da FACISC, Francisco Mastella."¹¹

Também setores dos micro-empresários contando com o apoio do presidente de sua entidade de nível estadual, a FAMPESC, definem em reunião os seus candidatos preferenciais a Deputado Federal e Deputado Estadual.¹²

Visto que a participação de empresários em política não é nenhuma novidade há um outro aspecto a considerar que é o que diz respeito aos objetivos desta participação. Ao intervir na vida partidária estão apenas representando seus interesses particulares ou dos negócios aos quais estão vinculados como querem fazer crer determinados órgãos da imprensa local quando políticos-empresários abandonam o partido preferido dos proprietário do jornal?

Para situar o problema podemos lembrar a discussão estabelecida dentro do PDS a respeito de seu filiado e vice-governador do Estado, Victor Fontana. Quando

¹⁰ BECKER. Diário da Assembléia Legislativa, 14/4/86, p. 11/12. "Ao lançarmos nosso nome como candidato aquele cargo, concluímos, em sã consciência pela incompatibilidade da vinculação partidária".

¹¹ Coluna da FACISC (JSC-25/06/86-p7)

¹² OE. 9/10/86, p. 2.

este estava deixando o partido, foi acusado de defender os interesses de seu grupo econômico em detrimento de seu partido político e do estado de Santa Catarina. Posteriormente, quando filia-se ao PFL, o jornal "O Estado" informa, na mesma página que o governo federal havia aprovado a liberação de rotas internacionais para a TransBrasil (empresa do grupo SADIA).

Em vários outros momentos setores dos meios de comunicação transmitem essa noção de que interesses particulares estão definindo as posições políticas dos candidatos empresários. Entretanto, não concordamos precisamente com este ponto de vista.

Entendemos que a distribuição dos empresários nos partidos políticos e as concepções que passam a externar a respeito de economia e de política demonstram que estas mudanças partidárias não são apenas resultado de interesses individuais (embora até certo ponto também o sejam) mas, também é resultado de algumas transformações pelas quais estão passando frações do empresariado de Santa Catarina.

Examinaremos este movimento a partir da análise da distribuição dos empresários nos partidos políticos e, em seguida, de seus pontos de vista a respeito de algumas questões cruciais durante o ano de 1986.

2. A participação dos empresários nos partidos políticos

A atenção do empresariado dirigiu-se, prioritariamente, para o pleito que elegeria o novo Congresso Nacional. Diversas lideranças empresariais procuravam demonstrar o quanto era importante eleger deputados e senadores que estivessem afinados com os objetivos da empresa privada. Empresários com colunas cativas na imprensa escrita preocuparam-se em apresentar opiniões a respeito da importância da nova Constituição Nacional. No mês de janeiro o empresário do grupo Portobello, Glauco J. Côrte comentava que:

Tradicionalmente, as eleições dos governadores monopolizam as atenções da sociedade. É desejável que isto não aconteça neste ano, a fim de que, concomitantemente, se possa escolher condignamente os constituintes. Será deles a responsabilidade de formular uma nova ordem jurídica, política, social e econômica¹³.

As entidades, seja a FIESC como a FACISC, desenvolveram esforços no sentido de elaborar propostas para os futuros constituintes.

A imprensa através de editoriais chama atenção a respeito deste tema. O jornal "O Estado"¹⁴ realiza entrevista com 9 dos 19 candidatos a senador e 30 candidatos a deputado federal. Em determinado editorial tece críticas aos partidos políticos responsabilizando-os pelo desinteresse do eleitor para com as eleições dos constituintes.

A eleição para a Assembléia Legislativa era a que menos chamava a atenção dos empresários, especialmente do grande empresariado. Em geral, quando contribuíam com alguma destas candidaturas era para garantir o apoio a um candidato de nível federal. Talvez uma importante exceção tenha sido o grupo Hering que, nos últimos pleitos, procurava garantir a eleição de um deputado estadual. Até aquele momento o político era Aldo Pereira de Andrade (PDS). Quando do falecimento deste em 1986 o apoio passou a Francisco Mastella, Diretor da CEVAL S/A (empresa do grupo HERING) e presidente da FACISC.

Para a Câmara Federal foram apresentados noventa e dois (92) candidatos através de nove (9) partidos (PDS, PDT, PT, PTB, PMDB, PDC, PCB, PCdoB E PFL), elegendo-se dezesseis (16), distribuídos entre os três maiores partidos. O PT e o PDT, tiveram candidatos com votações expressivas, mas não lograram obter o número mínimo de votos de legenda. Pelo PT, José Fritsch, candidato da região

¹³ Glauco José Côrte. "Federação brasileira". OE, 26/1/86, p. 4.

¹⁴ Ver em anexo o rol de entrevistas.

oeste do estado e apoiado pelos Movimento dos Sem Terra e por setores da Igreja Católica ligados às Comunidades Eclesiais de Base. No PDT, o senador e ex-candidato a governador do estado, Jaison Barreto, obteve uma boa votação, mas insuficiente para levá-lo ao Congresso Nacional pois era o único candidato de seu partido com expressão eleitoral.

É possível verificar a predominância dos empresários entre os eleitos. Dos 16 eleitos pelo menos 10 (dez) poderiam ser considerados empresários ou dependentes do apoio de empresas privadas. E um deles (o décimo primeiro) recebeu o anúncio de apoio se setores dos micro-empresários.

Os candidatos eleitos foram os seguintes:

Pelo PFL foram eleitos: Cláudio Ávila da Silva, Victor Fontana e Orlando Camilo Pacheco.

Cláudio Ávila da Silva ex-prefeito nomeado de Florianópolis em 1984 e que aderiu ao PFL quando de sua implantação no estado. Casado com a filha do Deputado Federal, Sebastião Neto Campos, proprietário da Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (CBCA) e , também, tem ligações familiares com a USATI/Portobello. Obteve uma votação dispersa entre vários municípios da região da Grande Florianópolis e do Sul do Estado. Seus resultados mais expressivos foram nos municípios de Florianópolis e Criciúma que, juntos, significaram 22% dos 40.100 votos que conquistou.

Victor Fontana: Deputado Federal eleito pela ARENA em 1978. Vice-governador de Santa Catarina eleito em 1982 pelo PDS. Ingressou no PFL, após longas divergências com o governador Esperidião Amin. Ex-diretor das Indústrias EUCATEX (Paulo Maluf - São Paulo). Nos últimos anos, após a aposentadoria do fundador da SADIA, Atilio Fontana, tornou-se o mais representativo político do grupo. Quando assinou ficha de filiação ao PFL, o jornal "O Estado" de Florianópolis (jornal ligado ao PDS) anunciava na mesma página em que informava

esta filiação, que a Empresa Aérea TransBrasil (do grupo SADIA), conseguira autorização para atuar em linhas internacionais, rompendo o monopólio da VARIG. Posteriormente, em entrevista, o candidato a Deputado Federal, negava que tivesse mudado de partido para atender interesses das empresas da família Fontana. Foi o mais bem votado candidato do PFL, com 63.995 votos. Sua votação foi expressiva na região de Concórdia, sendo que neste município obteve 36,5% dos votos válidos o que demonstra que a SADIA tinha importante controle deste eleitorado. Além desta região, conquistou votos nas regiões de Lages, Chapecó e Videira.

Orlando Camilo Pacheco: da região de Itajaí e Pastor Protestante da Assembléia de Deus. Para sua eleição contou com o apoio do seu grupo religioso. Seus votos foram muitos dispersos por todo o Estado.

Pelo PMDB foram eleitos: Alexandre Passo Puzyna, Eduardo Pinho Moreira, Francisco de Assis Küster, Ivo Vanderlinde, Luiz Henrique da Silveira, Paulo Macarini, Renato de Mello Vianna, Vilson de Souza e Walmor de Lucca.

Alexandre Passo Puzyna: Ex-prefeito de Porto União (planalto norte), eleito pelo PMDB em 1982. Obteve votos expressivos em toda a região do Planalto Norte, de Porto União a São Bento do Sul. O jornalista Moacir Pereira, em sua coluna no Jornal de Santa Catarina, anunciava que Puzyna contava com apoio de empreiteiras na sua campanha eleitoral ¹⁵. Entretanto não mencionava quais seriam estas empreiteiras.

Eduardo Pinho Moreira: Médico formado pela UFMG. Atuando em Criciúma. Contou com o apoio do empresário de Criciúma Realdo Guglielmi de quem era cunhado e de seu sogro o empresário de Tubarão Waldir Fretta. Apesar de ter sido lançado candidato a Deputado Federal pelo Diretório Municipal do PMDB de São Joaquim, sua votação mais expressiva foi em Criciúma onde morava. Nesta cidade obteve 15.504 votos que representou 30% dos 52 mil que obteve.

¹⁵ Coluna de Moacir Pereira. "Dinheiro corrompe a Constituinte". JSC, 01/10/86, p. 2.

Francisco de Assis Küster: Deputado estadual eleito pelo MDB em 1978 pelo PMDB em 1982. Candidato pela região de Lages. Era o representante da ala mais a esquerda do PMDB. Durante o regime militar atuou com intensidade em movimentos pela anistia. Foi o mais bem votado candidato a deputado federal na cidade de Lages. Mas obteve, também, expressiva votação em Florianópolis e região.

Ivo Vanderlinde: Ex-prefeito de Rio do Sul e ex-presidente da CRAVIL, (cooperativa Regional do Alto Vale do Itajaí) e da OCESC (Organização das Cooperativas de Santa Catarina). Em 1982 teve o nome envolvido em irregularidades na CRAVIL, assunto que voltou a ser anunciado na imprensa durante a campanha eleitoral de 1986. No Jornal de Santa Catarina, o colunista Moacir Pereira afirmava que Vanderlinde recebia apoio de multinacionais do setor agrícola, embora não especificasse quais¹⁶. Foi o mais bem votado candidato a deputado federal na cidade de Rio do Sul.. Entretanto sua votação ficou dispersa em vários municípios pequenos.

Luiz Henrique da Silveira: Advogado, Deputado Federal eleito pelo MDB em 1974 e pelo PMDB em 1982. Prefeito de Joinville em 1976. Candidato da região de Joinville. Foi o mais bem votado candidato a Deputado Federal, em Santa Catarina, nas eleições de 1986. Recebeu um apoio de parcela mais mobilizada dos micro-empresários, apoio este que foi decidido em reunião.

Paulo Macarini: Havia sido Deputado Federal pelo PTB em 1960 e pelo MDB em 1965. Foi cassado pelo AI-5 em 1968. Candidato do município de Capinzal, da região de Concórdia. A partir da Nova República foi nomeado Superintendente do IAPAS para Santa Catarina, cargo que ocupou até a desincompatibilização, em fevereiro de 1986, para candidatar-se.

¹⁶ Ibid.

Renato de Mello Vianna: Foi prefeito de Blumenau eleito pelo PMDB em 1976. Candidato pela região de Blumenau. Foi o mais bem votado candidato nesta cidade.

Vilson de Souza: Professor Universitário em Blumenau. Filho dos proprietários da Indústria DUDALINA (fabricante de camisas) e Hotel Himmelblau. Irmão de Anselmo de Souza, presidente da ACIB (Associação Comercial e Industrial de Blumenau), o qual participa ativamente da sua campanha eleitoral.¹⁷

Walmor de Lucca: Deputado Federal eleito em 1982, lançado a reeleição pela região de Criciúma. Considerado integrante da ala progressista do partido. Sempre contou com o apoio do empresário Realdo Guglielmi, nas campanhas eleitorais das quais participou. Em entrevista no ano de 1986, afirmou que, na verdade, este apoio sempre foi muito pequeno. Formado em bioquímica era, também, proprietário de um pequeno Laboratório de Análises Clínica em Criciúma.

Pelo PDS foram eleitos: Antônio Carlos Konder Reis, Artenir Werner, Henrique H. V. de Córdova e Ruberval F. Pilotto.

Antônio Carlos Konder Reis: 59.042 votos. Ex-governador biônico (74/78) de Santa Catarina. Foi Secretário Extraordinário para Reconstrução de Santa Catarina, nomeado pelo governador Esperidião Amin. É membro do Conselho Administrativo do grupo WEG (Grupo com sede na cidade de Jaraguá do Sul).

Artenir Werner: Ex-prefeito de Rio do Sul. Empresário do setor madeireiro. Deputado Federal eleito pela ARENA em 1978. Candidato pela região do Alto Vale do Itajaí. 44.912 votos.

Henrique H. V. de Córdova: Deputado Estadual duas vezes pela ARENA. Deputado Federal pela ARENA em 1978. Vice-governador biônico em 1979/82.

¹⁷ 07/out-JSC 4 - "Anselmo deixa ACIB para apoiar seu irmão Vilson" - é substituído pelo Vice Abramo Moser, por um período de 45 dias.

Assumi o governo durante o ano de 1982. Candidato pela região Serrana. Pecuarista na região de São Joaquim.. Obteve 40.634 votos.

Ruberval F. Pilotto: Deputado Estadual eleito pelo PDS em 1982. Candidato em 1986, pela região sul do Estado. Contou com o apoio declarado do grupo FREITAS ¹⁸. Obteve 39.111 votos.

Pelo apresentado acima pode-se concluir a respeito da presença ativa do empresariado no processo de eleição, de forma direta ou indireta. Isto é, como candidatos a cargos eletivos ou prestigiando determinados candidatos. Permite até que um jornal local muito vinculado aos tradicionais grupos políticos do estado apresente, às vésperas das eleições, uma nota com o título: "Perfil conservador domina os constituintes do Estado"¹⁹. Nesta nota inclui, também, o senador eleito em 1982 (como suplente, substituindo, então, o Ministro Jorge Bornhausen). Bonato, membro da diretoria das Empresas Perdigão, proprietário da rede de lojas Bonato S/A e da Rede de Comunicações Barriga Verde (que compreendia uma estação de TV e cinco de rádio).

2.1. Diretórios Regionais e Municipais;

2.1.1. Diretórios Regionais

Além dessa presença ativa, participantes diretos do processo eleitoral como candidatos e vários deles eleitos, os empresários fazem-se representar em diversos diretórios de partidos políticos, seja a nível regional ou municipal.

Nosso levantamento ficou restrito aos três maiores partidos que participaram das eleições de 1986. Nestes realizamos uma averiguação na composição dos seus diretórios Regionais e verificamos o seguinte

¹⁸ 10/set JSC 4 - "Grupo Freitas define candidatos que vai apoiar. Todos do PDS."

¹⁹ 02/nov -OE p. 3 - "Perfil conservador domina os constituintes do Estado"

PMDB

Tabela 3.1. - Empresários vinculados ao Diretório Regional do PMDB - SC/1986

NOME	GRUPO/RAMO	FUNÇÃO PARTIDÁRIA
Neuto de Conto	Comércio de Veículos e equipamentos agrícolas	Presidente do DR e Deputado Estadual
Gentil Archer	Supermercados Archer	Deputado Estadual
Francisco Libardoni	Supermercados Libardoni	Delegado ao DN
Wittch Freitag	Lojas Freitag	Prefeito de Joinville
Lúcio Cavaller	Imobiliária	
Roseval J. Alves	Comércio de Combustíveis	Vice-prefeito Criciúma
Edison Andrino	Comércio de Combustíveis	Prefeito Florianópolis
Ledônio Migliorini	CHAPECÓ	Prefeito de Chapecó
Evelásio Vieira	Emissora de Rádio	

O PMDB tem na presidência de seu partido o Deputado Estadual Neuto de Conto, de São Miguel D'Oeste, proprietário de loja de equipamentos agrícolas e uma revendedora de veículos.

Eram delegados ao Diretório Nacional dois proprietários de rede de Supermercados: o deputado estadual Gentil Archer, proprietário da Rede de Supermercados ARCHER (Brusque) e Francisco Libardoni, proprietário dos Supermercados LIBARDONI (São Lourenço D'Oeste).

Além destes, faziam parte do Diretório Regional outros empresários como Lúcio Cavaller e Roseval J. Alves de Criciúma, os prefeitos Wittch Freitag de Joinville, Edison Andrino de Florianópolis e Ledônio Migliorini de Chapecó e o candidato a senador Evelásio Vieira (Blumenau).

O interessante a ressaltar é o predomínio de empresários ligados ao setor comercial. E apenas um pode ser considerado como ligado a um grande grupo econômico, no caso o grupo Chapecó.

PDS

O PDS possui uma lista mais extensa contando, inclusive, com executivos de grandes grupos econômicos. Entretanto, não vamos apresentar, na tabela abaixo, aqueles que no decorrer do ano de 1986 abandonaram o partido.

Tabela 3.2. - Empresários vinculados ao Diretório Regional do PDS - SC/1986

NOME	GRUPO/RAMO	FUNÇÃO PARTIDÁRIA
Antônio C. Konder Reis	WEG	Presidente do DR
Ruberval F. Pilotto	FREITAS	Deputado Estadual
Epitácio Bittencourt	Emissora de Rádio	Delegado ao DN
Henrique Córdova	Ruralista	Delegado ao DN
Paulo R. Bauer	Emissora de Rádio	Deputado Estadual
Reno Caramori	Reunidas/Transportes	
Paulo R. Caseca	Caseca-Construção Civil	
Henrique Deiss	Serraria Deiss	Secretário de Estado
Manoel Dilor Freitas	FREITAS	
Jarvis Gaidzinski	GAIDZINSKI	
Neudy Primo Massolini	Emissora de Rádio	
Moacir G. Thomazzi	Jornal "A Notícia"	
Jair Phillipi	Lojas Phillipi	
Ivan César Ranzolin	Emissora de Rádio	Deputado Estadual
João Egon da Silva	WEG	
Nilson W. Bender	TUPY	
Arno Damiani	Santo Anjo/Transportes	

Na direção estadual do PDS estavam presente a começar por seu presidente regional o ex-governador Antônio Carlos Konder Reis, membro do Conselho de Administração do grupo WEG. O Secretário da Executiva era Ruberval Francisco Pilotto, candidato a deputado federal e que recebeu apoio ostensivo do Grupo FREITAS em sua campanha eleitoral. Estavam como delegados ao Diretório Nacional o deputado estadual Epitácio Bittencourt (a família Bittencourt de Imaruí é proprietária de diversas emissoras de rádio entre elas a Rádio Cidade Azul de Tubarão) e Henrique Córdova, ruralista e delegado do DR/SC ao Diretório Nacional do PDS.

Além destes constata-se outros que eram membros do Diretório Estadual: Paulo Roberto Bauer, candidato a deputado estadual e proprietário da Rádio Pérola do Vale de Jaraguá do Sul. Reno Caramori de Caçador, proprietário das empresas REUNIDAS de transporte coletivo. Paulo Roberto Caseca, importante empresário no setor da Construção Civil do município de Balneário Camboriú. Henrique Deiss de Mondaí, gerente da Serraria MONDAÍ e da Transportadora DEISS e sócio proprietário da Rádio Porto Feliz de Mondaí. Manoel Dilor Freitas, do grupo FREITAS proprietário da Cerâmica CECRISA e da rede de Comunicações (TV e Rádios) RCE. Jarvis Gaidzinski, candidato a deputado estadual e representante do grupo ELIANE de Urussanga e Criciúma (Agro-indústria e Cerâmica), irmão do presidente do grupo Edson Gaidzinski. Neudy Primo Massolini, candidato a deputado estadual e sócio majoritário da Rádio Aliança de Concórdia. Jair Phillipi das lojas PHILLIPI (Florianópolis) de materiais de construção. Ivan César Ranzolin candidato a deputado estadual (eleito) e proprietário da Rádio Araucária de Lages. Moacir Gervásio Thomazzi candidato a deputado federal e Diretor do jornal "A Notícia" de Joinville. João Egon da Silva Presidente do Grupo WEG de Jaraguá do Sul e membro da diretoria do Sindicato das Indústria Mecânicas de Santa Catarina.

Percebemos que representantes de grandes grupos estão presentes e são das regiões nordeste e sul do Estado. São grupos que atuam principalmente nos setores cerâmico, metal-mecânico e materiais elétricos. Também, encontramos uma participação elevada de controladores de meios de comunicação (rádios, jornais e TV). Registre-se, também, a vinculação de executivos de duas das principais empresas de Transportes Coletivos inter-municipais (Reunidas e Santo Anjo) ao Diretório Regional do partido.

PFL

Finalmente o PFL que pode ostentar, também, uma longa lista com alguns dos nomes mais representativos do empresariado estadual.

Tabela 3.3. - Empresários vinculados ao Diretório Regional do PFL - SC/1986

NOME	GRUPO/RAMO	Função Partidária
Mário J. G. Petrelli	Meios de Comunicação	Secretário Geral
Cláudio A. da Silva	Portobello/CBCA	Vice-presidente DR
Saul Brandalise Jr.	PERDIGÃO	Delegado ao DN
Plínio D. de Nes	CHAPECÓ	Delegado ao DN
Geraldo Werninghaus	WEG	Delegado ao DN
Sady J. De Marco	Lojas Catarinense	Vogal da Executiva
Ivo Tadeu Bianchini	Ruralista	
Auri Bodanese	Coopercentral	
Ivan Bonato	PERDIGÃO/BONATTO	
Humberto Bortoluzzi	Cerâmica	
Sebastião Neto Campos	Mineração	Deputado Federal
João R. Colombo	Emissora de Rádio	
Nereu Guidi	Emissora de Rádio	
Estener Sorato	Emissora de Rádio	
Felipe Luz Sobrinho	SADIA	
Álvaro Gayoso	Engepasa - Constr. Civil	
Anita Hoepcke Silva	Hoepcke	

O Secretário Geral da Executiva era Mário J. Gonzaga Petrelli empresário dos meios de comunicação em Santa Catarina e no Paraná; em 1985 e começo de 1986 ocupava uma direção do Banco do Brasil. O segundo vice-presidente da Executiva era o deputado federal, eleito em 1986 (mencionado anteriormente) Cláudio Ávila da Silva.

Como delegados ao Diretório Nacional estavam executivos de grandes grupos econômicos como Saul Brandalise do grupo PERDIGÃO; Plínio David De Nes do grupo CHAPECÓ da cidade de mesmo nome; Geraldo Werninghaus membro do Conselho Administrativo do grupo WEG de Jaraguá do Sul. Era Vogal da Executiva, Sady José De Marco, candidato a deputado federal e proprietário da rede de Lojas CATARINENSE de Chapecó.

São também membros do Diretório Estadual: Ivo Tadeu Bianchini candidato a deputado federal, pecuarista da região de Lages e Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina; Auri Bodanese, presidente do Frigorífico AURORA; Ivan Bonato, senador, importante executivo do grupo PERDIGÃO, sócio

proprietário das Lojas Bonato e da Rede de Comunicações Barriga Verde (um canal de TV e emissoras de rádio); Jorge Bornhausen e seu irmão Paulo Konder Bornhausen com ligações familiares com o ramo financeiro; Humberto Bortoluzzi empresário do setor cerâmico de Tubarão; Sebastião Neto Campos, deputado federal eleito em 1982 e proprietário de mineração de carvão; João Raimundo Colombo candidato (eleito) a deputado estadual e sócio proprietário da Rádio Araucária de Lages; Nereu Guidi advogado e proprietário da Rádio Difusora de Içara; Felipe Luz Sobrinho do Grupo SADIA e TRANSBRASIL; Estener Sorato candidato a deputado federal (primeiro suplente) empresário dos meios de comunicação em Tubarão; Zilton Pedro de Souza, candidato a deputado Estadual, empresário de Rio do Sul.

O PFL conta com a presença de todos os grandes grupos agro-industriais do Oeste de Santa Catarina (Perdigão, Sadia, Chapecó e Coopercentral). Mas também um representante do grupo WEG de Jaraguá do Sul. Além destes, tem nomes importantes da indústria Cerâmica-mineração e dos meios de comunicação.

2.1.2. Os partidos nos municípios

Também os diretórios regionais dos partidos contavam com uma forte presença empresarial. Destacaremos apenas os 15 municípios com maior arrecadação de ICMS que já havíamos mencionado no Capítulo IV quando analisamos os resultados das eleições de 1986.

1. JOINVILLE:

Tabela 3.4. - Empresários vinculados a partidos políticos em Joinville- SC/1986

NOME	GRUPO/RAMO	Função Partidária	Partido
Adhemar Garcia Filho	Industria	Delegado DR	PDS
Harry Kormann	Comércio	Presidente DM	PDS
Mário Eugênio Boehm	TUPY		PDS
Moacir Gervásio Thomazzi	Jornal "A Notícia"	Delegado ao DR	PDS
Nilson W. Bender	TUPY	Delegado ao DR	PDS
Osvaldo Douat	Metalúrgica	Delegado DR	PDS
Paulo Roberto Bauer	Emissora de Rádio		PDS
Ronald Caputo	HANSEN	Tesoureiro DM	PDS
Álvaro Gayoso	Const. Civil	DR	PFL
Antônio Sebastião Peixer	Emissora de Rádio		PFL
Edison Otto Z. Storrer	Emissora de Rádio		PFL
Odorico Fortunato	Terraplenagem	Delegado DR	PMDB
Udo Döhler	DÖHLER		PDS
Wittich Freitag	Lojista	Delegado DR	PMDB

Em Joinville localizam-se pelo menos três dos mais importantes grupos econômicos de Santa Catarina: Tupy, Hansen e Döhler. Os representantes destes três continuavam atuando no interior do PDS sem que houvesse algum anúncio de mudança. O que poderíamos lembrar é o fato de alguns empresários e até o presidente do Diretório Municipal do PDS ter sugerido um apoio amplo à candidatura de Pedro Ivo Campos (PMDB) ao governo do estado. Tanto PFL quanto o PMDB já contam com presença de empresários mas num nível ainda muito limitado.

Como o partido que preferido por empresários dos mais importantes grupos econômicos do município, no PDS estão entre outros, Mário Eugênio Boehm, membro da Diretoria da Empresa Tupy S/A, Presidente da CELESC no governo Amin e Presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville; Ronald Caputo, Tesoureiro do Diretório Municipal, Advogado, membro Diretoria do grupo Hansen, membro da Diretoria do Sindicato de Materiais Plásticos foi, também, um dos principais articuladores da chapa Renovação à FIESC em 1986.; Osvaldo Douat, delegado do Diretório à Convenção estadual, Proprietário da Metalúrgica

DOUAT, Sócio-proprietário da Rádio Difusora de Joinville e membro da diretoria do Sindicato das Indústrias Mecânicas de Joinville (apoiou a chapa Renovação à FIESC);

Lembramos, também, em Joinville da presença de representantes dos meios de comunicação que se distribuem entre PDS e PFL.

2. BLUMENAU

Tabela 3.5. - Empresários vinculados a partidos políticos em Blumenau- SC/1986

NOME	Partido	Grupo/Ramo	Função Partidária
Ulrich Kuhn	PFL	ARTEX	
Brigite Bernardes	PFL	Arno Bernardes	
Henrique Isleb	PFL	HERING	Tesoureiro DM
Raul Hering Santiago	PFL	HERING	
Paulo Gouvea da Costa	PFL	ARTEX	
Alfredo Iten	PMDB	CREMER	
Mário John	PDS	TEKA	
Sérgio Fernando H. Souza	PMDB	DUDALINA	Delegado ao DR
Vilson de Souza	PMDB	DUDALINA	
Francisco Mastella	PDC	HERING	
Vinícius Lummerz	PDT	Micro-empresário	

Em Blumenau, o PFL contava com alguns pesos pesados do empresariado local. Participavam do seu diretório Ulrich Khun, importante membro da diretoria do grupo ARTEX (atualmente, 1994, é diretor do grupo HERING), Brigitte Bernardes, diretora das Indústrias Arno Bernardes; Henrique Isleb, tesoureiro do Diretório Municipal e Diretor das empresas MAFISA; Raul Hering Santiago diretor da OMINO (estas duas últimas empresas fazem parte do grupo HERING).

O PDS conta mais pelas suas perdas no município de Blumenau. Líderes de dois dos maiores grupos econômicos do município anunciaram que estavam abandonando a sigla durante o ano de 1986: Foram o presidente do grupo HERING, Ingo W. Hering e os membros da família Zadrozny (ARTEX).

No que se refere aos grandes grupos podemos lembrar que eles estão divididos entre os três maiores partidos pois no PFL estão representantes do grupo HERING e ARTEX, no PMDB do grupo CREMER e no PDS do grupo TEKA. Registra-se a que o diretor da CEVAL (HERING) é filiado ao PDC. Um outro dado a destacar é que Vinícius Lummertz que exercia uma forte liderança junto a categoria dos micro-empresários, especialmente da região do Vale do Itajaí, está filiado ao PDT e por este partido foi candidato a Deputado Estadual.

3. JARAGUÁ DO SUL:

Tabela 3.6. - Empresários vinculados a partidos políticos em Jaraguá do Sul-SC/1986

NOME	GRUPO/RAMO	Função Partidária	Partido
Marcos Henrique Buchele	WEG	Delegado ao DN	PFL
João Egon da Silva	WEG		PDS
José Carlos Neves	Construção Civil		PDS
Vicente Donini	WEG		PDS
Geraldo Werninghaus	WEG	Delegado ao DN - Presidente DM	PFL
Sigolf Schünke	Metalúrgica	Delegado ao DR	PDS
Werner Schüster	MARISOL	Vice-presidente DM	PFL

Em Jaraguá do Sul estão vinculados ao:

PDS: Vicente Donini, membro do Conselho de Administração do grupo WEG; José Carlos Neves, membro da diretoria do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jaraguá do Sul; Sigolf Schünke dirigente da Metalúrgica Menegotti (Betoneiras).

PFL: Geraldo Werninghaus, presidente do Diretório Municipal do PFL, membro do Conselho de Administração do grupo WEG.

Ressaltamos que os dois mais importantes grupos, WEG e MARISOL, estão distribuídos entre PFL e PDS. Há uma presença mais intensa do grupo WEG no PDS mas outros filiam-se ao PFL. Interessante lembrar que o Presidente Municipal

do PFL é um executivo do grupo WEG e o Vice-presidente pertence ao grupo MARISOL.

4. CRICIÚMA

Tabela 3.7. - Empresários vinculados a partidos políticos em Criciúma- SC/1986

NOME	GRUPO/RAMO	Função Partidária	Partido
Manoel Dilor Freitas	FREITAS	DR	PDS
Américo Ricardo Farias	Imóveis	Presidente DM	PDS
Aristorides V. Stadler	GAIDZINSKI		PDS
Célio Grijó	GAIDZINSKI	DM	PDS
Edi Tasca	Serviços-Despachante	Secretário DM	PDS
Edson Gaidzinski	GAIDZINSKI		PDS
Eno Steiner	FREITAS-TV Eldorado		PDS
Fidélis Barato	Mineração-F. Barato		PDS
Ivan W. Fernandes	GAIDZINSKI	Tesoureiro DM	PDS
Jarvis Gaidzinski	GAIDZINSKI		PDS
Jucimar Magrin	Mineração-F. Barato		PDS
Ruberval Pilotto	FREITAS	Secretário DR	PDS
Luiz Gonzaga Harger	Transportadora Harger	DM	PDS
Diomicio Vidal	Vestuário		PFL
Marcelo L. Neto Campos	Carbonífera CBCA		PFL
Mário Sônego	Carbonífera CBCA	Presidente DM	PFL
Nereu Guidi	Radio Difusora Içara		PFL
Sebastião Neto Campos	Carbonífera CBCA		PFL
Adelino Zanette Cavaller	Comércio Atacadista		PMDB
Dilto Rovaris	Gráficas	Delegado ao DR	PMDB
Eduardo Pinho Moreira	Guglielmi / Freta		PMDB
Lúcio Cavaller	Construção Civil	Delegado ao DR	PMDB
Miguel M. Esmeraldino	FREITAS	Vice-pres. DM	PDS
Roseval José Alves	Comércio Gasolina	Vice-pres. DR	PMDB
Valdir Linenburger	Serviços	Delegado ao DR	PMDB

Os executivos dos dois principais grupos econômicos de Criciúma continuavam vinculados ao PDS. Entretanto, há diferenças de comportamentos entre os líderes principais dos Freitas e Gaidzinski. Manoel Dilor Freitas aproxima-se do candidato ao governo pelo PMDB e, também, do PFL superando algumas divergências que tinha com Bornhausen. Ao contrário, Jarvis Gaidzinski continua a

ser um defensor ardoroso do PDS, sendo que o grupo mantém um número elevado de executivos no Diretório Municipal deste partido.

No município de Criciúma, o PMDB contava na sua vice-presidência com Roseval José Alves, vice-prefeito e dono de Posto de Gasolina; Adelino Zanette Cavaller (vestuário); Lúcio de Cesaro Cavaller (Construção Civil); Dilto Rovaris, delegado no DR/PMDB, empresário do setor gráfico e delegado do sindicato das indústrias gráficas (apoiou a chapa de situação nas eleições para a FIESC).

Américo Ricardo Farias, empresário do setor de cerâmica era o presidente do PDS/Criciúma. Os demais cargos de direção no Diretório Municipal do partido estavam distribuídos entre empresários vinculados aos grupos Gaidzinski e Freitas. Ressalte-se a grande participação de executivos do grupo Gaidzinski filiados ao partido.

A constituição do PFL em Criciúma dependerá em muito do empresário, deputado federal, Sebastião Neto Campos, proprietário da empresa CBCA. Inclusive o presidente do Diretório Municipal é um executivo da empresa. Mas, também, estará fazendo parte do Diretório Municipal um importante representante da nascente indústria do vestuário do município, Diomicio Vidal, presidente do Sindicato das Indústria do Vestuário de Criciúma (apoiou a chapa da situação à FIESC).

5. ITAJAÍ

Tabela 3.8. - Empresários vinculados a partidos políticos em Itajaí- SC/1986

NOME	GRUPO/RAMO	Função Partidária	Partido
Amilcar Gazaniga	Emissora de Rádio	2. Vice-presidente	PDS
Cidio Sandri	Supermercados		PDS
Silvio Sandri	Supermercados	Presidente DM	PFL
Antônio Silvestri	Pesca	1. Vice-pres DM	PFL
Noemi dos Santos Cruz	Pesca	Vice-pres. DM	PMDB

No município de Itajaí o PFL apresenta-se, num primeiro momento, com a presidência do Diretório Municipal ocupada por Silvio Sandri, dos Supermercados Vitória. Em meados do ano de 1986, Sandri renunciou a presidência e foi substituído pelo vice, e também, empresário Antônio Silvestri (Diretor Presidente da SIBA, Comércio e Indústria de Pescados Ltda.).

Por sua vez o PMDB contava com a importante participação do empresário Noemi dos Santos Cruz, Diretor da EBRASA, e que ocupava no partido a função de Vice-presidente do diretório municipal, concorrendo também a um cadeira na Assembléia Legislativa.

6. FLORIANÓPOLIS e SÃO JOSÉ

Tabela 3.9. - Empresários vinculados a partidos políticos em Florianópolis e São José - SC/1986

NOME	GRUPO/RAMO	Função Partidária	Partido
Altamiro Rogério Philippi	Lojista		PDS
Anita Hoepcke Silva	Hoepcke		PFL
Jair Philippi	Lojista		PDS
José Matusalém Comelli	Jornal "O Estado"		PDS
Manoel Philippi	Lojista		PDS
Cláudio Ávila da Silva	Portobello/	2. Vice-president	PFL
Edison Andrino de Oliveira	Comércio/Combust.	Delegado ao DR	PMDB
Carlos Alberto Tapalipa	Empresário	Presidente DM S.J	PFL
Jaime Lorenzetti	Hoepcke		PFL

A região de Florianópolis, incluindo o município vizinho de São José, não apresenta grupos econômicos de grande expressão estadual. Entretanto é possível verificar que dois dos mais importantes localizados na região da Capital tendem a se aproximar do PFL. Isto ocorre tanto com o grupo PORTOBELLO quanto com o grupo HOEPCKE. Importante lembrar que o Presidente da Associação Comercial e Industrial de São José pertence, também, aos quadros do PFL. Por outro lado, considerando-se a importância do comércio em Florianópolis é de se mencionar que o Presidente do CDL pertence ao diretório pedessista.

7. CHAPECÓ

Tabela 3.10. - Empresários vinculados a partidos políticos em Chapecó - SC/1986

NOME	Grupo/Ramo	Função Partidária	Partido
Auri Bodanese	Coopercentral		PFL
Dilson Cecchin	Coopercentral		PFL
Milton Lunardi	CHAPECÓ		PFL
Plínio Arlindo de Nes	CHAPECÓ		PFL
Plínio David de Nes	CHAPECÓ	Presidente DM	PFL
Umberto de Toni	CHAPECÓ		PFL
Sady José de Marco	Lojas catarinense	Vogal do DR	PFL
Altair José de Marco	Revenda Automóveis	Presidente DM	PMDB
Chisto Romano Cella	Madeiraira		PMDB
Ernesto José de Marco	Lojas Vitória	Delegado ao DR	PMDB
João Roman Filho	Revenda Automóveis	Vice-presid. DM	PMDB
Ledonio Migliorini	CHAPECÓ	Delegado ao DR	PMDB
Nilo Tozzo	Comércio		PMDB

Importantes personagens do empresariado de Chapecó irão se situar no PFL, começando com o seu fundador e primeiro presidente o industrial Plínio D. De Nes, também presidente do mais importante grupo econômico do município, o grupo CHAPECÓ, que deixará o PMDB em 1985. Outro importante nome do empresariado do município será Auri Bodanese presidente da Coopercentral (dona da marca AURORA) que como mencionamos anteriormente, será delegado ao Diretório Nacional do PFL. Em início do ano de 1986, Dilson Cecchin, presidente do Diretório Municipal do PDS e Diretor de Pessoal da Coopercentral, ingressa no PFL criando um momento de grande tensão entre os dois partidos.

Portanto, se o PMDB deixou de contar com a família De Nes, já contabilizava um contingente expressivo de pequenos e médio empresários do município. E especialmente do comércio, como Chisto Romano Cella (madeiraira), Altair José De Marco (revenda de automóveis Volkswagen), Ernesto José De Marco (Lojas Vitória), Clemente Mora (pequeno super-mercado), João Roman Filho (revendedora da FIAT), Nilo Tozzo, etc.

Conforme já tínhamos relatado quando da apresentação do quadro referente aos Diretórios Regionais, em Chapecó o PFL conta com apoio ostensivo dos setores agro-industriais. Por outro lado, é forte a presença do setor comercial junto ao PMDB local.

8. BRUSQUE

Tabela 3.11. - Empresários vinculados a partidos políticos em Brusque - SC/1986

NOME	Partido	GRUPO/RAMO	Função Partidária
Carlos Cid Renaux	PDS	RENAUX - Têxtil	
César Moritz	PFL	Emissora de radio	
Gentil Archer	PMDB	Supermercados	
Klaus Ghunter Hering	PMDB	RENAUX - Têxtil	Delegado ao DR
Milton da Silva	PMDB	Emissora de Rádio	

O principal grupo econômico do município de Brusque tinha o seu presidente Carlos Cid Renaux, fielmente ligado ao PDS. Além do mais este empresário, na ocasião presidia a Associação Comercial e Industrial de Brusque. Por outro lado, um outro executivo do grupo RENAUX, Klaus Ghunter Hering (diretor da Fábrica de Tecidos Renaux S/A) estava filiado ao PMDB e era Delegado do Diretório Municipal ao Regional.

Nota-se uma divisão entre executivos do setor de comunicação. O PFL tinha ao seu lado César Moritz, proprietário da Rede Atlântico Sul de Rádio Difusão Ltda. e o PMDB contava com Milton da Silva, proprietário da Rádio Diplomata de Brusque Ltda.

9. LAGES:

Tabela 3.12. - Empresários vinculados a partidos políticos em Lages - SC/1986

NOME	GRUPO/RAMO	Função Partidária	Partido
Ivan César Ranzolin	Emissora de Rádio	Delegado ao DR	PDS
Plínio Luerden	Transporte Coletivo		PDS
Roberto Rogério Amaral	Emissora de Rádio	Vice-pres. DM	PDS
Ivo Tadeu Bianchini	Pecuarista		PFL
João Raimundo Colombo	Emissora de Rádio	Tesoureiro DR - Deputado Estad.	PFL
Rogério Kracik Rosa	Metalurgia		PFL
Rosenburg B. Figueiredo	PCC-Papel		PFL
James Gilson Berlin	Industrial		PMDB

Município sem a presença de um grupo econômico forte mas que tem na industrialização do papel uma das suas principais atividades econômicas. Podemos verificar que o mais atuante executivo deste setor na área política, Rosenburg Figueiredo, havia abandonado o PDS e era em 1986 membro do Diretório Municipal do PFL. Também no PFL um representante de um outro setor expressivo não só de Lages, mas da região serrana, o presidente da Federação da Agricultura de Santa Catarina (entidade patronal) Ivo Tadeu Bianchini.

Além disso podemos lembrar o setor meios de comunicação, aqui dividido entre PDS e PFL.

10. TUBARÃO:

Tabela 3.13. - Empresários vinculados a partidos políticos em Tubarão - SC/1986

NOME	GRUPO/RAMO	Função Partidária	Partido
Jacopo Teixeira Tasso	Emissora de Rádio		PDS
José Antônio Botega	BOTEGA-Lojista	Vice-pres. DM	PDS
Angelo Antônio Zabet	Emissora de Rádio	Delegado ao DR	PFL
Estener Sorato	Emissora de Rádio		PFL
Humberto Bortoluzzi	Cerâmica	Delegado ao DN	PFL
Waldir Luiz Fretta	Fretta - Comércio	Presidente DM	PFL

PDS: José Antônio Botega, Vice-presidente do Diretório Municipal e membro da Diretoria Executiva do Grupo Botega; Jacopo Teixeira Tasso, da direção da Rádio Cidade Azul de Tubarão

PFL: Waldir Luiz Fretta, presidente da Comissão Provisória, proprietário das lojas FRETТА; Angelo Antônio Zobot, ex-prefeito e sócio da Radio Cidade Azul;

PMDB: José Roberto C. Tournier, membro do Conselho Administrativo da ALUSUD S.A.

11. SÃO BENTO DO SUL:

Tabela 3.14. - Empresários vinculados a partidos políticos em São Bento do Sul - SC/1986

NOME	GRUPO/RAMO	Função Partidária	Partido
Ernesto Jorge Dinner	Industrial		PDS
Otair Becker	Louças - Oxford	Deputado Estadual	PDS
Rolf Buddmeyer	Têxtil	Presidente DM	PDS
Izam Hussmann	Emissora de Rádio		PMDB
Maria da Conceição Turek	Emissora de Rádio		PMDB

Neste município o PDS continua numa posição quase que absoluta entre o empresariado, contando inclusive com membros da Associação Comercial e Industrial. Um deles, Rolf Buddmeyer é presidente municipal do partido. O outro é Ernesto J. Dinner. Além do mais o candidato a presidente da FIESC, pela oposição, era Otair Becker que desliga-se do partido para candidatar-se.

12. CONCÓRDIA:

Tabela 3.15. Empresários vinculados a partidos políticos em Concórdia - SC/1986

NOME	GRUPO/RAMO	Função Partidária	Partido
Neudy P. Massolini	Radio Aliança Concórdia		PDS
Vasco F. Furlan	SADIA	1. Vice-presidente	PDS
Felipe Luz Sobrinho	SADIA/Transbrasil		PFL
Ivo Reich	SADIA	DM	PDS
Victor Fontana	SADIA		PFL

Município do oeste, micro-região do Alto Vale do Rio Uruguai, é dominado economicamente pela importância do grupo SADIA. Apesar do fato do mais

importante representante político do grupo, Victor Fontana, ter aderido ao PFL e apresentado, por este partido, a sua candidatura a deputado federal outras lideranças da SADIA continuam vinculadas ao PDS. É o caso de Ivo Rech, importante membro do Conselho Administrativo do grupo e superintendente das empresas no município de Concórdia. Também o proprietário da Rádio Aliança (Concórdia) Neudy P. Massolini, tradicionalmente ligado ao grupo é candidato a deputado estadual pelo PDS.

13. VIDEIRA:

Tabela 3.16. - Empresários vinculados a partidos políticos em Videira - SC/1986

NOME	GRUPO/RAMO	Função Partidária	Partido
Saul Antônio Brandalise	PERDIGÃO	Presidente DM	PDS
Saul A. Brandalise Jr.	PERDIGÃO	Delegado ao DN	PFL
Ivan Bonato	PERDIGÃO/Bonato	Senador	PFL

Corresponde a uma situação semelhante a Concórdia onde uma única empresa domina economicamente e provoca efeitos na vida política da cidade. No caso de Videira, a empresa é a Perdigão. Neste município a migração para o PFL foi mais decidida. O empresário-político mais atuante do grupo PERDIGÃO, Ivan Bonatto (também proprietário das Lojas Bonatto) sendo suplente de Jorge Bornhausen, assumiu o senado, estando filiado à frente liberal desde 1985. Por outro lado, o patriarca Saul Antônio Brandalise manteve-se na presidência do DM/PDS de Videira até final de setembro quando pede demissão fazendo uma série de críticas ao governador Esperidião Amin.²⁰

²⁰ OE, 3/10/86, p. 4.

14. RIO DO SUL:

Tabela 3.17. Empresários vinculados a partidos políticos em Rio do Sul - SC/1986

NOME	GRUPO/RAMO	Função Partidária	Partido
Carlos Gerd Schroeder	Metalurgia		PDS
Carlos Vitor Ohf	Indústria-Alimento		PDS
Walgenor Teixeira	Construção Civil		PDS
Genésio Ayres Marchetti	Indústria- Móveis		PFL
Luiz Soldatelli	Indústria- Móveis		PFL
Zilton Pedro de Souza	Indústria	Presidente DM	PFL
Ivo Vanderlinde	Cooperativa		PMDB

No município de Rio do Sul, o PFL fortalece o seu quadro partidário com a adesão de empresários, ex-pedessistas. Essas adesões acontecem, em especial, no setor da indústria de móveis. Entretanto, o PDS continua a manter nos seus quadros três importantes lideranças sindicais da região que são os empresários Carlos Vitor Ohf (Diretoria do Sindicato das Indústria da Mandioca), Carlos Gerd Schroeder (Diretoria do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas) e Walgenor Teixeira (Diretoria do Sindicato das Indústria da Construção e do Mobiliário). Por seu lado o PMDB conta com a presença ativa do ex-prefeito e ex-presidente da Federação das Cooperativas de Santa Catarina e, em 1986, candidato a deputado federal (eleito).

2.2. Os principais grupos econômicos.

Tomando como referência os dados fornecidos pela revista "Gazeta Mercantil" de 1987, relacionamos os principais grupos econômicos catarinenses que estão listados no item "Os 300 maiores grupos privados nacionais"²¹ para fazer um acompanhamento da participação político-partidária de seus principais executivos. Entre os 300 (trezentos) maiores nacionais estão posicionados 18 grupos catarinenses. Deste total temos informações de 15 grupos, a respeito da vinculação de algum de seus empresários com partidos políticos. Os grupos que registramos com base na "Gazeta Mercantil" são os seguintes (o número entre-parênteses é a

²¹ GAZETA MERCANTIL, 1987, p. 68/97.

posição do grupo no rol nacional): 1. Hering (59); 2. Sadia (48); 3. Perdigão (39); 4. Hansen (41); 5. Tupy (101); 6. TEKA (161); 7. WEG (141); 8. Gaidzinski (149); 9. Chapecó (226); 10. ARTEX (123); 11. Renaux (214); 12. Döhler (169); 13. CREMER (172); 14. MARISOL (300); 15. Freitas (237); 16. Sul Fabril (189); 17. Karsten (233); 18. V.F. (280). Não temos informações concretas a respeito da possível relação com partidos políticos de executivos dos três últimos grupos mencionados. Vejamos, pela ordem, um por um dos 15 grupos mencionados²²:

1. Hering:

A primeira fábrica do grupo foi implantada em 1880 por dois irmãos recém-chegados da Alemanha. Atuando, em princípio, apenas no setor têxtil, a partir de 1972 com a criação da CEVAL passava a ter uma posição destacada, também, no setor agro-industrial. Na década de 80 esta presente nos setores têxtil, confecções, agro-pecuária e telecomunicações.

O superintendente do grupo, Ingo W. Hering, durante o período 45/65 foi filiado à UDN, partido pelo qual se elegeu Vereador e Prefeito de Blumenau. Sua participação política sempre foi mais restrita ao âmbito municipal. Posteriormente participou da fundação da ARENA e depois do PDS. Em meados de maio de 1986 comunicou que abandonava este partido para em seguida filiar-se ao PFL. Hering tinha uma coluna semanal na imprensa, no "Jornal de Santa Catarina". Nos textos publicados aos domingos, durante o ano de 1986, o autor demonstrava uma simpatia para com a Nova República e, em especial, com o Plano de Estabilização Financeira.

Na decisão de filiar-se ao PFL, Ingo Hering foi acompanhado por dois outros diretores do grupo, Dieter Hering (filho de Ingo) e Abramo Moser (também, vice-presidente da ACIB). Outros dois empresários, Henrique Isleb e Raul Hering

²² Faremos um breve registro de mais um grupo (SULFABRIL), do qual não temos informações a respeito do ano de 1986.

Santiago, diretores de empresas ligadas ao grupo Hering são organizadores do PFL em Blumenau e fizeram parte da primeira diretoria Executiva do partido no município.

Além destes, um outro importante executivo do grupo, o Diretor da CEVAL e também presidente da FACISC, Francisco Mastella, filiou-se ao PDC e apresentou-se como candidato a deputado estadual em uma coligação com o PFL. É de se registrar, também, que foi o deputado estadual mais bem votado no ano de 1986.

2. Sadia

A empresa Sadia foi fundada, em fins do Estado Novo, em 1944 por Atilio Fontana ao aceitar um convite do interventor do município de Concórdia para colocar em funcionamento um Frigorífico que estava desativado. Em 1986 atuava em setores como frigorífico, rações, moinhos, óleos vegetais e avicultura.

O fundador do grupo, Atilio Fontana, foi fundador do PSD em 1945, tendo sido eleito através deste partido, deputado e Senador. Integrou, também, o primeiro diretório da ARENA exercendo a função de primeiro vice-presidente da Executiva. Foi também fundador do PDS ao lado de Victor Fontana.

Em 1986, o grupo Sadia era representado politicamente por Victor Fontana que havia sido eleito vice-governador do Estado na chapa de Esperidião Amin (PDS). Em março, após desentendimentos com a cúpula do PDS, abandona o partido para filiar-se no mês seguinte ao PFL com o aval de Jorge Bornhausen.

Entretanto, é importante lembrar que um outro importante diretor do grupo em Santa Catarina, Ivo Reich (ex-prefeito de Concórdia) continua filiado ao PDS durante o ano de 1986.

3. Perdigão:

A primeira empresa do grupo foi fundada durante o Estado Novo, em 1938, por Saul Brandalise em Videira. No período (1986) dedica-se a atividade no setor frigorífico, óleos vegetais e rações.

A família Brandalise teve atuação destacada na organização da ARENA e PDS do município. Em 1986, Saul Brandalise, um dos fundadores do PDS, ainda era o presidente do Diretório Municipal do PDS de Videira, abandonando este partido apenas no mês de outubro, ocasião em que fez algumas críticas ao governador Esperidião Amin (PDS). Por outro lado, seu filho Saul Brandalise Filho, participa da formação do PFL estadual, integrando o Diretório Regional do partido como delegado ao Diretório Nacional desde o início do ano.

Também outro importante membro do conselho administrativo do grupo, Ivan Bonatto, fundador do PDS, é filiado de primeira hora do PFL e assume o cargo de Senador (fevereiro/86) em substituição ao titular que era Jorge Bornhausen.

4. Hansen:

Este foi mais um grupo que nasceu durante o Estado Novo, em 1941, com a fundação da primeira empresa por João Hansen. Em 1986 atuava nos setores de plásticos e resinas, transportes, exportação e importação e agro-pecuária.

O executivo do grupo com maior empenho na vida partidária era o Advogado Ronald Caputo. No ano de 1986, Caputo era Tesoureiro do diretório Municipal do PDS de Joinville.

5. Tupy

O grupo Tupy, nasce com a fundação da Fundação Tupy, por Albano Schmidt, em Joinville no ano de 1938. O grupo na década de 80 estava constituído por 17 empresas e empregando quase dez mil funcionários. Concentrava suas atividades nos setores metal-mecânico e químico-plástico. O filho do fundador e seu substituto na presidência, foi Hans Dieter Schmidt que participou da ARENA e foi fundador do PDS em 1980. A partir de 1980 o grupo passou a ser dirigido por Raul Schmidt, sobrinho de Albano Schmidt.

Entretanto, o membro do grupo mais atuante politicamente foi Nilson Bender que pertenceu aos quadros da UDN partido pelo qual foi eleito prefeito de Joinville.

Quando participante da UDN, Bender era liderança de uma ala do partido, opositora aos Konder/Bornhausen. Bender foi um dos fundadores do PDS e no ano de 1986, continuava fazendo parte dos quadros partidário. Também estava filiado ao PDS um outro executivo muito atuante, Mário Eugênio Boehm. Este assumiu, também, a presidência da estatal CELESC, em 1986, a convite do governador Esperidião Amin. Além disso em junho de 1986 foi empossado presidente da ACIJ (Associação Comercial e Industrial de Joinville).

6. TEKA

A primeira empresa do grupo foi fundada em 1924 por Paul Fritz Kuehnrich. Em função de resistências dos industriais blumenauense á implantação de novas fábricas têxteis na cidade, foi fundamental o apoio que tiveram da família Hering. Ao lado da Hering, constituiu-se em uma das mais importantes empresas do ramo Têxtil de Blumenau. Fazia-se presente nos setores de fiação e tecelagem de algodão e beneficiamento de fibras têxteis vegetais.

Politicamente, a atuação do grupo era mais discreta. Entretanto, sempre manteve algum empresário no interior de um partido político. O nome mais constante era o de Mário John que ajudou a fundar o PDS de Blumenau. Durante o ano de 1986, Mário John continuava filiado ao a este partido, fazendo parte do Diretório Municipal.

Um dado que reafirma a manutenção da vinculação do grupo ao PDS é que em 1988 mais um de seus executivos, Siegfried Liesemberg, passou a fazer parte do Diretório Municipal do PDS de Blumenau.

7. WEG

O grupo WEG nasceu em 1961 quando Eggon J. da Silva, Werner Voigt e Geraldo Werninghaus implantaram sua primeira fábrica no município de Jaraguá do Sul.. Na atualidade é o maior produtor de motores elétricos da América Latina

além de atuar nos setores de máquinas elétricas, de eletroeletrônica, transformadores, tintas, vernizes, diluentes e pescados.

Importantes executivos do grupo tiveram atuação destacada na ARENA e no PDS como Eggon J. da Silva, Marcos Büechler, Antônio Carlos Konder Reis e Vicente Donini.

Antônio Carlos Konder Reis, membro do Conselho Administrativo do grupo, era o de maior atuação política e no ano de 1986, continua filiado ao PDS sendo inclusive escolhido para presidir o partido a nível estadual. Entretanto, outros nomes do grupo seguem outro caminho, sendo que um dos fundadores Geraldo Werninghaus será o primeiro presidente do Diretório Municipal do PFL em Jaraguá do Sul. Este partido, também, será o escolhido por Marcos Büechler.

Quanto a Eggon J. da Silva, o executivo com a mais intensa atividade no campo sindical, continua filiado ao PDS. Aproxima-se, no entanto, cada vez mais das posições políticas do Ministro Jorge Bornhausen (PFL).

8. Gaidzinski

A primeira empresa do grupo foi a Cerâmica Cocal, localizada no município de Urussanga e inaugurada por Maximiliano Gaidzinski em 1960. Em princípio, dedicando-se apenas a produção de pisos de cerâmica e à mineração, a partir de 1970 passa a dedicar, também, à agro-indústria, transporte aéreo e imóveis.

Dois irmãos Gaidzinski, Edson e Jarvis, tiveram atuação destacada na atividade partidária. Participaram da ARENA, e foram fundadores do PDS tendo, o primeiro, integrado o Diretório Regional a partir de 1980 e o segundo em 1983. Outros importantes executivos do grupo participarão do Diretório Municipal do PDS de Criciúma, tais como: Ivan Wanderlei Fernandes, Aristorides V. Stadler e Célio Grijó. Os dois últimos foram fundadores do PDS de Criciúma.

Jarvis Gaidzinski que era o membro do grupo com participação mais intensa na vida partidária foi candidato a deputado estadual. Será, também, entre os

empresários dos grandes grupos o que defenderia com mais entusiasmo a sobrevivência do PDS.

9. Chapecó

Plínio Arlindo de Nes, vereador de Chapecó (PSD) desde 1946, recebeu uma incumbência do líder maior do partido na região, Serafim Bertaso de dirigir a implantação da primeira indústria do município. Em 1952 foi fundada a SAIC (Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó) mas esta só começou a produção em 1955. Em 1986, o grupo concentrava-se nos setores de suinocultura, avicultura, agro-pecuária, transportes, processamento de dados e construção civil.

Arlindo Plínio de Nes, fundador da ARENA, foi Secretário de Estado de 1969 até 1975. Em 1976 foi nomeado para a presidência do BADESC (Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina) onde ficou até 1979. A partir deste ano passou a priorizar as atividades do grupo e deixou as atividades políticas para seu filho Plínio David de Nes.

Filiado ao PDS, Plínio David de Nes abandonou o partido em 1982 para colaborar com a organização do PP (Partido Popular, organizado nacionalmente por Tancredo Neves). Trata-se da primeira dissidência do PDS entre os grandes empresários catarinenses. Com a incorporação ao PMDB, manteve-se neste partido até 1985 quando saiu para fundar o PFL em Chapecó. Passou a ser um dos mais atuantes membros do PFL em Santa Catarina.

10. ARTEX

Theophilo Bernardo Zadrozny, filho de imigrantes alemães de origem Tcheca, fundou a ARTEX em 1936 no município de Blumenau. O grupo desenvolvia atividades apenas no setor têxtil.

Seu filho, Carlos Curt Zadrozny terá uma atuação política mais intensa. Foi filiado ao PSD e por este partido elegeu-se prefeito de Blumenau em 1962. Foi fundador da ARENA e do PDS assim como o seu irmão Norberto. Norberto Zadrozny foi secretário de estado no governo Jorge Bornhausen.

Em 1986, Carlos anunciava que estava abandonando o PDS para não se filiar mais a nenhum partido político. Entretanto, Ulrich Kuhn, importante executivo do grupo ARTEX, é um dos fundadores do PFL e participa da Executiva municipal em 1986. Também, o empresário Paulo Gouvea da Costa casado com Karin, filha de Norberto Ingo Zadrozny, é filiado ao PFL e um dos principais assessores do candidato a governador Vilson Kleinubing.

11. Renaux

A primeira empresa do grupo foi fundada em 1892 por um imigrante alemão (Baden-Alemanha), Carlos Renaux, no município de Brusque. No período em estudo (1986), o grupo restringia a sua atuação aos setores de fiação e tecelagem.

O executivo com mais intensa atividade política, deste grupo foi Carlos Cid Renaux que durante o período populista foi filiado ao PSD. Posteriormente foi fundador da ARENA e do PDS brusquense. No ano de 1986 continuava filiado ao PDS. Acumulava, também, a presidência da ACIBr (Associação Comercial e Industrial de Brusque) ocasião em que promoveu conferências coordenada pela ADESG a respeito do tema "Desenvolvimento e Segurança".

Além de Renaux, um outro executivo do grupo participava de partido político em 1986. Tratava-se de Klaus Ghunter Hering (diretor da Fábrica de Tecidos Renaux S/A) que era filiado ao PMDB e Delegado do Diretório Municipal ao Regional.

12 Döhler

A primeira empresa do grupo começou a produzir no ano de 1881. Constituiu-se na segunda indústria têxtil de Santa Catarina. Foi implantada em Joinville por

um técnico alemão (Saxônia), Carl Gottlieb Döhler. É, atualmente, uma das principais produtoras de artigos de cama e mesa do país.

Neste grupo o principal executivo, Udo Döhler, é também aquele que participa mais intensamente da vida partidária. No ano de 1986 estava filiado ao PDS

13. CREMER

Nasceu de uma sociedade entre um imigrante alemão, Werner S. Cremer, que produzia gaze cirúrgica em Porto Alegre e um ex-prefeito de Blumenau (década de 20), Alwin Schrader. A fábrica de produtos hospitalares é colocada a funcionar em março de 1935 na cidade de Blumenau. Em meados da década de 80 atuava nos seguintes setores: Produtos cirúrgicos, têxteis, plásticos e representações.

Um dos seus principais executivos, Alfredo Iten era, durante o ano de 1986, membro do Diretório Municipal do PMDB de Blumenau.

14. MARISOL

Tem sua sede em Jaraguá do Sul, com produção na área de malharia e atividade de reflorestamento.

Entre seus principais executivo consta Werner Schüster que no ano de 1986 era vice-presidente do Diretório Municipal do PFL de Jaraguá do Sul.

15. Freitas

Tendo o seu setor administrativo no município de Criciúma, este grupo atua nos setores de mineração, cerâmica, reflorestamento, transporte aéreo e comunicações.

O patriarca do grupo, Diomício Freitas, pertenceu aos quadros da UDN pela qual elegeu-se deputado federal em 1962. Quando da reformulação partidária de

1965, participou da fundação da ARENA e foi um dos vice-presidentes na primeira diretoria executiva. Manoel Dillor Freitas, filho mais velho de Diomício Freitas teve uma presença constante nos partidos políticos sendo fundador do PDS e ingressou no Diretório Regional do partido em 1983. No ano de 1986 estava filiado ao PDS, entretanto, fazia questão de afirmar que não apoiava o candidato do partido ao governo do Estado e que tinha simpatias para com o candidato do PMDB. Seu apoio ao PDS ficou restrito a um candidato a Deputado Federal e vários estaduais.

Um executivo do grupo, Miguel M. Esmeraldino era o vice-presidente do Diretório Municipal de Criciúma.

16. Sulfabril:"

Não temos informações concretas a respeito deste grupo. Entretanto, constatamos que no ano de 1988, José Érico Dalla Rosa, executivo do grupo passará a integrar o Diretório Municipal do PDS de Blumenau.

2.3. As eleições para a FIESC.

Esta eleição tem como característica marcante o fato de pela primeira vez, na história da entidade, a categoria empresarial ter se apresentada dividida em duas chapas. Nosso objetivo, neste item, não é o de analisar o processo eleitoral que escolheu, no ano de 1986, a nova Diretoria para a FIESC (gestão 86/89). Pretendemos apenas verificar a possível existência de ligações entre os dois processos eleitorais.

Os empresários participantes do processo eleitoral que elegeu a Diretoria da FIESC procuravam dar indicações de existir uma grande distancia entre seus interesses sindicais e os interesses partidário. Acreditamos que não era bem assim e que é possível estabelecer uma certa vinculação entre os dois campos. É claro que esta luta para conquistar a entidade tem um forte cunho regional e não

discordamos desta perspectiva²³. Entretanto, procuraremos demonstrar que paralela a esta divisão regional corre uma outra linha divisória que é a partidária. Para demonstrar esta afirmação verificaremos a vinculação partidária de diversos empresários que participavam do processo sindical.

Duas chapas apresentaram-se para concorrer às eleições que aconteceriam no mês de junho de 1986. Uma delas, denominada Chapa Integração, foi apresentada pela diretoria vigente e foi encabeçada por Milton Fett, um empresário do setor madeireiro, delegado de um sindicato de pequena expressão²⁴. Uma outra apresenta-se como oposição, denominada Chapa Renovação, e terá como candidato a presidente o deputado estadual, empresário do norte do Estado, Otair Becker.

A chapa vencedora foi a da situação e por uma diferença de apenas um voto. Fato que demonstra o quanto a categoria estava segmentada naquele período. É difícil fazer uma análise dos votos visto que o sufrágio era secreto e, conseqüentemente, não permitiria uma avaliação precisa da posição dos delegados de cada sindicato. Entretanto, podemos fazer um levantamento a respeito dos integrantes de cada chapa.

Os cargos a serem preenchidos pelo processo eleitoral eram em torno de 30 considerando aqueles referentes à diretoria executiva, conselho fiscal e delegados à Confederação nacional da Indústria (CNI) e os respectivos suplentes. Como era possível uma mesma pessoa ocupar mais de uma função, resulta que a nominata da chapa Renovação era constituída por 25 diferentes nomes enquanto a chapa Integração formada por 27 empresários.

No que se refere aos integrantes da chapa de oposição, os empresários dos quais obtivemos informações de sua vinculação com partidos políticos perfaziam 7

²³ Ver Silva, 1993.

²⁴ Sindicato das Indústrias de Extração de Madeira do Estado de Santa Catarina.

(sete). Ou seja um terço do total. Todos os 7 estavam participando em 1986 de algum diretório municipal ou regional do PDS. Seus nomes estão apresentados na Tabela 3.18.

Tabela 3.18. -Membros da Chapa Renovação vinculados à Partidos Políticos (SC/1986)

Nome	Cargo	Sindicato	Município	Partido
Otair Becker	Presidente	Louças-SIVCPB	São Bento	PDS
Udo Döhler	1. Vice-pres.	Têxtil-SIFTJ	Joinville	PDS
Edson Gaidzinski	Vice-pres.	Cerâmica-SICCOG	Criciúma	PDS
Ronald Caputo	1. Secretário	Plásticos-SIMPSC	Joinville	PDS
Egon J. da Silva	Cons. Fiscal	Mecânica-SIMMME	Jaraguá do Sul	PDS
Carlos Cid Renaux	Supl. Del. CNI	Têxtil-SIFTBI	Brusque	PDS
Oswaldo M. Douat	Supl. Del. CNI	Mecânica-SIMMEJ	Joinville	PDS

São representantes de sindicatos patronais estabelecidos nos municípios onde o empresariado, nos anos de 1985 ou 1986, não aderiu ao PFL ou pelo menos ao projeto da Aliança Democrática.

Poderíamos examinar o caso particular do candidato a presidente, Otair Becker. Este desfilou-se do PDS e anunciou que ficaria sem partido a partir do momento que assumiu a sua candidatura à FIESC. Mas esta desfiliação é explicada em discurso no plenário da Assembléia Legislativa desta maneira: para o deputado um presidente de entidade não podia estar vinculado à partido político e deveria exercer sua função com isenção política. Por outro lado quando analisa, também do Plenário da Assembléia Legislativa, o Plano de Estabilização Financeira considerou que o governo da Nova República estava sendo, para dizer o mínimo, desonesta para com os empresários²⁵, embora tivesse argumentado que medidas de estabilização fossem necessárias. Em resumo, esta é uma desfiliação

²⁵ Ver, neste capítulo, no item 3.

do PDS que não pode ser vista como adesão ao projeto da Aliança Democrática. Por este motivo mantivemos o nome de Becker como vinculado ao PDS.

Quanto aos integrantes da Chapa Integração, podemos verificar as suas vinculações partidárias na tabela abaixo. A distribuição é um pouco mais complexa e exige algumas explicações.

Tabela 3.19. - Membros da Chapa Integração vinculados à partidos políticos (SC/1986)

Nome	Cargo	Sindicato	Município	Partido
Júlio H. Zadrozny*	1. vice-pres.	Vidros-SIVCPB	Blumenau	PFL
Carlos V. Ohf	vice-pres.	Mandioca-SIMRS	Rio do Sul	PDS
Diomício Vidal	Supl. Diretoria	Vestuário-SIVC	Criciúma	PFL
Dilto Rovaris	Supl. Diretoria	Gráfica-SIGC	Criciúma	PMDB
Carlos Schroeder	Supl. Diretoria	Metalúrgica-SIMMRS	Rio do Sul	PDS
Walgenor Teixeira	Supl. C. Fiscal	Construção-SICMRS	Rio do Sul	PDS
Ulrich Kuhn	Deleg. CNI	Fiação-SIFTB	Blumenau	PFL
Genésio Marchetti	Cons. Fiscal	Construção-SICMI	Ibirama	PFL
Cândido M. Bampi*	1. Secretário	Serraria-SISCTL	Lages	PFL

Como é possível verificar, não há nesta chapa uma unanimidade partidária. Encontramos sindicalistas vinculados aos três maiores partidos. Tal como Joinville liderava o movimento da chapa Renovação, os sindicalistas de Blumenau foram os organizadores da chapa de situação.

Quanto à distribuição partidária podemos ver que os três membros partidários do PDS eram de Rio do Sul, Alto Vale do Rio Itajaí, que por sinal é uma cidade que mantém estreitas relações com Blumenau. Havia, também, um sindicalista ligado ao PMDB.

Quanto aos integrantes vinculados ao PFL precisamos fazer alguns esclarecimentos. Queremos ressaltar que apenas três dos mencionados na Tabela acima estavam diretamente vinculado a este partido. Os demais que estão ressaltados por um asterisco (*) tiveram uma relação indireta que foi estabelecida pelo grupo econômico ao qual pertenciam.

Assim vejamos o primeiro caso que é o de Júlio H. Zadrozny. Conforme já relatamos anteriormente, a família Zadrozny (Grupo ARTEX), anunciou no começo do ano de 1986 que estava deixando os quadros do PDS e que seus integrantes não pretendiam mais estabelecer laços partidários. Entretanto, diversos quadros do grupo filiaram-se ao PFL a partir deste momento. Outros já o tinham feito anteriormente como é o caso de Ulrich Kuhn (também da chapa Integração), que desde o mês de fevereiro era integrante do Diretório Municipal do PFL de Blumenau.

A situação de Cândido M. Bampi era semelhante. Este era delegado do Sindicato das Indústrias de Serraria, Carpintaria e Tanoaria de Lages e Diretor da empresa Papel e Celulose Catarinense (PCC) do grupo Klabin. Paralelamente, o representante da empresa nas atividades político-partidárias, o também Diretor da PCC Rosenberg B. Figueiredo estava fazendo parte dos quadros do Diretório Municipal do PFL de Lages desde fevereiro de 1986.

Em função deste quadro, acreditamos ser possível afirmar que as divisões entre o empresariado no estado de Santa Catarina estão permeadas por uma questão política mais ampla que se referem às expectativas em relação às mudanças que ocorriam na sociedade brasileira nesta primeira metade da década de 80 tanto no que se referiam ao processo de transição democrática quanto ao tema da relação estado/empresas privadas que é o assunto que vamos analisar a seguir.

3. As expectativas de reforma do estado.

Como entender essa mudança de rumo do empresariado catarinense. Como tentar explicar essa "debandada" de empresários de um partido ao qual estavam tradicionalmente ligados para um outro de formação recente. Seria possível explicar apenas, como pretendia a imprensa ligada ao PDS, como uma "corrida em direção ao dinheiro" ou a vantagens oferecidas pelo poder público? Em parte pode ser. Mas o motivo principal não parece ser este conforme vamos tentar mostrar a partir de uma discussão a respeito do posicionamento da elite econômica em relação a dois fatos importantes, ocorridos durante o ano. O primeiro deles foi o Plano Cruzado e o segundo a extinção do PROCAPE pelo governador Esperidião Amin.

Conforme já tínhamos lembrado em capítulo anterior o processo de transição conservadora implica em cooptação inclusive para com a classe dominante. Mas a ação do poder público não se resume à cooptação e, portanto, deve responder a algumas demandas da sociedade.

Entre as medidas envidadas pelo governo federal que obtiveram êxito em atrair amplos setores da classe dominante local foram duas. A primeira foi a nomeação do senador Jorge Bornhausen como ministro de Estado. Bornhausen era um político de trânsito fácil junto ao empresariado, acrescente-se o fato de pertencer a uma família de empresários. Inclusive uma família com posições importantes junto ao empresariado nacional. Já relatamos, no capítulo 4, alguns lances das homenagens ao novo ministro por parte dos empresários locais. As duas posições que se apresentavam nas eleições para a FIESC faziam questão de mostrar presença nestas homenagens.

Mas, só esta determinação por parte do governo federal não foi suficiente. Outra medida de impacto seria necessária. Esta surgiu com o lançamento do Plano de Estabilização econômica que o presidente Sarney se viu obrigado a lançar em vista da crise por que passava a Aliança Democrática no plano nacional.

Com esta medida o governo federal conseguiria o apoio de algumas frações da burguesia e, pelo menos, a simpatia de outras. Em primeiro lugar por que a atitude do presidente Sarney e seu ministro Funaro pareceu corajosa e por isso ganhou a admiração da classe. Em segundo lugar por ter resolvido problemas econômicos (pelo menos pareceu durante o ano de 1986). Controlou a inflação que tendia a se transformar em uma hiper-inflação e provocou durante o ano um aumento do consumo. Considerando que a industria catarinense têm a sua força em setores voltados ao consumidor final (agro-indústria, têxtil, cerâmica, etc.) aconteceu uma retomada no crescimento econômico.

Vejamos como foi o posicionamento de setores expressivos do empresariado local a partir da aplicação do chamado Plano Cruzado.

Antes do final do mês de fevereiro de 1986, data da edição do plano, quando a inflação parecia tender a hiper-inflação ameaçando chegar em fevereiro em torno de 16% ao mês, o empresariado posicionava-se contrário a qualquer intervenção do estado para controlar o preço dos produtos através do congelamento de preços.

"O ministro da Fazenda disse, por exemplo, numa entrevista: 'O governo, antes de aplicar o choque heterodoxo agira com mão de Ferro'.

"Deve-se portanto, temer, que a 'mão de ferro' será usada mais contra os efeitos (especuladores, etc.) do que contra as verdadeiras causas da inflação."²⁶

Após a decretação do plano, como veremos, esta posição sofreu uma certa mudança. Com a apresentação do plano cruzado em 28/2/86 as primeiras manifestações do empresariado são de cautela.

No dia primeiro de março, ou seja logo após a publicação do Plano Cruzado, o jornal "O Estado" apresenta um conjunto de opiniões de diversos empresários dos mais representativos a nível regional e de alguns municípios mais importantes²⁷. As opiniões são as mais diversas com alguns empresários

²⁶ Ingo Hering, JSC, 12/01/86, p. 2.

²⁷ O Estado do dia 01/03/86 (p 8)

especulando a possibilidade de uma recessão, outro criticando a forma anti-democrática de definição do plano, um outro criticando a implantação do seguro desemprego (Bernardo W. Werner, presidente da FIESC). Mas não há uma única voz discordante a esta forte intervenção do estado na economia. As considerações são favoráveis demonstrando que pesava apenas uma desconfiança em relação a competência do governo Sarney de implementar um plano daquela envergadura, visto que o seu desgaste no ano anterior havia sido muito grande.

Há algumas manifestações mais críticas como a que fez o empresário-deputado, Otair Becker, da tribuna da Assembléia Legislativa que lamentou o fato do governo federal ter embutido no plano de estabilização financeira critérios diferenciados para o setor público e a iniciativa privada, onde o primeiro foi, largamente, beneficiado. Concluindo que: "Negócios em que só um ganha ou só um assume riscos e ônus, não é bom e nem negócio, fica mais na área da pura e simples agiotagem com o dinheiro alheio."

Em alguns documentos e textos é possível perceber que várias manifestações de apoio aconteceram, na sua maioria, mas ressaltando a importância da livre iniciativa e que a entendiam como uma medida extraordinária e passageira, até a economia voltar ao normal. É desta maneira que a Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina se manifesta através do documento intitulado "Agora a Constituinte", assinado por sua diretoria:

*"Liberdade e respeito são fundamentais para a livre iniciativa e a democracia econômica (...) Entende, todavia, a FACISC e o seu Conselho Diretor que algo tinha que ser feito para impedir a ascensão inflacionária ..."*²⁸

²⁸ FACISC (JSC-28/03/86-p7) Título: "Agora a Constituinte"

Proposição que de certa forma é uma confissão de que a diretoria da entidade, também, não confiava totalmente na capacidade do mercado em se auto-regular e considerava fundamental a intervenção do estado para conter a inflação.

Ingo Hering ao dar o seu apoio ao plano demonstrava que percebia esta problemática, temendo mais pela repercussão em certos setores da sociedade não muito confiáveis para o empresário:

"Existe, porém, aqui, subjacente o perigo que o controle dos preços (menos dos salários) seja entendida como uma política econômica nova e definitiva, o que satisfaria ainda a prevenção contra o lucro, bastante disseminada entre intelectuais (inclusive clérigos,) com excesso de utopismo e déficit de bom senso." (...)²⁹.

Esta preocupação torna-se mais aguda para metade do ano, principalmente para um setor ligado diretamente ao congelamento dos preços que era o comércio. O presidente da Federação dos Diretores Lojistas de Santa Catarina, Lottar Dieter Mass, em artigo publicado em maio e intitulado "A Trincheira da Livre Iniciativa", afirmava: "A livre iniciativa (...) pode tornar-se vítima do consenso popular de que os preços não sobem porque o governo não quer, e que antes subiam era por culpa dos empresários."³⁰

Como é possível perceber, são pontos de vista de entidades ou empresários importantes que exprimem um apoio ao congelamento mas, ao mesmo tempo, um temor de suas consequências na consciência da população caso seja mantido por longo período.

Apesar destes receios, algumas manifestações de apoio são quase imediatas. A Associação Comercial de Florianópolis enviou, no dia 5 de março de 86, ofício ao Presidente da República, José Sarney, cumprimentando-o pela edição do DL 2282

²⁹ Ingo W. Hering. "O Sofisma de Darcy Ribeiro". JSC, 23/3/86, p. 2.

³⁰ DC, 13/5/86, p. 6.

(Plano Cruzado) e, em seguida, no dia 14 do mesmo mês encaminha ofício ao Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, oferecendo apoio à Reforma Monetária³¹.

No dia nove de março o jornal "O Estado" publica uma entrevista com dois empresários da região de Florianópolis Arthur Killian, vice-presidente da ACATS (Associação Catarinense de Super-mercados) e Altamiro Phillipi, Presidente do CDL (Clube de Diretores Lojistas) de Florianópolis. Perguntados se o plano tinha um caráter socialista um deles respondeu que:

*"Acho que não. A intervenção do governo foi a nível de conter a inflação. Deixou muitos segmentos livres, ainda, e só vai intervir se houver distorções. Acredito mesmo que incentiva o capitalismo e a produção."*³²

Outros dois empresários e deputados estaduais, Otair Becker (PDS) e Gentil Archer (PMDB) são entrevistados e Becker, também candidato a presidente da FIESC (fazendo uma retificação em suas ponderações anteriores?) considera que finalmente o governo atacou as causas e não as consequências.³³

Mas é importante registrar os pontos de vista de representantes de três áreas empresariais, indústria, comércio e agricultura, para se ter uma idéia da maneira como a elite empresarial estava acompanhando os desdobramento das medidas econômicas da Nova República. Estes pontos de vista foram apresentados em uma mesa redonda realizada no mês de maio.³⁴

A posição mais afirmativa é a do representante das indústrias, Milton Fett, vice-presidente da FIESC e candidato a presidente nas eleições que se realizariam em junho,. Afirmou que ainda não tinha dados concretos a respeito do crescimento da indústria nos últimos dois meses mas que as perspectivas eram muito boas e

³¹ Associação Comercial de Florianópolis. "Relatório de Atividades de 1986". 1987, p. 18.

³² OE 9/3/86 p 9.

³³ Entrevista com Empresários-Deputados Estaduais - OE 9/3/86 p 5. Otair Becker proprietário da Cerâmica OXFORD de São Bento do Sul e Gentil Archer proprietário da rede de super-mercados ARCHER de Brusque.

³⁴ DC, 18/5/86, p. 34/35.

que: "Eu considero que não tenham ocorrido prejuízos (para a indústria). No meu entender foram só benefícios para o Estado de Santa Catarina". Fett insistirá neste ponto de vista alguns dias antes da sua eleição para presidente da Federação³⁵. Eleição que vencerá com apenas um voto de diferença.

Os dois outros representantes empresariais, embora otimistas, são mais comedidos em seus elogios. O presidente da Federação do Comércio de Santa Catarina, Charles Edgar Moritz reclama de dificuldades enfrentadas pelo comércio com os preços industriais de determinados produtos, especialmente, materiais de limpeza. Entretanto: "Nós da área do comércio estamos mais do que contentes com a aplicação do pacote econômico. Os resultados vieram beneficiar toda a sociedade catarinense e brasileira."

As maiores críticas ficaram por conta do representante dos proprietários rurais, presidente da FAESC, Ivo Bianchini. Importante lembrar que este era filiado ao PFL e candidato a Deputado Federal³⁶. Reconhece certos aspectos positivos no plano como a desindexação com o que "... o crédito rural ficou mais acessível". Entretanto, para este, haviam fatores "altamente" (sic) negativos como a questão do preço do leite que teria ficado excessivamente defasado³⁷. Um outro sério problema para o representante rural era o fato de que "...há 75 dias de implantação do Plano, é que os insumos, adubos e fertilizantes até hoje não têm seus preços congelados. Isto é um fator que inibe a produção".

Em certos momentos entidades representativas chegavam até mesmo a solicitar uma extensão do controle do estado sobre os preços em setores ainda não

³⁵ FET, OE, 1/6/86, p. 13. "Na verdade, a indústria catarinense iniciou uma nova etapa de desenvolvimento a partir do Plano Cruzado".

³⁶ Válido ressaltar que a região serrana de Santa Catarina contou com dois candidatos pecuaristas à Câmara Federal. Um deles, o citado acima Ivo Bianchini (não eleito) e Henrique Córdova pelo PPR (eleito). Córdova apresentou-se com um discurso crítico à Nova República e obteve 40.634 votos enquanto Bianchini ficou reduzido a 13.450 votos.

³⁷ Atentemos que esta crítica acontece apesar de dias antes o Ministro Sayad haver confirmado um subsídio de 30% aos produtores de leite.

atingidos, como o atacadista. Esta posição é verificada em nota da diretoria da FACISC, em pleno mês de julho, para quem: "... a entidade, quer que o tabelamento se estenda a partir da origem da matéria prima, onde se nota hoje, um descontrole sobre os preços ..."38

Uma das exceções a este "coro" de manifestações de apoio ao congelamento de Preços e ao Plano Cruzado em geral, foi a do dirigente comercial Koerich (Florianópolis) que contrariado com as pressões que suas lojas vinham recebendo afirma, para repórteres, que "congelamento é coisa de totalitários".39

A partir de meados do ano, é possível perceber um certo incômodo entre a elite empresarial, com o congelamento dos preços. Ainda que continuassem apoiando-o, começavam a dar a entender que é necessário pensar em outras medidas para garantir o êxito do plano.

"... O congelamento de preços é necessário. Pois só assim pode-se conter a especulação ou a alta impulsiva e psicológica. E isto é um consenso, inquestionável e as pesquisas mostram esta situação com clareza. Os empresários têm também, assim se posicionado."

*"Entretanto, o Plano Cruzado controla apenas os efeitos, a inflação e sua realimentadora, a correção monetária. Precisamos, para garantir o sucesso da ação governamental na proposta de estabilização econômica, combater as causas, fazer urgentemente os ajustes setoriais e promover a poupança para dar condições aos meios de desenvolvimento econômico e social."*40

De certa forma apresentava-se o entendimento de que o plano não estava atacando as causas estruturais mas apenas os efeitos. Justamente o oposto do que falou um dos candidatos à presidência da FIESC. A mesma FACISC alguns dias mais tarde volta a reafirmar o tema:

38 Título: "Ações e Exemplos" - Coluna da FACISC jul/86, p. 6.

39 "Jornal de Santa Catarina"; 06/03/86: p 7.

40 Coluna da FACISC, JSC, 18/06/86, p. 7.

"Eliminada a inflação, deve-se proceder, gradualmente, os ajustes de setores vitais ... e este processo passa, inevitavelmente pelo descongelamento, também gradual, dos preços ..."

"... a interferência do Estado deverá se limitar à fiscalização dos abusos e a punição dos inescrupulosos ...".⁴¹

A partir de meados do ano, diante de sérios problemas enfrentados como a falta de determinados alimentos no mercado, o ágio, venda clandestina de certos produtos, o empresariado retoma alguns temas que tinham ficado, momentaneamente esquecidos como o controle do déficit público, a privatização de empresas estatais, a demissão de funcionários públicos e a eliminação de órgãos públicos. Isto é, defende o plano de estabilização mas denuncia o que chama de falta de colaboração do governo federal no cumprimento do que considera a sua parte.

Em um outro documento a FACISC defende "... que o governo (...) dê efetiva mostra e verdadeira prova de que está reduzindo substancialmente o déficit público mediante diminuição concreta de suas despesas de custeio, da contenção do empreguismo, da reparação adequada às situações de aposentadorias favorecidas, assim como de salários, prêmios e vantagens distorcidas."⁴²

As demandas do comércio pelo descongelamento tornam-se uma constante com as dificuldades enfrentadas, excesso de consumo, ágio, etc. Entretanto, setores da elite empresarial continua cautelosa em relação a esta medida. Por exemplo, Ingo Hering em artigo publicado na imprensa no mês de agosto afirma que: "Um descongelamento geral, poderá, portanto, causar um choque inflacionário, não tanto por motivos reais (cujo impacto matemático seria modesto) mas efeito psicológico"⁴³.

⁴¹ Ibid., JSC, 30/6/86, p. 6.

⁴² Coluna da FACISC. JSC, 25/07/86, p. 7.

⁴³ I. Hering. "Descongelamento Cauteloso". JSC, 10/8/86, p. 2.

Entretanto, a partir da edição do Decreto-lei n. 2.288 que criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) o apoio já será mais cauteloso e as cobranças serão maiores. Mais uma vez a FACISC que foi a entidade que mais vezes foi a público para emitir sua opinião dirá que:

"...Há temores de que o governo venha a usar os recursos do fundo para cobrir o déficit público gerado por ele próprio, por má gestão, por falta absoluta de capacidade para frear o empreguismo exagerado, por não conseguir desenferrujar a máquina administrativa, por não ter controle sobre os orçamentos das estatais e por não realinhar o Plano de Estabilização à realidade de setores localizados ou situação sazonais."

É possível, no entanto, verificar que diversos líderes empresariais mantinham o seu apoio ao plano mesmo em período mais avançado do ano. Em meados de setembro o vice-presidente do grupo WEG, Gerd Edgar Baumer, em palestra aos membros da Associação Norte Catarinense dos Economistas pede "união pelo cruzado". Embora alerte que o plano apenas soluciona o problema inercial da inflação.⁴⁴

Se de um lado o governo federal conseguia um certo nível de adesão, de outro lado o governo Esperidião Amin sofria um processo de desgaste junto aos industriais com a decisão de extinguir o PROCAPE (Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas).

O PROCAPE, constituía-se em um fundo administrado pelo governo estadual, formado por recursos do orçamento estadual (10% do ICM) e de outras receitas como a recompra das ações pelas empresas beneficiadas, etc. Os interessados em recursos do PROCAPE apresentavam projetos de implantação ou modernização de empresa, que seriam avaliados por equipe técnica da agência. Se aprovado o

⁴⁴ OE, 6/9/86, p. 28.

projeto, o PROCAPE comprava ações preferenciais da empresa que teria o compromisso de recomprá-las num prazo de um ano.

Acontece que este programa vinha sofrendo um processo de desgaste intenso nos últimos anos com as acusações de que era um instrumento clientelístico, que estava sendo usado para favorecer empresas que tinham ligações partidárias com os governantes estaduais. Em 1984 foi instalada uma CPI na Assembléia Legislativa para investigar o destino dos recursos do órgão. Igualmente, como tem sido o resultado das CPIs do legislativo estadual nada ficou concluído. Entretanto, fazia aumentar as dúvidas a respeito do uso do dinheiro público, aumentando o desgaste do programa.

A sua extinção provocou reações duras e, as vezes, até dramática por parte do empresariado entre elas a do Deputado Estadual, empresário e candidato a presidência da FIESC, Otair Becker, para quem o fim do PROCAPE era "mais uma punhalada nas costas do empresariado". A crítica central residia na falta de diálogo do governador, pelo fato da decisão ter sido unilateral sem convidar as entidades representativas para discuti-la⁴⁵.

A FACISC reage com rapidez e já no dia 25 de abril apresenta um documento da entidade ao governador solicitando um novo organismo que substitua o órgão extinto⁴⁶. No dia 7 de maio o JSC em seu editorial elogia a proposta de criação do PRODESC, sigla dada pela FACISC a esta que seria a nova entidade em substituição ao PROCAPE.

⁴⁵ Ody Varella, Presidente da Associação Comercial de Florianópolis assim se pronunciou: "Nós estranhamos a maneira como foi extinto o PROCAPE, abruptamente, sem ouvir ninguém, sem pedir opinião, sem discutir (...). Alguns criticam, condenam o PROCAPE, por ter havido aplicações mal feitas, paternalistas, políticas, etc. Mas isso aí não inviabiliza o projeto. Houve, como sempre há, em menor ou maior escala. Mas em essência, ele prestou grandes serviços e não pode e não deve ser extinto." OE, 5/5/86.

⁴⁶ Coluna da FACISC (JSC-25/04/86-p6) - Título: "Governo admite rever o fim dos incentivos"

No dia quatro de maio o Jornal de Santa Catarina⁴⁷ publicou uma entrevista realizada com alguns empresários que comentavam a importância do PROCAPE (pg 24), ou de uma instituição similar

No dia seguinte foi a vez do Jornal O Estado publicar, na Integra, as opiniões emitidas durante uma mesa redonda entre diversos empresários: Francisco Mastella (presidente da FACISC), Ody Varella (Presidente da Associação Comercial de Florianópolis), Glauco José Corte (Grupo Portobello), Roberto Tournier (Presidente da Associação Comercial e Industrial de Tubarão), Humberto Bortoluzzi (empresário do setor cerâmico de Tubarão) e Alcides Abreu (assessor do governador Amin).

A partir deste momento os três principais candidatos ao governo do Estado incorporaram em seus programas as propostas das lideranças empresariais para a criação de um novo órgão que viesse a substituir o extinto PROCAPE. Isto a começar pelo PFL que em maio anunciou uma modificação em seu "Plano 90" (plano de governo) para englobar esta reivindicação. Lembramos que uma das entidades mais atuantes nesta questão foi a FACISC cujo presidente era Francisco Mastella, candidato a deputado estadual pelo PDC e em coligação com o PFL.

Mais uma vez queremos chamar a atenção a esta adesão do empresariado a Nova República e, conseqüentemente, ao processo de transição democrática conservadora que, no nosso entender, não pode ser reduzida a simples cooptação.

Acho importante considerar a reação do empresariado quando da extinção do PROCAPE e o esforço de várias entidades e algumas outras lideranças no sentido de forçar o poder público a implantar uma agência para subsidiar as empresas privadas.

Com relação ao plano cruzado, embora algumas das suas medidas tivessem um caráter de intervenção no mercado ele nunca foi visto como uma ameaça à livre

⁴⁷ JSC, 4/5/86, p. 24.

iniciativa mas como um instrumento para fortalecê-la ainda mais. Além do que o discurso econômico do PFL (membro integrante da AD) postulava teses neoliberais moderadas que estavam próximas aquelas reivindicada pelo empresariado catarinense.

Glauco J. Corte enuncia, em artigos publicados no início do ano, esta perspectiva. Entendia que: "...é preciso reduzir a intervenção estatal na sociedade, para que esta, livre das normas e regulamentos burocráticos, encontre novas formas de geração de trabalho"⁴⁸. Além do mais reconhecia que havia uma expectativa a respeito da implementação por parte da Nova República de uma reforma no estado. E isto podemos verificar em um texto intitulado "A função do Estado".

"Com o advento da Nova República, foi imediatamente trazida ao palco das grandes discussões nacionais a questão da presença do Estado na sociedade moderna. Nos intensos debates que se seguiram, a excessiva intervenção do Estado na economia foi condenada, assim como foi pregado o ajustamento do setor público, com a contenção de sua crescente expansão e melhoria de sua eficiência"⁴⁹.

Entretanto manifestava certa apreensão pois no decorrer de quase um ano de governo, sentia-se a ausência de uma decisão mais firme ou de fazer a prática corresponder à teoria.

Também, um outro empresário com coluna semanal na imprensa firmava um ponto de vista semelhante a respeito da extensão do estado, afirmando que é preciso o governo "... reduzir ainda mais drasticamente o seu déficit e entrar com mais decisão na desestatização."⁵⁰

O que é importante considerar, é que a elite empresarial emite a opinião de ser favorável a um enfraquecimento do estado mas dentro de determinado limite.

⁴⁸ Glauco José Côte. OE, 19/01/86, p. 4.

⁴⁹ Glauco José Côte. "A função do estado". OE, 23/2/86, p. 4.

⁵⁰ I. Hering. JSC, 12/1/86, p. 2.

Considerando como necessária a intervenção do poder público em determinados momentos e em certas situações. Como podemos ver pela declaração de uma entidade representativa: "Entende, todavia, a FACISC e o seu Conselho Diretor que algo tinha que ser feito para impedir a ascensão inflacionária ..."51

Esta afirmação deixa claro que esta entidade e seu "Conselho Diretor" não acreditavam na possibilidade das leis do mercado (ou sua mão invisível) conter a ascensão inflacionária. Ainda que "... a interferência do Estado dever se limitar à fiscalização dos abusos e a punição dos inescrupulosos ..."52

O próprio presidente desta entidade, em artigo publicado na imprensa em maio, ao discutir a extinção do PROCAPE procura demonstrar o quanto é importante para a iniciativa privada a existência de um organismo semelhante. Faz uma introdução discorrendo sobre a economia catarinense procurando mostrar o quanto estava estagnada durante a década de 60. Posteriormente, procura demonstrar o quanto a criação do FUNDESC (antecessor do PROCAPE) foi importante para fazer com que esta economia superasse aquele quadro "perverso" (sic). Da mesma forma, para o autor, embora a economia regional encontre-se em outra situação neste ano de 1986 um organismo semelhante deve ser criado.

"Neste momento é de fundamental importância a criação de um instrumento que permita a consolidação do nosso modelo de desenvolvimento, especialmente, no setor industrial, assim como o desenvolvimento de novas atividades."53

Concordando com este ponto de vista o industrial o I. Hering procura justificar esta interferência do estado, embora limitando a intervenção nos momentos em que há necessidade de um ritmo de crescimento econômico mais intenso." Um ponto que também é pouco notado é que um desenvolvimento forçado requer uma maior participação do Estado no setor empresarial, mesmo quando a filosofia do governo

⁵¹ Coluna da FACISC. JSC, 28/03/86, p. 7.

⁵² Coluna da FACISC. JSC, 30/6/86, p. 6.

⁵³ Francisco Mastella. "Instrumento de Desenvolvimento". JSC, 22/5/86, p. 2.

não é socializante porque a iniciativa privada, pode, dificilmente, acompanhar o necessário ritmo".

Mais tarde, o mesmo Ingo Hering, faz algumas considerações interessantes a respeito da intervenção do estado na economia.

"Parece-nos incontestemente que a livre iniciativa (capitalismo) promove, quase que automaticamente, a melhoria do "standard" de vida (...). E, conforme os liberais ortodoxos de forma mais rápida, quando menos atrapalhado pelo Estado.

Nos países em desenvolvimento, esta assertiva requer, porém, alguns reparos - Da mesma forma como estes países não podem adotar o livre comércio sem cautelas maiores do que os desenvolvidos, no seu desenvolvimento interno também precisam de alguma tutela, também, em sentido social."⁵⁴

Estas declarações de empresários que procuravam demonstrar a importância da contribuição do estado na promoção do desenvolvimento industrial levaram o Presidente da FACISC a reconhecer em um debate entre empresários que: "(...) inclusive às vezes, nos imputam o fato de que os empresários são a favor da livre iniciativa, não querem a interferência do Governo, mas quando precisam de recursos, eles vão bater às portas do Governo."⁵⁵

A esta consideração vem em socorro o representante do grupo Portobello, Glauco Côrte, que procura explicar a situação tentando definir o que chama de "função do estado". "Eu imagino que realmente o estado não deve dar nada ao empresário. O estado não deve ser um doador de recursos, ele deve criar condições para que os empreendimentos surjam (...). Esta é a função que o Estado deve ter, criar facilidades e condições".⁵⁶

Em outro momento ao comentar questão correlata, o blumenauense Carlos C. Zadrozny, seguia uma linha de pensamento semelhante onde verbalizava a

⁵⁴ Ibid. "Justiça Social II". JSC, 1/6/86, p. 2.

⁵⁵ Francisco Mastella. OE, 5/5/86, p. 9/10.

⁵⁶ OE, 5/5/86, p. 9.

importância de estatais em determinados setores da economia mas questiona em outros. "Nós aceitamos que certas atividades sejam de exclusividade do poder público, como por exemplo, a energia elétrica, cuja reversão para uma iniciativa privada seria muito difícil, no Brasil em termos de hoje. Agora, porque o poder público deve produzir minério de ferro?"⁵⁷

4. Conclusão:

Relativamente à posição de setores do empresariado nos partidos políticos e de seus pontos de vista a respeito das reformas no poder público, consideramos o seguinte:

1. Em primeiro lugar, o que mais chama a atenção é que o PDS perdeu o quase monopólio que mantinha em Santa Catarina com respeito à filiação de empresários. O PFL passa a contar com vários deles que abandonaram o PDS. O PMDB, também, registrava filiação de líderes da categoria;

2. Ao contrário do que afirma a grande imprensa escrita do estado, o grande empresariado não estava com o PMDB⁵⁸. Não há dados que confirmem este entendimento da mídia. Acredito que o PMDB tenha recebido um apoio financeiro do empresariado, a um nível que nunca aconteceu no passado, mas esse apoio esteve voltado basicamente para o seu candidato a governador. Além do mais, com certas restrições. Veja-se o caso da Associação Comercial de Florianópolis que abriu espaço para a apresentação de seus programas apenas a dois dos cinco candidatos Amilcar Gazaniga (PDS) e Vilson Kleinubing (PFL). No que se refere aos candidatos proporcionais, exceto por alguns casos, não foram os candidato peemedebistas os mais contemplado com recursos empresariais.

⁵⁷ Carlos Curt Zadrozny. Entrevista ao JSC, 25/5/86, p. 25.

⁵⁸ O jornal "O Estado" do dia 7 de julho em sua página dois, página dos editoriais, afirmava que "... o PMDB é hoje o partido que mais vem recebendo apoio empresarial para as eleições de novembro

3. O principal e ostensivo apoio ainda é oferecido aos candidatos do PDS mas, também, a pefelistas. O mesmo não se pode dizer do candidato Amilcar Gazaniga que foi recebido com certa frieza nas empresas que visitava no interior do estado. Com toda certeza, essa posição era resultado do fato de que as posições políticas do principal líder do PDS, Esperidião Amin estavam sendo vistas como aventureiras pela a elite econômica de Santa Catarina;

4. Por outro lado, o PMDB já controlava um espaço significativo junto ao pequeno e médio empresariado. Entre estes predominava o setor de serviços, especialmente o comércio. São vários os supermercadistas que ocupavam posições importantes no partido.

Entretanto, este setor do empresariado encontra-se igualmente presente nos outros grandes partidos, especialmente nos municípios menores. Aproxima-se, inclusive, de partidos políticos menores como pode-se verificar a presença de micro-empresários presentes no PDT.

5. No que se refere aos cargos legislativos, o grande empresariado catarinense concentrava a sua atenção no nível federal, ainda que sem desprezar a Assembléia Legislativa estadual. Talvez a grande exceção, fosse o esforço do grupo HERING com a eleição de um de seus diretores (F. Mastella) para deputado estadual. Esforço sem dúvida recompensado pois Mastella foi o mais bem votado candidato a deputado estadual nas eleições de 1986;

6. Em termos regionais registrava-se que o grande empresariado do Oeste e Meio Oeste, concentrado nas Agro-indústrias abandonava os seus antigos partidos, o PMDB e especialmente o PDS para inscrever-se no PFL. O jornal "O Estado" confirma este ponto de vista admitindo que: "Em termos de poderio econômico pode-se dizer que o PFL cercou o Vale do Rio do Peixe. Com efeito, a região abriga

três grandes empresas cujos dirigentes são ligados (pelo menos indiretamente) ao partido. A Sadia, a Perdigão e a Bonato"⁵⁹.

7.. No vale do Itajaí acontece uma adesão um pouco mais discreta à Nova República através do PFL. Empresários do importante ramo industrial têxtil vão abandonando o PDS, partido ao qual tradicionalmente estiveram ligados. Em público, alguns assumem uma posição de neutralidade. Entretanto, é visível que passam a assumir indiretamente uma posição pró Nova República (Caso dos grupos ARTEX⁶⁰ e HERING).

8.. Na região nordeste do Estado, onde consideramos os importantes municípios industriais de Joinville, Jaraguá do Sul e São Bento do Sul, setor importante do empresariado continuava filiado ao PDS. As adesões ao PFL aconteceram mas foram raras. O PMDB, no entanto, manteve algumas vinculações estabelecidas anteriormente. Importante lembrar que o empresariado desta região estava unido em torno da candidatura da chapa Renovação à diretoria da FIESC para a gestão 86/89. A única dissidência ficava por conta de Egon Freitag do grupo BRASMOTOR que apoiou a chapa Integração (situação). Além do mais, foram justamente os membros deste grupo que mais se aproximaram de Jorge Bornhausen no período anterior as eleições.

9. Quanto ao sul do Estado a situação foi um pouco mais dividida. O PMDB, ao contrário do que acontecia em outras regiões, já tinha ocupado um pequeno espaço entre o empresariado e conseguiu mantê-lo. Alguns empresários continuaram defendendo firmemente o PDS, como é o caso de Jarvis Gaidzinski (grupo ELIANE) ou da "oligarquia" dos Bittencourt (Imaruí). Mas algumas dissidências aconteceram embora de forma muito tímida. Entretanto, especialmente

⁵⁹ OE;7/10/86:p4-IG,"Performance"

⁶⁰ 15/out-JSC 4 - "Vereador Cesar A. Viana sai do PDS ..." - o vereador Cesar A. Viana foi eleito vereador em 82 com apoio da ARTEX.

em Tubarão, parcela significativa do empresariado aproximava-se definitivamente do PFL.

10. A respeito de outras duas regiões do Estado, a região serrana/planalto Norte e a região da Grande Florianópolis temos de considerar que, embora tivessem uma população elevada e um grande número de eleitores, não possuíam um grandes grupos empresariais como as demais regiões. O que podemos, no entanto, verificar a respeito destas áreas é que, na região serrana, a aproximação de representante de pecuaristas (Ivo Bianchini- presidente da FAESC) do PFL não foi proveitosa pois não conseguiu eleger-se. Por outro lado, o mais importante grupo industrial da região da Grande Florianópolis (grupo USATI-PORTOBELLO) estava tomando um rumo pró Frente Liberal, o que podia ser constatado pelo fato da figura política mais representativa do grupo (Cláudio Ávila da Silva) ter se inscrito como candidato a deputado federal pelo PFL.

11. Ao optar por partidos políticos, determinadas empresas eram bastante cautelosas. Mantinham representantes seus em mais de um partido político. Quem melhor exemplificava esta situação era o grupo WEG de Jaraguá do Sul.. Um dos sócios mais conhecido João Egon da Silva, continuava filiado ao PDS mas sugeriu Jorge Bornhausen para o governo do Estado. Continuavam no PDS, Vicente Donini assim como Antônio Carlos Konder Reis (presidente do Diretório Regional), membros do Conselho de Administração. Por outro lado, um outro sócio, Geraldo Werninghaus era presidente do Diretório Municipal do PFL de Jaraguá do Sul.

12. Um outro ponto a destacar é o posicionamento dos grandes grupos de Blumenau que atuavam no setor têxtil. Alguns grupos passaram, em 1986, a integrar o PFL (HERING e ARTEX). Entretanto outros mantinham sua fidelidade ao PDS (TEKA e SULFABRIL). Mas havia um outro participando do PMDB (CREMER).

Após esta tentativa de mapear o empresariado de uma forma partidária, queremos crer que é possível tirar algumas conclusões a respeito da visão empresarial sobre as relações entre estado e livre iniciativa. Utilizamos, para tanto, os depoimentos registrados no item 3, em torno de temas como o controle dos preços pelo poder público, a existência de órgãos estatais que financiavam o setor privado e a sobrevivência das empresas estatais.

1. Eram constantes as afirmações de crença na livre iniciativa, no livre mercado e na capacidade destes de gerar o desenvolvimento econômico e o bem estar para toda uma sociedade;

2. Esta fé no livre mercado, no entanto, não era absoluta. Reconheciam a necessidade de intervenção do estado para por ordem em certas situações que fugiam ao controle do setor privado. Uma dessas situações correspondia aquelas em que há elevados índices inflacionários. Afirmava, entretanto, que o estado era o principal responsável pela inflação;

3. A livre iniciativa não era reconhecida, também, como capaz de impulsionar a economia para o desenvolvimento de forma independente do poder público. Ainda que esta incapacidade fosse reconhecida como fato somente para situações de economia não desenvolvida;

4. Simultaneamente, defendiam a necessidade de promover a desestatização da economia com a privatização de empresas que estavam sob o controle do poder público;

5. Em relação ao tema acima reconheciam que alguns setores, como energia elétrica, poderiam ficar a cargo do setor público;

6. Ao lado das questões acima, defendiam a descentralização administrativa, com o conseqüente fortalecimento da "comunidade" e acima de tudo do município em detrimento da administração federal;

Conclusão

As eleições realizadas em 15 de novembro de 1986 além de definir uma alternância no governo estadual originaram uma mudança no sistema partidário catarinense. O regime político pós-64 estabeleceu, com as mudanças na legislação eleitoral de 1965, um sistema não-competitivo de partido político. Embora tratando-se da constituição de uma formação composta de dois partidos, apenas ao situacionista era dada a possibilidade de vencer.

A legislação eleitoral definida em 1979 extinguiu ARENA e MDB possibilitando a formação de novas organizações. Desta forma, cinco partidos políticos participaram do pleito de 1982¹. A desintegração do regime militar possibilitou a alternância partidária no poder. Entretanto, estratégias de uma engenharia eleitoral somadas às condições peculiares do Estado de Santa Catarina acabam por garantir uma situação tipicamente bipartidária. Dois partidos políticos (PMDB e PDS) disputaram efetivamente as eleições de 1982. Situação idêntica foi repetida em 1985, nos pleitos municipais realizados na capital e em municípios do extremo-oeste. Isto, apesar de um sexto partido político (PFL) ter sido constituído naquele ano.

O pleito de 15 de novembro de 1986, provocou de forma diversa, modificações ao estabelecer a alternância no governo regional e redefinir o formato partidário. Verificamos uma mudança no sistema partidário regional com a passagem daquela situação de claro bipartidarismo para um sistema de pluralismo moderado. A mudança foi conseqüência do crescimento do PFL, terceiro partido mais importante no Estado. Configurava-se, então, um quadro onde três partidos políticos efetivos tinham condições de lutar para conquistar o poder ao lado de um conjunto de partidos menores.

¹ Os partidos políticos foram: PMDB, PDS, PT, PDT e PTB.

Além do mais, conforme já destacamos anteriormente (Capítulo 4) em algumas regiões chega a se constituir um quarto partido ou um conjunto de partidos que formam uma quarta força político-partidária.

PT *este*
PT PDT PCB G.FRONS

Qual o motivo destas transformações? As causas são variáveis mas uma delas foi de grande importância: o novo posicionamento do empresariado catarinense, especialmente dos executivos dos grandes grupos econômicos, a respeito dos partidos políticos e da política nacional. correspondeu a um processo de vinculação de parcela deste empresariado ao PFL e o apoio oferecido ao governo federal e ao esquema de sustentação denominado Aliança Democrática.

Diversos empresários tomaram parte na formação do partido em 1985. No mês de fevereiro realizaram-se as convenções para a formação dos diretórios municipais e regional. Registre-se que na oportunidade, diversos executivos de grandes grupos econômicos participaram das diretorias tendo alguns ocupado posições chaves nas executivas municipais e regional. Esta adesão foi notada claramente na maioria dos municípios economicamente importantes. No transcorrer do ano até as eleições novos nomes representativos de diversos grupos econômicos vão se somar a estes.

A formação do PFL em Santa Catarina, no entanto, não foi tranqüila. Jorge Bornhausen iniciou, em 1985, a organização do partido pretendendo contar com o apoio do governador Esperidião Amin. Este, entretanto, recusou-se a participar do projeto e assumiu uma posição crítica à Nova República. chegou, inclusive, a estabelecer aliança com setores de esquerda. Mas tal aliança não se manteve pois o governador não rompeu com a ala conservadora do PDS que, por mais de vinte anos, apoiou o regime militar em Santa Catarina e votou em Paulo Maluf no Colégio Eleitoral.

Não cabe aqui averiguar os motivos pessoais que levaram Esperidião Amin a esta postura (não é o objetivo deste trabalho). Mas ele se tornou um ponto de

referência para grupos políticos e econômicos que resistiam ou receavam as conseqüência de um projeto de reformulação institucional no país. Fortaleceu, de certa forma, uma ala de direita que resistia à consolidação do processo de transição democrática através da Nova República.

Entendemos que o esforço da Aliança Democrática em Santa Catarina consistia em evitar que aqui se constituísse um forte polo de resistência direitista ao processo de transição conservadora. A tarefa de setores do governo da Nova República e alguns empresários já pertencentes aos quadros do PFL foi a de conquistar o empresariado regional que ainda se mantinha relutante, em posições mais conservadoras. Este esforço tem um resultado favorável com o enfraquecimento político do PDS. A expressão eleitoral deste ficou, em grande parte, restrita às regiões menos desenvolvidas economicamente.

A vinculação do empresariado a um dos partidos de sustentação da Aliança Democrática não foi geral e atingiu determinadas regiões e setores de atividades.

As adesões mais significativas ao PFL e, conseqüentemente, à Nova República vieram do setor agro-industrial, do têxtil e, depois, de alguns setores cerâmicos e da construção civil.

A localização regional destes ramos coincidiu (com algumas exceções) com as áreas onde o PFL teve maior apoio do empresariado. As vinculações ocorreram de forma mais expressiva na região Oeste e Meio Oeste de Santa Catarina, mais precisamente nas cidades pólos de Chapecó, Concórdia e Videira. Outra área importante foi a do Vale do Itajaí, especialmente a micro-região denominada Médio Vale, onde está localizada a cidade de Blumenau. Mas há que se lembrar, também, do sul, especialmente Tubarão e Criciúma, e da Grande Florianópolis, embora contando, nestas regiões com um empresariado de menor porte.

O que chama a atenção é que estas foram as áreas onde se registraram as maiores fragmentações partidárias. Ou seja, onde o voto do eleitor se distribuiu de

tal forma que foi possível constatar a existência de três ou quatro partidos políticos realmente efetivos.

Estas áreas de maior apoio empresarial ao PFL e de maior fragmentação partidária coincidiam, em grande parte, com as regiões onde estavam localizados os sindicatos patronais cujos delegados ofereceram um maior apoio à chapa Integração nas eleições para a FIESC (junho de 1986). Percebemos o quanto os membros da chapa Renovação (oposição) estava próxima do PDS a começar pelo candidato a presidente, Otair Becker.

A adesão ao PFL, por outro lado, foi muito reduzida entre o empresariado de setores metal-mecânico, materiais elétricos e plásticos. Sua base era a região norte do Estado, especialmente, nas cidade de Joinville e Jaraguá do Sul. Coincidentemente, foram estas áreas que registraram as menores fragmentações eleitorais. Onde o pleito foi bipartidário e a disputa maior se deu entre PDS e PMDB. Ali estavam localizados os sindicatos que ofereceram o maior apoio à chapa Renovação nas eleições para a direção da FIESC.

Poder-se-á concluir que o fato de parcela respeitável do empresariado ter abandonado o PDS vinculando-se ao PFL permitiu sua consolidação como partido político em Santa Catarina. Isto contribuiu para a formação de uma liderança partidária e para a obtenção de votos no pleito de 15 de novembro.

Cabe aqui um esclarecimento. Não se pretende afirmar que o PFL tenha se constituído no partido político burguês por excelência ainda que possa ser considerado uma expressão da burguesia. Mesmo porque não concordamos que um partido político possa ser visto como um instrumento ou o braço político de uma determinada classe social. O partido é um campo de luta onde diversos segmentos sociais se confrontam, resultando na definição da supremacia (ou hegemonia) de um grupo sobre os demais.

Mencione-se que o PFL tinha, em 1986, em seus quadros, presidentes de pelo menos dois dos maiores e mais importantes sindicatos de trabalhadores de Santa Catarina (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó e Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias mecânicas de Joinville). Poder-se-á questionar o grau de representatividade destes líderes justamente por que, ambos foram derrotados, pelas oposições, nas eleições seguintes para as diretorias de seus respectivos sindicatos. Mas não podemos deixar de considerar que eles representavam parcelas, ainda que minoritária, de trabalhadores.

A vinculação do empresariado a partidos políticos não se limita ao PFL. Conforme mencionado anteriormente, o PDS mantinha uma presença significativa de executivos em sua direção. Poder-se-á argumentar que, em 1986, vários deles já não demonstravam entusiasmo pelo partido. Mantinham, não obstante a filiação, lutando por alguma candidatura específica.

Acontece o mesmo com relação ao PMDB. Não havia, nele, muitos executivos de grandes grupos econômicos. Pode-se, no entanto, verificar a vinculação de setores médios do empresariado e, em especial, do comércio.

Aspecto importante a considerar é o da vitória de um dos partidos de apoio à Aliança Democrática em Santa Catarina. O PMDB foi, nesta eleição, amplamente vitorioso, tanto nos pleitos majoritários como nos proporcionais, embora não tenha obtido, sozinho, maioria absoluta na Assembléia Legislativa.

Como já foi visto o PMDB venceu em quase todas as regiões, nos municípios mais populosos e naqueles com maior arrecadação de ICMS. O PDS mostrou sua força em poucas regiões, somente onde predominavam os pequenos municípios e os mais pobres. As áreas mais dinâmicas do Estado de Santa Catarina garantiram a vitória ao PMDB e crescimento do PFL.

Analisar as eleições gerais de 1986 em Santa Catarina inserindo-a no contexto do processo de transição democrática conservadora desenvolvido no

Brasil a partir da década de 70. Este processo resultou da conciliação entre um setor mais liberal dos grupos vinculados ao regime autoritário com um setor conservador das oposições. A transição realizou-se em dois movimentos. O primeiro movimento foi a passagem de um regime autoritário para uma situação democrática. O segundo, desta situação democrática a um regime democrático.

O estabelecimento da Nova República e as eleições de 1986 encerraram o primeiro momento do processo de transição democrática. O sistema partidário definido com as eleições de 1986 foi consequência de um esforço de setores das elites políticas em consolidar, regionalmente, a Nova República. Significava garantir a transição conservadora (ou a "transição transada" nas palavras de O'Donnell) e derrotar as forças de direita que resistiam, por diversas razões, a este esforço. No processo eleitoral de 1986 as forças de direita estavam representadas pelo PDS reduzido, como expressão dominantes, a apenas alguns municípios menos populosos e economicamente mais pobres.

A transição democrática corresponde à passagem de uma situação democrática para um regime democrático plenamente consolidado, não finalizou. Para que isto ocorresse, dois fatores, no mínimo, seriam considerados: 1) a efetiva participação política dos grupos sociais mais desfavorecidos da sociedade; 2) extensão das práticas democráticas do nível político para o nível sócio-econômico.

Esclareça-se quanto ao primeiro fator, que os dados utilizados possibilitavam entrever a formação de uma quarta força político-partidária contando com a participação de micro-empresários, pequenos trabalhadores rurais e lideranças sindicais mais combativas e diversos movimentos sociais. Mas, na ocasião não tínhamos elementos que nos permitissem mensurar seu crescimento nem o quanto ela poderia estar se tornando de expressão de setores subalternos da sociedade catarinense/brasileira. É uma tarefa a ser realizada.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Lais Wendel. "Empresários e trabalhadores: novas idéias e velhos fantasmas". Coleção Cadernos do CEDEC n. 7, 1985.
- AGUIAR, Itamar. *As Eleições de 1982 para governador em Santa Catarina: Táticas e Estratégias das Elites no confronto com as oposições*. Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - CFH, Universidade Federal de Santa Catarina.
- ANDERSON, Perry. *A Crise da Crise do Marxismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- ACF - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE FLORIANÓPOLIS. Relatório das Atividades Sociais - Período maio/1985 à maio/1987, mimeo.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. *Anais da Assembléia Legislativa*. Florianópolis, 1986. V. 1 e 2.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.
- BOSCHI, Renato Raul. *Elites Industriais e Democracia*. Rio de Janeiro, Edições Graal Ltda. 1979.
- CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. Editora Laudes. 1970.
- CARONE, Edgar. *A República Velha: Instituições e Classes Sociais*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- CARREIRÃO, Yan. *Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina*. Florianópolis, Editora da UFSC. 1990.
- CORREA, Carlos H. *Um Estado entre Duas Repúblicas*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1984.
- DALLARI, Dalmo. "Como nos velhos tempos". in KOUTZIL, Flávio. *Nova República: um balanço*. Porto Alegre, L&PM Editores Ltda., 1986, p. 155/67.

- DE MARCO, Benhur. *O controle da Mídia: Elites e a Radiodifusão em Santa Catarina*. Florianópolis. 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - CFH, Universidade Federal de Santa Catarina.
- DINIZ, Eli. "Empresariado e Transição Política no Brasil: Problemas e Perspectivas". in FLEISCHER, David (org.) *Da Distensão a Abertura - as eleições de 1982*. Brasília, Editora da UnB. 1988.
- DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato. "Lideranças Empresariais e Problemas da Estratégia Liberal no Brasil." 1992.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes. 1981.
- _____. *O jogo da direita*. São Paulo. Edições Loyola. 1989.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.
- FLEISCHER, David V. (org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Vol. 1. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.
- FINNER, S. E. "Grupos de Pressão". in CARDOSO, F. H. & MARTINS, C. E. (orgs.) *Política e Sociedade*. São Paulo. Editora Nacional. Vol. 1, 1983
- FONTANA, Remy. *Governo Amin: Um voto de desconfiança (A "opção pelo pequenos" como um meio de realizar a política dos grandes)*. Florianópolis, 1983. Mimeo.
- GERTZ, Ren E. *O Fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre, Mercado Aberto. 1987
- GIESE, Bárbara. *A atuação política do empresariado catarinense dos ramos têxtil e agro-industrial: demandas e canais de influência (1970/1985)*. Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado, 1991.
- GOLD, David A.; LO, Clarence Y. H.; WRIGHT, Erik Olin. "Recientes Desarrollos en La Teoria Marxista Del Estado Capitalista". in SONNTAG, H. R. & VALECILLOS, H. *El Estado en el capitalismo contemporâneo*. México: Siglo Veintiuno editores, 1982.

- GUIMARÃES, Antônio S. A. "Classes, interesses e Exploração: Comentários a um debate anglo-americano" in BIB. Rio de Janeiro. 1º semestre de 1991, p 49 a 66.
- HERING, Ingo W. *Coletânea de Artigos: Ingo Hering*. Blumenau, 1980.
- IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo : Cortez, 1982.
- KANDIR, Antônio; SADER, Eder; COMPARATO, Fábio et al. *Constituinte, Economia e Política da Nova República*. São Paulo : Cortez : EDUC, 1986.
- LAMOUNIER, Bolívar (org.). *Voto de Desconfiança: Eleições e Mudança Política no Brasil, 1970-1979*. Petrópolis : Vozes, 1980.
- _____. *Partidos e Utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo : Edições Loyola, 1989.
- LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO, Rachel. *Partidos Políticos e Consolidação Democrática: O caso brasileiro*. São Paulo : Brasiliense, 1986
- LASKI, Harold J. *O Manifesto Comunista de Marx e Engels*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1978.
- LENZI, Carlos Alberto S. *Partidos e Políticos de Santa Catarina*. Florianópolis : Editora da UFSC, 1983.
- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.
- _____. *O Capital*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1970.
- MENEGUELLO, Rachel. "Nota preliminar para um estudo da Justiça Eleitoral". in SADEK, Maria Tereza (org.). *Eleições/1986*. São Paulo : Vértice Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989, p 101/115.
- MINELLA, Ary Cesar. "Transformação dos setores sociais dominantes: a burguesia bancário-financeira no Brasil." in LARANJEIRA, Sônia (org.). *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo : Hucitec, 1990.

- MOORE Jr., Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. Lisboa : Edições Cosmos, 1967.
- MOTTA, Fernando C. Prestes. *Empresários e Hegemonia Política*. São Paulo : Editora Brasiliense, 1979.
- O'DONNELL, Guilermo. "Transição Democrática e Políticas Sociais". in *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro : FGV, out/dez 1987.
- OFFE, Claus & RONGE, Volker. "Teses sobre a Fundamentação do Conceito de 'Estado Capitalista' ..." in OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro : Edições Tempo Brasileiro Ltda., 1984.
- PEREIRA, Luiz C. Bresser. *O Colapso de uma Aliança de Classes*. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- PETRELLA, Ricardo. "A Mundialização da Tecnologia e da Economia", in *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis : Editora Vozes, jul-ago 91.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder políticos e classes sociais*. Porto : Portucalense Editora, 1971.
- _____. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1975.
- SADEK, Maria Tereza (org.). *Eleições/1986*. São Paulo : Vértice, Editora dos Tribunais, IDESP, 1989.
- SANTA CATARINA. Centro de Assistência Gerencial de. CEAG/SC. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: Estudo das Alterações Estruturais (século XVII-1960)*. Florianópolis : CEAG/SC, 1980.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro : Zahar Editores; Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1982.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1984.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro : 1988, 3ª ed.

SILVA, Elizabeth Farias da. *O MDB/PMDB em Lages: Análise de um Partido de Oposição no Governo (1972-1982)*. Florianópolis, 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - CFH, Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, José Tadeu de. *Representação de interesses industriais catarinense: Eleição na FIESC em 1984 (Estudo de Caso)*. Florianópolis, 1993. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) - CFH, Universidade Federal de Santa Catarina.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Brasil: Radiografia de um modelo*. Petrópolis : Editora Vozes, 1974.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo : Alfa-Ômega, 1976.

THIAGO, Acácio Garibaldi S. "As Eleições de 1974 em Santa Catarina". in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. nº 24, 1978.

VIOLA, Eduardo J. "As Eleições de 1985 e a Dinâmica do Sistema Partidário de Santa Catarina". in *Cadernos de Ciências Sociais*. Florianópolis : UFSC, 1986.

JORNAIS DE 1986.

O ESTADO - Florianópolis

JORNAL DE SANTA CATARINA - Blumenau

DIÁRIO CATARINENSE - Florianópolis

A NOTÍCIA - Joinville

ANEXO 1

Municípios de Santa Catarina distribuídos pelo número de habitantes

Tabela 1 - Municípios com mais de cem mil habitantes:

Nº	Re	Município	População/86
1	5	Joinville	290.706
2	1	Florianópolis	221.911
3	3	Blumenau	184.931
4	11	Lages	143.265
5	13	Criciúma	135.360
6	1	São José	112.904
7	9	Chapecó	103.240
8	2	Itajaí	103.192

Tabela 2 - Municípios com mais de cinquenta mil e menos de cem mil habitantes:

Nº	Re	Município	População/86
1	12	Tubarão	85.472
2	14	Concórdia	64.697
3	19	Jaraguá do Sul	62.412
4	1	Palhoça	52.337
5	18	Canoinhas	51.455

Tabela 3 - Municípios com mais de vinte mil e menos de cinquenta mil habitantes:

Nº	Re	Município	População/86
1	16	Brusque	49.489
2	7	Caçador	46.038
3	8	Campos Novos	44.705
4	6	Mafra	44.020
5	22	São Bento do Sul	42.730
6	20	Laguna	42.329
7	4	Rio do Sul	41.151
8	15	Araranguá	40.965
9	7	Curitibanos	40.085
10	10	São Miguel D'Oeste	39.167
11	17	Xanxerê	33.854
12	3	Indaial	33.162
13	7	Videira	32.298
14	13	Içara	31.221
15	3	Gaspar	30.654
16	2	Balneário Camboriú	30.487
17	18	Porto União	28.822
18	20	Imbituba	28.175
19	1	Biguaçu	27.580

20	10	Itapiranga	26.712
21	8	Joaçaba	26.531
22	17	Xaxim	26.369
23	9	Campo Erê	25.837
24	13	Urussanga	25.662
25	6	Itaiópolis	25.431
26	5	São Francisco do Sul	25.073
27	22	Rio Negrinho	24.799
28	11	São Joaquim	24.235
29	10	Mondai	24.057
30	4	Ibirama	23.499
31	9	São Lourenço D'Oeste	23.486
32	9	Maravilha	23.242
31	15	Sombrio	23.130
34	3	Timbó	20.935
35	7	Fraiburgo	20.550
36	9	Quilombo	20.287

Tabela 4 - Municípios com mais de dez mil e menos de vinte mil habitantes:

Nº	Re	Município	População/86
1	2	Camboriú	19.528
2	21	Ituporanga	19.228
3	9	Coronel Freitas	19.114
4	4	Taió	19.022
5	17	Abelardo Luz	18.464
6	2	Navegantes	18.331
7	12	Orleans	18.280
8	10	São José do Cedro	17.769
9	9	Palmitos	17.741
10	16	Tijucas	17.160
11	10	Descanso	17.137
12	14	Seara	17.108
13	20	Imaruí	16.951
14	8	Herval D'Oeste	16.727
15	3	Pomerode	16.634
16	20	Jaguaruna	16.629
17	7	Santa Cecília	16.592
18	9	Cunha Porã	16.283
19	11	Anita Garibaldi	15.064
20	6	Papanduva	14.902
21	10	Dionísio Cerqueira	14.693
22	12	Braço do Norte	14.270
23	11	Correia Pinto	14.150
24	19	Guaramirim	14.147
25	17	São Domingos	14.081

26	9	Modelo	13.722
27	13	Lauro Müller	13.609
28	18	Três Barras	13.493
29	11	Campo Belo do Sul	13.144
30	13	Siderópolis	12.920
31	5	Araquari	12.757
32	19	Barra Velha	12.512
33	1	Santo Amaro da Imp.	12.372
34	11	São José do Cerrito	12.370
35	15	Turvo	12.341
36	17	Ponte Serrada	12.291
37	10	Guaraciaba	12.191
38	8	Capinzal	12.067
39	9	São Carlos	11.948
40	11	Otacílio Costa	11.907
41	15	Jacinto Machado	11.830
42	11	Urubici	11.826
43	16	São João Batista	11.746
44	8	Tangará	11.709
45	2	Penha	11.577
46	19	Massaranduba	11.521
47	8	Catanduvas	11.377
48	4	Pouso Redondo	11.123
49	3	Benedito Novo	11.045
50	4	Presidente Getúlio	10.767
51	13	Morro da Fumaça	10.745
52	9	Pinhalzinho	10.330
53	5	Garuva	10.278
54	15	Meleiro	10.169
55	2	Porto Belo	10.142

Tabela 5 - Municípios com cinco de cinquenta mil e menos de dez mil habitantes:

Nº	Re	Município	População/86
1	10	Anchieta	9.832
2	13	Nova Veneza	9.795
3	7	Lebon Régis	9.741
4	21	Alfredo Wagner	9.650
5	19	Corupá	9.629
6	10	Romelândia	9.439
7	18	Irineópolis	9.289
8	22	Campo Alegre	9.214
9	2	Itapema	9.199
10	9	Saudades	9.170
11	16	Nova Trento	9.136
12	20	Garopaba	9.110

13	17	Faxinal dos Guedes	8.898
14	2	Ilhota	8.781
15	1	Governador Celso Ra.	8.756
16	9	Caxambú do Sul	8.745
17	3	Rodeio	8.711
18	3	Rio dos Cedros	8.561
19	16	Guabiruba	8.536
20	15	São João do Sul	8.204
21	12	Gravatal	8.186
22	6	Monte Castelo	8.173
23	14	Itá	8.129
24	10	Palma Sola	8.127
25	21	Vidal Ramos	8.071
26	4	Trombudo Central	7.735
27	16	Canelinha	7.645
28	11	Bom Retiro	7.559
29	15	Praia Grande	7.557
30	8	Água Doce	7.509
31	4	Lontras	7.464
32	17	Galvão	7.463
33	9	Caibi	7.364
34	4	Rio do Oeste	7.160
35	14	Ipumirim	7.133
36	21	Petrolândia	6.993
37	14	Irani	6.961
38	18	Major Vieira	6.952
39	2	Piçarras	6.763
40	4	Agrolândia	6.696
41	9	Águas de Chapecó	6.520
42	2	Luiz Alves	6.461
43	1	Angelina	6.437
44	8	Ouro	6.416
45	12	Treze de Maio	6.354
46	4	Rio do Campo	6.334
47	4	Salete	6.330
48	12	Armazém	6.049
49	4	Ascurra	5.809
50	15	Timbé do Sul	5.779
51	4	Aurora	5.695
52	12	Grão Pará	5.682
53	7	Rio das Antas	5.614
54	1	Antônio Carlos	5.529
55	1	Paulo Lopes	5.513
56	12	São Ludgero	5.274
57	19	Schroeder	5.249
58	12	Pedras Grandes	5.146

59	14	Xavantina	5.145
60	11	Bom Jardim da Serra	5.058

Tabela 6 - Municípios com menos de cinco mil habitantes:

Nº	Re	Município	População/86
1	14	Piratuba	4.860
2	11	Ponte Alta	4.827
3	14	Ipira	4.826
4	10	Guarujá do Sul	4.803
5	7	Matos Costa	4.800
6	8	Erval Velho	4.771
7	14	Jaborá	4.637
8	1	Águas Mornas	4.617
9	15	Maracajá	4.415
10	21	Leoberto Leal	4.265
11	4	Laurentino	4.187
12	21	Imbuia	4.164
13	4	Agronômica	4.104
14	12	Rio Fortuna	4.073
15	8	Ibicaré	4.058
16	1	Anitápolis	4.000
17	16	Botuverá	3.951
18	16	Major Gercino	3.818
19	8	Treze Tílias	3.797
20	21	Atalanta	3.607
21	4	Dona Emma	3.555
22	4	Witmarsum	3.497
23	1	São Bonifácio	3.449
24	7	Salto Veloso	3.423
25	20	São Martinho	3.203
26	9	Nova Erechim	3.175
27	7	Arroio Trinta	3.152
28	14	Peritiba	2.976
29	4	Presidente Nereu	2.955
30	17	Vargeão	2.808
31	1	Rancho Queimado	2.428
32	8	Pinheiro Preto	2.268
33	8	Lacerdópolis	2.100
34	12	Santa Rosa de Lima	1.806
35	14	Presidente Castelo Br	1.754

Tabela 4 - (4) Micro-região do Alto Vale do Itajaí:

Nº	Município	População/86
1	Rio do Sul	41.151
2	Ibirama	23.499
3	Taió	19.022
4	Pouso Redondo	11.123
5	Presidente Getúlio	10.767
6	Trombudo Central	7.735
7	Lontras	7.464
8	Rio do Oeste	7.160
9	Agrolândia	6.696
10	Rio do Campo	6.334
11	Salete	6.330
12	Ascurra	5.809
13	Aurora	5.695
14	Laurentino	4.187
15	Agronômica	4.104
16	Dona Emma	3.555
17	Witmarsum	3.497
18	Presidente Nereu	2.955

Tabela 5 - (5) Micro-região do Nordeste do Estado de Santa Catarina:

Nº	Município	População/86
1	Joinville	290.706
2	São Francisco do Sul	25.073
3	Araquari	12.757
4	Garuva	10.278

Tabela 6 - (6) Micro-região do Planalto Norte:

Nº	Município	População/86
1	Mafra	44.020
2	Itaiópolis	25.431
3	Papanduva	14.902
4	Monte Castelo	8.173

Tabela 7 - (7) Micro-região do Alto Rio do Peixe:

Nº	Município	População/86
1	Caçador	46.038
2	Curitibanos	40.085
3	Videira	32.298
4	Fraiburgo	20.550
5	Santa Cecília	16.592
6	Lebon Régis	9.741
7	Rio das Antas	5.614
8	Matos Costa	4.800
9	Salto Veloso	3.423
10	Arroio Trinta	3.152

Tabela 8 - (8) Micro-região do Meio Oeste Catarinense.

Nº	Município	População/86
1	Campos Novos	44.705
2	Joaçaba	26.531
3	Herval D'Oeste	16.727
4	Capinzal	12.067
5	Tangará	11.709
6	Catanduvas	11.377
7	Água Doce	7.509
8	Ouro	6.416
9	Erval Velho	4.771
10	Ibicaré	4.058
11	Treze Tílias	3.797
12	Pinheiro Preto	2.268
13	Lacerdópolis	2.100

Tabela 9 - (9) Micro-região do Oeste de Santa Catarina:

Nº	Município	População/86
1	Chapecó	103.240
2	Campo Erê	25.837
3	São Lourenço D'Oeste	23.486
4	Maravilha	23.242
5	Quilombo	20.287
6	Coronel Freitas	19.114
7	Palmitos	17.741
8	Cunha Porã	16.283
9	Modelo	13.722
10	São Carlos	11.948
11	Pinhalzinho	10.330
12	Saudades	9.170
13	Caxambú do Sul	8.745
14	Caibí	7.364
15	Águas de Chapecó	6.520
16	Nova Erechim	3.175

Tabela 10 - (10) Micro-região do Extremo Oeste de Santa Catarina:

Nº	Município	População/86
1	São Miguel D'Oeste	39.167
2	Itapiranga	26.712
3	Mondai	24.057
4	São José do Cedro	17.769
5	Descanso	17.137
6	Dionísio Cerqueira	14.693
7	Guaraciaba	12.191
8	Anchieta	9.832

9	Romelândia	9.439
10	Palma Sola	8.127
11	Guarujá do Sul	4.803

Tabela 11 - (11) Micro-região Serrana:

Nº	Município	População/86
1	Lages	143.265
2	São Joaquim	24.235
3	Anita Garibaldi	15.064
4	Correia Pinto	14.150
5	Campo Belo do Sul	13.144
6	São José do Cerrito	12.370
7	Otacílio Costa	11.907
8	Urubici	11.826
9	Bom Retiro	7.559
10	Bom Jardim da Serra	5.058
11	Ponte Alta	4.827

Tabela 12 - (12) Micro-região do Vale do Rio Tubarão:

Nº	Município	População/86
1	Tubarão	85.472
2	Orleans	18.280
3	Braço do Norte	14.270
4	Gravatal	8.186
5	Treze de Maio	6.354
6	Armazém	6.049
7	Grão Pará	5.682
8	São Ludgero	5.274
9	Pedras Grandes	5.146
10	Rio Fortuna	4.073
11	Santa Rosa de Lima	1.806

Tabela 13 - (13) Micro-região do Sul do Estado de Santa Catarina:

Nº	Município	População/86
1	Criciúma	135.360
2	Içara	31.221
3	Urussanga	25.662
4	Lauro Müller	13.609
5	Siderópolis	12.920
6	Morro da Fumaça	10.745
7	Nova Veneza	9.795

Tabela 14 - (14) Micro-região do Alto Uruguai Catarinense:

Nº	Município	População/86
1	Concórdia	64.697
2	Seara	17.108

3	Itá	8.129
4	Ipumirim	7.133
5	Irani	6.961
6	Xavantina	5.145
7	Piratuba	4.860
8	Ipira	4.826
9	Jaborá	4.637
10	Peritiba	2.976
11	Presidente Castelo Br	1.754

Tabela 15 - (15) Micro-região do Extremo Sul de Santa Catarina:

Nº	Município	População/86
1	Araranguá	40.965
2	Sombrio	23.130
3	Turvo	12.341
4	Jacinto Machado	11.830
5	Meleiro	10.169
6	São João do Sul	8.204
7	Praia Grande	7.557
8	Timbé do Sul	5.779
9	Maracajá	4.415

Tabela 16 - (16) Micro-região dos Vales do Tijucas e Itajaí do Sul:

Nº	Município	População/86
1	Brusque	49.489
2	Tijucas	17.160
3	São João Batista	11.746
4	Nova Trento	9.136
5	Guabiruba	8.536
6	Canelinha	7.645
7	Botuverá	3.951
8	Major Gercino	3.818

Tabela 17 - (17) Micro-região do Alto Irani:

Nº	Município	População/86
1	Xanxerê	33.854
2	Xaxim	26.369
3	Abelardo Luz	18.464
4	São Domingos	14.081
5	Ponte Serrada	12.291
6	Faxinal dos Guedes	8.898
7	Galvão	7.463
8	Vargeão	2.808

Tabela 18 - (18) Micro-região do Vale do Rio Canoinhas:

Nº	Município	População/86
1	Canoinhas	51.455
2	Porto União	28.822
3	Três Barras	13.493
4	Irineópolis	9.289
5	Major Vieira	6.952

Tabela 19 - (19) Micro-região do Vale do Itapocú:

Nº	Município	População/86
1	Jaraguá do Sul	62.412
2	Guaramirim	14.147
3	Barra Velha	12.512
4	Massaranduba	11.521
5	Corupá	9.629
6	Schroeder	5.249

Tabela 20 - (20) Micro-região de Laguna:

Nº	Município	População/86
1	Laguna	42.329
2	Imbituba	28.175
3	Imaruí	16.951
4	Jaguaruna	16.629
5	Garopaba	9.110
6	São Martinho	3.203

Tabela 21 - (21) Micro-região do Rio Itajaí do Sul:

Nº	Município	População/86
1	Ituporanga	19.228
2	Alfredo Wagner	9.650
3	Vidal Ramos	8.071
4	Petrolândia	6.993
5	Leoberto Leal	4.265
6	Imbuia	4.164
7	Atalanta	3.607

Tabela 22 - (22) Micro-região do Alto Rio Negro:

Nº	Município	População/86
1	São Bento do Sul	42.730
2	Rio Negrinho	24.799
3	Campo Alegre	9.214

Anexo 3

Eleições estaduais de 1986 - Santa Catarina - Resultado por Município
Votos para governador do Estado - Discriminado por Partido Político

Região	MUNICIPIO	PMDB	PFL	PDS	PT	PDT
17	Abelardo Luz	3.518	1.739	1.047	311	45
4	Agrolândia	1.336	1.013	598	22	8
4	Agronômica	867	653	560	25	8
8	Água Doce	1.639	699	570	37	19
9	Águas de Chapecó	1.353	661	680	116	18
1	Águas Mornas	1.112	482	791	11	10
21	Alfredo Wagner	2.045	425	2.062	19	8
10	Anchieta	1.750	995	406	462	35
1	Angelina	1.154	525	1.640	12	9
11	Anita Garibaldi	3.823	1.240	1.877	41	18
1	Anitópolis	788	368	751	13	2
1	Antonio Carlos	1.061	552	1.359	16	3
5	Araquari	2.428	1.530	200	125	15
15	Araranguá	8.950	4.973	4.093	469	124
12	Armazém	1.596	899	441	11	7
7	Arroio Trinta	462	978	163	12	2
3	Ascurra	1.550	874	138	8	4
21	Atalanta	961	343	497	5	11
4	Aurora	810	1.023	470	146	5
2	Bal. Camboriú	6.278	5.332	2.269	242	143
19	Barra Velha	2.362	1.804	755	39	17
3	Benedito Novo	2.371	1.426	1.416	39	12
1	Biguaçu	4.780	3.609	2.215	156	59
3	Blumenau	32.814	40.231	9.358	1.643	1.450
11	Bom Jardim	1.200	171	806	10	19
11	Bom Retiro	1.965	511	1.293	17	10
16	Botuverá	884	750	484	15	4
12	Braco do Norte	3.669	2.372	1.141	41	17
16	Brusque	11.349	8.103	2.089	639	220
7	Cacador	10.571	8.158	955	591	201
9	Caibi	2.065	551	446	148	17
2	Camboriú	3.908	2.160	993	55	46
22	Campo Alegre	2.086	1.044	906	31	10
11	Campo Belo do Sul	2.526	1.190	1.345	69	32
9	Campo Ere	4.577	2.907	1.407	706	302
8	Campos Novos	9.910	3.941	4.593	132	91
16	Canelinha	1.692	1.094	244	49	14
18	Canoinhas	10.056	7.609	3.061	168	67
8	Capinzal	3.215	2.013	512	43	31
8	Catanduvas	3.172	987	1.312	24	21
9	Caxambu do Sul	1.912	578	1.032	342	26
9	Chapecó	18.636	15.174	5.054	2.319	338
14	Concordia	13.703	11.030	2.953	912	116
9	Coronel Freitas	3.390	1.022	2.316	971	33
11	Correia Pinto	3.463	818	883	42	39
19	Corupá	2.151	1.234	996	34	23
13	Criciúma	30.793	22.699	6.538	1.955	794
9	Cunha Pora	3.868	2.409	1.215	140	31
7	Curitibanos	7.716	7.265	1.014	374	88

Região	MUNICIPIO	PMDB	PFL	PDS	PT	PDT
10	Descanso	2.593	2 163	707	1.232	56
10	Dionísio Cerqueira	3.336	814	1.813	312	116
4	Dona Emma	612	657	333	14	10
8	Erval Velho	1.008	344	973	10	5
17	Faxinal dos Guedes	1.938	689	720	104	17
1	Florianópolis	51.771	34 400	18.294	6.810	801
7	Fraiburgo	5.197	2.177	1.109	128	93
1	Gov. Celso Ramos	1.137	1.908	711	37	6
17	Galvao	1.654	273	1.382	192	17
20	Garopaba	1.726	731	1.376	43	24
5	Garuva	1.991	1.240	503	46	16
3	Gaspar	5.586	4 741	2.452	258	115
12	Grao Para	843	1.059	840	19	6
12	Gravatal	2.178	743	1.153	26	17
16	Guabiruba	1.887	1.087	712	74	41
10	Guaraciaba	2.296	1.285	996	655	99
19	Guaramirim	3.103	2.250	692	106	28
10	Guaruja do Sul	682	244	1.083	157	7
8	Herval D'Oeste	4.238	2.497	543	110	19
8	Ibicare	949	452	642	8	2
4	Ibirama	4.099	4 490	1.650	98	49
13	Icara	6.441	2.972	2.688	157	152
2	Ilhota	1.463	1.468	675	33	24
20	Imarui	2.734	637	4.343	45	35
20	Imbituba	7.049	4.681	1.369	153	71
21	Imbuia	648	462	837	3	6
3	Indaial	6.637	6.483	1.077	127	66
14	Ipira	1.150	749	393	16	61
14	Ipumirim	1.141	860	874	266	20
14	Irani	1.378	560	693	63	17
18	Irineópolis	1.345	807	1.273	29	18
14	Ita	1.865	602	722	118	34
6	Itaiópolis	5.571	1.302	2.672	37	41
2	Itajai	21.252	13.290	11.015	1.102	290
2	Itapema	2.066	1.076	588	29	115
10	Itapiranga	5.860	3.159	1.228	1.349	50
21	Ituporanga	4.058	2.006	3.304	54	29
14	Jabora	1.245	465	433	10	13
15	Jacinto Machado	3.529	806	1.176	72	26
20	Jaguaruna	3.667	1.475	2.244	67	22
19	Jaragua	15.486	10.398	2.567	299	116
8	Joacaba	6.733	4.593	1.518	119	69
5	Joinville	74.773	35.544	7.151	3.153	406
8	Lacerdópolis	526	241	322	11	0
11	Lages	27.816	19.929	8.115	878	290
20	Laguna	9.170	5.268	2.879	279	157
4	Laurentino	982	397	994	25	4
13	Lauro Muller	3.990	1.448	812	80	49
7	Lebon Regis	2.007	740	835	56	17
21	Leoberto Leal	687	260	1.018	8	6
4	Lontras	1.729	1.219	558	21	7
2	Luiz Alves	1.478	767	1.169	23	8
6	Mafra	9.648	6.720	1.702	360	81
16	Major Gercino	812	182	1.065	3	13
18	Major Vieira	1.241	872	407	21	5

Região	MUNICIPIO	PMDB	PFL	PDS	PT	PDT
15	Maracaja	1.204	411	680	37	15
9	Maravilha	5.705	2.980	1.096	179	65
19	Massaranduba	2.370	2.094	686	30	17
7	Matos Costa	1.056	145	637	176	11
15	Meleiro	2.122	1.005	1.463	55	28
9	Modelo	3.073	1.767	945	117	42
10	Mondai	4.310	2.291	2.803	1.234	132
6	Monte Castelo	1.930	767	381	19	16
13	Morro da Fumaca	2.694	1.308	350	48	22
2	Navegantes	3.879	1.802	1.687	110	33
9	Nova Erechim	716	191	531	89	15
16	Nova Trento	2.564	839	1.026	43	17
13	Nova Veneza	1.672	2.286	621	10	9
12	Orleans	4.817	2.127	1.151	68	22
11	Octacilio Costa	3.390	1.030	2.454	72	19
8	Ouro	2.036	695	544	16	13
1	Palhoca	10.872	4.703	3.336	352	77
10	Palma Sola	1.709	677	316	240	90
9	Palmitos	3.647	1.830	2.552	387	52
6	Papanduva	3.191	1.408	1.109	274	17
1	Paulo Lopes	921	711	945	26	12
12	Pedras Grandes	1.628	529	305	19	5
2	Penha	1.528	1.540	892	30	21
14	Peritiba	655	527	409	7	1
21	Petrolandia	1.106	859	1.271	9	8
2	Picarras	1.572	1.162	426	18	6
9	Pinhalzinho	2.274	1.104	1.070	412	78
8	Pinheiro Preto	426	438	241	3	5
14	Piratuba	1.345	679	355	10	11
3	Pomerode	3.109	3.846	951	56	78
11	Ponte Alta	1.051	561	371	27	5
17	Ponte Serrada	2.851	967	1.079	57	32
2	Porto Belo	1.761	865	834	25	19
18	Porto Uniao	7.185	3.037	1.408	143	137
4	Pouso Redondo	2.425	1.375	1.432	32	26
15	Praia Grande	1.871	767	887	61	18
14	Pres Castelo Branco	413	156	430	4	1
4	Pres. Nereu	676	164	747	7	2
4	Presidente Getúlio	2.863	1.838	616	41	33
9	Quilombo	3.946	1.562	1.534	1.437	37
1	Rancho Queimado	393	232	597	4	2
7	Rio das Antas	1.232	953	231	13	5
4	Rio do Campo	1.129	1.032	675	28	7
4	Rio do Oeste	1.882	1.198	505	45	10
4	Rio do Sul	9.056	7.194	3.176	413	147
3	Rio dos Cedros	2.409	1.530	544	26	26
12	Rio Fortuna	635	536	1.105	8	8
22	Rio Negrinho	5.552	4.613	407	40	36
3	Rodeio	1.829	1.761	374	39	11
10	Romelandia	1.896	1.003	476	218	34
4	Salete	1.249	564	1.110	41	6
7	Salto Veloso	822	519	340	6	3
7	Santa Cecilia	3.607	903	1.188	30	29
12	Santa Rosa	313	141	608	2	0
1	Santo Amaro	3.390	1.668	924	73	9

Região	MUNICIPIO	PMDB	PFL	PDS	PT	PDT
22	Sao Bento do Sul	9.923	8.488	705	136	46
1	Sao Bonifacio	497	642	609	9	2
9	Sao Carlos	2.227	1.886	1.514	84	22
17	Sao Domingos	2.556	1.043	1.500	707	36
5	Sao Francisco	6.359	2.574	1.017	80	27
16	Sao Joao Batista	2.712	1.163	2.066	47	46
15	Sao Joao do Sul	1.791	217	1.641	30	18
11	Sao Joaquim	6.636	2.021	2.766	63	65
1	Sao Jose	19.020	14.107	5.260	1.223	195
11	Sao Jose Cerrito	3.111	614	1.163	64	25
10	Sao Jose dos Cedros	3.119	992	2.418	545	55
9	Sao Lourenco d'Oeste	3.288	1.584	4.248	622	65
12	Sao Ludgero	1.099	944	556	20	5
20	Sao Martinho	327	1.121	419	8	4
10	Sao Miguel D'oeste	7.382	5.044	2.389	1.524	249
9	Saudades	1.527	814	1.272	582	108
19	Schroeder	645	626	920	8	6
14	Seara	3.327	1.370	2.561	183	76
13	Sideropolis	3.470	1.524	907	151	33
15	Sombrio	6.238	3.023	1.748	343	71
4	Taio	3.918	3.544	794	204	45
8	Tangara	3.180	2.002	334	18	28
16	Tijucas	4.795	1.883	813	104	58
15	Timbe do Sul	1.562	203	1.248	20	9
3	Timbo	4.467	5.074	920	94	32
18	Tres Barras	2.988	1.331	984	67	22
12	Treze de Maio	1.061	801	955	26	13
8	Treze Tílias	698	301	808	2	4
4	Trombudo Central	1.428	2.167	216	18	9
12	Tubarao	20.882	13.028	5.244	855	175
15	Turvo	2.949	1.382	1.314	50	35
11	Urubici	2.275	1.061	2.109	42	17
13	Urussanga	7.606	3.054	1.626	198	51
17	Vargeao	337	135	560	6	4
21	Vidal Ramos	940	1.004	1.583	26	14
7	Videira	9.035	6.337	434	119	90
4	Witmarsum	714	599	376	10	5
17	Xanxere	7.288	3.073	2.382	1.117	93
14	Xavantina	1.068	652	427	100	7
17	Xaxim	6.726	2.259	1.721	356	76
	TOTAL:	886.414	551.423	298.702	50.139	12.005

Eleições de 1986 - Assembléia Legislativa - Número de votos por Partido Político

Município	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PDC	PH	PFL
Abelardo Luz	1.080	628	369	8	2.359	431	10	1.039
Agrolândia	757	65	10	1	1.069	10	1	699
Agronômica	513	398	9	0	787	4	3	295
Água Doce	1.094	33	30	8	1.513	8	2	181
Águas Mornas	940	12	8	0	763	5	1	366
Águas de Chapecó	794	28	309	10	1.130	6	4	304
Alfredo Wagner	2.421	19	15	4	1.768	10	1	171
Anchieta	509	36	564	12	1.672	24	2	657
Angelina	1.662	13	20	2	716	7	1	609
Anita Garibaldi	2.408	82	47	18	2.968	29	25	650
Anitápolis	796	17	23	1	579	2	1	274
Antônio Carlos	1.528	11	4	4	876	18	0	415
Araquari	628	35	145	9	2.137	24	9	928
Araranguá	3.642	1.893	445	50	7.285	60	10	4.826
Armazém	916	28	12	8	1.118	7	4	727
Arroio Tinta	779	19	9	0	314	9	1	288
Ascurra	645	15	10	5	1.565	79	5	146
Atalanta	552	151	4	0	904	11	0	123
Aurora	713	144	182	1	791	8	0	488
Balneário Camboriú	4.983	1.147	347	11	4.857	206	25	2.169
Barra Velha	1.531	96	38	16	2.049	120	13	858
Benedito Novo	2.256	64	28	3	2.363	53	0	291
Biguaçu	3.183	224	176	20	3.460	61	17	2.830
Blumenau	20.659	3.759	2.078	146	33.645	8.967	95	10.911
Bom Jardim	581	7	8	2	1.304	5	2	192
Bom Retiro	1.530	69	20	11	1.545	6	9	413
Botuverá	649	14	60	3	724	9	1	450
Braço do Norte	2.269	98	51	12	3.263	13	2	1.335
Brusque	3.989	321	694	36	10.688	243	16	6.529
Caçador	4.990	418	1.182	71	10.221	94	73	2.311
Caibi	524	45	196	9	1.951	67	6	356
Camboriú	1.714	159	86	4	3.269	86	12	1.466
Campo Alegre	1.455	16	30	8	1.772	14	3	459
Campo Belo	1.449	53	90	30	1.965	32	15	965
Campo Erê	1.651	443	707	36	5.146	168	14	1.675
Campos Novo	5.260	1.229	134	51	8.210	783	34	2.547
Canelinha	629	45	26	9	1.828	96	3	244
Canoinhas	5.501	110	206	51	11.379	263	17	3.060
Capinzal	1.642	58	31	7	2.546	272	2	1.014
Catanduvas	1.859	19	30	9	2.446	47	7	669
Caxambú do Sul	635	36	1.016	6	1.504	124	6	242
Chapecó	9.616	947	2.272	69	17.062	1.315	53	7.401
Concórdia	11.355	141	3.292	39	10.075	628	41	1.860
Coronel Freitas	1.971	43	1.047	16	3.182	321	6	561
Correia Pinto	1.258	92	108	13	2.851	18	7	557
Corupá	1.491	73	32	10	2.152	13	6	696
Criciúma	24.566	5.609	3.454	130	22.224	246	34	8.139
Cunha Porã	2.309	143	213	4	3.640	170	4	796
Curitibanos	1.581	181	307	28	10.804	72	17	3.735
Descanso	950	124	1.542	9	2.665	194	6	852
Dionísio Cerqueira	1.390	514	317	28	2.590	135	8	719
Dona Emma	473	33	6	5	724	9	1	274
Erval Velho	1.454	7	9	1	588	8	5	170
Faxinal dos Guedes	1.066	122	156	7	1.351	164	7	394
Florianópolis	26.124	4.992	7.118	179	39.656	1.493	316	21.280

Município	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PDC	PH	PFL
Fraiburgo	1.724	194	112	27	4.917	66	22	1.083
Galvão	959	24	299	8	1.289	99	5	516
Garopaba	1.764	44	26	9	942	176	7	441
Garuva	875	41	105	20	1.924	24	7	685
Gaspar	3.812	275	364	14	4.687	3.024	7	1.004
Gov Celso Ramos	1.165	34	27	8	741	17	3	1.406
Grãc Pará	1.347	57	31	0	640	8	1	502
Gravatal	1.734	22	28	7	1.601	17	5	477
Guabiruba	1.178	50	130	3	1.449	39	1	837
Guaraciaba	931	98	725	7	2.110	41	7	1.086
Guaramirim	1.533	63	152	4	3.058	28	1	956
Guarujá do Sul	728	25	246	4	537	68	2	527
Herval D'Oeste	2.136	49	50	6	3.187	14	22	1.318
Ibicaré	946	10	11	2	843	2	0	235
Ibirama	1.883	373	100	12	6.645	642	9	622
Içara	4.288	1.476	305	22	4.443	32	14	1.379
Ilhota	1.377	60	33	3	1.132	316	1	477
Imarui	5.822	49	28	7	1.426	11	4	280
Imbituba	3.085	228	202	31	4.724	135	18	4.389
Imbuia	923	45	10	2	589	0	2	338
Indaial	5.663	115	95	19	7.202	1.089	12	797
Ipira	719	116	17	1	862	29	1	476
Ipumirim	1.194	26	1.246	2	397	158	0	129
Irani	1.130	24	86	6	1.043	27	5	255
Irineópolis	1.329	28	16	7	1.267	65	1	379
Itá	1.035	50	279	5	1.457	105	4	247
Itaiópolis	3.229	23	44	11	4.712	90	10	808
Itajai	10.277	2.509	2.574	111	22.602	466	42	6.596
Itapema	702	178	22	3	1.848	6	3	726
Itapiranga	1.408	67	3.481	15	4.616	1.338	12	691
Ituporanga	4.404	110	54	10	4.230	32	1	551
Jaborá	831	4	45	3	964	36	0	189
Jacinto Machado	1.300	43	116	17	2.795	20	13	1.004
Jaguaruna	3.058	181	118	7	2.925	40	4	778
Jaraguá do Sul	5.637	191	271	53	17.654	81	20	5.168
Joaçaba	4.716	129	147	19	6.167	35	14	1.270
Joinville	18.501	2.603	4.092	466	74.983	690	154	18.388
Lacerdópolis	535	4	0	2	370	7	1	88
Lages	14.051	1.368	845	115	27.297	222	81	11.753
Laguna	11.601	963	181	40	4.372	97	20	1.402
Laurentino	834	280	38	3	962	3	1	125
Lauro Müller	1.845	228	173	12	3.292	35	10	773
Lebon Regis	1.090	115	61	15	1.708	27	14	462
Leoberto Leal	1.088	48	5	3	571	26	2	76
Lontras	747	291	23	7	1.542	133	4	445
Luiz Alves	1.428	44	81	1	1.266	32	2	321
Mafra	3.117	79	322	43	8.082	62	18	7.952
Major Gercino	858	9	11	2	738	3	2	144
Major Vieira	1.395	3	6	5	1.077	10	3	145
Maracajá	637	128	43	5	795	12	3	435
Maravilha	2.956	120	247	14	5.413	286	9	646
Massaranduba	963	33	75	4	2.272	164	1	1.353
Matos Costa	712	8	195	8	852	11	4	71
Meleiro	2.022	64	46	6	1.500	7	6	709
Modelo	1.344	45	138	7	3.120	260	0	569
Mondai	3.156	185	1.652	14	3.684	442	4	1.064
Monte Castelo	810	10	13	12	1.725	33	5	342

Município	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PDC	PH	PFL
Morro da Fumaça	1.145	113	76	14	2.265	16	3	371
Navegantes	1.846	242	209	37	3.241	414	8	1.051
Nova Erechim	536	20	160	1	615	94	0	56
Nova Trento	1.252	38	42	3	2.150	17	3	459
Nova Veneza	2.355	35	25	0	1.157	284	1	372
Orleans	1.860	106	81	12	3.571	20	6	2.351
Otacílio Costa	2.817	37	273	10	2.720	25	6	515
Ouro	966	10	16	1	1.680	112	1	302
Palhoça	4.770	327	371	40	8.136	179	42	4.247
Palma Sola	463	261	305	10	1.315	86	3	278
Palmitos	1.678	305	462	13	2.570	535	11	2.665
Papanduvás	1.428	15	224	11	2.897	194	12	898
Paulo Lopes	1.397	19	18	12	541	17	3	445
Pedras Grandes	589	10	10	2	1.512	1	2	294
Penha	1.080	103	32	10	1.255	400	5	693
Peritiba	702	4	12	0	612	11	0	205
Petrolândia	1.566	15	2	7	1.212	8	3	345
Piçarras	711	68	23	12	1.443	38	10	663
Pinhalzinho	1.271	84	556	9	2.161	264	11	387
Pinheiro Preto	476	19	7	3	369	0	0	145
Piratuba	722	13	12	2	1.077	34	1	471
Pomerode	1.563	108	56	6	3.223	675	6	1.873
Ponte Alta	618	28	26	1	790	1	4	267
Ponte Serrada	1.356	70	91	10	1.923	94	13	897
Porto Belo	799	39	20	7	1.961	39	8	444
Porto União	2.090	232	130	58	7.131	886	9	1.201
Pouso Redondo	1.753	190	33	12	2.027	79	2	630
Praia Grande	964	64	67	10	1.407	10	10	745
Pres. Castelo Branco	561	5	3	1	352	2	0	39
Presidente Getúlio	1.124	121	24	3	3.074	271	2	536
Presidente Nereu	801	30	4	1	582	4	0	65
Quilombo	1.399	70	1.836	18	3.465	398	19	1.019
Rancho Queimado	681	4	2	1	281	4	0	133
Rio Fortuna	1.464	8	14	2	480	2	0	279
Rio Negrinho	3.319	162	32	27	5.028	34	15	2.009
Rio das Antas	682	38	33	2	1.019	6	103	237
Rio do Campo	1.919	19	50	0	938	7	2	109
Rio do Oeste	1.031	261	36	3	1.629	12	0	345
Rio do Sul	3.309	8.882	256	19	4.905	97	20	2.620
Rio dos Cedros	1.390	33	28	2	2.083	43	1	465
Rodeio	979	30	30	4	1.937	406	3	581
Romelandia	639	113	293	9	1.799	22	7	436
Salete	1.355	55	49	2	1.266	11	1	165
Salto Veloso	712	9	5	2	733	1	2	109
Santa Cecília	1.540	36	39	20	3.126	32	14	446
Santa Rosa	659	3	4	0	225	1	0	138
Santo Amaro	1.554	49	67	6	2.552	23	3	1.191
São Bento do Sul	3.856	153	176	51	10.004	55	18	3.732
São Bonifácio	1.010	7	0	0	337	20	1	307
São Carlos	2.100	69	125	6	1.989	79	3	1.018
São Domingos	1.285	116	840	14	2.001	136	11	925
São Francisco	1.272	93	64	23	3.902	1.449	14	3.069
São João Batista	2.186	52	56	10	2.121	24	6	768
São João do Sul	1.500	47	47	23	1.500	6	1	339
São Joaquim	2.980	129	41	24	6.373	21	18	1.572
São José	8.005	1.199	1.443	69	14.444	437	70	11.085
São José do Cedro	1.477	40	144	10	2.495	15	15	333

Município	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PDC	PH	PFL
São José do Cerrito	1.998	155	731	22	2.351	373	3	1.672
São Lourenço	3.148	98	793	15	2.941	341	11	1.601
São Ludgero	1.235	32	17	3	813	6	0	451
São Martinho	715	1	6	0	328	1	0	733
São Miguel d'Oeste	3.680	381	2.218	26	6.757	551	23	2.019
Saudades	1.345	234	724	3	1.434	73	0	436
Schroeder	1.346	12	8	3	677	0	1	212
Seara	2.164	129	342	10	2.310	1.617	3	524
Siderópolis	2.443	113	276	12	2.648	49	7	357
Sombrio	3.304	195	827	24	4.507	64	5	2.175
Taió	2.856	262	185	7	4.045	19	8	750
Tangará	1.120	113	24	8	3.033	16	8	719
Tijucas	976	103	61	13	6.445	71	7	467
Timbé do Sul	1.345	69	43	11	1.309	7	7	168
Timbó	2.331	83	141	20	5.378	292	6	1.294
Três Barras	1.242	12	47	14	2.716	16	6	838
Treze Tílias	974	7	4	3	603	83	2	81
Treze de Maio	1.275	17	37	3	711	5	0	542
Trombudo Central	480	138	16	2	1.217	10	2	1.586
Tubarão	11.669	693	1.031	67	20.754	114	20	6.914
Turvo	1.910	182	66	24	2.750	22	5	667
Urubici	2.174	121	85	4	1.790	31	6	789
Urussanga	4.798	258	321	14	6.328	91	5	557
Vargeão	590	58	17	2	168	36	3	132
Vidal Ramos	1.879	155	20	6	865	3	1	373
Videira	2.168	895	208	28	7.159	363	15	3.541
Witmarsum	667	27	7	0	751	4	1	178
Xanxerê	2.786	3.509	1.413	40	4.346	190	34	1.877
Xavantina	641	53	220	2	692	199	1	316
Xaxim	1.890	231	460	23	5.460	348	16	1.360
SC	486.163	61.461	68.592	3.573	782.196	41.353	2.325	278.160

Eleições estaduais de 1986 - Santa Catarina

Votos para Dep. Federal discriminado por Partidos Políticos

MUNICÍPIO	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PDC	PCB	PCdoB	PFL
Abelardo Luz	907	148	446	17	3.267	16	14	25	1.074
Agrolândia	815	19	9	3	1.229	2	5	34	511
Agronômica	788	11	47	4	840	2	3	20	253
Água Doce	696	40	35	4	1.532	10	7	17	277
Águas de Chapecó	638	35	211	7	1.159	3	8	23	534
Águas Mornas	998	17	18	3	900	16	3	2	217
Alfredo Wagner	2.290	19	39	8	1.825	4	11	24	216
Anchieta	460	52	597	12	1.742	11	10	15	529
Angelina	1.768	17	14	5	970	1	9	12	332
Anita Garibaldi	1.747	19	35	25	3.205	16	13	19	1.053
Anitápolis	825	11	9	0	638	2	4	3	245
Antônio Carlos	1.449	13	15	11	959	0	12	21	360
Araquari	563	23	175	2	2.205	5	14	22	965
Araranguá	4.601	670	530	34	8.279	46	134	182	2.733
Armazém	718	9	14	7	1.353	2	5	34	605
Arroio Trinta	689	11	23	1	352	1	2	3	339
Ascurra	664	71	18	1	1.458	2	9	26	180
Atalanta	524	79	15	5	920	1	2	9	164
Aurora	718	19	279	6	811	1	13	35	384
Balneário Camboriú	3.243	1.434	291	17	5.370	17	109	133	2.784
Barra Velha	1.226	42	42	22	2.185	13	25	19	1.157
Benedito Novo	2.262	22	35	4	2.440	2	7	12	290
Biguaçu	3.377	228	161	64	3.717	27	96	70	2.129
Blumenau	15.983	2.694	1.933	181	48.048	227	486	931	11.232
Bom Jardim	752	21	8	4	1.059	6	2	7	263
Bom Retiro	1.274	35	28	6	1.595	7	13	15	524
Botuverá	680	14	29	1	836	3	1	10	346
Braço do Norte	1.533	59	39	11	3.164	15	20	90	2.058
Brusque	5.266	559	941	26	11.319	43	116	122	3.211
Caçador	3.262	526	1.003	78	10.513	69	76	107	3.310
Caibi	513	51	282	6	1.955	6	5	38	260
Camboriú	1.309	148	75	27	3.336	5	18	31	1.649
Campo Alegre	1.311	20	39	6	1.924	16	2	7	507
Campo Belo do Sul	1.120	23	99	27	2.092	23	24	22	1.098
Campo Eré	1.347	452	1.161	44	4.361	20	22	84	1.818
Campos Novos	4.977	250	132	28	9.129	53	36	70	2.385
Canelinha	477	85	33	4	1.382	12	16	16	764
Canoinhas	5.211	325	296	49	10.362	51	40	73	3.929
Capinzal	1.050	74	44	15	3.319	15	10	68	1.019
Catanduvas	1.471	37	35	7	2.491	8	9	26	914
Caxambú do Sul	720	95	579	4	1.513	7	3	18	641
Chapecó	5.191	740	3.792	75	16.091	65	71	476	13.636
Concórdia	2.135	317	1.377	40	10.693	94	93	307	12.126
Coronel Freitas	1.573	71	1.695	17	2.613	17	13	54	1.205
Correia Pinto	1.031	49	135	8	2.958	10	10	9	650
Corupá	1.376	61	26	6	2.311	3	12	19	679
Criciúma	10.887	2.407	2.694	134	32.722	129	591	978	11.084
Cunha Porã	1.667	76	362	4	4.005	7	1	81	1.066
Curitibano	1.846	844	370	28	6.938	59	57	91	4.903
Descanso	889	79	1.455	7	2.726	15	8	65	1.104
Dionísio Cerqueira	1.556	131	458	25	2.833	14	12	40	639
Dona Emma	570	8	20	1	691	1	2	26	166
Erval Velho	987	10	11	2	787	9	4	3	263
Faxinal dos Guedes	798	19	185	9	1.663	6	5	35	650

MUNICIPIO	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PDC	PCB	PCdoB	PFL
Florianópolis	28.343	6.365	5.928	487	39.570	372	6.254	1.666	18.150
Fraiburgo	1.520	153	150	18	4.478	29	28	52	1.714
Gov Celso Ramos	1.191	32	14	22	745	12	16	17	1.324
Galvão	1.244	34	416	20	1.304	5	0	18	165
Garopaba	1.387	143	39	13	948	30	18	24	637
Garuva	748	27	86	234	2.053	12	11	13	535
Gaspar	3.765	237	604	14	5.991	31	28	112	1.418
Grão Pará	891	11	126	0	663	4	5	214	683
Gravatal	1.212	12	19	11	1.764	8	12	16	868
Guabiruba	1.375	42	150	4	1.678	10	13	21	339
Guaraciaba	856	119	898	7	2.238	3	5	145	684
Guaramirim	1.161	41	464	5	3.000	10	20	41	1.180
Guarujá do Sul	965	20	289	7	641	4	2	12	153
Herval D'Oeste	1.350	68	94	7	3.354	11	28	66	1.589
Ibicaré	637	12	20	0	847	1	4	12	218
Ibirama	2.498	96	166	19	4.351	22	27	88	2.487
Içara	3.366	444	206	15	6.248	14	97	129	1.461
Ilhota	1.138	58	45	6	1.146	5	8	83	834
Imaruí	4.322	66	44	7	1.617	8	31	29	697
Imbituba	1.226	521	131	30	5.221	36	197	67	5.802
Imbuia	853	18	72	4	590	3	1	16	288
Indaial	3.865	164	162	27	7.472	28	44	77	2.059
Ipira	478	68	4	1	992	2	1	17	648
Ipumirim	746	22	634	4	766	6	6	36	776
Irani	656	30	71	6	1.170	57	9	13	558
Irineópolis	1.248	23	12	12	1.605	16	3	7	422
Ita	701	56	345	10	1.526	5	3	14	523
Itaiópolis	2.901	37	88	16	5.253	10	11	17	852
Itajai	11.874	1.412	1.876	95	21.648	62	244	496	6.342
Itapema	600	286	19	9	1.592	7	21	12	830
Itapiranga	2.171	114	2.389	25	5.742	25	16	148	881
Ituporanga	3.825	59	152	43	3.875	11	19	50	1.066
Jaborá	475	12	32	3	1.026	6	3	14	430
Jacinto Machado	1.430	27	84	10	3.248	11	17	30	465
Jaguaruna	2.416	40	65	12	3.096	9	25	27	1.513
Jaraguá do Sul	5.820	323	404	42	18.408	30	106	169	3.304
Joaçaba	2.422	223	174	21	6.370	7	78	136	2.556
Joinville	26.893	1.362	4.977	302	70.381	263	477	770	16.319
Lacerdópolis	264	5	7	0	502	0	0	6	157
Lages	10.299	1.339	1.831	107	26.011	141	171	354	12.776
Laguna	4.097	720	565	37	7.584	35	161	285	4.217
Laurentino	972	13	111	4	925	3	2	19	168
Lauro Muller	983	105	135	16	3.572	13	21	72	1.520
Lebon Regis	1.113	36	73	11	1.735	23	11	13	476
Leoberto Leal	1.025	6	7	8	637	7	3	19	96
Lontras	913	31	28	6	1.717	4	6	33	423
Luiz Alves	1.223	13	23	1	1.656	3	2	16	274
Mafra	4.420	120	578	53	9.035	44	48	47	4.672
Major Gercino	1.145	21	8	15	591	2	0	5	86
Major Vieira	848	11	6	3	1.154	3	5	8	280
Maracajá	609	20	36	6	1.054	2	8	19	240
Maravilha	1.564	128	350	11	5.440	10	9	228	1.618
Massaranduba	982	27	96	4	2.656	2	3	23	1.185
Matos Costa	619	3	187	7	1.045	7	5	3	64
Meleiro	1.495	39	82	4	2.094	9	14	34	697
Modelo	1.132	128	206	5	2.886	6	8	85	875
Mondai	3.086	213	1.784	17	4.326	8	7	40	754

MUNICIPIO	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PDC	PCB	PCdoB	PFL
Monte Castelo	715	15	14	14	1.876	15	7	20	350
Morro da Fumaça	920	63	50	11	2.505	15	12	56	461
Navegantes	1.766	186	132	26	3.661	21	60	92	1.157
Nova Erechim	366	52	371	0	469	0	0	20	203
Nova Trento	1.452	39	38	2	2.147	34	35	67	283
Nova Venezia	1.399	22	45	2	1.659	3	60	146	893
Otacílio Costa	2.575	37	97	14	2.772	14	11	27	751
Orleans	1.562	109	87	17	4.124	17	19	151	1.799
Ouro	610	13	13	2	2.046	1	4	22	374
Palhoça	5.491	371	290	48	9.028	89	263	171	2.554
Palma Sola	437	115	426	16	1.442	4	8	11	246
Palmitos	1.974	117	620	12	3.577	14	9	90	1.378
Papanduva	1.328	25	281	20	3.105	16	9	19	861
Paulo Lopes	998	23	44	13	619	11	10	10	639
Pedras Grandres	377	15	17	3	1.555	2	9	19	485
Penha	1.308	67	70	8	1.252	13	11	44	930
Peritiba	321	3	2	1	391	1	0	16	790
Petrolândia	1.458	14	8	7	1.084	4	4	17	494
Piçarras	595	33	44	9	1.529	19	12	17	666
Pinhalzinho	780	91	833	7	1.968	8	5	38	978
Pinheiro Preto	435	12	3	1	385	0	0	4	158
Piratuba	458	12	5	4	1.264	3	5	18	584
Pomerode	2.189	108	37	8	3.496	8	26	35	1.699
Ponte Alta	487	18	61	5	801	5	2	3	406
Ponte Serr	957	39	102	7	2.529	13	8	26	974
Porto Belo	786	46	26	7	1.452	9	19	14	676
Porto União	1.207	155	88	42	10.309	86	37	25	914
Pouso Redondo	1.745	54	72	10	2.278	9	4	47	607
Praia Grande	695	23	60	8	1.509	9	6	12	872
Pres Castelo	394	4	7	0	374	1	1	5	181
Pres. Nereu	686	10	2	2	692	2	1	7	94
Presidente	1.224	52	29	3	3.258	13	5	59	434
Quilombo	1.144	146	2.329	14	3.301	15	17	141	1.126
Rancho Queimado	745	7	8	0	287	2	5	1	38
Rio das Antas	600	25	32	3	1.066	1	8	6	364
Rio do Campo	1.198	12	102	0	1.144	2	1	40	260
Rio do Oeste	1.012	29	45	2	1.860	3	11	31	342
Rio do Sul	6.107	671	820	45	8.433	21	45	248	1.880
Rio dos Cedros	1.249	33	47	1	2.304	4	8	27	461
Rio Fortuna	909	9	21	1	620	2	1	14	709
Rio Negrinho	1.618	56	76	22	6.413	17	21	44	2.216
Rodeio	1.002	26	89	3	1.810	6	19	31	590
Romelandia	597	69	501	9	1.519	3	4	56	538
Salete	1.280	23	94	2	1.263	4	7	42	181
Salto Veloso	567	10	9	1	745	1	2	4	218
Santa Cecília	1.348	62	164	11	3.081	27	17	7	623
Santa Rosa de Lim	585	0	1	1	375	0	0	3	110
Santo Amaro	2.295	58	74	14	2.777	19	38	16	374
São Bento do Sul	3.036	113	370	44	10.667	29	33	132	3.986
São Bonifácio	955	11	22	0	389	1	2	5	321
São Carlos	1.602	54	199	9	2.305	13	10	61	1.221
São Domingos	1.235	90	1.108	14	2.294	14	17	35	588
São Francisco	2.314	125	74	24	5.462	25	32	66	1.712
São João Batista	2.133	122	54	20	2.116	18	40	30	663
São João do Sul	1.547	38	65	9	1.514	10	3	6	225
São Joaquim	5.053	66	72	28	5.099	25	28	32	1.181
São José	9.030	1.349	1.024	161	15.714	150	1.057	507	7.920

MUNICIPIO	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PDC	PCB	PCdoB	PFL
São José do Cedro	1.320	31	154	12	2.564	13	7	1	325
São José do Cerrito	2.211	101	820	17	2.949	15	20	33	826
São Lourenço	2.936	137	1.262	126	3.096	18	12	86	1.360
São Ludgero	770	15	20	5	1.042	2	1	36	640
São Martinho	730	6	3	0	429	0	8	12	557
São Miguel d'Oeste	2.533	443	2.093	21	8.579	29	42	181	2.083
Saudades	1.236	143	1.169	4	1.158	3	5	29	514
Schroeder	1.307	9	29	4	743	2	5	15	178
Seara	1.998	155	528	12	2.327	12	14	38	1.867
Siderópolis	1.228	173	200	14	3.417	9	36	81	891
Sombrio	1.883	188	422	14	5.285	35	35	80	2.755
Taió	2.157	311	512	5	3.644	6	22	122	1.157
Tangará	851	82	20	5	3.093	7	10	25	887
Tijucas	1.427	91	86	8	4.880	21	19	19	920
Timbé do Sul	1.181	72	49	6	1.433	6	6	16	173
Timbó	2.354	204	175	8	5.306	8	14	68	1.403
Três Barras	1.310	31	81	12	2.651	10	6	17	857
Treze de Maio	1.044	14	60	2	708	3	7	22	852
Treze Tílias	919	11	6	1	626	2	8	6	156
Trombudo Central	400	27	180	1	1.306	1	8	49	1.550
Tubarão	4.768	509	624	57	14.596	49	390	333	20.261
Turvo	1.558	99	73	17	3.020	13	42	55	839
Urubici	2.346	52	47	9	1.469	33	10	15	1.193
Urussanga	4.530	145	642	22	5.841	22	56	157	1.301
Vargeão	551	15	8	1	275	2	0	6	196
Vidal Ramos	1.746	37	34	8	871	6	4	54	491
Videira	2.084	479	278	20	7.180	24	76	207	3.907
Witmarsum	563	6	22	1	685	0	2	15	278
Xanxerê	3.497	220	1.349	27	8.213	39	23	77	1.392
Xavantina	448	11	370	2	777	2	1	14	469
Xaxim	1.594	246	753	23	5.735	30	15	108	2.170
TOTAL:	416.422	38.254	73.399	4.256	831.634	4.015	13.657	15.732	316.964

Empresários de Santa Catarina e participação em Partidos Políticos

EMPRESÁRIO	Empresa/Grupo	MUNICÍPIO	Partido Político	Cargo no Partido	Entidade Representativa
Brigte Bernardes	Ind. Arno Bernardes	Blumenau	PFL		
Henrique Isleb	MAFISA-HERING	Blumenau	PFL	Tesoureiro DM	
Alfredo Iten	CREMER	Blumenau	PMDB		
Mário John	TEKA	Blumenau	PDS		
Mário J. Gonzaga Petrelli	Jornal de SC	Blumenau	PFL	Secretário DR	
Paulo Gouveia da Costa	ARTEX	Blumenau	PFL		
Ulrich Kuhn	ARTEX	Blumenau	PFL		SIFTB
Raul Henrique Santiago	Omino-HERING	Blumenau	PFL		
Sérgio Fernando H. Souza	Dudalina	Blumenau	PMDB	Delegado do DM	
Vilson de Souza	Dudalina	Blumenau	PMDB		
Francisco Mastella	HERING-CEVAL	Blumenau	PDC		FACISC
Vinicius Lummertz	Micro-empresário	Blumenau	PDT		FAMPESC
Carlos Cid Renaux	Renaux	Brusque	PDS		ACIBr- Pres.
César Moritz	Rede Atlântico Sul de Rádio Difusão	Brusque	PFL		
Gentil Archer	Supermercados ARCHER	Brusque	PMDB	Delegado ao DN	
Klaus Ghunter Hering	Renaux	Brusque	PMDB	Delegado do DM	
Milton da Silva	Rádio Diplomata	Brusque	PMDB		
Reno Caramoni	Reunidas - Transporte	Caçador	PDS		
Paulo Roberto Caseca	Construção Civil	Baln. Camboriú	PDS		
Auri Bodanese	Coopercentral	Chapecó	PFL		
Dilson Cecchin	Coopercentral	Chapecó	PFL		
Milton Lunardi	Frig. Chapecó	Chapecó	PFL		
Plínio Arlindo De Nes	Frig. Chapecó	Chapecó	PFL		
Plínio David De Nes Filho	Frig. Chapecó	Chapecó	PFL	Presidente DM	SICDSC
Umberto de Toni	Chapecó	Chapecó	PFL		
Sady José De Marco	Lojas Catarinenses	Chapecó	PFL	Vogal do DR	
Altair José De Marco	Revenda Automóveis	Chapecó	PMDB	Presidente DM	
Chisto Romano Cella	Madeiraira	Chapecó	PMDB		
Ernesto José De Marco	Lojas Vitória	Chapecó	PMDB	Delegado do DM	
João Roman Filho	Revenda FIAT	Chapecó	PMDB	Vice-pres. DM	
Ledônio Migliorini	Frig. Chapecó	Chapecó	PMDB	Delegado do DM	
Nilo Tozzo	Comércio	Chapecó	PMDB		
Neudy Primo Massolini	Rádio Aliança Concórdia	Concórdia	PDS		
Vasco F. Furlan	Sadia	Concórdia	PDS	1º vice-pres. DM	
Felipe Luz Sobrinho	Sadia/Transbrasil	Concórdia	PFL		
Ivo Reich	Sadia	Concórdia	PDS		
Victor Fontana	Sadia	Concórdia	PFL		
Manoel Dilor Freitas	Freitas	Criciúma	PDS		SICCOOC
Américo Ricardo Farias	Cerâmica	Criciúma	PDS	Presidente DM	
Astorides V. Stadler	Gaidzinski	Criciúma	PDS		
Célio Grijó	Gaidzinski	Criciúma	PDS		
Edi Tasca	Despachante	Criciúma	PDS	Secretário DM	
Edson Gaidzinski	Gaidzinski	Criciúma	PDS		
Eno Steiner	Freitas-TV Eldorado	Criciúma	PDS		
Fidélis Barato	Mineração-Fidélis Barato	Criciúma	PDS		
Ivan Wanderlei Fernandes	Gaidzinski	Criciúma	PDS	Tesoureiro DM	
Jarvis Gaidzinski	Gaidzinski	Criciúma	PDS		SICCOOC
Jucimar Magrin	Mineração-Fidélis Barato	Criciúma	PDS	Presidente DM	
Ruberval Pilotto	Freitas	Criciúma	PDS	Secretário DR	
Diomício Vidal	Vestuário	Criciúma	PFL		SIVC
Marcelo L. Neto Campos	Mineração CBCA	Criciúma	PFL		
Luiz Gonzaga Harger	Transportadora Harger	Criciúma	PDS		
Mário Sónego	Mineração CBCA	Criciúma	PFL	Presidente DM	
Nereu Guidi	Rádio Difusora Içara	Criciúma	PFL		
Sebastião Neto Campos	Mineração CBCA	Criciúma	PFL		
Adelino Zanette Cavaler	Vestuário	Criciúma	PMDB		

EMPRESÁRIO	Empresa/Grupo	MUNICÍPIO	Partido Político	Cargo no Partido	Entidade Representativa
Dito Rovaris	Ind. Gráfica	Criciúma	PMDB	Delegado do DM	SIGC
Eduardo Pinho Moreira	Guglielmi/Freta (Tubarão)	Criciúma	PMDB		
Lúcio Cavalier	Construção Civil	Criciúma	PMDB	Delegado do DM	
Miguel M. Esmeraldino	Comércio	Criciúma	PMDB	Vice-pres. DR	
Roseval José Alves	Comércio-combustível	Criciúma	PMDB	Vice-pres. DR	
Valdir Linenburger	Serviços	Criciúma	PMDB	Delegado ao DR	
Altamiro Rogério Philippi	Lojista	Florianópolis	PDS		CDL- Pres.
Anita Hoepcke Silva	Hoepcke	Florianópolis	PFL		
Jaime Lorenzetti	Hoepcke-Veículos	Florianópolis	PFL		
Jair Philippi	Lojista	Florianópolis	PDS		
José Matusalém Comelli	Jornal "O Estado"	Florianópolis	PDS		
Manoel Philippi	Lojista	Florianópolis	PDS		
Cláudio Ávila da Silva	Portobello-Mineração	Florianópolis	PFL	2º Vice-pres/DR	
Edison Andrino Oliveira	Comércio-combustível	Florianópolis	PMDB	Delegado ao DR	
Epitácio Bittencourt	Emissora de Rádio	Imarui/Tubarão	PDS	Delegado ao DR	
Amílcar Gazaniga	Emissora de Rádio	Itajai	PDS	2º Vice-pres/DR	
Antônio C. Konder Reis	WEG	Itajai	PDS	Presidente DR	
Cídio Sandri	Supermercados	Itajai	PDS		
Sívio Sandri	Supermercados	Itajai	PFL	Presidente DM	
Antonio Silvestri	Pesca	Itajai	PFL	Vice-pres. DM	
Noemi dos Santos Cruz	Construção Naval	Itajai	PMDB	Vice-pres. DM	
Marcos Henrique Buchele	WEG	Jaraguá do Sul	PFL	Delegado ao DN	
João Egon da Silva	WEG	Jaraguá do Sul	PDS		SIMME
José Carlos Neves	Construção Civil	Jaraguá do Sul	PDS		SICMJS
Vicente Donini	WEG	Jaraguá do Sul	PDS		
Geraldo Werninghaus	WEG	Jaraguá do Sul	PFL	Presidente DM	
Sigolf Schünke	Metalurgia-Menegotti	Jaraguá do Sul	PDS	Delegado ao DR	
Werner Schuster	MARISOL	Jaraguá do Sul	PFL	Vice-pres. DM	
Adhemar Garcia Filho	Industrial	Joinville	PDS	Delegado ao DR	
Harry Kormann	Comércio	Joinville	PDS	Presidente DM	
Mário Eugênio Boehm	TUPY	Joinville	PDS		ACIJ - Pres.
Moacir Gervásio Thomazzi	Jornal "A Notícia"	Joinville	PDS	Delegado ao DR	
Nilson W. Bender	TUPY	Joinville	PDS	Delegado ao DR	
Oswaldo Douat	Metalúrgica	Joinville	PDS	Delegado ao DR	SIMMEJ
Paulo Roberto Bauer	Emissora de Rádio	Joinville	PDS		
Ronald Caputo	HANSEN	Joinville	PDS	Tesoureiro DM	SIMPSC
Álvaro Gayoso	Const. Civil - Engepasa	Joinville	PFL		
Antônio S. Peixer	Rádio Floresta Verde	Joinville	PFL		
Edison Otto Z. Storrer	Rádio Colon	Joinville	PFL		
Odorico Fortunato	Construção Civil	Joinville	PMDB	Delegado ao DR	
Udo Döhler	DÖHLER	Joinville	PDS		
Wittich Freitag	Lojista	Joinville	PMDB	Delegado ao DR	
Ivan César Ranzolin	Rádio Araucária	Lages	PDS	Delegado ao DR	
Plínio Luerden	Transporte Coletivo	Lages	PDS		
Roberto Rogério Amaral	Rádio Clube de Lages	Lages	PDS	Vice-pres. DM	ACIL - Pres.
Ivo Tadeu Bianchini	Pecuarista	Lages	PFL		FAESC
João Raimundo Colombo	Rádio Araucária	Lages	PFL	Tesoureiro DR	
Rogério Kracik Rosa	Metalurgia	Lages	PFL		
Rosenburg B. Figueiredo	PCC - Ind. Papel	Lages	PFL		
James Gilson Berlim	Industrial	Lages	PMDB		
José Roberto C. Toumier	ALUSUD	Tubarão	PMDB		
Jacopo Teixeira Tasso	Emissora de Rádio	Tubarão	PDS		
José Antonio Botega	Lojista	Tubarão	PDS	Vice-pres. DM	
Angelo Antônio Zabat	Emissora de Rádio	Tubarão	PFL	Delegado ao DR	
Estener Sorato	Emissora de Rádio	Tubarão	PFL		
Humberto Bortoluzzi	Cerâmica	Tubarão	PFL	Delegado ao DN	
Waldir Luiz Fretta	Comércio - FRETТА	Tubarão	PFL	Presidente DM	
Henrique Deiss	Serraria - Rádio	Mondaí	PDS		
Alexandre P. Puzyna	Empreiteiras	Porto União	PMDB		
Carlos Gerd Schroeder	Metalurgia	Rio do Sul	PDS		SIMMRS
Carlos Vítor Ohf	Ind. Alimentação	Rio do Sul	PDS		SIMRS
Walgenor Teixeira	Construção Civil	Rio do Sul	PDS		SICMRS
Genésio Ayres Marchetti	Ind. Móveis	Rio do Sul	PFL		SICMI
Luiz Soldatelli	Ind. Móveis	Rio do Sul	PFL		

EMPRESARIO	Empresa/Grupo	MUNICÍPIO	Partido Político	Cargo no Partido	Entidade Representativa
Zilton Pedro de Souza	Industrial	Rio do Sul	PFL	Presidente DM	
Ivo Vanderlinde	Cooperativa	Rio do Sul	PMDB		OCESC
Ernesto Jorge Dinner	Industrial	São Bento Sul	PDS		ACISB
Otair Becker	Louças - Oxford	São Bento Sul	PDS		SIVCPB
Rolf Buddmeyer	Têxtil	São Bento Sul	PDS	Presidente DM	ACISB
Izam Hussmann	Emissora de Rádio	São Bento Sul	PMDB		
Maria da Conceição Turek	Emissora de Rádio	São Bento Sul	PMDB		
Henrique Helion V. Córdova	Pecuarista	São Joaquim	PDS	Delegado ao DN	
Carlos Alberto Tapaliba	Empresário	São José	PFL	Presidente DM	ACISJ
Francisco Libardoni	Supermercados	São Lourenço	PMDB	Delegado ao DN	
Neuto de Conto	Comércio de Veículos	São Miguel	PMDB	Presidente DR	
Saul Antônio Brandalise	PERDIGÃO	Videira	PDS	Presidente DM	
Saul A. Brandalise Jr.	PERDIGÃO	Videira	PFL	Delegado ao DR	
Ivan Bonatto	PERDIGÃO	Videira	PFL	Senador	